

# Índice

---

## 1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3

## 2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	4
2.3 - Outras informações relevantes	5

## 3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	6
3.2 - Medições não contábeis	7
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	8
3.4 - Política de destinação dos resultados	9
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	11
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	12
3.7 - Nível de endividamento	13
3.8 - Obrigações	14
3.9 - Outras informações relevantes	15

## 4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	16
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	40
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	43
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	48
4.5 - Processos sigilosos relevantes	49
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	50
4.7 - Outras contingências relevantes	51
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	52

# Índice

---

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos	53
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	55
5.3 - Descrição dos controles internos	57
5.4 - Alterações significativas	59
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	60

## 6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	61
6.3 - Breve histórico	62
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	66
6.6 - Outras informações relevantes	67

## 7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	68
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	72
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	74
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	81
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	82
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	83
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	84
7.8 - Políticas socioambientais	85
7.9 - Outras informações relevantes	86

## 8. Negócios extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários	87
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	88
8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	89
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	90

## Índice

### 9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	91
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	111
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	112
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	113
9.2 - Outras informações relevantes	123

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	124
10.2 - Resultado operacional e financeiro	145
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	148
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	150
10.5 - Políticas contábeis críticas	151
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	152
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	153
10.8 - Plano de Negócios	154
10.9 - Outros fatores com influência relevante	156

### 11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	157
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	158

### 12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa	159
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	165
12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	169
12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	172
12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	173
12.7/8 - Composição dos comitês	176
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	177

## Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	179
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	214
12.12 - Práticas de Governança Corporativa	215
12.13 - Outras informações relevantes	216

### 13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	218
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	221
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	225
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	227
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	233
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	234
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	235
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	236
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	237
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	238
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	239
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	240
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	241
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	242
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	243
13.16 - Outras informações relevantes	245

### 14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	246
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	248

## Índice

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	249
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	250
14.5 - Outras informações relevantes	252
<b>15. Controle e grupo econômico</b>	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	253
15.3 - Distribuição de capital	265
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	266
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	267
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	281
15.7 - Principais operações societárias	282
15.8 - Outras informações relevantes	290
<b>16. Transações partes relacionadas</b>	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	293
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	294
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	297
16.4 - Outras informações relevantes	298
<b>17. Capital social</b>	
17.1 - Informações sobre o capital social	299
17.2 - Aumentos do capital social	300
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	301
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	302
17.5 - Outras informações relevantes	303
<b>18. Valores mobiliários</b>	
18.1 - Direitos das ações	304
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	321

## Índice

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	324
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	325
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	326
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	334
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	335
18.8 - Títulos emitidos no exterior	336
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	337
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	338
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	339
18.12 - Outras informações relevantes	340
<b>19. Planos de recompra/tesouraria</b>	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	341
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	342
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	343
<b>20. Política de negociação</b>	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	344
20.2 - Outras informações relevantes	345
<b>21. Política de divulgação</b>	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	346
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	348
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	351
21.4 - Outras informações relevantes	352

## 1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Edgard Gomes Corona**

**Cargo do responsável**

Diretor Presidente

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Afonso Sugiyama**

**Cargo do responsável**

Diretor de Relações com Investidores

### **Os diretores acima qualificados, declaram que:**

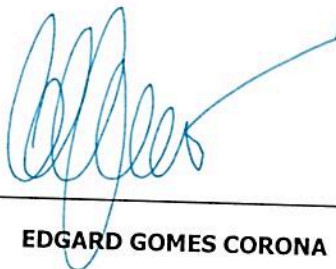
a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

**DECLARAÇÃO**  
**PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

**EDGARD GOMES CORONA**, brasileiro, casado pelo regime de separação total de bens, engenheiro químico, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.886.057-5 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 000.846.408-12, domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.294, 2º andar, Bairro Bela Vista, CEP 01310-100, na qualidade de Diretor Presidente da **SMARTFIT ESCOLA DE GINÁSTICA E DANÇA S.A.**, sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, nº 1.294, 2º andar, Bela Vista, São Paulo – SP, CEP 01310-100, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 07.594.978/0001-78, ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.



---

**EDGARD GOMES CORONA**

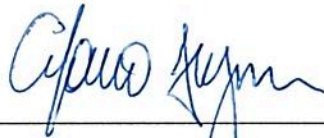
Diretor Presidente





**DECLARAÇÃO**  
**PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

**AFONSO SUGIYAMA**, brasileiro, engenheiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 18.783.600-0 SSP/SP e regularmente inscrito no CPF/MF sob o nº 258.296.338-09, domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.294, 2º andar, Bairro Bela Vista, CEP 01310-100, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **SMARTFIT ESCOLA DE GINÁSTICA E DANÇA S.A.**, sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, nº 1.294, 2º andar, Bela Vista, São Paulo – SP, CEP 01310-100, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 07.594.978/0001-78 (“Companhia”), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.



---

**AFONSO SUGIYAMA**  
Diretor de Relações com Investidores



**2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores**

<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	385-9
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
<b>CPF/CNPJ</b>	49.928.567/0001-11
<b>Período de prestação de serviço</b>	01/02/2011
<b>Descrição do serviço contratado</b>	Serviços relacionados à auditoria externa de: (i) auditoria independente das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A. ("Companhia"), relativa ao exercício social de 2016; (ii) Revisão limitada das informações financeiras trimestrais da Companhia referentes ao trimestre findos em 31 de março de 2016, 30 de junho de 2016 e 30 de setembro de 2016; (iii) auditoria independente das demonstrações financeiras individuais da Smart Rio Academia de Ginástica S.A., subsidiária da Companhia, relativa ao exercício social de 2016; (iv) Revisão limitada das demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2017, 30 de junho de 2016, 31 de março de 2017 e 31 de março de 2016; (v) Reemissão dos relatórios de 31 de dezembro de 2016, de 2015 e de 2014 para cumprimento das normas da CVM; e (vi) Procedimentos para registro como companhia aberta no Brasil.
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	O montante total da remuneração dos auditores independentes no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 661.000,00, correspondente a honorários de auditoria, divididos da seguinte forma: (i) R\$ 360.000,00; (ii) R\$ 251.000,00 e (iii) R\$ 50.000,00. O montante total da remuneração dos auditores independentes para os demais serviços, que serão pagos durante o exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2017, será de R\$ 517.000,00, correspondente a honorários de auditoria, divididos da seguinte forma: (iv) R\$ 380.000,00; (v) R\$ 87.000,00 e (vi) R\$ 50.000,00.
<b>Justificativa da substituição</b>	Não aplicável
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	Não aplicável

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
EDUARDO FRANCO TENÓRIO	01/02/2011 a 31/12/2015	132.142.498-19	Av. Dr. Chucri Zaidan 1240, 10º andar, Vila São Francisco, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-130
Ismar de Moura	01/01/2016	051.550.278-29	Av. Dr. Chucri Zaidan 1240, 9º andar, Vila São Francisco, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-130

### **2.3 - Outras informações relevantes**

As subsidiárias internacionais da Companhia no México, Colômbia e Peru contratam empresas-membro da Deloitte Touche Tohmatsu Limited em cada um dos países, afiliadas a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, para serviços de auditoria independente de demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e para serviços de diligência em possíveis aquisições.

**3.1 - Informações Financeiras - Consolidado**

<b>(Reais)</b>	<b>Exercício social (31/12/2016)</b>	<b>Exercício social (31/12/2015)</b>	<b>Exercício social (31/12/2014)</b>
Patrimônio Líquido	443.301.000,00	261.873.000,00	224.878.000,00
Ativo Total	1.154.237.000,00	942.151.000,00	852.632.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	641.196.000,00	535.700.000,00	408.239.000,00
Resultado Bruto	199.593.000,00	172.488.000,00	137.239.000,00
Resultado Líquido	-21.577.000,00	-1.095.000,00	9.635.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	14.610.138	12.950.267	0
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	30,342010	20,221440	0,000000
Resultado Básico por Ação	-1,647900	-0,382200	0,000000
Resultado Diluído por Ação	-1,64	-0,38	0,00

### 3.2 - Medições não contábeis

#### (a) valor das medições não contábeis

O "EBITDA" (*earnings before interest, tax, depreciation and amortization*), sigla em inglês para denominar o "LAJIDA" (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), é uma medida não contábil que corresponde ao lucro líquido ou prejuízo do período e/ou do exercício, acrescido do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O EBITDA é utilizado pela Companhia para medir o desempenho operacional de seus negócios. A Companhia utiliza o EBITDA nos termos da Instrução CVM 527.

<i>(Em milhares de R\$)</i>	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
EBITDA	172.426	171.532	124.535
Margem EBITDA <sup>1</sup>	26,9%	32,0%	30,5%

<sup>1</sup> Significa EBITDA / Receita Líquida

#### b. conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

<i>(Em milhares de R\$)</i>	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita Líquida	641.196	535.700	408.239
Lucro (prejuízo) do exercício	(21.577)	(1.095)	9.635
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	13.347	12.844	10.488
(+) Resultado Financeiro	73.567	68.771	41.958
<u>(+) Depreciação e amortização</u>	<u>107.089</u>	<u>91.012</u>	<u>62.454</u>
EBITDA	172.426	171.532	124.535
<u>(-) Receita Líquida</u>	<u>641.196</u>	<u>535.700</u>	<u>408.239</u>
Margem EBITDA	26,9%	32,0%	30,5%

#### c. motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA é utilizado como uma medida prática de aferição do desempenho da Companhia, motivo pelo qual a administração entende ser importante a sua inclusão neste Formulário de Referência

O EBITDA funciona como um indicador da capacidade da Companhia de produzir resultados operacionais independentemente (i) da forma através da qual os negócios da Companhia são financiados, (ii) do ambiente e estrutura fiscal a qual o negócio está sujeito e (iii) das necessidades de reinvestimento do negócio. Dessa forma, além de outras coisas, o EBITDA não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações de carga tributária do IRPJ e da CSLL ou alterações nos níveis de depreciação e amortização. Ele também permite uma melhor comparação do desempenho financeiro da Companhia com o de outras empresas do mesmo segmento, ainda que em outros países e mesmo que estas outras empresas possam não usar a mesma definição do indicador.

### **3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras**

Não ocorreram eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

### 3.4 - Política de destinação dos resultados

	2016	2015	2014
<b>Regras sobre retenção de lucros</b>	<p>De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) poderão deliberar e reter parcela do lucro líquido do exercício, alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado.</p> <p>Ademais, a Lei das Sociedades por Ações, bem como o Estatuto Social da Companhia (“Estatuto Social”) estabelecem que 5% do lucro líquido da Companhia será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social.</p> <p>A Companhia não possui previsão estatutária de retenção de lucro, com exceção da constituição de reserva legal e reservas previstas em lei.</p>		
<b>Valores das retenções de lucros</b>	<p>Não foram realizadas retenções de lucros nesse exercício social, uma vez que a Companhia não apurou lucro contábil neste exercício.</p>	<p>Reserva legal: R\$0</p> <p>RESERVA com base em orçamento de capital, após a absorção do prejuízo do exercício social de 2015: R\$910</p> <p>A reserva acima foi constituída conforme AGO realizada em 16.12.2016. A reserva foi revertida com a reapresentação de resultado do exercício social de 2015.</p>	<p>Não foram realizadas retenções de lucros nesse exercício social, uma vez que a Companhia não apurou lucro contábil neste exercício.</p>
<b>Regras sobre distribuição de dividendos</b>	<p>O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório. O saldo remanescente, após atendida as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observado a legislação aplicável.</p> <p>O estatuto social da Companhia prevê adicionalmente que as ações preferenciais classe A, classe AB, classe AC, classe AE, classe AF e classe AG conferem aos seus respectivos titulares o direito ao recebimento de (i) dividendos prioritários equivalentes (i.a) (I) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado com base nas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais de 2015 a 2018, ou (II) ao montante total de dividendos determinado pelos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras relativas aos referidos exercícios, se superar o valor mencionado em (I), limitado em até 99% (noventa e nove por cento) do lucro líquido apurado em tais demonstrações financeiras e (i.b) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado nas demonstrações financeiras relativas a cada um dos exercícios sociais subsequentes ao de 2018; e (ii) dividendos correspondentes ao saldo remanescente do lucro líquido, após a distribuição de dividendos prioritários conforme os itens anteriores, em igualdade de condições com os demais acionistas.</p>		
<b>Periodicidade das distribuições de dividendos</b>	<p>A distribuição dos dividendos da Companhia, salvo deliberação em contrário, serão pagos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data da deliberação de sua distribuição e, em qualquer caso, dentro do exercício social, conforme aprovado em cada assembleia geral ordinária da Companhia. Além disso, de acordo com o Estatuto Social, a Companhia poderá, a qualquer tempo, determinar a elaboração de balanços referentes a qualquer período de tempo e aprovar a distribuição de dividendos, intermediários ou antecipados, à conta do lucro apurado nos referidos balanços ou de lucros acumulados ou reservas de lucros, que deverão sempre ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, observado os limites e procedimentos previstos em lei.</p>		
<b>Restrições à distribuição de dividendos</b>	<p>A 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações da Companhia, conforme descrita no item 18.5 deste Formulário de Referência, restringe, sob pena de vencimento antecipado das Debêntures, a distribuição pela Companhia, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outro tipo de remuneração aos acionistas, exceto pró labore e dividendos mínimos obrigatórios, conforme artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso (i) a Companhia esteja inadimplente com qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures,</p>		

**3.4 - Política de destinação dos resultados**

	2016	2015	2014
	<p>prevista na sua escritura de emissão ou no contrato de cessão fiduciária associado a debênture; (ii) a Companhia não mantiver o fluxo mínimo mensal de recebíveis de cartão de crédito, dados em garantia a debênture, nos termos estabelecidos no contrato de cessão fiduciária associado a debênture; e/ou (iii) o índice financeiro definido na sua escritura de emissão não esteja sendo cumprido. Esta restrição se tornou aplicável desde a emissão da debênture em 18 de outubro de 2016.</p> <p>Com exceção da condição acima e do disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições adicionais quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.</p>		
<b>Política de destinação de recursos</b>	<p>Não Aplicável, uma vez que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.</p>		



**3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido**

(Reais)	Exercício social 31/12/2016	Exercício social 31/12/2015	Exercício social 31/12/2014
Lucro líquido ajustado	-22.225.000,00	-4.683.000,00	-1.842.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	-264,744822	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,000000	-1,857007	0,000000
Dividendo distribuído total	0,00	12.398.000,00	0,00
Lucro líquido retido	0,00	0,00	0,00
Data da aprovação da retenção			

Lucro líquido retido	Exercício social 31/12/2016		Exercício social 31/12/2015		Exercício social 31/12/2014	
	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
	0,00		0,00		0,00	

### **3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas**

O montante de dividendos declarados no exercício social de 2015 foi de R\$12.398 mil e foram declarados à conta de lucros retidos. Os dividendos distribuídos em 2015 eram suportados pelos resultados publicados no momento da aprovação de contas e destinação de resultados. Com a reapresentação dos resultados de 2015, a Companhia passou a apresentar prejuízos em 31 de dezembro de 2015.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2014 não foram declarados pela Companhia dividendos à conta de lucros retidos nem reservas constituídas em exercícios anteriores.

**3.7 - Nível de endividamento**

<b>Exercício Social</b>	<b>Soma do Passivo Circulante e Não Circulante</b>	<b>Tipo de índice</b>	<b>Índice de endividamento</b>	<b>Descrição e motivo da utilização de outro índice</b>
<b>31/12/2016</b>	710.935.812,00	Índice de Endividamento	1,60373081	
	0,00	Outros índices	1,37135670	Dívida Líquida / LAJIDA: Método: endividamento líquido em 31 de dezembro de 2016, dividido pelo LAJIDA do exercício de 2016. A Companhia acredita que o índice de dívida líquida sobre LAJIDA seja apropriado para a correta compreensão da situação financeira da companhia, pois mensura sua capacidade de pagar a dívida através de sua geração operacional de caixa. Adicionalmente, a Companhia utiliza tal índice como índice financeiro em obrigações (covenants) relacionadas com alguns de seus contratos de financiamento e debêntures.

**3.8 - Obrigações**

<b>Exercício social (31/12/2016)</b>							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		4.113.787,31	6.592.194,95	4.051.947,83	0,00	14.757.930,09
Títulos de dívida	Garantia Real		12.136.752,57	203.943.734,72	64.600.660,20	0,00	280.681.147,49
Empréstimo	Garantia Real		47.442.647,92	117.320.821,90	9.160.662,92	0,00	173.924.132,74
<b>Total</b>			<b>63.693.187,80</b>	<b>327.856.751,57</b>	<b>77.813.270,95</b>	<b>0,00</b>	<b>469.363.210,32</b>

**Observação**

As informações referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Foram utilizados os seguintes critérios para a classificação das obrigações da Companhia:

- (i) Dívidas com garantia real: todas dívidas garantidas por algum tipo de ativo da Companhia: cessão fiduciária de recebíveis de cartão de crédito ou ativos imobilizados (equipamentos e imóveis)
- (ii) Dívidas sem garantia real: todas dívidas que não tinham nenhum tipo de ativo da Companhia como garantia

### 3.9 - Outras informações relevantes

Em complementação ao item 3.5, segue abaixo uma tabela com as datas de antecipação de pagamento de dividendos ocorridas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Para os anos de 2014 e 2016, não houve distribuições de dividendos.

Lucro líquido retido		Montante	Pagamento dividendo
<b>Dividendo Obrigatório</b>			
Ordinária		550.000,00	20/01/2015
Ordinária		1.201.408,21	20/02/2015
Ordinária		663.480,00	19/03/2015
Ordinária		4.011.791,79	31/03/2015
Ordinária		663.480,00	14/04/2015
Ordinária		664.480,00	19/05/2015
Ordinária		664.480,00	18/06/2015
Ordinária		664.480,00	14/07/2015
Ordinária		657.480,00	18/08/2015
Ordinária		664.480,00	17/09/2015
Ordinária		663.480,00	15/10/2015
Ordinária		664.480,00	16/11/2015
Ordinária		664.480,00	14/12/2015
<b>Juros Sobre Capital Próprio</b>			
Ordinária		-	-

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e que acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem lhe afetar adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos pela Companhia atualmente ou que a Companhia considere irrelevantes também poderão lhe afetar adversamente.

Para os fins desta seção "4. Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção "4. Fatores de Risco" devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção "4. Fatores de Risco", cabe ressaltar que determinados fatores de risco que estejam em um subitem podem também se aplicar a outros subitens da mesma seção.

### **(a) Riscos relacionados à Companhia**

#### ***A Companhia pode vir a enfrentar dificuldades na abertura e desenvolvimento das suas unidades.***

O crescimento da Companhia está intimamente ligado à sua capacidade de abrir novas unidades, desenvolver as unidades existentes, bem como identificar e aproveitar novas oportunidades de negócios com sucesso. A sua capacidade de abrir novas unidades e desenvolver as unidades existentes com êxito depende de vários fatores. Esses fatores incluem, entre outros, a disponibilidade de recursos financeiros ou de financiamento em termos aceitáveis, além da sua capacidade de identificar locais apropriados para novas unidades, o que envolve a coleta e análise de dados demográficos e de mercado para determinar se há demanda suficiente para os seus serviços nos locais relevantes, bem como a aquisição de pontos comerciais ou a negociação de contratos de locação em termos aceitáveis.

A legislação local referente a imóveis, uso do solo, zoneamento, dentre outras, pode vir a restringir a destinação, construção ou revitalização dos imóveis em que a Companhia opera os seus diversos formatos. Ademais, determinadas leis locais que restrinjam as suas operações, bem como alterações urbanísticas ou de infraestrutura nos arredores de suas unidades existentes ou de unidades em processo de construção ou planejamento, podem afetar negativamente a capacidade da Companhia de abrir novas unidades ou renovar, realocar ou expandir unidades existentes em certas cidades ou estados, incluindo áreas de mercado em que ainda não possui operações e, conseqüentemente, afetar adversamente os seus resultados operacionais.

Além disso, se os clientes nos mercados em que a Companhia tiver a possibilidade de expandir ou construir unidades com um novo formato não forem receptivos aos seus conceitos ou, de outra forma,

#### 4.1 - Descrição dos fatores de risco

não forem receptivos à sua presença em tais mercados, a Companhia poderá sofrer efeitos adversos relevantes.

***A perda de membros de sua administração poderá ocasionar um efeito adverso relevante para a Companhia.***

A capacidade da Companhia de manter uma posição competitiva depende significativamente dos serviços prestados por sua administração e da cultura corporativa que a sua administração promove. A perda de membros da administração da Companhia pode prejudicar suas operações e ter um efeito adverso em seus negócios. Em caso de renúncia de membros da sua administração, a Companhia pode não ser capaz de manter sua cultura ou de substituí-los por indivíduos com a mesma experiência e qualificação. Os membros de sua administração podem deixar a Companhia por uma série de razões e o impacto dessas perdas é difícil de prever, o que pode dificultar a implementação dos planos estratégicos da Companhia e ocasionar um efeito adverso em suas operações.

***Se a Companhia não conseguir atrair, desenvolver e reter colaboradores compromissados com a sua cultura e suas marcas no processo de expansão, suas operações poderão ser adversamente afetadas.***

A Companhia acredita que seu potencial de crescimento e o alcance de suas metas corporativas orientadas por resultados estão diretamente relacionados à sua capacidade de atrair, desenvolver e reter os melhores colaboradores compromissados com sua cultura e suas marcas. A concorrência por esses colaboradores é intensa e a Companhia pode não ser capaz de atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerenciar colaboradores suficientemente qualificados, o que pode afetar adversamente seus negócios.

Na medida em que a Companhia expande seus negócios para diferentes localidades no Brasil e em outros países da América Latina, pode ser incapaz de identificar, contratar, desenvolver e manter trabalhando com ela um número suficiente de colaboradores com conhecimentos e habilidades específicas, os quais estejam compromissados com sua cultura corporativa. Tal falha poderia resultar em uma piora em seu atendimento ao cliente e/ou no desempenho dos seus colaboradores, e conseqüentemente em um enfraquecimento das suas marcas. A Companhia entende que a manutenção de sua cultura organizacional e as suas marcas são cruciais para seus planos de negócio. O insucesso em manter tal cultura e essas marcas pode afetar adversamente seus negócios e resultados operacionais.

***A Companhia pode não ser capaz de administrar seu crescimento de forma efetiva e manter controles internos efetivos, o que pode ter um efeito negativo relevante sobre seus negócios, resultados operacionais e situação financeira.***

A Companhia espera continuar a ter um grande crescimento e significativa expansão de suas atividades em mercados atuais e, possivelmente, em novos mercados. Para administrar o crescimento de forma

#### 4.1 - Descrição dos fatores de risco

efetiva e integrada, deve implementar, gerir e aprimorar a expansão dos sistemas operacionais, procedimentos e controles internos de forma oportuna e com possíveis adaptações. Caso a Companhia não implemente estes sistemas, procedimentos e controles de forma oportuna, poderá não ser capaz de manter seus clientes ou obter novos negócios, contratar ou manter novos funcionários, concluir futuras potenciais aquisições ou operar seus negócios de forma efetiva, eficaz e eficiente, tendo futuros resultados operacionais não condizentes com os obtidos nos últimos exercícios sociais.

Ademais, a Companhia não pode ter certeza de que estima, qualitativa ou quantitativamente, de forma correta, os custos e riscos associados com a sua expansão, ou que os seus sistemas, procedimentos, processos de negócios e controles gerenciais serão suficientes para suportar a rápida expansão de suas operações, incluindo a expansão para novos mercados e verticais.

Caso a Companhia não seja capaz de gerenciar com sucesso a expansão, bem como de manter ou aumentar seus níveis históricos de crescimento, o negócio, os resultados operacionais poderão vir a ser adversamente afetados.

***Pode haver impossibilidade ou dificuldade de manutenção ou renovação dos atuais e/ou não celebração de novos contratos de locação ou celebração de novos contratos de locação em condições favoráveis. Ademais, a Companhia pode vir a pagar multas contratuais em caso de rescisão de contratos de locação relativos às unidades que decidir fechar.***

A maior parte das unidades da Companhia são alugadas. A Companhia não pode garantir que conseguirá alugar todos os imóveis nos quais tem interesse. Dado que a localização dos imóveis da Companhia representa um fator importante de sua estratégia de vendas, caso uma quantidade significativa de locações já contratadas não seja renovada ou caso novos contratos de locação não sejam celebrados em condições satisfatórias, a Companhia poderá ser adversamente afetada. Ademais, caso a Companhia decida fechar suas unidades, por qualquer motivo, poderá ter que pagar multas contratuais pela rescisão de contratos de locação, o que pode afetar adversamente seus negócios.

No Brasil, os contratos de locação por prazo determinado em que a Companhia figura como locatária têm, em sua maioria, prazos locatícios iguais ou superiores a 5 (cinco) anos, podendo ou não ser renovados seja amigável, seja judicialmente, nos termos da Lei de Locações. Ademais, a Companhia não possui todos os seus contratos de locação registrados e averbados nas matrículas dos imóveis, portanto há contratos de locação da Companhia que não estão registrados nos respectivos cartórios de imóveis, o que poderá acarretar na necessidade de desocupação, caso o locador venda o imóvel locado sem oferecer à Companhia o direito de adquiri-lo.

***Falhas em administrar adequadamente sua alavancagem financeira, inclusive através do cumprimento de cláusulas restritivas (covenants) em contratos que regem o seu endividamento, podem afetar adversamente a capacidade da Companhia em operar seu negócio.***



#### 4.1 - Descrição dos fatores de risco

Os contratos de certas dívidas da Companhia contêm, e outros instrumentos de dívida futuros podem conter, diversas disposições que limitam a capacidade da Companhia, entre outros fatores, de contrair mais dívidas, exceder certos índices financeiros, bem como pagar dividendos e outras distribuições (*covenants*). Essas restrições podem limitar a capacidade da Companhia de pagar dividendos a seus acionistas e podem limitar também sua flexibilidade em operar seu negócio. Além disso, qualquer violação a essas e a outras disposições de seus contratos financeiros podem resultar em inadimplemento ou evento de inadimplemento. Em caso de evento de inadimplemento, os credores podem exercer direitos ou remédios, segundo esses contratos e a lei aplicável.

A Companhia pode contrair outras dívidas no futuro para financiar aquisições, investimentos ou outras finalidades, assim como para conduzir suas operações, sujeitando-se às restrições aplicáveis à dívida existente. Se a Companhia contrair mais dívidas, os riscos associados à sua alavancagem podem aumentar, e, caso seja incapaz de manter os índices financeiros especificados ou cumprir outras disposições específicas, seus credores podem vencer tal dívida, o que geraria um impacto relevante e adverso em seu negócio, resultados operacionais e na sua condição financeira. Os ativos e fluxo de caixa da Companhia podem não ser suficientes para amortizar integralmente os empréstimos em caso de um evento de inadimplemento. Ademais, as limitações para contrair dívidas podem afetar a capacidade da Companhia de contrair novos empréstimos ou obter financiamentos necessários para financiar suas atividades, o que poderia resultar em um efeito adverso relevante em seus negócios, resultados operacionais e condição financeira.

***A Companhia depende largamente da eficácia das campanhas de propaganda e marketing.***

É parte inerente do negócio da Companhia o empenho de recursos significativos para campanhas de propaganda e *marketing*, com o intuito de promover a atratividade e movimento em suas unidades. Caso tais campanhas não alcancem as metas e objetivos esperados, a Companhia pode ter impactos negativos em sua rentabilidade e não gerar a desejada valorização de suas marcas. Consequentemente, seu resultado operacional e sua situação financeira podem ser afetados negativamente.

***A Companhia pode não ser capaz de realizar associações, aquisições e/ou reorganizações societárias, no Brasil ou no exterior, no momento e em condições, termos ou preços desejados. Adicionalmente, tais associações, aquisições e/ou reorganizações societárias podem não trazer os resultados que a Companhia espera e/ou a Companhia pode não ser capaz de integrá-las com sucesso aos seus negócios. As associações, aquisições e reorganizações societárias apresentam muitos riscos que poderão afetar adversamente as operações e receitas da Companhia.***

Um dos objetos sociais da Companhia, conforme previsto em seu estatuto social, é a participação em outras sociedades. Como parte da execução de sua estratégia operacional e financeira, a Companhia pode realizar avaliações de negócios para aquisições integrais ou parciais, inclusive avaliações relativas a aquisições que possam ser significativas em tamanho e/ou relevância estratégica.

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

O sucesso das associações, aquisições e/ou reorganizações societárias que a Companhia realiza depende, principalmente, da sua capacidade de identificar novas oportunidades, seja em novos mercados ou em mercados nos quais a Companhia já atua, negociar aquisições, associações ou parcerias, e de integrá-los de forma satisfatória aos seus negócios. Assim, para que tais operações sejam bem-sucedidas a Companhia deve ser capaz de estabelecer premissas precisas e corretas relativas a avaliação, operações, potencial de crescimento, integração e outros fatores relacionados aos respectivos negócios.

A Companhia não pode garantir que as suas associações, aquisições ou investimentos produzirão os resultados que espera no momento em que celebra ou conclui uma determinada transação. Além disso, as aquisições podem resultar em dificuldades na integração das empresas adquiridas, bem como no desvio do capital da Companhia e da atenção da sua administração de outras questões e oportunidades de negócios.

Ademais, a Companhia pode não ser capaz de identificar negócios que ofereçam oportunidades adequadas de adquirir tais instituições, entidades ou participações societárias em termos favoráveis. Caso existam oportunidades adequadas de aquisição ou manutenção de participação societária, a Companhia pode incorrer em riscos adicionais que incluem, mas não se limitam a:

- a participação societária ou contratual via *joint venture*, por exemplo, dentre outras, pode não contribuir com a estratégia comercial da Companhia ou com a sua imagem;
- a Companhia pode enfrentar um passivo contingente relativo a, entre outras, questões civis, tributárias, trabalhistas, previdenciárias e questões de propriedade intelectual, práticas contábeis, divulgações de demonstrações financeiras ou controles internos das participações-alvo;
- o processo de aquisição pode ser demorado e a atenção da administração da Companhia pode ser desviada de operações do dia-a-dia;
- os investimentos em aquisições podem não gerar os retornos esperados;
- a estrutura de custos das participações societárias poderá ser diferente da estrutura da Companhia, que pode não ser capaz de adequar tais estruturas à sua;
- as aquisições podem gerar ágio, cuja amortização resultará na redução do lucro líquido do exercício e dividendos da Companhia;
- a Companhia pode perder membros da administração dos negócios em que tem participação acionária, causando efeitos adversos à estratégia da participação-alvo e/ou da Companhia;
- as aquisições de participações societárias podem ser sujeitas à notificação e aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), com efeitos adversos aos retorno e risco da Companhia e da possível operação; e
- a Companhia pode não ter sucesso na viabilização de recursos adicionais para dar continuidade a uma possível estratégia de aquisição de participação acionária.

Dessa forma, podemos não conseguir integrar com sucesso as operações que a Companhia adquirir. Se a Companhia não integrar com êxito as aquisições, os seus negócios poderão sofrer consequências. Além disso, a integração de qualquer uma das empresas adquiridas e seus resultados financeiros pode afetar os resultados operacionais da Companhia de maneira adversa.

***A Companhia é uma holding e depende dos resultados operacionais de suas subsidiárias.***

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Companhia, além de ter suas próprias operações, é a *holding* que reúne todas as participações nas subsidiárias e entidades sob controle comum no Brasil e na América Latina. Portanto, além dos resultados gerados por sua própria operação, também depende dos resultados operacionais de suas empresas subsidiárias. A capacidade da Companhia de cumprir com suas dívidas e outras obrigações depende da sua geração de fluxo de caixa e das suas subsidiárias, e a capacidade de suas subsidiárias em disponibilizar caixa para Companhia na forma de pagamentos de juros sob capital próprio, repagamento de dívida, dividendos, entre outros. Ademais, restrições legais e contratuais podem limitar a capacidade da Companhia de obter caixa de suas subsidiárias. Se a Companhia não receber distribuições de suas subsidiárias, pode ser incapaz de efetuar os pagamentos exigidos de principal e juros de suas dívidas, ou honrar outras obrigações. Qualquer alteração adversa na condição financeira ou nos resultados operacionais de suas subsidiárias poderia adversa e relevantemente afetar o negócio, condição financeira ou os resultados operacionais da Companhia.

***Falhas na proteção do banco de dados da Companhia, que incluem dados confidenciais dos clientes, poderão causar um efeito adverso para a Companhia e poderá expor a Companhia a riscos de processos judiciais.***

A Companhia mantém um banco de dados com informações sobre as pessoas físicas devidamente cadastradas como seus clientes, inclusive informações envolvendo seus cartões de crédito, débito e contas bancárias, o qual pode ser objeto de acesso não autorizado. Caso a Companhia sofra uma quebra em seus procedimentos de segurança, a integridade dos seus bancos de dados pode ser afetada em virtude do uso inapropriado de tais informações. Dúvidas ou desconfiças quanto à segurança e privacidade dos dados de seus clientes podem afetar a reputação da Companhia, fazendo com que os clientes resistam em se matricularem nas suas unidades, o que pode afetar a Companhia de forma significativa. Ademais, qualquer uso indevido ou não autorizado de informações dos clientes ou qualquer percepção pública de que a Companhia divulgou informações de clientes sem sua autorização prévia poderão sujeitar a Companhia a processos judiciais, o que pode afetá-la adversamente.

Ademais, os esforços para proteção desses dados inseridos e/ou disponibilizados em sistemas da Companhia podem não garantir que essas proteções sejam adequadas e que atendam às regras estabelecidas na legislação vigente relativa à coleta, tratamento e uso de dados dos usuários no ambiente da Internet. A não observância de determinados termos da legislação aplicável, especialmente no que tange (i) ao consentimento expresso dos usuários para coleta e tratamento de seus dados; (ii) aos prazos legais de armazenamento e exclusão de dados dos usuários, e; (iii) à adoção dos padrões de segurança legalmente exigidos para a preservação e inviolabilidade dos dados coletados e armazenados, pode gerar penalidades à Companhia, tais como multas. Desta forma, o uso inadequado dos dados de terceiros em seus sistemas e/ou a ausência de medidas suficientes para proteger tais dados podem resultar em custos significativos e desviar os recursos e a atenção da administração da Companhia, o que poderá adversamente afetar seus negócios, posição competitiva, situação financeira, resultados operacionais e fluxos de caixa.

***Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia.***

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

Atualmente, a Companhia é parte de uma série de processos judiciais e administrativos relacionados a questões cíveis, consumeristas, trabalhistas, administrativas, tributárias, entre outras. A Companhia não pode garantir que esses processos judiciais serão decididos em seu favor. A Companhia constitui provisões em relação aos processos em que a probabilidade de perda foi classificada pelos seus advogados externos e departamento jurídico como provável. Caso ações que envolvam um valor substancial e em relação às quais a Companhia não tem nenhuma provisão ou tem provisão significativamente inferior ao montante da perda em questão, sejam decididas, em definitivo, de forma desfavorável, a Companhia pode sofrer um efeito adverso relevante sobre seus negócios.

Além das provisões contábeis e de honorários advocatícios relacionados a esses processos judiciais, a Companhia pode ser compelida a realizar depósitos judiciais para garantia de tais processos judiciais, o que poderá afetar adversamente sua liquidez e condição financeira.

Adicionalmente, alguns dos processos em andamento contra a Companhia questionam elementos relevantes de seu modelo de negócio, como a estrutura de preços de seus planos e a cobrança predominantemente via meios eletrônicos. Caso a decisão destas ações, ou outras similares que venham a ser propostas no futuro, sejam desfavoráveis a Companhia, a Companhia pode ter de alterar seu modelo de negócio e pode sofrer um efeito adverso relevante.

***Os direitos de propriedade intelectual da Companhia, incluindo marcas comerciais e nomes comerciais, podem ser violados, desviados ou desafiado por terceiros.***

A Companhia acredita que suas marcas e os direitos de propriedade intelectual a elas relacionados são importantes para seu contínuo sucesso. A Companhia busca proteger suas marcas comerciais e nomes comerciais, direitos autorais e outros direitos de propriedade intelectual exercendo seus direitos de acordo com as leis federais e estaduais aplicáveis nos mercados em que atua. Se a Companhia não conseguir defender seus direitos de propriedade intelectual de maneira bem-sucedida por qualquer razão, ou se um terceiro utilizar ou registrar suas marcas indevidamente ou infringir suas direitos de propriedade intelectual, o valor de suas marcas pode ser atingido, o que pode causar um efeito material adverso nos negócios da Companhia, no resultado de suas operações e condição financeira. Nesse contexto, eventual dano à reputação da Companhia pode diminuir o número de seus clientes ou tornar mais difícil a atração de novos clientes.

Adicionalmente, como a Companhia ainda não tem parte de suas marcas registradas em todas as praças em que opera ou pode vir a operar, ela pode ter que investir em adequações de suas marcas, caso não tenha êxito no pedido de registro ou caso alguma das marcas utilizadas pela Companhia não esteja disponível no território quando a Companhia vier a operar nele.

A Companhia, também, pode, de tempos em tempos, ter que se envolver em ações judiciais para reforçar suas marcas comerciais e outros direitos de propriedade intelectual. Terceiros podem também considerar que a Companhia infringiu, desviou ou de outra forma violou seus direitos de propriedade, o que pode leva-los a propor ações contra a Companhia. Como processos judiciais são inerentemente

#### 4.1 - Descrição dos fatores de risco

incertos, podem gerar custos substanciais, impactando as vendas de adesão e a rentabilidade da Companhia, independentemente de sua capacidade de defender ou reforçar seus direitos de propriedade.

***Qualquer deterioração das relações de trabalho com seus funcionários ou paralisações significativas da força de trabalho pode afetar adversamente o negócio, os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia.***

Os direitos trabalhistas dos funcionários da Companhia variam de país para país que a Companhia atua. Instrumentos que asseguram direitos como dissídios coletivos ou outros acordos podem ser renegociados dentro dos prazos estabelecidos em lei, mas não em termos idealizados pela Companhia. Ademais, a Companhia não pode garantir que uma desaceleração no trabalho, paralisação ou greve não ocorra em qualquer uma de suas unidades. Desacelerações, paralisações, conflitos com sindicatos ou outros desenvolvimentos ou conflitos trabalhistas podem resultar na redução de clientes e publicidade adversa para a Companhia, gerando um efeito adverso relevante nos seus negócios, resultados operacionais e na sua condição financeira.

***Aumentos de salários podem reduzir a margem de lucro da Companhia, bem como a sua incapacidade de negociar de forma adequada com os sindicatos aos quais seus empregados são filiados poderá afetar adversamente o negócio, os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia.***

Os salários e benefícios de seus empregados são custos significativos da Companhia. Especialmente no Brasil, os níveis de salário para empregados vêm aumentando nos últimos anos, em função de novas leis, acordos sindicais e outras razões, tais como maior concorrência por empregados e maior demanda por serviços de tecnologia da informação. Em vista disso, é possível que a Companhia não consiga repassar os aumentos de salário aos preços de seus serviços, o que pode vir a reduzir suas margens. Caso a Companhia repasse tais aumentos, poder vir a deixar de ser competitiva em relação aos seus concorrentes no mercado.

Adicionalmente, no Brasil, atualmente maior mercado de atuação da Companhia, os empregados da Companhia são filiados a diferentes sindicatos de trabalhadores e, de acordo com as leis trabalhistas, a Companhia é obrigada a negociar anualmente com os sindicatos que entender serem legítimos, os níveis salariais, benefícios, jornadas, entre outros. Se a Companhia não for capaz de eleger corretamente o sindicato, pode sofrer questionamentos e, se não for capaz de satisfatoriamente conduzir as negociações com os sindicatos dos empregados, pode ser obrigada a aumentar os níveis dos salários em valores superiores aos índices inflacionários ou conceder outros benefícios que podem resultar em um aumento nas despesas e afetar os negócios da Companhia.

***As operações conduzidas pelos franqueados da Companhia envolvem riscos que podem gerar efeitos adversos sobre os negócios da Companhia.***

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

Em 31 de dezembro de 2016, a Smartfit possuía 34 franqueados operando 59 unidades no Brasil e 2 franqueados internacionais (Chile e República Dominicana) operando 16 unidades.

Os franqueados da Companhia são contratualmente obrigados a operar suas unidades de acordo com os padrões operacionais, de segurança e de saúde estabelecidos no contrato celebrado entre eles e a Companhia. Entretanto, os franqueados são terceiros independentes que possuem, operam e fiscalizam as operações diárias de suas unidades, tendo autonomia em relação à operação e administração de suas franquias. Como resultado, o sucesso e a qualidade de qualquer unidade franqueada dependem do franqueado.

A Companhia não pode assegurar que seus franqueados terão estratégias de negócio ou recursos financeiros necessários para operar de maneira bem-sucedida suas franquias, e a legislação em alguns dos países nos quais temos operações franqueadas pode limitar a possibilidade de a Companhia encerrar ou modificar esses contratos de franquia. Além disso, circunstâncias como condições econômicas negativas, incluindo a inflação, elevados níveis de desemprego, dentre outros problemas operacionais e financeiros dos franqueados, podem fazer com que eles não consigam manter seu padrão de qualidade ou honrar seus compromissos financeiros.

Caso o franqueado deixe de honrar seus compromissos com os consumidores, a Companhia poderá ser responsabilizada, como parte integrante da cadeia de consumo, bem como a imagem e a reputação da Companhia poderão ser prejudicadas, o que pode causar a queda de confiança ou mudanças no comportamento dos clientes, comprometendo a reputação das marcas da Companhia. Adicionalmente, caso o franqueado não consiga operar suas unidades de maneira consistente com os padrões requeridos pela Companhia e em observância à legislação e regulamentação a ele aplicáveis, ou entre em disputas com seus colaboradores, a imagem e a reputação da Companhia também poderão ser prejudicadas. Todos estes fatores podem afetar de maneira relevante os resultados operacionais da Companhia.

Por fim, o modelo de negócios da Companhia baseado em franquias faz com que ela esteja sujeita a uma variedade de riscos adicionais dos franqueados (como descumprimento à lei anticorrupção, falência ou demais dificuldades financeiras e envolvimento em processos judiciais) os quais podem impactar a receita da Companhia proveniente dos *royalties* pagos pelos franqueados, prejudicar a reputação das marcas da Companhia e impactar de maneira adversa seus negócios e resultados operacionais.

***Perdas não cobertas pelos seguros contratados pela Companhia podem resultar em prejuízos, o que poderá gerar efeitos adversos sobre seus negócios.***

Os seguros contratados pela Companhia têm por objetivo garantir indenizações para perdas em suas unidades decorrentes de eventuais sinistros ocorridos. Não obstante, via de regra, certos tipos de riscos não são garantidos pelas seguradoras que atuam no mercado, dentre os quais guerra, caso fortuito, e força maior ou interrupção de certas atividades. Na eventualidade da ocorrência de qualquer um desses eventos não garantidos, a Companhia pode sofrer um revés financeiro para recompor e/ou reformar os ativos atingidos por tais eventos, o que poderá comprometer o andamento normal de suas atividades.

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

Adicionalmente, a Companhia pode ser responsabilizada judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros em decorrência de um eventual sinistro.

### ***A Companhia pode ser afetada substancialmente por violações à legislação anticorrupção.***

A Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (“Lei Anticorrupção”) introduziu o conceito de responsabilidade objetiva para pessoas jurídicas envolvidas em atos lesivos à administração pública, sujeitando o infrator a penalidades cíveis e administrativas. Semelhante à *Foreign Corrupt Practice Act* dos Estados Unidos da América, a Lei Anticorrupção considera sanções administrativas a serem aplicadas em consequência de um ato lesivo à administração pública. O não cumprimento de leis de combate à corrupção ou quaisquer investigações de má conduta ou execução de ações contra a Companhia pode condená-la em multas, perda de alvarás de funcionamento e danos à reputação, bem como a outras penalidades, o que pode afetar a Companhia de modo adverso relevante.

### ***Os titulares das ações ordinárias da Companhia poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.***

De acordo com o estatuto social da Companhia, a Companhia deve pagar aos seus acionistas, pelo menos, 1% do seu lucro líquido anual ajustado como dividendos mínimos obrigatórios, conforme calculado e ajustado nos termos da Lei de Sociedades por Ações. Dividendos intermediários e juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício fiscal podem compreender ao dividendo mínimo obrigatório da Companhia para o ano em que foi declarado. O lucro líquido da Companhia para o exercício social poderá ser capitalizado, utilizado para absorver prejuízos ou, de outra forma, retido, conforme permitido pela Lei de Sociedades por Ações, e poderá não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Além disso, a Lei de Sociedades por Ações permite que uma sociedade como a Companhia possa suspender a distribuição dos dividendos obrigatórios em qualquer exercício social específico, se seu Conselho de Administração informar aos seus acionistas que tal distribuição seria desaconselhável, tendo em vista a sua condição financeira. Se isso acontecer, os titulares das ações ordinárias da Companhia poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

### ***A captação de recursos adicionais por meio de uma oferta de ações ou títulos conversíveis em ações poderá diluir a participação acionária dos acionistas da Companhia.***

A Companhia pode no futuro captar recursos por meio da emissão pública ou privada de ações, títulos de dívida ou outros valores mobiliários conversíveis em ações. A captação de recursos adicionais por meio de oferta pública de ações ou de títulos de dívida ou outros valores mobiliários conversíveis em ações pode ser feita com exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e poderá, portanto, diluir a participação acionária dos investidores em suas ações. Adicionalmente, nos casos em que haja direito de preferência, investidores podem não considerar o preço de emissão vantajoso e deixar de subscrever as ações ou de títulos conversíveis em ações objeto da emissão, o que também pode levar à sua diluição.

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

### **(b) Riscos relacionados ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle**

#### ***A gestão da Companhia é fortemente influenciada por seus acionistas controladores.***

A gestão da Companhia é consideravelmente influenciada por seus acionistas controladores que orientam vários aspectos da condução de seus negócios. Assim, o falecimento ou afastamento de membros que compõem direta ou indiretamente seu bloco de acionistas controladores e que estão entre os seus principais executivos poderá afetar adversamente os negócios da Companhia, uma vez que sua estrutura é associada ao bom relacionamento mantido por seus acionistas controladores com seus colaboradores e seus principais fornecedores, franqueados e parceiros. A Companhia pode também se defrontar com questões sucessórias no futuro, o que poderá afetar adversamente seus resultados operacionais e situação financeira.

#### ***Os interesses dos atuais acionistas controladores da Companhia podem ser conflitantes com os interesses dos seus demais acionistas.***

Os acionistas controladores da Companhia têm o poder de eleger a maioria dos membros do seu Conselho de Administração, exercer o controle geral sobre a sua administração, determinar suas políticas, vender ou de alguma forma transferir ações que representem o controle da Companhia por eles detidas e determinar o resultado de qualquer deliberação dos seus acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, venda de todos ou substancialmente todos os ativos, assim como determinar a distribuição e pagamento de quaisquer dividendos futuros. Os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos, ou tomar outras decisões que podem ser conflitantes com os interesses dos seus demais acionistas e que podem não resultar em melhorias dos resultados operacionais da Companhia.

### **(c) Riscos relacionados aos acionistas**

A Companhia acredita que não está exposta, atualmente, a quaisquer riscos relevantes cuja fonte de risco primária sejam seus acionistas, além dos riscos relacionados ao acionista controlador que já foram tratados no item anterior.

### **(d) Riscos relacionados as controladas e coligadas**

#### ***Resultados negativos de sociedades controladas e "joint ventures" podem afetar negativamente o resultado operacional da Companhia.***

A Companhia detém participação direta em subsidiárias localizadas no México, Colômbia e Peru, empresas nas quais a Companhia realizou investimentos significativos na criação de "joint ventures", as quais são, pela sua própria natureza, mais arriscadas que sociedades comuns. Dessa forma, parte de



## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

seu resultado decorre do resultado de referidas sociedades e, sendo assim, o resultado não satisfatório delas poderá afetar negativamente o seu resultado.

No México e Colômbia, detemos o controle das "joint ventures" de maneira compartilhada, onde as principais decisões estratégicas são tomadas em consenso entre a Companhia e seu sócio local. A Companhia não pode assegurar que tais decisões tomadas em consenso estejam sempre alinhadas com os melhores interesses da Companhia, ou que permitam a tais operações alcançar os resultados que a Companhia espera.

### **(e) Riscos relacionados aos fornecedores**

***A Companhia não pode garantir que os seus fornecedores não se envolvam com práticas irregulares.***

A Companhia não pode garantir que os seus fornecedores não terão problemas com relação às condições de trabalho, sustentabilidade, quarteirização da cadeia produtiva e condições de segurança impróprias, ou que eles não usarão essas práticas irregulares para reduzir os custos dos produtos. Se um número significativo dos fornecedores da Companhia se envolver com essas práticas, a sua reputação poderá ser prejudicada e, como consequência, a percepção dos clientes, em relação à Companhia, poderá ser afetada adversamente, causando, assim, uma redução na sua receita operacional líquida e nos seus resultados operacionais.

***A Companhia pode ser responsabilizada de forma solidária ou subsidiária por dívidas trabalhistas de terceirizados.***

Caso as empresas terceirizadas que prestam serviços para a Companhia, como as empresas que atuam nos setores de estacionamento, construção civil, segurança, serviços de limpeza, dentre outros, não atendam às exigências da legislação trabalhista, a Companhia pode ser considerada solidária ou subsidiariamente responsável pelas dívidas trabalhistas destas empresas, podendo, assim, ser incluída no polo passivo de eventuais processos trabalhistas e eventualmente obrigados a efetuar o pagamento de condenações judiciais e demais penalidades, o que pode afetar a Companhia adversamente.

### **(f) Riscos relacionados aos clientes**

***A Companhia pode não identificar em tempo hábil ou responder de forma eficaz às tendências ou preferências dos clientes, o que pode afetar negativamente o seu relacionamento com os clientes.***

A Companhia compete com outras academias com base no preço, gama ou variedade de serviços, localização e *layout* das unidades. As tendências do mercado estão mudando constantemente e a Companhia pode não conseguir prever e responder rapidamente a essas mudanças. A incapacidade de identificar em tempo hábil ou responder de forma eficaz às mudanças nos gostos, preferências e padrões de consumo dos clientes pode afetar negativamente o relacionamento da Companhia com os

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

clientes, a demanda dos serviços que vende e a sua participação de mercado. Além disso, a mudança dos hábitos dos clientes pode exigir investimentos adicionais para que a Companhia possa abordar, de forma eficaz, as mudanças nas necessidades dos clientes.

Se a Companhia não conseguir adaptar o seu modelo de negócio, variedade de serviços ou *layout* das unidades, identificar locais e abrir unidades em áreas preferenciais, rapidamente ajustar a sua variedade de serviços ou preços ou, de outra forma, não conseguir se ajustar às mudanças nas preferências dos clientes, os seus negócios e resultados operacionais poderão ser afetados negativa e substancialmente.

***Pagamentos atrasados ou falta de pagamento pelos clientes da Companhia e dificuldades de negociação, cobrança e recebimento de valores devidos pelos clientes pode causar um efeito adverso em seus negócios.***

A maioria dos clientes da Companhia realiza o pagamento da mensalidade por débito automático em conta corrente ou por cartões de crédito e débito. Existe um risco de que esses pagamentos agendados sejam recusados e, portanto, as mensalidades continuem sem pagamento. No curso ordinário de seus negócios, a Companhia usualmente resolve reclamações de falta de pagamento ou pagamento atrasado de mensalidades diretamente com os clientes. Após 90 dias sem pagamento, a Companhia cancela o plano do cliente por inadimplência. Um aumento de clientes que não efetuam pagamentos ou na quantidade de pagamentos recusados, bem como maiores dificuldades em recuperar mensalidades não pagas, podem ter um efeito adverso nos negócios da Companhia, em seus resultados operacionais e condição financeira.

Além disso, a alteração nos convênios ou nos demais contratos que a Companhia mantém com os bancos e com as credenciadoras de cartões de crédito para o pagamento das mensalidades, pode aumentar o risco de inadimplência e conseqüentemente os custos operacionais, afetando adversamente os resultados da Companhia.

***A Companhia pode estar sujeita a multas relevantes e litígios relacionados a riscos à saúde e à segurança em suas unidades.***

O uso dos serviços e acomodações da Companhia, incluindo os equipamentos para exercícios físicos, representa potenciais riscos à saúde e à segurança, incluindo graves lesões ou, até mesmo, morte, de clientes, convidados e empregados. Podem acontecer acidentes decorrentes de falhas nos equipamentos das unidades da Companhia, de instruções incorretas transmitidas pelos profissionais que trabalham nas unidades da Companhia, ou de utilização inadequada dos equipamentos por parte dos clientes. Tais acidentes podem causar lesões de diversos graus nos clientes, convidados e colaboradores da Companhia, trazendo o risco de que tais clientes, convidados e colaboradores busquem a responsabilização da Companhia pelos danos causados.

A Companhia continuamente monitora incidentes de saúde e segurança de seus clientes, incluindo fatalidades, visto que está sujeita a litígios ou multas por qualquer lesão ou morte sofrida por alguém usando as acomodações e serviços da Companhia. A Companhia pode não conseguir se defender de

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

maneira bem-sucedida dessas reclamações, e pode ser condenada ao pagamento de multas, danos e custos que excedam ou extrapolem o interesse segurado pelas coberturas contratadas pela Companhia. Adicionalmente, a ocorrência de acidentes de acordo com as circunstâncias descritas acima pode prejudicar a reputação da Companhia, e, conseqüentemente, pode impactar a capacidade da Companhia de atrair ou reter clientes, impactando de maneira relevante e adversa os negócios da Companhia, seus resultados operacionais e condições financeiras.

### **(g) Riscos relacionados aos setores da economia nos quais o emissor atue**

#### ***O negócio da Companhia depende da atração de novos clientes e da manutenção de clientes existentes.***

O negócio da Companhia depende da sua capacidade de atrair continuamente novos clientes, bem como manter os clientes já existentes.

No entanto, existem diversos fatores que podem levar ao declínio do número de clientes e/ou prejudicar a capacidade de captação de clientes pela Companhia, tais como:

- concorrência de outras academias de ginástica de baixo custo nos locais em que operam ou que desejam abrir novas unidades;
- concorrência de outras academias de ginástica *premium* nos locais em que operam ou que desejam abrir novas unidades;
- danos à reputação das marcas;
- falta de entrega de serviços de alta qualidade a um custo competitivo;
- saturação do mercado local de academias;
- aumento nas taxas de adesão e mensalidades;
- mudanças de preferência do consumidor de academias de baixo custo para academias com mais comodidades e serviços complementares;
- o envelhecimento ou a deterioração dos equipamentos e instalações oferecidos nas unidades;
- aumento da popularidade de equipamentos de ginástica domésticos, aplicativos de exercícios físicos e outros programas de exercícios on-line; e
- declínio no interesse do público em saúde e condicionamento físico.

O declínio no número de clientes ou a incapacidade de atrair novos clientes podem afetar o negócio e as receitas da Companhia.

#### ***A instabilidade política pode afetar adversamente os negócios da Companhia e seus resultados operacionais.***

Historicamente, o cenário político do Brasil influenciou e continua influenciando o desempenho da economia do país. Crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, o que resultou na desaceleração econômica e aumentou a volatilidade dos valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras.

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

Os mercados brasileiros têm vivenciado um aumento na volatilidade, devido às incertezas decorrentes da operação Lava Jato, que está sendo conduzida pelo Ministério Público Federal, e seu impacto sobre a economia e o cenário político do Brasil. Alguns membros do poder executivo federal e do poder legislativo, bem como diretores de grandes empresas estatais, estão enfrentando alegações de corrupção política por terem supostamente aceitado subornos, por meio de propinas, em contratos concedidos pelo governo para diversas empresas de construção, infraestrutura, petróleo e agronegócio. Esses subornos supostamente financiaram as campanhas políticas dos partidos da situação atual e passada do governo federal que não foram responsabilizados ou publicamente divulgados, além de terem servido para o enriquecimento pessoal dos beneficiários do regime de suborno. Como resultado, diversos políticos, incluindo ministros, senadores, deputados e diretores das principais empresas estatais do Brasil, renunciaram ou foram presos, e outros políticos eleitos e funcionários públicos estão sendo investigados por alegações de conduta antiética e ilegal identificada durante a operação Lava Jato.

O possível resultado dessas investigações é incerto, mas elas já tiveram um impacto negativo sobre a imagem e a reputação das empresas envolvidas, bem como na percepção geral do mercado sobre a economia brasileira. A Companhia não consegue prever se as alegações levarão a mais instabilidade política e econômica ou se haverá novas alegações contra funcionários do governo no futuro. Além disso, a Companhia não pode prever o resultado de nenhuma dessas alegações, nem os seus efeitos sobre a economia brasileira. O desenvolvimento dos casos pode afetar a Companhia de maneira negativa.

Adicionalmente, o Congresso Nacional abriu um processo de impeachment contra a então presidente Dilma Rousseff, em 2 de dezembro de 2015, por violar as leis orçamentárias durante o seu mandato. Em 31 de agosto de 2016, após um julgamento no Senado, a presidente Dilma Rousseff foi cassada e o vice-presidente Michel Temer tomou posse como presidente. O presidente do Brasil tem poderes para determinar as políticas governamentais e ações referentes à economia brasileira que, consequentemente, afetam as operações e desempenho financeiro das empresas, inclusive a Companhia. Mais recentemente, em maio de 2017, o avanço das investigações conduzidas pela Polícia Federal e pela Procuradoria Geral da República aumentou a incerteza em relação às perspectivas futuras do mercado brasileiro. A Companhia não pode prever se as investigações levarão a mais instabilidade política e econômica ou se haverá novas alegações contra membros do alto escalão do Governo Federal no futuro. Além disso, a Companhia não pode prever o resultado de nenhuma dessas investigações incluindo seus efeitos sobre a economia brasileira. O desenvolvimento dos casos pode afetar a Companhia de maneira negativa.

Por fim, a economia brasileira tem vivenciado uma diminuição acentuada nos últimos anos, devido, em parte, às políticas econômicas e monetárias intervencionistas do governo brasileiro e à queda global dos preços de *commodities*. O Governo Federal atual propôs as condições gerais de uma reforma fiscal para estimular a economia e reduzir o déficit orçamentário previsto para 2017, mas é incerto se o governo brasileiro atual conseguirá o apoio necessário no Congresso para aprovar reformas específicas adicionais, tais como a reforma da previdência social. Até a data deste documento, muitas das despesas públicas propostas no orçamento do Brasil foram mantidas, e não está claro se outras despesas serão

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

reduzidas ou totalmente eliminadas. Se algumas ou todas essas despesas públicas forem mantidas, o Brasil continuará com um déficit orçamentário para 2017 e para os anos seguintes. A Companhia não pode prever os efeitos desse déficit orçamentário sobre a economia brasileira.

### ***A Companhia pode não conseguir manter o valor e a reputação das suas marcas.***

O sucesso da Companhia depende em grande escala de sua capacidade de manter e aprimorar o valor de suas marcas e a conexão de seus clientes e do público em geral com as suas marcas. O valor e a reputação das marcas da Companhia são cada vez mais impulsionados pela percepção de que as unidades da Companhia oferecem uma experiência ao consumidor na qual os clientes recebem uma proposta atrativa de valor. A manutenção, promoção e posicionamento das marcas da Companhia dependem largamente de um esforço de *marketing* efetivo e na capacidade da Companhia de fornecer serviços consistentes e com boa relação custo-benefício. Caso quaisquer das marcas da Companhia sofram danos como resultado da forma pela qual é feita sua gestão de operações, a estratégia de crescimento, os esforços de desenvolvimento e as expectativas da Companhia podem ser material e adversamente afetadas.

As marcas da Companhia também podem ser afetadas de maneira desfavorável por vários fatores adicionais relacionados à gestão de seus negócios, como, por exemplo, a percepção de que a Companhia tem um foco excessivo em custos como resultado de um mercado competitivo de preços ou como resultado de outras razões que podem ter o potencial de erodir a composição da proposta de valor das marcas da Companhia, como apresentação e limpeza de suas instalações, atualização dos equipamentos ou níveis de ocupação. Adicionalmente, níveis de serviço julgados insatisfatórios, dificuldades de acesso às instalações das academias, problemas de pagamentos ou outros problemas resultantes de falhas no sistema de tecnologia e informação da Companhia, vazamento de dados e furtos ou outros incidentes nas unidades da Companhia podem causar danos às suas marcas.

O impacto negativo de quaisquer das ameaças descritas acima pode ser potencializado por imagens, vídeos e comentários nas redes sociais, os quais, por sua vez, podem atrair a atenção tanto dos clientes da Companhia quanto de seus competidores. Os clientes valorizam informações rápidas e disponíveis sobre saúde e academias de ginástica e, frequentemente, agem considerando essas informações sem investigações aprofundadas e sem considerar a precisão da informação. Nessas circunstâncias, as marcas da Companhia podem ser imediatamente prejudicadas, sem dar à Companhia chance de correção ou explicação, fazendo com que a reconstrução das marcas e da reputação possa ser custosa e dificilmente alcançável. Eventual fracasso em efetivamente mitigar os danos causados às marcas da Companhia pode diminuir sua capacidade de atrair ou reter clientes, o que pode afetar material e adversamente seus negócios, resultados operacionais e condições financeiras.

### ***A Companhia está lançando novos produtos e serviços relacionados à prática de atividade física, que podem ter impacto negativo no valor e na reputação das suas marcas.***

A Companhia pretende oferecer para seus clientes uma gama de serviços e produtos relacionados à prática da atividade física, sendo alguns deles com a marca Smart Fit. Entre outros serviços, está

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

disponível atualmente um serviço de hidratação dentro das unidades Smart Fit, o Smart Energy, e um aplicativo para orientação nutricional, o Smart Nutri, sendo que a Companhia estuda o lançamento de outras categorias.

As novas ofertas são em segmentos onde a Companhia não possui experiência anterior. Caso o custo-benefício percebido destas ofertas seja desfavorável, pode haver impacto negativo na percepção das marcas. Adicionalmente, eventuais problemas no fornecimento destes produtos e serviços, seja na própria companhia ou nos parceiros envolvidos da oferta, podem afetar a reputação das marcas.

***As oscilações nas taxas de câmbio em relação ao dólar norte-americano, reais e as moedas dos países em que a Companhia opera podem adversamente afetar o preço de mercado de seus valores mobiliários.***

A Companhia conduz operações em diversos países em toda a América Latina envolvendo transações em diversas moedas. As receitas e despesas estão grande parte indexadas às moedas locais. Como resultado, a Companhia não tem exposição relevante ao risco ao de descasamento de fluxo de caixa operacional. Já a compra de equipamentos, que representa parte relevante do investimento para abertura de uma nova academia, é calculado em grande parte com referência no dólar norte-americano. Uma valorização do dólar norte-americano em relação às moedas dos países em que a Companhia opera pode gerar um impacto negativo na sua capacidade de crescimento futuro.

Ainda, os ajustes de conversão de câmbio exigidos em relação à elaboração das demonstrações contábeis consolidadas resultam no reconhecimento de diferenças de câmbio como componentes do patrimônio. Enquanto as demonstrações contábeis consolidadas apresentadas aqui são, e as demonstrações contábeis consolidadas futuras serão apresentadas em reais; as demonstrações contábeis das subsidiárias da Companhia localizadas fora do Brasil são elaboradas usando a moeda local como a moeda funcional, sendo só depois convertida para o real. Quaisquer oscilações do real afetarão o efeito de conversão nas demonstrações financeiras consolidadas.

As moedas no Brasil, México, Colômbia, Peru e Chile oscilaram significativamente em relação ao dólar norte-americano no passado. Assim, as oscilações nas taxas de câmbio em relação ao dólar norte-americano poderão prejudicar a comparabilidade de resultados de um período para outro e gerar um efeito adverso relevante nos resultados operacionais.

- A moeda brasileira historicamente sofreu oscilações frequentes. Como consequência de pressões inflacionárias, no passado, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e adotou um número de políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas durante as quais a periodicidade dos ajustes variou de diária para mensal, sistemas flutuantes cambiais, controles cambiais e mercados duplos de taxa de câmbio. Formalmente, o valor do real em relação às moedas estrangeiras é determinado segundo um regime de taxa de câmbio de livre oscilação, mas, na verdade, o Governo Federal está atualmente interferindo no mercado, apesar de *swaps* de câmbio e negociações no mercado spot, entre outras medidas, todas as vezes que a taxa de câmbio está acima ou abaixo

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

dos níveis que o Governo Federal considera apropriado, levando em consideração a inflação, crescimento, o desempenho do real em relação ao dólar norte-americano em comparação às demais moedas e outros fatores econômicos. Periodicamente, há oscilações significativas no valor do real em relação ao dólar norte-americano. Ao final de 2014, o Dólar apresentou cotação de R\$ 2,6562, representando uma desvalorização de 13,4% do Real em relação ao Dólar. Em 2015 o Real desvalorizou-se 47,0% em relação ao Dólar, encerrando o ano com uma taxa de câmbio entre o Real e o Dólar de R\$ 3,9048. Em 2016 o Real valorizou-se 19,8% em relação ao Dólar, encerrando o ano com uma taxa de câmbio entre o Real em relação ao Dólar de R\$ 3,2591. Como resultado, não se pode garantir que o real não depreciará nem valorizará em relação ao dólar norte-americano novamente. A depreciação do real em relação ao dólar norte-americano pode criar pressões inflacionárias no Brasil e resultar em aumentos nas taxas de juros, o que pode negativamente afetar a economia brasileira como um todo.

- O peso mexicano, após um período de relativa estabilidade entre 2009 e 2014 com taxa de câmbio versus o dólar americano entre MXN 12 e MXN 14, teve uma desvalorização contínua a partir do 3º trimestre de 2014, relacionada principalmente com a queda do preço do petróleo e a expectativa de aumento da taxa de juros nos Estados Unidos. O peso mexicano encerrou 2014 com câmbio de MXN 14,7143, (desvalorização de 12,4%), e 2015 em MXN 17,3600 (desvalorização de 18,0%). Esta tendência se acelerou em 2016 com a eleição de Donald Trump para presidente dos EUA, com a expectativa de criação de barreiras ao comércio e imigração com o México, com o câmbio fechando em MXN 20,6312 (desvalorização de 18,8%). A depreciação do peso mexicano em relação ao dólar norte-americano, e a eventual criação de restrições ao livre comércio com os EUA, pode criar pressões inflacionárias e negativamente afetar a economia mexicana como um todo.

As moedas da Colômbia, Peru e Chile tiveram volatilidade nas taxas de câmbio versus o dólar americano neste período. Mas devido a sua menor representatividade nos resultados da Companhia até 2016, não discutimos estas flutuações

Podem ocorrer futuras oscilações no valor das moedas locais em relação ao dólar norte-americano nos países em que a Companhia opera e se essas oscilações ocorrerem em um dos países ou em uma combinação dos países onde a Companhia opera, seus resultados operacionais, condição financeira e/ou preço de mercado de seus valores mobiliários podem ser adversamente afetados.

***A inflação em alguns dos países onde a Companhia opera, com as medidas governamentais para conter a inflação, pode resultar em um efeito negativo significativo nas economias desses países e, como resultado, na condição financeira da Companhia, nos resultados operacionais, no preço de mercado de seus valores mobiliários.***

No passado, altos níveis de inflação afetaram adversamente as economias e os mercados financeiros de alguns dos países onde a Companhia opera, particularmente Brasil e México, e a capacidade de seus governos de criar condições que fomentem e mantenham o crescimento econômico. Ainda assim, as medidas governamentais para conter a inflação e a especulação sobre possíveis futuras medidas

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

governamentais contribuíram para o impacto negativo econômico da inflação e criaram incerteza econômica generalizada. Como parte dessas medidas, por vezes, os governos mantiveram uma política monetária restritiva e altas taxas de juros que limitaram a disponibilidade do crédito e o crescimento econômico.

A maior parte dos custos operacionais em cada um dos países em que a Companhia tem atuação está vinculada à moeda local. A inflação em um determinado país, poderá resultar em um aumento nos custos operacionais sem um aumento comensurável nas receitas, que poderá adversamente afetar a condição financeira da Companhia.

O Brasil tem historicamente experimentado altos índices de inflação. A inflação, assim como esforços governamentais para conter a inflação, produziu efeitos negativos significativos na economia brasileira, particularmente antes de 1995. Os índices de inflação foram de 5,53% em 2014, de 10,54% em 2015 e inflação de 6,3% acumulados em 2016, da forma medida pelo Índice Geral de Preços – Mercado, compilado pela Fundação Getúlio Vargas. Uma proporção significativa de custos de caixa da Companhia e suas despesas operacionais é denominada em real e tende a aumentar com a inflação brasileira. As medidas do Governo Federal para controlar a inflação incluem manter uma política monetária apertada com altas taxas de juros, restringindo a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. A inflação, as ações de combate à inflação e a especulação pública sobre possíveis outras ações contribuíram também de forma significativa com a incerteza econômica no Brasil.

O México teve índices de inflação moderados em anos recentes. Os índices foram de 4.1% em 2014, de 2,1% em 2015 e de 3.4% em 2016. Com a aceleração da desvalorização do peso mexicano versus o dólar americano, existe uma tendência para aumento da inflação para 2017. Uma proporção significativa dos custos de caixa e das despesas operacionais da Companhia é denominada em pesos mexicanos e tende a aumentar com a inflação mexicana. A possibilidade de implementação de restrições ao comércio com os Estados Unidos contribuem também para a incerteza econômica no México.

Os países onde a Companhia opera podem vivenciar altos níveis de inflação no futuro, o que pode retardar a taxa de atividade econômica e reduzir o poder aquisitivo da população, o que poderia gerar uma redução na demanda para seus serviços e redução nas receitas líquidas. As pressões inflacionárias também podem enfraquecer a confiança do investidor, cercear a capacidade da Companhia de acesso aos mercados financeiros estrangeiros e conduzir outras intervenções governamentais na economia, incluindo aumento nas taxas de juros, restrições nos reajustes de tarifas para compensar a inflação, intervenção nos mercados de câmbio e ações para ajustar ou fixar os valores de moeda, desencadeando ou exacerbando aumentos na inflação, e conseqüentemente gerar um impacto adverso na Companhia. Se os países onde a Companhia opera experimentarem altos níveis de inflação no futuro ela pode não ser capaz de ajustar as taxas que cobra de seus clientes para compensar por completo o impacto da inflação em suas estruturas de custo, o que poderia adversamente afetar seus resultados operacionais ou a condição financeira.

No geral, a depreciação limita o acesso aos mercados financeiros estrangeiros e pode incitar intervenção governamental, incluindo políticas governamentais recessionárias. A depreciação também reduz o valor



## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

em dólar norte-americano dos dividendos e outras distribuições, bem como o dólar norte-americano equivalente ao preço de mercado de seus valores mobiliários. Qualquer um dos fatores supracitados poderia adversamente afetar seus negócios, os resultados operacionais, e o fluxo de caixa, assim como o preço de mercado de seus valores mobiliários.

Adversamente, em curto prazo, um aumento significativo no valor das moedas dos países onde a Companhia opera em relação ao dólar norte-americano ou euro poderia adversamente afetar a receita de exportações dos respectivos países. Isso poderia gerar um efeito negativo no crescimento do produto interno bruto e dos índices de emprego e também poderia reduzir as receitas do setor público e os gastos nesses países reduzindo a cobrança fiscal em termos reais, como uma porção das receitas do setor público é derivada da cobrança de taxas de importação.

***Eventos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, incluindo os Estados Unidos, União Europeia e países de economias emergentes, podem afetar adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e o valor de mercado dos valores mobiliários da Companhia.***

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, da União Europeia e de economias emergentes. Apesar de a conjuntura econômica desses países serem significativamente diferentes da conjuntura econômica do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses países pode ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia. Acontecimentos em outros países e mercados de capitais poderão prejudicar o valor de mercado dos valores mobiliários da Companhia, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o acesso da Companhia aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

### **(h) Riscos relacionados a regulação dos setores em que o emissor atue**

***A Companhia está sujeita aos riscos relacionados ao cumprimento da legislação e regulamentação da prática de atividade física, bem como à obtenção e manutenção de registros, autorizações, licenças e alvarás para a instalação e a operação das suas unidades.***

As atividades da Companhia estão sujeitas a regulação em âmbito federal, estadual e municipal aplicável à prática de atividade física, bem como dependem de vários registros, autorizações, licenças e alvarás federais, estaduais e municipais, além de Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros, relacionados à operação e a localização das suas unidades.

As licenças de funcionamento da Companhia em diversas localidades possuem prazos de validade e devem ser renovadas de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação, e muitas vezes condicionadas à apresentação de documentos do empreendimento em que a unidade está

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

inserida. Devido à burocracia para obter e renovar registros, licenças, alvarás e autorizações, incluindo o tempo que a Companhia precisa para implementar planos corretivos de ações para cumprir com as novas regulamentações e/ou exigências das autoridades competentes, juntamente com o tempo de resposta de determinados órgãos públicos, a Companhia pode não conseguir obter, em tempo hábil, todas os registros, licenças, alvarás e autorizações necessárias ou renovar tais registros, licenças, alvarás e autorizações para o funcionamento de suas unidades. Além disso, em alguns casos, a Companhia não possui ou ainda está no processo de renovação de alguns desses registros, licenças, alvarás e autorizações.

Violações à regulação da prática de atividade física, ou a não obtenção ou a não renovação das suas licenças poderá (i) resultar em autos de infração, (ii) sujeitar a Companhia ao pagamento de multas, (iii) impedir a Companhia de abrir e operar as unidades, e (iv) resultar no fechamento das suas unidades. Ademais, tais violações à regulação da prática de atividade física, ou a não obtenção ou a não renovação das licenças em algumas de suas unidades tempestivamente, poderão expor a Companhia a riscos adicionais em caso de um acidente ou de um evento similar que possa afetar essa unidade em uma circunstância de descumprimento da regulação ou de pendência de regular licenciamento.

A estratégia de negócio da Companhia poderá ser substancialmente e adversamente afetada se a Companhia não conseguir abrir e operar novas unidades, ou se tiver que suspender ou fechar algumas das suas unidades existentes, em consequência da sua incapacidade de obter ou renovar os registros, autorizações, licenças e alvarás. Ademais, a reputação das marcas da Companhia poderá ser impactada se penalidades adicionais forem aplicadas em caso de um acidente em uma unidade, numa circunstância de descumprimento da regulação ou de pendência de regular licenciamento.

***A Companhia pode ser considerada responsável por danos causados por seus serviços a clientes, o que poderá afetar adversamente seus resultados.***

No Brasil, a legislação de defesa do consumidor é rigorosa e extremamente favorável aos consumidores. A legislação de defesa do consumidor imputa às empresas o ônus da prova na demanda de um cliente, colocando-as em desvantagem em qualquer processo envolvendo relações de consumo. A proteção judicial ao consumidor pode ser exercida por meio de ações individuais ou coletivas e, no caso de ações coletivas, as ações podem ser propostas por autoridades estaduais ou federais, mediante órgãos da administração pública direta ou indireta, notadamente o Ministério Público ou PROCON, com o propósito de proteger os direitos do consumidor, ou por organizações de proteção ao direito do consumidor.

Decisões desfavoráveis envolvendo, individual ou conjuntamente, valores substanciais poderão afetar adversamente o resultado e a condição financeira da Companhia. Adicionalmente, decisões judiciais desfavoráveis poderão afetar adversamente a reputação das suas marcas e consequentemente, seus resultados financeiros.

***A Companhia pode sofrer impactos relevantes devido a alterações na legislação tributária brasileira ou a conflitos em sua interpretação.***

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

Apesar de a Companhia atuar em diferentes mercados, especificamente o governo brasileiro tem frequentemente implementado diversas alterações nos regimes fiscais que podem afetar as empresas e seus clientes, inclusive como resultado da execução ou alteração de tratados fiscais. Essas alterações incluem mudanças nas alíquotas vigentes e/ou criação de tributos, temporários ou definitivos, cujos recursos são destinados a fins estabelecidos pelo governo, assim como o cancelamento de benefícios em vigor.

Algumas dessas mudanças podem resultar em aumentos da carga tributária da Companhia, o que poderia afetar adversamente sua lucratividade e os preços de seus serviços, bem como restringir sua capacidade de fazer negócios nos mercados existentes. A Companhia não pode garantir que será capaz de manter o fluxo de caixa projetado e rentabilidade após quaisquer aumentos nos tributos brasileiros aplicáveis às suas operações.

Ademais, algumas leis fiscais podem ser interpretadas controversamente pelas autoridades fiscais. Consequentemente, a Companhia pode ser adversamente afetados no caso de uma interpretação diferente daquela em que a Companhia se baseia para realizar suas transações.

***A Companhia pode sofrer impactos relevantes devido a alterações na legislação ou na regulamentação brasileira relacionada a academias e a prática de atividades físicas, ou a conflitos em sua interpretação.***

A atividade física possui hoje um grau moderado de leis e regulamentos específicos para academias e para a prática de atividades físicas de maneira ampla. Novas leis ou regulamentações podem ser implementadas nas esferas federal, estadual e municipal, tanto pelos órgãos legislativos quanto pelos executivos.

Algumas dessas mudanças podem exigir mudanças no modelo de negócio da Companhia, o que poderia afetar adversamente sua atratividade para os seus clientes, sua lucratividade e os preços de seus serviços, bem como restringir sua capacidade de fazer negócios nos mercados existentes. A Companhia não pode garantir que será capaz de manter o fluxo de caixa projetado e rentabilidade após quaisquer mudanças nas legislações e regulamentações aplicáveis às suas operações.

Ademais, algumas legislações ou regulamentações podem ser interpretadas controversamente pelas autoridades responsáveis pela sua fiscalização. Consequentemente, a Companhia pode ser adversamente afetados no caso de uma interpretação diferente daquela em que a Companhia se baseia para realizar suas transações.

### **(i) Riscos relacionados aos países estrangeiros onde atua**

***A companhia opera em mercados emergentes. Seus atuais e futuros resultados operacionais, bem como sua condição financeira dependem de condições econômicas nos países onde opera e espera operar, e qualquer redução nas condições econômicas poderá prejudicar seus resultados operacionais.***

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

Todas as operações e/ou atividades de desenvolvimento da Companhia estão localizadas na América Latina. Em 31 de dezembro de 2016, 19,0% e 1,1% da receita bruta (antes de eliminações) foram atribuídos aos clientes localizados no México e Colômbia, respectivamente. Os países na América Latina têm vivenciado períodos de instabilidade econômica e política nos últimos anos. No geral, quando o cenário macroeconômico nesses países deteriora, entidades particulares e governamentais buscam maneiras de reduzir ou controlar custos com saúde, o que poderá afetar os níveis de estoque dos clientes da Companhia e compras por consumidores e preços.

Atualmente a Companhia opera e espera operar no futuro em regiões e países onde possui pouca ou nenhuma experiência, e pode não ser capaz de ter sucesso nesses mercados. À medida em que a Companhia se expande para outros mercados, pode ter dificuldade em se adaptar a circunstâncias e condições desconhecidas. Também pode enfrentar outros riscos de realizar negócios internacionalmente, incluindo: (i) dificuldades e custos associados ao cumprimento de uma variedade de leis, regulamentos e tratados complexos, nacionais e estrangeiros; (ii) mudanças nos requisitos legislativos ou regulatórios; (iii) controles de preço e câmbio; (iv) instabilidade política, incluindo nacionalização e expropriação; (v) restrições comerciais, incluindo atrasos associados a procedimentos de aduana, tarifas e requisitos de licenciamento de importação; (vi) impostos; e (vii) dificuldades na aplicação de direitos de propriedade intelectual. Não se pode assegurar que os regimes políticos, fiscais ou legais dos países onde a Companhia opera ou espera operar não gerem aumentos em nos custos de conformidade ou reduzam a demanda pelos produtos, o que pode prejudicar seus resultados operacionais ou a condição financeira.

***Os governos têm alto grau de influência nas economias onde a Companhia opera, o que poderá afetar adversamente seus resultados operacionais.***

Os governos em muitos dos mercados onde a Companhia opera ou poderá operar no futuro muitas vezes interferem em suas economias e ocasionalmente fazem alterações significativas nas políticas monetárias, de crédito, do setor e outros regulamentos. As ações governamentais para controlar a inflação e outras políticas e regulamentos muitas vezes envolvem, entre outras medidas, controles de preço, desvalorizações de moeda, controles de capital e limites nas importações. A Companhia não tem controle sobre, e não pode prever quais medidas ou políticas governamentais terá de cumprir no futuro. Os resultados operacionais e condição financeira de seus negócios podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas ou regulamentos governamentais nas jurisdições em que a Companhia opera, tais como:

- Leis trabalhistas;
- Crescimento econômico;
- Oscilações de câmbio;
- Inflação;
- Políticas de câmbio e controle de capital;
- Taxas de juros;
- Liquidez dos mercados de capitais e empréstimos internos;
- Política monetária;
- Liquidez e solvência do sistema financeiro ;

#### 4.1 - Descrição dos fatores de risco

- Leis tributárias, incluindo *royalties* e o efeito das leis tributárias nas distribuições das subsidiárias da Companhia;
- Restrições na repatriação de investimentos e na transferência de recursos do exterior;
- Expropriação ou nacionalização;
- Restrições de importação/exportação ou outras leis e políticas que afetam o comércio exterior e investimentos;
- Controles de preço ou regulamentos de fixação de preços; e
- Outros desenvolvimentos políticos, sociais e econômicos, incluindo instabilidade política, social ou econômica, no país ou que afetem o país onde cada negócio está sediado.

A incerteza sobre quais governos implementarão mudanças nas políticas ou regulamentações que afetem esses ou outros fatores no futuro poderá contribuir com a incerteza econômica, o que pode gerar um efeito adverso e relevante no negócio da Companhia, em seus resultados operacionais e na sua condição financeira. A Companhia não tem controle sobre e não pode prever as medidas e políticas que os governos podem adotar no futuro.

***As restrições na movimentação de capital, em distribuições de dividendos e alterações nas leis tributárias nas jurisdições onde algumas subsidiárias da Companhia são constituídas ou operam podem adversamente afetar a capacidade de suas subsidiárias remeterem dividendos a Companhia e, por fim, a seus acionistas.***

A Companhia e suas subsidiárias são devidamente constituídas e operam em diversas jurisdições, incluindo Colômbia, México e Peru e, por meio de franqueadores, no Chile, na República Dominicana e no Equador. Os governos dessas jurisdições podem impor restrições sobre (i) conversões de moedas locais em moeda estrangeira, (ii) remessas de investidores estrangeiros de resultados de seus investimentos e (iii) a distribuição de dividendos e outras distribuições a acionistas nessas jurisdições. Qualquer imposição dessas restrições poderia prejudicar ou impedir o recebimento de dividendos e outras distribuições de subsidiárias da Companhia, o que poderia, em contrapartida, afetar a capacidade da Companhia de distribuir quaisquer dividendos a seus acionistas. Ademais, aumento nos tributos de quaisquer dividendos ou outras distribuições nessas jurisdições poderiam negativamente afetar seu retorno de investimento em ações da Companhia.

#### **(j) Riscos relacionados a questões socioambientais**

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não identificou riscos significativos referentes a questões socioambientais, dado especialmente que a Companhia não lida com processos industriais.

## 4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

### Risco de Taxa de Câmbio

A Companhia está exposta ao risco de taxa de câmbio de moeda estrangeira principalmente em conexão com a flutuação no valor das moedas locais dos países em que opera, especialmente o Real, o Peso Mexicano, o Peso Colombiano e o Novo Sol Peruano. Cada uma das controladas da Companhia no exterior gera receitas e caixa de suas operações, bem como incorre em custos, realiza investimentos e contrai endividamento financeiro em moeda local, exceto com relação a importação de certos equipamentos cujo preço é fixado em Dólares dos Estados Unidos da América, adquiridos em base *spot*. A visão de negócios da Companhia é de que cada uma de suas controladas no exterior tem sua própria gestão financeira, conduzida de maneira independente em relação às demais, e que consistem em investimentos de longo prazo da Companhia. A administração da Companhia monitora o retorno operacional desses investimentos, que, com exceção da controlada no Peru, são registrados pelo método de equivalência patrimonial e não pelo método de consolidação, visto serem entidades sob controle compartilhado. Por estas razões, a administração da Companhia entende que eventuais flutuações da cotação destas moedas no curto prazo não trarão impactos financeiros imediatos para a Companhia. Conseqüentemente, a Companhia não lança mão de instrumentos derivativos ou contratos de swap para cobertura de risco cambial.

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2016 os seguintes saldos em subsidiárias controladas e de controle compartilhado com moeda funcional estrangeira:

(em milhares de reais)	México	Colômbia	Peru
Subsidiária	Latamgym e SDL	Latamfit e Sporty City	Smart Fit Peru
Total do ativo	182.361	65.089	13.881
Total do passivo	37.040	3.770	2.577
Patrimônio líquido	145.321	62.545	11.305
Participação da Companhia na subsidiária	50%	50%	90%
Valores expostos a variação da moeda funcional versus o Real (em reais)	72.660	31.273	10.174
Moeda funcional	Peso mexicano	Peso colombiano	Novo sol peruano
Taxa de câmbio adotada vs. Real em 31 de dezembro de 2016	R\$ 0,1579 / 1,00 MXN	R\$ 0,001085 / 1,00 COP	R\$ 0,9704 / 1,00 PEN

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia adotou as taxas de câmbio correspondentes à taxa de fechamento do mês divulgada pelo Banco Central do Brasil como cenário provável. O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade e o efeito no resultado da oscilação do câmbio no valor exposto no período:

(em milhares de reais)	Controladora e Consolidado		
	México	Colômbia	Peru
<b>Valores líquidos expostos ao risco de valorização do moedas estrangeiras</b>	72.660	31.273	10.174
Cenário favorável possível (+25%)	90.825	39.091	12.718
Cenário favorável remoto (+50%)	108.990	46.910	15.261
Cenário adverso possível (-25%)	54.495	23.455	7.631

## 4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Cenário adverso remoto (-50%)	36.330	15.637	5.087
-------------------------------	--------	--------	-------

Para as subsidiárias controladas em conjunto no México e na Colômbia, cujos resultados são considerados via equivalência patrimonial, os efeitos da variação cambial afetam a linha de investimentos e o patrimônio líquido, através da conta de resultados abrangentes. Para a subsidiária do Peru, cujos resultados são consolidados nas demonstrações financeiras da Companhia, a variação cambial afeta todas linhas do balanço, e a variação cambial sobre o patrimônio líquido desta subsidiária é registrado na conta de resultados abrangentes.

### Risco de Liquidez

O quadro abaixo demonstra a composição da dívida da Companhia e suas sociedades controladas:

	Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Debêntures, líquidas do custo de captação	280.681	194.496	204.044
Capital de giro	173.924	266.354	222.870
Arrendamento mercantil financeiro	14.475	5.167	10.969
Financiamento -- BNDES	-	1.162	2.421
BNDES Finame	283	462	633
Cartão BNDES	-	-	156
<b>Total</b>	<b>469.363</b>	<b>467.641</b>	<b>441.093</b>
Circulante	63.693	157.500	78.003
Não circulante	405.670	310.141	363.090
<b>Total</b>	<b>469.363</b>	<b>467.641</b>	<b>441.093</b>

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das suas demonstrações. A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial, do mercado financeiro e de aportes de investidores, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos para abertura de novas academias, tanto no Brasil quanto nas subsidiárias do exterior, e à administração de seu caixa para compromissos financeiros.

Não se pode garantir que (i) a receita advinda da Companhia não será afetada por questões macroeconômicas e de mercado nos países em que opera alterando seu fluxo de caixa; e (ii) os recursos de financiamento serão desembolsados conforme o plano de expansão futura da Companhia e que haverá recursos suficientes em caixa ou de novos financiamentos para o pagamento dos compromissos financeiros. Tais fatores podem afetar adversamente o resultado operacional da Companhia.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados (consolidado):

Operação	31/12/2016			Total
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 2 a 5 anos	

## 4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Fornecedores	26.606	-	-	26.606
Contas a pagar	19.530	17.633	-	37.163
Contas a pagar acionistas	-	-	51.682	51.682
	63.693	331.084		
Empréstimos, financiamentos e debêntures			74.586	469.363

### Risco de Taxa de Juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. A Companhia não está obrigada a contratação de e não contrata instrumentos contra esse risco.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado antes dos impostos.

31/12/2016 Operação	Taxa	Risco	Valores em R\$ mil		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	81,2% (*) do CDI	Aumento do CDI	46.077	53.554	61.026
Debêntures	100% do CDI + 2% (*)	Aumento do CDI	(44.486)	(54.177)	(63.869)
Capital de giro	100% do CDI + 3,2025%	Aumento do CDI	(23.816)	(28.522)	(33.229)
Financiamento - BNDES	TJLP + 3,90%	Aumento da TJLP	-	-	-
Exposição líquida total - efeito nos juros			<u>(22.225)</u>	<u>(29.145)</u>	<u>(36.072)</u>



### 4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível, regulatória e trabalhista, dentre processos com chance de perda provável, possível e remota. As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, com base na análise individual de cada processo por seus advogados internos e externos, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processos com chance de perda provável.

Para os fins deste item 4.3, foram considerados como individualmente relevantes processos em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia, ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia tinha processos com chance de perda provável, cujo valor provisionado somava R\$2.275.000,00. A Companhia descreveu a seguir os principais processos judiciais e administrativos individualmente relevantes a que está sujeita, segregados conforme sua natureza, os quais não têm valor provisionado na data deste Formulário de Referência.

#### Contingências Cíveis

<b>Ação Civil Pública n. 0171235-71.2016.8.19.0001</b>	
<b>a. Juízo</b>	5ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro/RJ
<b>b. Instância</b>	1ª Instância
<b>c. Data de instauração</b>	24 de maio de 2016
<b>d. Partes no processo</b>	Polo ativo: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro ( <b><u>“Ministério Público”</u></b> ); Polo passivo: Smart Fit Escola de Ginástica e Dança S.A. ( <b><u>“Smart Fit”</u></b> )
<b>e. Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Trata-se de ação civil pública consumerista movida em face de Smart Fit para condenar a empresa liminarmente a (i) permitir que os consumidores possam quitar a mensalidade por meio de boleto bancário ou espécie, sem qualquer acréscimo, no mesmo número de parcelas disponibilizados para as demais formas de pagamento; e (ii) se eximir, em todas as publicidades, de divulgar o preço de seus serviços, em parcelas ou condições que não podem ser adimplidas em dinheiro ou boleto bancário. O Ministério Público requer a aplicação de pena de multa diária no valor de R\$ 10.000,00 em caso de descumprimento da ordem judicial. Ao, final requer a confirmação dos pedidos liminares.
<b>f. Principais fatos</b>	Após ajuizamento da demanda, foi realizada audiência de mediação no dia 8 de fevereiro de 2016, a qual restou infrutífera. A demanda foi contestada em março de 2017, quando a Smart Fit pediu a improcedência dos pedidos formulados pelo Ministério Público. Em 28 de abril de 2017, a Smart Fit informou não ter provas adicionais a produzir. Em 14 de junho de 2017, foi apresentada réplica pelo Ministério Público. Em 19 de junho de 2017, foi proferido novo despacho intimando as partes para que indiquem as provas

**4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**

<b>Ação Civil Pública n. 0171235-71.2016.8.19.0001</b>	
	adicionais a serem produzidas. Em 21 de setembro de 2017 foi indeferido o pedido de antecipação da tutela formulado pelo Ministério Público.
<b>g. Chance de perda</b>	Possível
<b>h. Impacto em caso de perda do processo</b>	Condenação ao pagamento de danos materiais e morais ao consumidor, individualmente considerado, bem como dano moral coletivo. Necessidade de ajuste do processo de cobrança de mensalidades dos clientes da Smart Fit, que deixaria de ser predominantemente não presencial.

<b>Ação Civil Pública n. 0860276-25.2016.8.15.2001</b>	
<b>a. Juízo</b>	3ª Vara Cível da Comarca de João Pessoa/PB
<b>b. Instância</b>	1ª Instância
<b>c. Data de instauração</b>	2 de dezembro de 2016
<b>d. Partes no processo</b>	Polo ativo: Ministério Público do Estado da Paraíba ( <b>"Ministério Público"</b> ); Polo passivo: Bioritmo Franqueadora Ltda. ( <b>"Bioritmo"</b> )
<b>e. Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Trata-se de ação civil pública consumerista movida em face de Bioritmo para condenar a empresa a liminarmente (i) excluir taxas, contribuições ou cobranças atinentes à desistência do Contrato de Prestação de Serviços; (ii) abster-se de cobrar a taxa de manutenção anual; (iii) permitir a quitação de seus serviços por meio de boletos bancários ou em espécie; (iv) que se exima de veicular o preço de seus serviços em parcelas e condições que não podem ser adimplidas em dinheiro ou boleto bancário. O Ministério Público requer a aplicação de pena de multa diária no valor de R\$ 5.000,00 em caso de descumprimento da ordem judicial. Ao final, requer a confirmação dos pedidos liminares.
<b>f. Principais fatos</b>	Após ajuizamento da demanda, em 13.2.2017 foi proferida decisão rejeitando o pedido liminar. Em 20 de março de 2017 foi interposto agravo de instrumento contra referida decisão e o recurso está pendente de julgamento.
<b>g. Chance de perda</b>	Possível
<b>h. Impacto em caso de perda do processo</b>	Devolução em dobro das quantias cobradas indevidamente dos clientes/consumidores e indenização por danos patrimoniais e morais causados aos consumidores. Necessidade de ajuste da estrutura de precificação dos planos da Smart Fit, que deixaria de incluir a taxa de manutenção anual e a multa por

**4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**

<b>Ação Civil Pública n. 0860276-25.2016.8.15.2001</b>	
	cancelamento no plano Black, e do processo de cobrança de mensalidades dos clientes, que deixaria de ser predominantemente não presencial.

**Contingências Fiscais**

A Companhia não possui contingências fiscais que considere relevantes.

**Contingências Trabalhistas**

<b>0100078-38.2017.5.01.0071</b>	
<b>a. Juízo</b>	71ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
<b>b. Instância</b>	1ª Instância.
<b>c. Data de instauração</b>	23/01/2017
<b>d. Partes no processo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 1 REGIAO</li> <li>• SMARTFIT ESCOLA DE GINASTICA E DANCA LTDA</li> <li>• SMART RIO ACADEMIA DE GINASTICA S.A.</li> </ul>
<b>e. Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• R\$ 500.000,00</li> <li>• Reintegração de dirigentes sindicais demitidos</li> </ul>
<b>f. Principais fatos</b>	<p>O Ministério Público do Trabalho ("<b>MPT</b>") alega que a empresa praticou atos antissindicais, ao dispensar Dirigentes Sindicais sem justa causa. O MPT pretende: (i) a condenação das empresas ao pagamento de indenização por dano moral coletivo, no importe de 5% do faturamento bruto anual da companhia; (ii) a imediata reintegração dos dirigentes sindicais dispensados, sob pena de multa de R\$100.000,00, por trabalhador; (iii) que a empresa se abstenha de dispensar trabalhadores sindicalizados a partir de sua candidatura a cargo de direção ou representação sindical, sob pena de multa de R\$ 100.000,00 por trabalhador; (iv) que as empresas se abstenham de realizar quaisquer atos antissindicais em especial subordinar o emprego de um trabalhador à condição de não se filiar a um sindicato ou deixar de fazer parte de um sindicato ou dispensar um trabalhador ou prejudicá-lo, por qualquer modo, em virtude de sua filiação a um sindicato ou de sua participação em atividades sindicais; (v) que as empresas não interfiram na atividade sindical. Realizada audiência de instrução e julgamento, foi prolatada sentença em 09.08.2017, que rejeitou a suspensão deste processo em razão da existência de outro processo que discute qual sindicato seria o representante da categoria e julgou parcialmente procedente os demais pedidos da inicial para condenar a Companhia ao pagamento de danos morais no valor de R\$ 500.000,00, convertidos para o FAT por prática de</p>

**4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**

<b>0100078-38.2017.5.01.0071</b>	
	conduta antisindical, a reintegração de 6 empregados ocupantes de cargos de dirigentes sindicais, sem determinar o pagamento dos salários pelo período de afastamento, além de condenar na obrigação de não fazer "abster-se de realizar quaisquer atos antissindicais". A Ré apresentou embargos de declaração em 10/08/2017.
<b>g. Chance de perda</b>	Possível
<b>h. Impacto em caso de perda do processo</b>	Reconhecimento pelo Justiça do trabalho de existência de condutas antissindicais praticadas pela companhia.
<b>0011573-45.2015.5.01.0070</b>	
<b>a. Juízo</b>	70ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
<b>b. Instância</b>	2ª Instância.
<b>c. Data de instauração</b>	22/10/2015
<b>d. Partes no processo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• SMART RIO ACADEMIA DE GINASTICA S.A.</li> <li>• SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM EDUCACAO FISICA DO RIO DE JANEIRO - SINPEF</li> </ul>
<b>e. Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A liquidar</li> </ul>
<b>f. Principais fatos</b>	O Sindicato dos Profissionais de Educação Física do Município do Rio de Janeiro (" <b>SINPEF</b> ") alega que o valor da hora/aula considerado pela companhia para remuneração dos profissionais de educação física do município do Rio de Janeiro no exercício de 2015 está em desacordo com o valor previsto na legislação estadual do Rio de Janeiro. Foi prolatada sentença desfavorável à Companhia. A Companhia interpôs recurso ordinário contra a sentença e aguardar seu julgamento.
<b>g. Chance de perda</b>	Possível
<b>h. Impacto em caso de perda do processo</b>	Necessidade de pagamento de eventuais diferenças salariais aos profissionais de educação física do município do Rio de Janeiro.
<b>0100650-66.2017.5.01.0047</b>	
<b>a. Juízo</b>	47ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
<b>b. Instância</b>	1ª Instância.
<b>c. Data de instauração</b>	09/05/2017
<b>d. Partes no processo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• SMART RIO ACADEMIA DE GINASTICA S.A.</li> <li>• SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM EDUCACAO FISICA DO RIO DE JANEIRO - SINPEF</li> </ul>
<b>e. Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A liquidar</li> </ul>

**4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**

<b>0100650-66.2017.5.01.0047</b>	
<b>f. Principais fatos</b>	O Sindicato dos Profissionais de Educação Física do Município do Rio de Janeiro (“ <b>SINPEE</b> ”) alega que o valor da hora/aula considerado pela companhia para remuneração dos profissionais de educação física do município do Rio de Janeiro no exercício de 2016 está em desacordo com o valor previsto na legislação estadual do Rio de Janeiro. Aguarda-se designação de audiência.
<b>g. Chance de perda</b>	Possível
<b>h. Impacto em caso de perda do processo</b>	Necessidade de pagamento de eventuais diferenças salariais aos profissionais de educação física do município do Rio de Janeiro.

**Contingências Ambientais**

A Companhia não possui contingências ambientais que considere relevantes.

**4.3.1 - Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3.**

Na data deste Formulário de Referência, não há qualquer valor provisionado para os processos descritos no item 4.3 acima por terem chance de perda classificada como possível.

O valor de R\$ 2.275.000,00 mencionado refere-se a processos cuja chance de perda foi classificada como provável, contudo não são considerados relevantes para a Companhia e, portanto, não estão descritos neste Formulário de Referência.

**4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores**

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos, em que a Companhia ou suas controladas sejam partes e cujas partes contrárias sejam seus administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores, ou seus investidores ou de suas controladas.

#### **4.5 - Processos sigilosos relevantes**

Na data deste Formulário, não há processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a Companhia ou suas Controladas sejam parte.

**4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto**

Na data deste Formulário, a Companhia e suas controladas não são partes em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto.



#### **4.7 - Outras contingências relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 4 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

#### **4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados**

Não aplicável, pois a Companhia não possui listagem e custódia de suas ações em países estrangeiros.

## 5.1 - Política de gerenciamento de riscos

### (a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia não adota uma política formalizada de gerenciamentos dos riscos indicados no item 4.1, uma vez que entende que as práticas, controles, instrumentos e estruturas adotadas até o momento são suficientes para identificar, avaliar, monitorar e mitigar os principais riscos conhecidos e inerentes ao seu modelo de negócios.

Apesar da Companhia não adotar uma política formalizada de gerenciamento dos riscos, ela possui práticas, controles, instrumentos e estruturas que auxiliam na gestão de riscos, tais como:

- a) Grupo de avaliação de riscos, com reuniões mensais para identificação, mapeamento, quantificação e mitigação de riscos, por meio de avaliação de diversos indicadores internos, tais como certidões, ações judiciais e administrativas, propriedade intelectual, tecnologia da informação, revisão de processos e práticas internas e discussão a respeito de novas legislações e oportunidades;
- b) Auditorias contínuas dos sistemas tecnológicos e contábil; e
- c) Contratação de apólices de seguros empresariais e de responsabilidade civil, incluindo cláusulas de lucros cessantes;
- d) Exige que seus fornecedores e franqueados assumam o compromisso de responsabilidade social, agindo em conformidade com as legislações anticorrupção, e não contratem trabalho escravo, forçado, infantil, discriminatório ou em condições contrária à legislação.

Apesar de entender que suas práticas atuais são suficientes, a Companhia busca aperfeiçoamento contínuo das suas práticas e políticas de controles internos, com objetivo de atingir as melhores práticas observadas em companhias de capital aberto.

### (b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos.

#### (i) Riscos para os quais se busca proteção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos.

#### (ii) Instrumentos utilizados para proteção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos.

#### (iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos.

### (c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

## **5.1 - Política de gerenciamento de riscos**

Apesar da ausência de uma política formalizada de gerenciamento de risco, a Companhia entende que sua estrutura operacional de gerenciamento de riscos é adequada e é acompanhada continuamente de forma a evoluir com o desenvolvimento dos negócios da Companhia.

## 5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

### (a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia não adota uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado de maneira abrangente, uma vez que tem como prática monitorar constantemente os riscos que possam impactar o atingimento dos objetivos previstos no planejamento estratégico e operacional da Companhia, incluindo mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades. Especificamente para riscos de liquidez, a Companhia formalizou a Política de Gestão de Liquidez, aprovada pelo Conselho de Administração em 1 de Novembro de 2017.

### (b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia busca proteção principalmente para o risco de liquidez, ou seja, a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas.

#### (i) riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção principalmente para o risco de liquidez. A Política de Gestão de Liquidez tem como objetivo mitigar este risco, e determina que os administradores da Companhia observem 3 dimensões de liquidez:

- Caixa mínimo: recursos em disponibilidades e aplicações financeiras equivalentes a 45 dias da soma dos custos dos serviços prestados (excluindo depreciação), despesas com vendas e despesas gerais e administrativas dos últimos 4 trimestres.
- Alavancagem: manter a relação Dívida Líquida sobre EBITDA Ajustado (conforme definido na política) inferior a 2,5x, podendo atingir temporariamente o nível máximo de 3,0x por períodos inferiores a 6 meses.
- Financiamento (*funding*): a Companhia deverá manter fontes de recursos para cobrir por completo os usos projetados para os 4 trimestres seguintes.

As fontes de recursos consideradas são as disponibilidades correntes, linhas de financiamento aprovadas, aportes futuros contratados (com compromisso vinculante), mais a projeção do caixa gerado pelas atividades operacionais da Companhia para o período, antes de juros e imposto de renda.

Os usos planejados incluem o serviço da dívida (amortizações e juros), capex de manutenção das unidades em operação, plano de investimento e expansão de novas unidades, e aportes em subsidiárias no exterior.

Caso o teste acima implique em risco de refinanciamento superior a 0,5x EBITDA Ajustado (conforme definido na política) projetado para o período, o plano de expansão e de aportes da Companhia deverá ser imediatamente revisto de forma a enquadrar o risco de refinanciamento dentro dos limites estabelecidos.

Para o risco de taxa de câmbio, a visão da Companhia é de que cada uma de suas controladas no exterior tem sua própria gestão financeira, conduzida de maneira independente em relação às demais, e que consistem em investimentos de longo prazo da Companhia. A Política de Gestão de Liquidez determina que a Companhia priorize captações (empréstimos) para financiamento de seus investimentos na mesma moeda do país onde tal expansão vá ocorrer, buscando dessa forma um hedge natural para o seu fluxo de caixa e não exigindo a utilização de instrumentos financeiros de *hedge*.

A administração da Companhia entende que eventuais flutuações da cotação das moedas funcionais de suas operações no exterior no curto prazo não trarão impactos financeiros imediatos para a Companhia.

## 5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

Conseqüentemente, a Companhia não lança mão de instrumentos derivativos ou contratos de swap para cobertura de risco cambial.

Para o risco de taxa de juros, possíveis oscilações das taxas de juros não tem impacto material na situação financeira da Companhia. A Companhia não está obrigada a contratação de e não contrata instrumentos contra esse risco.

### **(ii) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)**

Atualmente a Companhia não utiliza instrumentos de proteção patrimonial (*hedge*).

### **(iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)**

Atualmente a Companhia não utiliza instrumentos de proteção patrimonial (*hedge*).

### **(iv) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

Os parâmetros utilizados foram citados no item (b).

### **(v) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*)**

Atualmente a Companhia não utiliza instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*).

### **(vi) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos**

Apesar de não ter uma política de gerenciamento de riscos de mercado formalizada, a administração destes riscos é efetuada por meio das nossas estratégias operacionais e dos seus controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança das operações da Companhia.

### **(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A Companhia entende que sua estrutura operacional de controle interno está adequada.

### 5.3 - Descrição dos controles internos

#### **(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

Para assegurar a confiabilidade das demonstrações financeiras e aperfeiçoar o processo para sua elaboração, a Companhia dispõe de uma série de práticas em relação aos seus controles internos tais como:

- utilização de sistema integrado ERP (*Enterprise Resource Planning*), com automatização da maioria dos lançamentos contábeis, controle dos acessos lógicos aos sistemas, segregação de funções para transações críticas em relação à segurança dos processos;
- adoção de controles internos nos processos que suportam a elaboração das demonstrações financeiras, revisão gerencial dos fechamentos contábeis, das conciliações bancárias e de lançamentos contábeis manuais;
- implementação de melhorias identificadas pela equipe e das ações corretivas identificadas pela auditoria externa, para aperfeiçoamento dos controles;
- avaliação periódica se os processos internos estão adequados à legislação vigente.

Desta forma a administração da companhia entende que tem adotado práticas necessárias para assegurar um ambiente de controles internos adequado para a elaboração das demonstrações financeiras.

#### **(b) estruturas organizacionais envolvidas**

O sistema de controles internos da Companhia conta com as áreas de Diretoria Financeira, Controladoria, Jurídico, Relações com Investidores e Tecnologia da Informação. Dentre as responsabilidades dessas áreas estão: (i) identificar e mensurar os riscos existentes nos processos da Companhia; (ii) avaliar a eficácia dos controles destinados à mitigação desses riscos; (iii) endereçar junto à Diretoria Executiva ações que reduzam ou eliminem a exposição da Companhia aos riscos, mediante o aperfeiçoamento dos controles; (iii) garantir um ambiente de integridade corporativa que garanta uma atuação sustentável e perene; (iv) assegurar a adequação dos controles internos que tragam confiabilidade e integridade às demonstrações financeiras e (v) estabelecer rotina de monitoramento que garanta constante acompanhamento e aprimoramento de todo o sistema de controles internos.

#### **(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

A eficiência dos controles internos é monitorada pela Diretoria Executiva, e reportada periodicamente ao Conselho de Administração da Companhia. Para as deficiências apresentadas, são definidas ações de aprimoramento de processos e controles, com responsáveis definidos e prazos de implantação, que são objeto de "*follow up*" destinados a promover a sua efetiva e tempestiva aplicação.

A eficácia do controle interno da Companhia sobre a divulgação das informações financeiras em 31 de dezembro de 2016 foi revisada pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, e o resultado desta revisão está indicado no item "d" desta seção.

#### **(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos**

### 5.3 - Descrição dos controles internos

#### **termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Como parte dos trabalhos dos auditores independente em 31 de dezembro de 2016 foram identificadas as seguintes deficiências, as quais foram apontadas como significativas: (i) necessidade de formalização do procedimento de fechamento contábil e de controles internos; (ii) necessidade de aprimoramento do processo de conciliação de contas a receber de operadoras de cartão de crédito e de receita diferida, que são ajustados manualmente com relatórios de análise e conciliação; (iii) necessidade de aprimoramento do processo de conciliação e tempestividade dos lançamentos de valores das contas de adiantamento a fornecedores e fornecedores, e das provisões para contingências; (iv) dificuldades para entrega de retificação de obrigações acessórias dos anos de 2013 a 2015 em virtude de ajustes posteriores a 2015.

Os auditores recomendaram formalização de procedimento de fechamento, avaliação de risco e controles que permitam (i) garantir o tratamento contábil adequado frente a normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), novos pronunciamentos contábeis ("BR GAAP") e pronunciamentos técnicos ("CPC"); (ii) garantir o tratamento adequado das informações necessárias as divulgações mínimas exigidas e mitigar o risco falhas na elaboração dos relatórios pela administração.

Os auditores recomendaram ainda a implementação efetiva de reconciliação contábil e solução tempestiva das pendências de reconciliação das contas de contas a receber de operadoras de cartão de crédito, receita diferida, adiantamento a fornecedores vs. fornecedores e contingências.

A administração informa que os comentários feitos neste item abrangem todas as deficiências significativas indicadas pelo auditor independente.

#### **(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

A Administração tomou ciência sobre o relatório dos auditores externos acerca dos controles internos da Companhia e, embora os pontos reportados no estudo não comprometam a divulgação das Demonstrações Financeiras da Companhia, a Administração fez uma avaliação detalhada e endereçou os pontos levantados, para aprimorar, de forma constante, seus controles internos e sistemas informatizados. A título exemplificativo, a Companhia está em processo de (i) elaboração de projeto de revisão do procedimento de fechamento contábil; (ii) criação de procedimentos específicos de conciliação das contas contábeis apontadas pela auditoria como tendo deficiências; (iii) formalização de procedimentos e políticas adotados; e (iv) revisão dos processos e sistemas contábeis envolvidos.



#### **5.4 - Alterações significativas**

Não houve alterações significativas nos riscos identificados pela Companhia, tampouco alterações na política de gerenciamento de riscos, no último exercício social. Além disso, na data deste Formulário de Referência, não há expectativas de redução ou aumento da exposição de risco da Companhia

### **5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

**6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM**

<b>Data de Constituição do Emissor</b>	19/07/2005
<b>Forma de Constituição do Emissor</b>	Sociedade Limitada
<b>País de Constituição</b>	Brasil
<b>Prazo de Duração</b>	Prazo de Duração Indeterminado
<b>Data de Registro CVM</b>	20/10/2017

### 6.3 - Breve histórico

A Companhia possui um dos mais longos e bem sucedidos históricos no segmento de academias de ginástica, ou *fitness*, da América Latina. De forma consistente ao longo de sua história, a Companhia se destacou pela inovação constante da sua oferta de serviços, sempre com foco na experiência do cliente dentro das academias, um dos fatores críticos que contribuíram para ela ter se tornado a líder do mercado.

A primeira academia Bio Ritmo foi inaugurada em 1996 no bairro de Santo Amaro (São Paulo) pelo sócio fundador Edgar Corona. Mas foi a segunda unidade da rede, localizada na Avenida Paulista, que tornou a Bio Ritmo relevante no mercado brasileiro de *fitness*. Ela trouxe vários elementos inovadores que tornaram a Bio Ritmo a referência em academias *premium*: ambiente sofisticado, com design criado por arquitetos renomados; excelência técnica dos programas, com adoção de metodologias internacionais como as aulas de ginástica da *Les Mills (Body Pump)* e o programa *Face-to-Face*; e a excelência no atendimento dos clientes.

Em 2004, a Companhia lançou o conceito pioneiro de academias corporativas, com a inauguração da primeira Bio Ritmo localizada dentro das instalações de um cliente corporativo para atendimento dedicado aos seus empregados. Esta unidade é localizada na sede Itaú Unibanco em São Paulo, e atende os colaboradores da empresa até hoje. A Bio Ritmo seguiu em um processo de crescimento sistemático, atingindo um total de 16 unidades e 31 mil clientes em 2009.

Em 2007, Edgard Corona começou a participar dos *round tables* do setor, eventos realizados com os donos das principais redes de academias do mundo para *benchmark* de suas operações, em busca de inovações na indústria de *fitness* para implementação no Brasil. Nas frequentes visitas ao mercado americano, Edgard conheceu o novo segmento de academias *low cost*.

Em 2009, com base nestas observações, a Companhia foi pioneira na introdução do conceito de academias de baixo custo na América Latina, com o lançamento da primeira unidade da marca Smart Fit em junho de 2009, na cidade de São Paulo. Nesse mesmo ano, a Companhia abriu outras 3 unidades Smart Fit, no Rio de Janeiro, Brasília e Porto Alegre, com o objetivo de testar o conceito em múltiplas praças. O conceito da Smart Fit, desde aquela época, era oferecer uma excelente experiência para seus clientes, com ambiente agradável para treinar, *design* moderno, equipamentos dos principais fabricantes mundiais, tudo, a um preço bastante acessível, a partir de R\$49 por mês na época. Em função do seu modelo inovador de serviços com alto valor agregado a baixo preço, a Smart Fit teve aceitação forte e imediata e terminou o ano com mais de 8 mil clientes.

No ano seguinte, a Companhia concluiu uma associação com um grupo de fundos de investimentos geridos pelo Pátria Investimentos, fortalecendo significativamente sua estrutura de capital e aprofundando a institucionalização de seus processos de gestão. Esta associação permitiu a Companhia implementar um forte ciclo de expansão orgânica, focada principalmente no desenvolvimento da marca Smart Fit e que levou a abertura de um número crescente de novas academias por ano: 8 em 2010, 17 em 2011 e 25 em 2012. A Companhia atingiu a marca de 50 mil clientes na Smart Fit em junho de 2011 e os 100 mil clientes em março de 2012, terminado o ano de 2012 com 172 mil clientes. Em 2012 a rede já havia se expandido para cidades da Grande São Paulo, interior de São Paulo (Campinas e Santos), Distrito Federal, Recife e Goiânia.

### 6.3 - Breve histórico

A Companhia desenvolveu ao longo de seus quase 20 anos de atuação uma ampla rede de relacionamentos no mercado latino americano. Desta forma, em 2011, a Companhia fez sua primeira expansão internacional, celebrando uma *joint venture* com a rede Mexicana de academias Sport City para abertura de unidades da Smart Fit. Em 28 de dezembro de 2011, a Companhia inaugurou sua primeira unidade Smart Fit na Cidade do México. A Companhia se tornou o líder do mercado mexicano em 2015, e atualmente possui 74 unidades e 239 mil clientes no país, com academias localizadas nas principais cidades do país, incluindo Cidade do México, Guadalajara, Monterrey, Puebla, Veracruz, Cuernavaca e Toluca.

Em 2013, a Companhia lançou o modelo de franquias Smart Fit no Brasil, para (i) estar presente nas capitais distantes de São Paulo (sede da companhia), cuja gestão seria mais complexa devido à distância e (ii) nas cidades secundárias, consideradas pela Companhia como não prioritárias para expansão com unidades próprias. Em junho de 2017, a Smart Fit tinha 211 mil clientes em 69 academias franqueadas no Brasil.

Dando prosseguimento ao crescimento em mercados internacionais através de parcerias com operadores que detenham experiência local de atuação, a Companhia iniciou em 2014 sua operação no Chile através do modelo de franquia. A primeira unidade no país foi inaugurada na cidade de Santiago e, atualmente, a Companhia possui 9 unidades e 39 mil clientes no país, todas localizadas na região metropolitana de Santiago. Em 2015, a Companhia iniciou suas operações na República Dominicana também através do modelo de franquias, e atualmente conta com um total de 8 unidades (6 delas localizadas em Santo Domingo) e 35 mil clientes. Em 2017, a Companhia assinou contrato para iniciar suas operações no Equador através do modelo de franquias.

Em 2016, a Companhia abriu operações próprias na Colômbia, com sede em Medellin, e no Peru, com sede em Lima. Na Colômbia, a Companhia formou uma *joint venture* com uma rede local de fitness *low cost* que na época tinha 4 unidades, todas posteriormente convertidas para a marca Smart Fit. A expansão na Colômbia ocorreu de forma muito acelerada, e, em junho de 2017, a Companhia já possuía 21 unidades e 62 mil clientes, com presença em Medellin, Bogotá, Cali, Cartagena, Baranquilla e Monteria. No Peru, no final de junho de 2017, a Companhia possuía 3 unidades e 11 mil clientes em Lima e Cusco.

Neste período de 2012 a 2016, a Smart Fit também continuou crescendo de forma acelerada no Brasil, tendo aberto um total de 140 academias próprias. Ao final de Junho de 2017, a Smart Fit possuía um total de 194 academias e 668 mil clientes. A Smart Fit está hoje presente em 96 cidades em 24 estados, entre lojas próprias e franquias. Neste período, a Bio Ritmo cresceu de maneira orgânica para 30 academias e 51 mil clientes, incluindo 4 academias franqueadas.

O crescimento do número de academias nos 3 últimos exercícios sociais está na tabela abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	AH (%) 2016/2015	AH (%) 2015/2014
<b>Total</b>	361	281	211	28,5%	33,2%
<b>Brasil</b>	263	224	173	17,4%	29,5%
Próprias	204	187	153	9,1%	22,2%
Franquias	59	37	20	59,5%	85,0%

### 6.3 - Breve histórico

<b>América Latina</b>	98	57	38	71,9%	50,0%
México	69	51	34	35,3%	50,0%
Outros (próprias)	13	-	-	-	-
Outros (franquias)	16	6	4	166,7%	50,0%

Para financiar o crescimento no Brasil e América Latina, a Companhia fez em 2014, 2015 e 2016 novas captações de investimento em colocações privadas, com aportes pelo Pátria Investimentos, pelo fundo soberano de Cingapura (GIC) por meio do veículo de investimento Pacific Mezz Bio Participações S.A. e por *family offices* brasileiros.

Em linha com a cultura da Companhia de inovação contínua para melhorar a experiência dos clientes, a Companhia lançou em 2016 o Smart Bar, serviço de bebidas por assinatura oferecido dentro das academias Smart Fit. Os clientes pagam uma mensalidade de R\$14,90 para terem à sua disposição isotônicos e sucos. O serviço teve grande aceitação por oferecer (em linha com a proposta da marca) um excelente custo-benefício, e será implementado em todas academias da rede até o final de 2017. A Companhia está sempre buscando desenvolver outras ofertas de produtos e serviços ligados a *fitness* com a marca Smart Fit, sempre com a proposta de excelente qualidade a preços acessíveis, o que fortalece a marca, melhora a experiência do usuário e incrementa a receita das academias existentes.

Em 2017, a Companhia lançou uma grande evolução do conceito da Smart Fit, para atender as novas expectativas de seus clientes: incluiu novos espaços e produtos para treinos em grupo, que oferecem uma experiência mais dinâmica para o aluno e uma maior produtividade (atendimento de mais clientes em menos tempo) para a Companhia. Os novos produtos incluem: (i) *Shape*, um programa de emagrecimento que alterna atividades aeróbicas em bicicletas com musculação, com o conceito HIIT (*High Intensity Interval Training*) que acelera o metabolismo dos clientes e aumenta o gasto calórico mesmo após o treino; (ii) aulas de dança (Zumba e Sh'bam), para atender a demanda principalmente do público feminino; e (iii) o Smart Box, um programa de exercícios funcionais para os adeptos de treinos mais intensos. Os programas são adaptados para a realidade de cada país – por exemplo, na Colômbia a Companhia oferece aulas de *bike* devido à grande popularidade do ciclismo no país, e no México as aulas de dança incluem salsa, merengue e rumba. Todos programas foram desenvolvidos internamente pela área técnica da Companhia, uma equipe multidisciplinar que inclui doutores em biomedicina, profissionais de educação física e pessoas com expertise em experiência do cliente, para garantir uma aula dinâmica, envolvente e que traga resultados esperados de maneira segura. A primeira academia com o novo conceito foi inaugurada na Avenida Paulista, São Paulo em abril de 2017, e esse conceito será implementado em toda a rede até junho de 2018.

Já a Bio Ritmo, desenvolveu um novo conceito de “vários estúdios na mesma academia”, dentro da qual, cada estúdio possui uma proposta e experiência claramente diferenciadas. Cada estúdio é montado em espaço específico, com ambiente e equipamentos próprios, porém compartilhando espaços comuns e equipamentos padrão. Os programas oferecidos incluem o *Race Bootcamp* (treino HIIT com ambientação militar), *TORQ* (aula de *spinning* com elementos de competição entre os clientes), *Burn* (programa de emagrecimento), *Squad* (treino funcional) e *Skillmill* (treino funcional baseado em esteira sem motor). Para todos eles, os clientes reservam seu lugar nas aulas, através de um aplicativo no seu celular, garantindo que consigam fazer a aula desejada no horário selecionado. O conceito foi lançado em abril de 2017 na unidade Morumbi Town, em São Paulo, e está sendo implementado nas demais unidades da rede até o final de 2017. Devido à reação muito positiva dos

### 6.3 - Breve histórico

clientes, a Companhia está planejando abrir unidades isoladas de alguns estúdios. A primeira unidade independente do *Race Bootcamp* será aberta no segundo semestre de 2017 em São Paulo.

Com a constante inovação e expansão, e foco em entrega de uma experiência de cliente única, o grupo chegou em setembro de 2017 com 437 academias em 6 países, e 1,4 milhão de clientes, se consolidando como a maior rede de academias da América Latina e a quinta maior do mundo, em número de academias próprias, de acordo com *ranking* publicado pela IHRSA (*International Health, Racquet & Sportsclub Association* - entidade de classe global da indústria de fitness).

### **6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial**

Até a data deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.



## **6.6 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 6 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

## 7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

A Companhia é a maior operadora de academias de ginástica da América Latina e também a que mais cresce, tanto pelo número de clientes, quanto pelo número de unidades, segundo a IHRSA (*International Health, Racquet & Sportsclub Association* - entidade de classe global da indústria de fitness). A Companhia está presente no Brasil, México, Colômbia, Chile, Peru, República Dominicana e Equador e suas marcas são altamente reconhecidas em todos os mercados em que atua. A Companhia é líder do segmento de academias *low cost* na América Latina com a marca Smart Fit, e uma das líderes no segmento de academias *premium* no Brasil com a marca Bio Ritmo. A empresa planeja continuar se expandindo para novos mercados na América Latina e desenvolvendo novas marcas, para ser presente em todos segmentos relevantes do setor *fitness* da região.

Desde o lançamento da marca Smart Fit em 2009, a Companhia aumentou o número de academias de 20 para 437 unidades, e o número de clientes passou de 37 mil para mais de 1,4 milhão. A Companhia é hoje o 5º maior operador de academias próprias no mundo, de acordo com o *ranking* publicado pela IHRSA, e o 3º maior crescimento de receita nos últimos 5 anos. Esse patamar foi atingido por meio de uma estratégia bem-sucedida de abertura de novas unidades de maneira orgânica e de entrega de uma experiência diferenciada para nossos clientes em todas marcas da Companhia.

A Companhia entende que seu histórico de sucesso se deve à aplicação disciplinada do modelo de negócios e de gestão que desenvolve desde a sua fundação em 1996. Durante esse período, a Companhia acumulou considerável experiência em todas as etapas da operação de academias de ginástica, partindo da identificação e localização dos melhores pontos, a negociação para locação dos imóveis, a reforma do imóvel para instalação da academia até o funcionamento das unidades. Nossa estratégia para escolha dos locais para instalação de nossas unidades é focada em áreas de alta densidade populacional, acessíveis e com localização conveniente. A operação das unidades é baseada em um modelo de gestão colaborativo, em que todos colaboradores da equipe são parte da decisão dos processos de atendimento ao cliente, e com isso a Companhia consegue conciliar velocidade e adaptabilidade para entrega de um melhor serviço de maneira sustentável.

O gerente de cada academia possui 3 indicadores de performance, com metas semestrais: satisfação dos clientes, medida diariamente com a metodologia *Net Promoter Score* (NPS); engajamento da equipe com a liderança, medida com a pesquisa de feedback ascendente (PFA); e a margem bruta da academia. As metas representam a combinação de fatores que a Companhia busca nos seus negócios: excelente serviço ao cliente, entregue por uma equipe engajada, e com excelente retorno financeiro. Como reconhecimento de sua excelência neste tema, a Companhia recebeu em 2014 o prêmio global *Great Workplace Award*, concedido pelo Instituto Gallup para as empresas no mundo que se destacam por sua cultura de engajamento e alta performance.

A Companhia acumulou grande inteligência de mercado e entendimento das necessidades e preferências de seu público, tanto na operação de suas academias quanto em *benchmark* constante em mercados internacionais, e aplica este conhecimento para melhor formatar sua oferta de serviços e a inovar constantemente a experiência do cliente nas academias.

A capacidade da Companhia de implementar constantes inovações de experiência ao consumidor, combinada com a escala incomparável de suas operações e as localizações mais convenientes a que ela tem acesso, solidificam a sua liderança e constituem fortes barreiras de entrada para novos concorrentes.

## 7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

A Companhia é líder em “fitness” na América Latina com as duas marcas que opera hoje e acredita que além de continuar a expandi-las possa também desenvolver, operar e implantar novos conceitos e marcas na região, alavancando o conhecimento das preferências do consumidor, capacidade comprovada de lançamento de novos modelos, experiência de operação e gestão eficaz de resultados.

A Companhia atua em um mercado que faturou aproximadamente US\$6,0 bilhões na América Latina em 2016, de acordo com dados da IHRSA, e que tem apresentado significativo crescimento nos últimos anos, impulsionado por uma crescente preocupação com saúde e bem-estar. Não obstante, este mercado ainda se encontra em desenvolvimento, com um total de 19,9 milhões de clientes de academias na região e penetração de 2,2% da população, muito mais baixa que a dos Estados Unidos, por exemplo, onde a penetração é de 17,2%, também de acordo com dados da IHRSA. Vale ressaltar, também, que o mercado de *fitness* na América Latina, além de pouco penetrado, ainda é altamente fragmentado, sendo predominantemente composto por unidades sem afiliação a uma rede. Como a Companhia é um dos poucos grupos com modelo de negócios consolidado, estrutura de capital adequada e princípios e regras de governança corporativa bem estabelecidos, a Companhia acredita estar particularmente bem posicionada para aproveitar as oportunidades proporcionadas pelo mercado de *fitness* na América Latina.

### Marcas e segmentos de negócios da Companhia

A Companhia opera atualmente com duas marcas, cuja principal característica é a variedade das atividades e serviços oferecidos, que se traduzem em dois diferentes conceitos de academias de ginástica, que operam em segmentos distintos: o segmento *low cost*, identificado pela marca Smart Fit, e o segmento *premium*, identificado pela marca Bio Ritmo.

#### Smart Fit – segmento low cost

O propósito da Smart Fit é “democratizar o fitness de alto padrão”, e o seu modelo de negócios é desenhado para atingir esse objetivo da forma mais eficiente e rentável possível. As unidades Smart Fit oferecem excelente custo-benefício, com atividades e serviços desenhados para atender com qualidade um alto volume de clientes dentro de uma estrutura de custos operacionais mais eficiente. Isso possibilita a combinação de preços praticados mais acessíveis com a oferta de uma ótima experiência aos clientes, e assim o atingimento do propósito da Companhia.

As instalações físicas das unidades Smart Fit oferecem uma experiência muito agradável a seus clientes, com design moderno e equipamentos de alta qualidade fornecidos pelas principais marcas mundiais, em instalações de área média de 1,1 mil m<sup>2</sup>. As academias estão localizadas principalmente em bairros densamente ocupados, com múltiplas unidades dentro da região para atender totalmente a demanda existente. Assim a marca proporciona maior proximidade e conveniência, que é um dos principais fatores de seleção de qualquer academia, e também inibe a entrada de outras academias na região.

As unidades Smart Fit apresentam intenso foco em tecnologia, com processos padronizados e enxutos. As atividades dentro da academia são feitas em grupos orientados por um instrutor, ou de forma autônoma pelos clientes seguindo treinos prescritos pelos instrutores ou por vídeos produzidos pela Companhia com a participação de educadores físicos da sua equipe. Os clientes podem fazer treinos

## 7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

individuais, nos equipamentos aeróbicos (esteiras e elípticos dentre outros), de musculação e peso livre, ou treinos coletivos, com aulas de ginástica e treinos em grupo. Do ponto de vista administrativo, os clientes realizam a adesão, pagamento e administração de seu plano via Internet ou em quiosques de autoatendimento nas academias.

O modelo de negócios Smart Fit oferece a melhor relação custo-benefício para os clientes, com mensalidades que variam no Brasil de R\$59,90 (opção do plano Smart com contratos sem permanência mínima e acesso restrito a apenas uma academia) a R\$89,90 (opção do plano Black com contratos com permanência mínima de 1 ano e acesso ilimitado às academias da rede Smart Fit), o que representa valor 50% a 80% abaixo dos preços praticados no segmento *premium*.

O posicionamento de preço é equivalente nos demais países da América Latina onde atuamos, com mensalidades de MXN299 a MXN559 (R\$55 a R\$102) no México, COP49.900 a COP69.900 (R\$54 a R\$76) na Colômbia, CLP11.900 a CLP 15.900 (R\$59 a R\$79) no Chile, PEN59,90 a PEN79,90 (R\$60 a R\$80) no Peru e DOP 990 a DOP 1.290 (R\$69 a R\$90) na República Dominicana, com conversão para reais base 30 de junho de 2017.

Devido a sua proposta de valor bastante atrativa e às localizações convenientes para seus clientes, as unidades Smart Fit voltam-se para uma ampla gama de públicos, tanto nas classes A e B, como na classe C, com grande potencial de crescimento e penetração no mercado latino americano e com capacidade de estimular demanda adicional por públicos que, antes da Smart Fit, não frequentavam academias de ginástica.

A Smart Fit oferece adicionalmente aos seus clientes outros produtos e serviços com a marca Smart Fit ligados a prática de atividades físicas, que complementem a sua atividade principal de academias. Eles possuem relação custo-benefício comparável ao da academia, geram receitas adicionais, ajudam na fidelização do cliente e na entrega do propósito da marca de democratizar o fitness de alto padrão. Por exemplo, a marca oferece o Smart Energy, serviço de assinatura de bebidas dentro da academia, que permite o consumo de 1 dose de isotônico ou suco por dia, por R\$14,90 por mês. Há outras ofertas em fase de teste piloto, por exemplo o Smart Nutri, aplicativo de nutrição oferecido em parceria com uma empresa líder neste serviço.

Em 30 de junho de 2017, a Smart Fit tinha 1,3 milhão de clientes e 378 academias (292 próprias e 86 franqueadas) na América Latina.

### Bio Ritmo – segmento “premium”

O propósito da Bio Ritmo é “tornar você mais forte, mais rápido desafiando, seus limites”. As unidades Bio Ritmo seguem o conceito *premium*, com nível de serviço elevado e atendimento personalizado que direciona e acompanha o cliente em um dos programas padronizados de treinamento, selecionado de acordo com os resultados desejados. O compromisso da equipe Bio Ritmo com o resultado gera clientes mais engajados com a marca, e como consequência maior fidelização.

Para atender a uma ampla gama de necessidades e resultados desejados, a Bio Ritmo oferece uma grande variedade de atividades e serviços, com mais de 25 modalidades de aulas de ginástica, programas individuais de treinamento para emagrecimento e hipertrofia (ganho de massa muscular),

## 7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

e 5 estúdios avulsos dentro da mesma unidade, cada um deles com proposta e experiência diferenciadas. Os estúdios são: (i) *Race Bootcamp* (treino HIIT com ambientação militar); (ii) *TORQ* (aula de *bike* com elementos de competição entre os clientes); (iii) *Skillmill* (treino funcional baseado em esteira sem motor); (iv) *Burn* (programa de emagrecimento); e (v) *Squad* (treino funcional). As unidades contam com design e decoração sofisticados, equipamentos de última geração e estão situadas em bairros nobres, geralmente em amplas instalações com média de 1,7 mil m<sup>2</sup>. Adicionalmente, em geral são oferecidos serviços de apoio e conveniências como lanchonete, chapalaria e "valet service".

Os planos preveem a cobrança de uma mensalidade que pode alcançar R\$449. Tendo em vista a abrangência de serviços, a localização das lojas e o preço médio cobrado, as unidades Bio Ritmo voltam-se para públicos das classes A e B, com menor sensibilidade a preço e para os quais a combinação de atendimento diferenciado, experiência superior e resultados obtidos são os fatores preponderantes para a decisão de adesão.

Em 30 de junho de 2017, a Bio Ritmo tinha 51.000 clientes e 30 academias no Brasil (26 próprias e 4 franquias).

### Novos Negócios

Além das duas marcas (Smart Fit e Bio Ritmo) com que opera atualmente, a Companhia busca o desenvolvimento de novos modelos e marcas que atuem em novos segmentos de *fitness* na América Latina. A Companhia acredita que seu conhecimento das preferências do clientes, capacidade comprovada de lançamento de novos modelos, experiência de operação e gestão eficaz de resultados a habilita a perseguir novas oportunidades de negócio na região com potencial de expandir o crescimento de receita e de rentabilidade.

## 7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

### (a) Produtos e serviços comercializados

Atuamos em 3 segmentos de negócio, conforme divulgado em nossas demonstrações financeiras: *low cost*, com a marca Smart Fit, *premium*, com a marca Bio Ritmo e *outros / novos negócios*, que incluem royalties cobrados dos franqueados e os novos modelos e marcas de fitness que a Companhia está desenvolvendo.

Adicionalmente, a Diretoria analisa o negócio geograficamente, consolidando seus resultados em Brasil, México e demais países da América Latina (Colômbia e Peru).

A descrição detalhada dos segmentos operacionais está inserida na Seção 7.1. A Seção 10.2.a traz o número de academias e de clientes por segmento.

### (b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

A tabela abaixo identifica as receitas operacionais líquidas auferidas pela Companhia e suas subsidiárias (incluindo entidades sob controle compartilhado) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

Geografia	Marca	31/12/ 2016	AV (%) Total antes da elimin.	31/12/ 2015	AV (%) Total antes da elimin.	31/12/ 2014	AV (%) Total antes da elimin.	AH (%) 2016/ 2015	AH (%) 2015/ 2014
Brasil	Smart Fit	526.711	66%	422.909	64%	302.431	65%	25%	40%
	Bio Ritmo	102.110	13%	104.819	16%	98.457	21%	-3%	6%
	Outras	12.375	2%	7.972	1%	7.351	2%	55%	8%
<b>Total Brasil</b>		<b>641.196</b>	<b>80%</b>	<b>535.700</b>	<b>81%</b>	<b>408.239</b>	<b>88%</b>	<b>20%</b>	<b>31%</b>
México	Smart Fit	152.436	19%	125.210	19%	54.939	12%	22%	128%
Demais Am.Latina	Smart Fit	9.192	1%	-	-	-	-	-	-
<b>Total Internacional</b>		<b>161.628</b>	<b>20%</b>	<b>125.210</b>	<b>19%</b>	<b>54.939</b>	<b>12%</b>	<b>29%</b>	<b>128%</b>
<b>Total antes da eliminação</b>		<b>802.824</b>	<b>100%</b>	<b>660.910</b>	<b>100%</b>	<b>463.178</b>	<b>100%</b>	<b>21%</b>	<b>43%</b>
<b>Eliminação</b>		<b>-161.628</b>		<b>-125.210</b>		<b>-54.939</b>		<b>29%</b>	<b>128%</b>
<b>Consolidado</b>		<b>641.196</b>		<b>535.700</b>		<b>408.239</b>		<b>20%</b>	<b>31%</b>
Total por marca	Smart Fit	688.339	86%	548.120	83%	357.370	77%	26%	53%
	Bio Ritmo	102.110	13%	104.819	16%	98.457	21%	-3%	6%
	Outras	12.375	2%	7.972	1%	7.351	2%	55%	8%
	Eliminação	-161.628		-125.210		-54.939			

### (c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

A Companhia analisa o resultado por segmento pelo lucro bruto excluindo depreciação. As despesas em geral, de todas naturezas, são analisadas de forma consolidada para a Companhia, sem abertura por segmento. O lucro líquido é analisado de maneira consolidada e não por segmento.

#### Exercício Findo em 31.12.2016

	Brasil	México	Demais América Latina	Eliminação	Total
(Em milhares de reais - R\$)					

**7.2 - Informações sobre segmentos operacionais**

	<u>Smart Fit</u>	<u>Bio Ritmo</u>	<u>Outras</u>	<u>Smart Fit</u>	<u>Smart Fit</u>		
Receita Líquida	526.711	102.110	12.375	152.436	9.192	(161.628)	641.196
Lucro Bruto	177.703	11.825	10.174	60.711	571	(61.391)	199.593
<u>(-) Depreciação e amortização</u>	<u>90.172</u>	<u>16.194</u>	<u>722</u>	<u>11.404</u>	<u>2.597</u>	<u>(14.001)</u>	<u>107.088</u>
Lucro Bruto excluindo depreciação e amortização	267.875	28.019	10.896	72.115	3.168	(75.392)	306.681
(+) Depreciação e amortização							(107.088)
Receitas (Despesas) Operacionais							(134.256)
Resultado Financeiro							(73.567)
<u>Imp. Renda/Contribuição Social</u>							<u>(13.347)</u>
Lucro (Prejuízo) do Exercício							(21.577)

**Exercício Findo em 31.12.2015**

<i>(Em milhares de reais - R\$)</i>	Brasil			México	Demais América Latina	<u>Eliminação</u>	<u>Total</u>
	<u>Smart Fit</u>	<u>Bio Ritmo</u>	<u>Outras</u>	<u>Smart Fit</u>	<u>Smart Fit</u>		
Receita Líquida	422.909	104.819	7.972	125.210		125.210)	535.700
Lucro Bruto	150.300	15.274	6.914	50.755		(50.755)	172.488
<u>(-) Depreciação e amortização</u>	<u>73.087</u>	<u>16.845</u>	<u>678</u>	<u>8.688</u>		<u>(8.688)</u>	<u>90.610</u>
Lucro Bruto excluindo depreciação e amortização	223.387	32.119	7.592	59.443		(59.443)	263.098
(+) Depreciação e amortização							(90.610)
Receitas (Despesas) Operacionais							(91.968)
Resultado Financeiro							(68.771)
<u>Imp. Renda/Contribuição Social</u>							<u>(12.844)</u>
Lucro (Prejuízo) do Exercício							(1.095)

**Exercício Findo em 31.12.2014**

<i>(Em milhares de reais - R\$)</i>	Brasil			México	Demais América Latina	<u>Eliminação</u>	<u>Total</u>
	<u>Smart Fit</u>	<u>Bio Ritmo</u>	<u>Outras</u>	<u>Smart Fit</u>	<u>Smart Fit</u>		
Receita Líquida	302.431	98.457	7.351	54.939		(54.939)	408.239
Lucro Bruto	110.216	21.441	5.582	14.054		(14.054)	137.239
<u>(-) Depreciação e amortização</u>	<u>47.577</u>	<u>14.316</u>	<u>724</u>	<u>5.463</u>		<u>(5.463)</u>	<u>62.617</u>
Lucro Bruto excluindo depreciação e amortização	157.793	35.757	6.306	19.517		(19.517)	199.856
(+) Depreciação e amortização							(62.617)
Receitas (Despesas) Operacionais							(75.158)
Resultado Financeiro							(41.958)
<u>Imp. Renda/Contribuição Social</u>							<u>(10.488)</u>
Lucro (Prejuízo) do Exercício							9.635

## 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

### (a) Características do Processo de Produção

Oferecemos serviços de *fitness* com foco em proporcionar uma excelente experiência do cliente dentro das nossas academias. Detemos conhecimento para desenvolver, implementar e inovar constantemente nossa oferta.

Nosso modelo de operação é baseado em 3 elementos principais: (i) desenho de “produtos”, com foco em prover uma excelente experiência para o cliente; (ii) atendimento nas academias, baseado em uma cultura de serviço ao cliente; (iii) medição de resultados, com *feedback* para ajustar o desenho de produtos e o atendimento.

Chamamos de “produto” a oferta estruturada de serviços específicos de *fitness* e todos os processos acessórios necessários à prestação dos mesmos. Nossos produtos são desenvolvidos internamente, com base na nossa experiência acumulada sobre *fitness*, no entendimento do comportamento e necessidades de usuários de *fitness*, nos *feedbacks* obtidos de nossos clientes e na análise de tendências globais, tanto em *fitness* quanto no setor de consumo de uma maneira ampla. Buscamos uma grande gama de fontes de informações para aprimorar o nosso entendimento, que incluem análise da nossa base de dados, estudos de perfil de clientes, visitas às principais feiras de *fitness* (IHRSA, FIBO) e de consumo (NRF - *National Retail Federation*; CES – *Consumer Electronics Show*). O desenvolvimento de um produto é feito usando a metodologia de *design thinking* por um time multi-disciplinar incluindo as áreas técnica (educadores físicos e especialistas em biologia e metabolismo humano), operações, arquitetura, equipamentos e financeira, para avaliar todos aspectos relevantes da experiência do cliente (dinâmica da aula, resultados esperados, dificuldade dos movimentos, música, iluminação e ambientação) e o retorno financeiro (investimento, utilização, preço estimado e custo de operação). Os novos produtos são testados em operações-piloto em academias selecionadas, e são implementados na rede como um todo após os ajustes necessários. A entrega baseada em “produtos” estruturados permite alta qualidade dos serviços prestados, com consistência de entrega em todas unidades da rede.

O atendimento nas academias é baseado em uma cultura de foco no serviço ao cliente. Como os produtos tem desenho estruturado e padronizado, as equipes tem como principal responsabilidade o atendimento de qualidade. O principal indicador de performance do líder de cada academia é a satisfação dos clientes, medida diariamente com a metodologia *Net Promoter Score* (NPS). O foco da gestão é na entrega de resultados, e os líderes tem autonomia para contratar suas equipes (com número de colaboradores e salários definidos centralmente), ajustar processos, tomar decisões sobre questões operacionais e resolver incidentes do dia-a-dia. O compartilhamento de melhores práticas é incentivado, e as metas de NPS são individuais e regionais.

A medição de resultados analisa 3 aspectos: satisfação do cliente, demanda pelo produto e retorno financeiro. Em relação ao cliente, além da medição quantitativa e diária com o NPS, buscamos um entendimento qualitativo através de interações pessoais com os clientes, principalmente pela equipe de operações. Temos sistema de controle de acesso da academia como um todo e de produtos específicos, o que permite a medição de demanda por cada produto, e as informações financeiras são obtidas do sistema ERP. O conjunto de informações nestas 3 dimensões nos permite avaliar de maneira ampla a performance dos produtos e identificar oportunidades para melhorar produtos existentes e desenvolver novos produtos.

A experiência do cliente pode ocorrer de 2 formas:



### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

#### (i) Treinos individuais

Os clientes podem usar a academia com um treino individual. Temos programas desenvolvidos para este perfil de uso, como o HIT (*High Intensity Training*), para uso nas esteiras, e treinos de musculação. Os treinadores que fazem atendimento de clientes na área de uso geral de musculação e cardio orientam os clientes sobre qual o programa mais adequado para os objetivos desejados.

#### (ii) Treinos coletivos

Os produtos para treinos coletivos são desenhados para atender grupos de clientes. Os treinos tem um circuito com múltiplas estações, e usam espaços específicos com os equipamentos e o *layout* necessários para sua execução. A dinâmica (exercícios, intensidade, duração, música) segue a estrutura desenhada para o produto, e os treinadores são responsáveis por engajar e encorajar os clientes participantes.

Nas academias Smart Fit, alguns dos treinos coletivos possuem também sessões virtuais, em que um vídeo mostra a sequência de exercícios em monitores. As sessões virtuais são usadas em horários de menor movimento, e os vídeos produzidos pela própria Companhia com participação dos educadores físicos da sua equipe.

#### (b) Características do processo de distribuição

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía 361 academias, distribuídas conforme abaixo:

	Smart Fit	Bio Ritmo	Total
Brasil	234	29	263
SP	107	27	133
RJ	47	1	48
DF	17		17
CE	12		12
MG	10		10
SC	6		6
RS	5		5
GO	5		5
PE	4		4
MT	3		3
ES	3		3
PA	2	1	3
MS	2		2
PR	2		2
PB	1		1
AC	1		1
RR	1		1
AL	1		1
AP	1		1
AM	1		1
TO	1		1
RN	1		1

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

	Smart Fit	Bio Ritmo	Total
RO	1		1
México	69		69
Colômbia	12		12
Peru	1		1
Chile	9		9
República Dominicana	7		7
<b>Total</b>	<b>332</b>	<b>29</b>	<b>361</b>

Na Smart Fit, o cliente do plano "Black" pode frequentar todas as unidades da rede, tanto no seu país de origem quanto nos demais países. O cliente do plano "Smart" pode frequentar somente a unidade onde fez sua adesão.

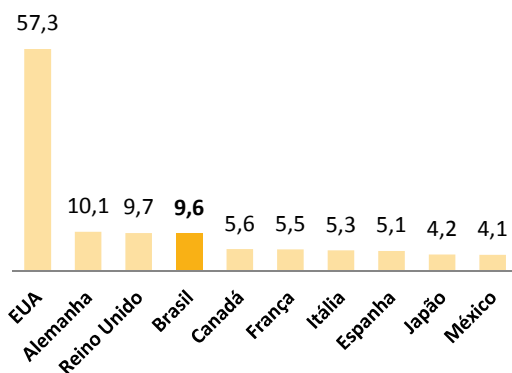
#### (c) Características dos mercados de atuação

##### (i) Participação em cada um dos mercados

O mercado de academias na América Latina tem 19,9 milhões de usuários e faturou aproximadamente US\$6,0 bilhões em 2016, de acordo com dados da IHRSA (International Health, Racquet & Sportsclub Association - entidade de classe global da indústria de fitness). O Brasil é o maior mercado da América Latina e o 4º maior mercado global, com 9,6 milhões de usuários.

**Mercado de Academias**

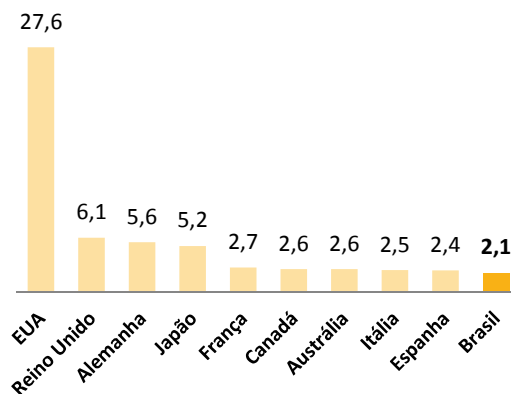
(mm pessoas)



Fonte: IHRSA Global Report 2017

**Mercado de Academias**

(USD bilhões)



Fonte: IHRSA Global Report 2017

O mercado brasileiro cresceu 10% a.a. desde 2010 e apresenta ainda potencial relevante para crescimento adicional, pois os usuários de academias representam somente 4,6% da população, comparados com 17,8% nos Estados Unidos, 10,9% na Espanha e 6,4% na Argentina.

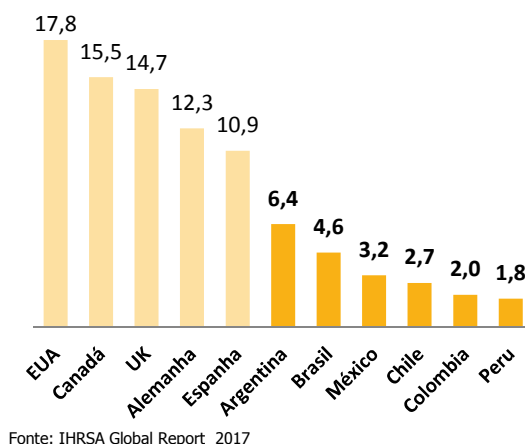
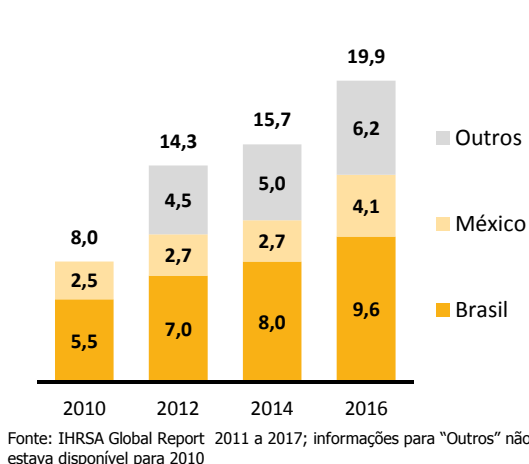
**Mercado de Academias – América Latina**

(mm pessoas)

**Penetração – Usuários de Academia**

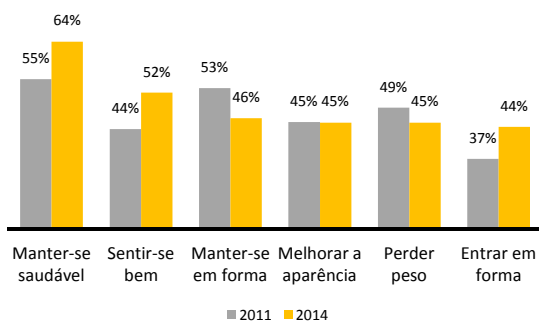
(% população)

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

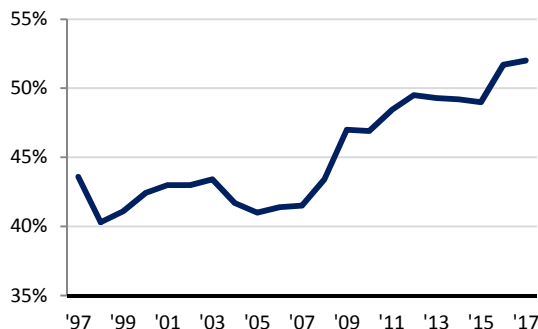


Acreditamos que o aumento no número de clientes de academias está relacionado a uma busca de maior qualidade de vida e saúde através da atividade física. Pesquisas realizadas nos Estados Unidos apontam que as principais razões para uma pessoa se matricular em uma academia são "manter-se saudável" e "sentir-se bem", e a importância destes itens está aumentando. A prática de atividades físicas neste país vem aumentando consistentemente nas últimas décadas.

#### Porque Pessoas se Matriculam nas Academias (EUA)



#### Adultos praticando atividades físicas no lazer (18+ anos de idade) (EUA)

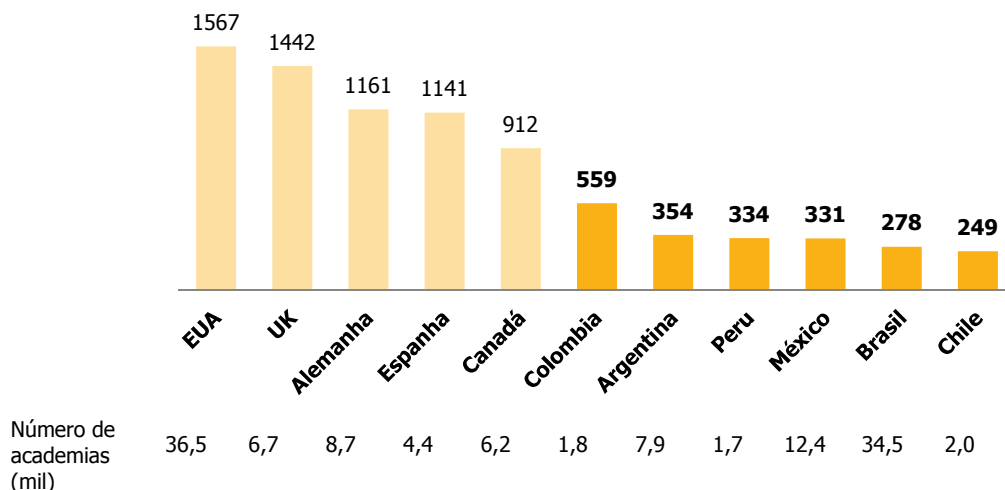


#### (ii) Condições de competição nos mercados

O mercado de academias na América Latina é bastante fragmentado, com número de clientes por academia bastante inferior ao dos mercados desenvolvidos, ou seja, um grande número de academias pequenas, com pouca escala, criando um alto potencial para o crescimento de modelos mais eficientes como o da Smartfit. O Brasil em particular possui 34,5 mil academias, o que representa 94% do total de academias nos EUA, com somente 17% do número de usuários deste mercado.

#### Média de Clientes por Academia

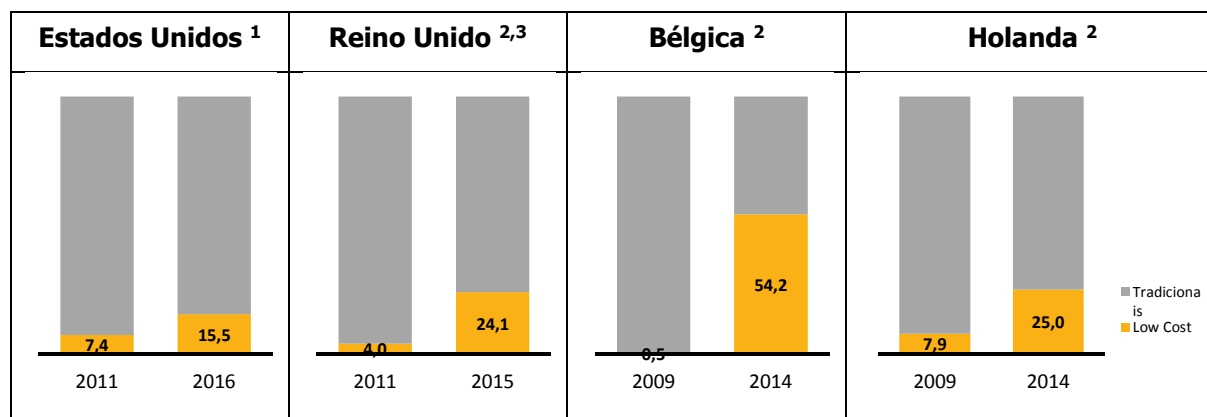
### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



Fonte: IHRSA Global Report 2017

No mercado global, o segmento do mercado de fitness que apresenta maior crescimento é o *low cost*, no qual a Smart Fit se concentra, por conta do custo-benefício favorável que oferecem. A tendência do comportamento do consumidor de migrar para ofertas *low cost* com custo-benefício favorável é observada em outras indústrias, como companhias aéreas e supermercados, dentre outros.

#### Participação de mercado – Segmento *Low Cost*



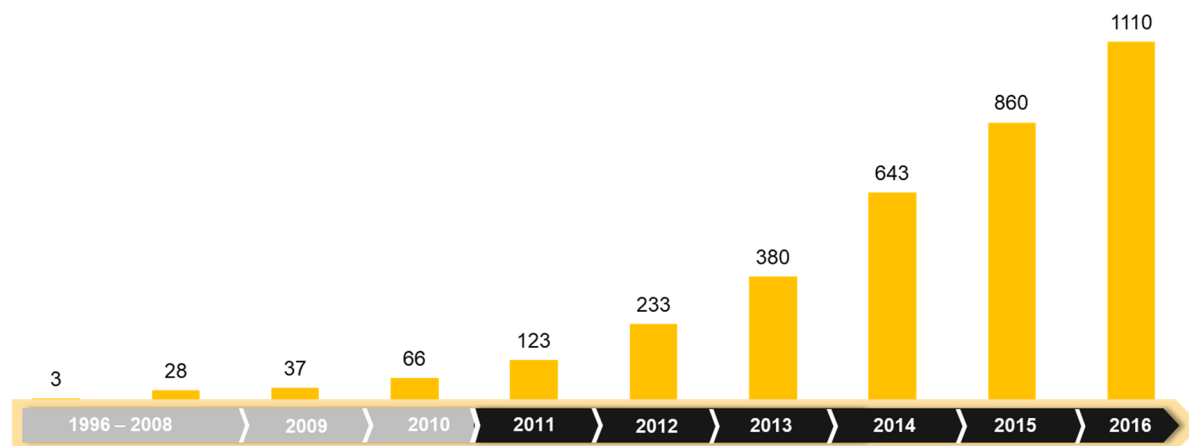
Nota: 1- considera somente a participação de mercado da Planet Fitness; 2 – “Tradicionais” são as academias que cobram mensalidades acima de EUR25,00; 3- considera somente academias privadas. Fonte: IHRSA Global Report 2017, OC&C Market Report, EFHM Report, IHRSA, Mulier Institute Fitness, Planet Fitness; Leisure Database Report

O segmento *low cost* se caracteriza em geral por ter os espaços e ativos da academia otimizados para as atividades de ginástica (cardio, musculação e treinos coletivos), não oferecendo outras atividades comuns nas academias tradicionais como piscina, sauna, quadras ou lanchonetes. Os processos são projetados para serem automatizados e dimensionados para atender um grande volume de clientes. Vendas, comunicação e pagamento são feitos de forma digital, via internet, e as atividades administrativas são centralizadas. Os planos são simples, com poucas opções comunicadas de maneira direta no site da marca. A combinação destes fatores permite que os preços oferecidos sejam 50 a 80% abaixo das academias premium, e com isso ter uma oferta com custo-benefício bastante favorável.

Após o lançamento da marca Smart Fit em 2009, a Companhia apresentou crescimento acelerado, demonstrando o apelo favorável com o público.

#### Cientes – Smart Fit

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



Nota: consolida as marcas Smart Fit e Bio Ritmo em todos países; inclui unidades próprias e franquias.

Com o crescimento consistente, a Smart Fit se tornou a 8ª maior academia global em número de clientes, e a 5ª maior em número de academias próprias, de acordo com o ranking da IHRSA. Na América Latina, a companhia é a líder com cinco vezes mais clientes que a 2ª. colocada.

#### Ranking América Latina Clientes

#	Companhia	Clientes
1	Smart Fit <sup>1</sup>	1.110
2	Bodytech (Colômbia) <sup>2</sup>	229
3	Bodytech (Brasil) <sup>1</sup>	145
4	Megatlon <sup>1,3</sup>	126
5	Sport City <sup>1</sup>	100

#### Ranking Global Clientes

#	Companhia	Clientes
1	Planet Fitness	8.900
2	24 Hour	3.800
3	Gold's Gym	3.000
4	Anytime	2.850
5	McFit	1.400
6	Goodlife	1.300
7	Powerhouse Gym	1.200
8	Smart Fit	1.110

#### Ranking Global Academias Próprias

#	Companhia	Unidades
1	LA Fitness	689
2	24 Hour	424
3	Basic Fit	419
4	Anytime	365
5	Smart Fit	305
6	Virgin Active	246
7	McFit	241
8	ClubCorp	200

Fonte: (1) IHRSA Global Report 2017; (2) companhia; (3) dados de 2015

Fonte: IHRSA Global 25 (2017)

Fonte: IHRSA Global 25 (2017)

#### (d) Eventual sazonalidade

A Companhia observa um número menor de clientes nas academias em operação nos meses de julho e dezembro, devido à redução de vendas nas semanas que antecedem os períodos de férias, sem que esta sazonalidade afete o resultado final. Ao longo do ano, o número de clientes também pode ser impactado pela ocorrência de feriados pontuais, pois as vendas se reduzem também na semana que antecede os feriados.

#### (e) Principais insumos e matérias primas

##### (i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Mantemos relacionamento de longo prazo com nossos fornecedores, tais como equipamentos de ginástica, limpeza, reformas e obras. Periodicamente, nossos fornecedores são avaliados e, conforme o caso, trabalhamos em conjunto na tentativa de resolver eventuais problemas ou substituímos o fornecedor.

### **7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais**

As relações da Companhia com seus principais fornecedores não estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental.

#### **(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores**

De modo geral, a Companhia possui baixo nível de dependência em relação aos seus fornecedores. Para equipamentos de ginástica, a Companhia utiliza equipamentos das principais empresas nacionais e mundiais, tendo como principais fornecedores Technogym, Life Fitness, Matrix e Movement e teria a flexibilidade de buscar outros, caso necessário.

#### **(iii) Eventual volatilidade em seus preços**

Os preços dos contratos celebrados pela Companhia com fornecedores são sempre em reais, entretanto, parte dos equipamentos de ginástica comprados pela Companhia são importados, motivo pelo qual os seus preços em Reais podem sofrer impacto da variação cambial de tempos em tempos.

#### **7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total**

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no exercício social de 31 de dezembro de 2016.

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

### **(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**

A Companhia não está inserida em mercado regulado ou que necessite de autorização governamental para o exercício de suas atividades. Com relação às demais autorizações governamentais para operação de suas academias, tais como alvarás de funcionamento, de segurança contra incêndio e registro perante os órgãos de classe, a Companhia considera que possui todas as autorizações e licenças materialmente necessárias, não tendo sido detectado, até o momento, qualquer problema materialmente significativo para sua obtenção e/ou renovação. Em geral, a não obtenção ou renovação dessas licenças estão sujeitas ao pagamento de multa ou, até mesmo, o fechamento da academia que estiver em desacordo e eventual agravamento da responsabilidade civil.

### **(b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental**

Tendo em vista o baixo impacto ambiental de suas atividades, a Companhia não aderiu a um padrão específico (nacional ou internacional) de práticas ambientais.

### **(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades**

A Companhia não apresenta dependência de uma patente ou marca em específico para desenvolver suas atividades, tendo obtido o registro de suas marcas "Smart Fit" e "Bio Ritmo" nos mercados onde atua.



## 7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

### (a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

A totalidade da receita líquida consolidada da Companhia refere-se a clientes residentes no Brasil, país sede da Companhia e, a partir de 31 de dezembro de 2016, em conjunto com o resultado do Peru. Contudo, a Companhia não auferiu receitas no Peru no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, e portanto não auferiu receitas no exterior que sejam consolidadas nas suas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2014, 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016.

### (b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Conforme mencionado acima, a Companhia não auferiu receitas no exterior que sejam consolidadas nas suas demonstrações financeiras nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2014, 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016.

Tendo em vista a natureza de suas atividades, e o fato de que nenhum cliente da Companhia representa mais do que 5% de sua receita líquida total, a Companhia não apresenta informações de receita discriminadas por clientes, mas sim por países, conforme detalhado no subitem (c) abaixo.

### (c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Conforme mencionado acima, a Companhia não auferiu receitas no exterior que sejam consolidadas nas suas demonstrações financeiras nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2014, 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016.

Ao contrário do Peru, as operações no México e Colômbia, que eram operacionais nestes períodos, não são consolidadas nas demonstrações financeiras do Brasil por terem controle compartilhado com os sócios locais. A receita proveniente destes países, antes da eliminação, está representada na tabela abaixo:

	Receita Líquida			% Antes de Eliminação			% Com Eliminação		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Brasil	641.196	535.700	408.239	79,9%	81,1%	88,1%	100,0%	100,0%	100,0%
México	152.436	125.210	54.939	19,0%	18,9%	11,9%	23,8%	23,4%	13,5%
Demais América Latina	9.192			1,1%	0,0%	0,0%	1,4%	0,0%	0,0%
<b>Eliminação</b>	<b>(161.628)</b>	<b>(125.210)</b>	<b>(54.939)</b>				<b>(25,2)%</b>	<b>(23,4)%</b>	<b>(13,5)%</b>
<b>Total</b>	<b>641.196</b>	<b>535.700</b>	<b>408.239</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

## **7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades**

A Companhia não está sujeita a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades no Brasil. Com relação às operações mantidas no exterior, tal como no Brasil, não estão inseridas em mercado regulado ou que necessite de autorização governamental, sendo usualmente exigidas as autorizações de funcionamento e de segurança contra incêndio, as quais são solicitadas, obtidas e renovadas, em conformidade com a legislação de cada um desses países, não tendo sido detectado, até o momento, qualquer problema materialmente relevante para sua obtenção e/ou renovação. Em geral, a não obtenção ou renovação dessas licenças estão sujeitas ao pagamento de multa ou, até mesmo, o fechamento do estabelecimento comercial que estiver em desacordo e/ou agravamento da responsabilidade civil, em caso de sinistros.

## 7.8 - Políticas socioambientais

### **(a) Divulgação de informações socioambientais**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

### **(b) Metodologia seguida pela Companhia na elaboração das informações socioambientais**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

### **(c) Indicar se as informações socioambientais são auditadas ou revisadas por entidade independente**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

### **(d) Indicar a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas as informações socioambientais**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

## **7.9 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 7 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

## **8.1 - Negócios extraordinários**

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

## **8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor**

Não houve qualquer alteração significativa na forma de condução dos negócios da Companhia nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

### **8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais**

Não foi celebrado nenhum contrato relevante com suas controladas que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

#### **8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 8 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.



**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros****a. Ativos imobilizados, incluindo aqueles objeto de aluguel ou arrendamento, identificando sua localização.**

A tabela abaixo lista os ativos imobilizados que consideramos relevantes, com base nos seguintes critérios: (i) bandeira (sociedade); (ii) descrição do bem do ativo imobilizado; (iii) país de localização; (iv) UF de localização; (v) município de localização; e (vi) tipo de propriedade.

<b>Nome</b>	<b>Bandeira</b>	<b>Descrição do bem do ativo imobilizado</b>	<b>País de localização</b>	<b>UF de localização</b>	<b>Município de localização</b>	<b>Tipo de propriedade</b>
Campo Belo	Bio Ritmo	Academia Bio Ritmo - Campo Belo	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Centro	Bio Ritmo	Academia Bio Ritmo - Centro	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Cerro Corá	Bio Ritmo	Academia Bio Ritmo - Cerro Corá	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Chácara Santo Antônio	Bio Ritmo	Academia Bio Ritmo - Chácara Santo Antônio	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Continental	Bio Ritmo	Academia Bio Ritmo - Continental	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Higienópolis	Bio Ritmo	Academia Bio Ritmo - Higienópolis	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Itaim	Bio Ritmo	Academia Bio Ritmo - Itaim	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Itaú CAT	Bio Ritmo	Academia Bio Ritmo - Itaú CAT	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Itaú CEIC	Bio Ritmo	Academia Bio Ritmo - Itaú CEIC	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Itaú CTO	Bio Ritmo	Academia Bio Ritmo - Itaú CTO	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Mercado Livre	Bio Ritmo	Academia Bio Ritmo - Mercado Livre	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Moema	Bio Ritmo	Academia Bio Ritmo - Moema	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Morumbi	Bio Ritmo	Academia Bio Ritmo - Morumbi	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Morumbi Town	Bio Ritmo	Academia Bio Ritmo - Morumbi Town	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Nações Unidas	Bio Ritmo	Academia Bio Ritmo - Nações Unidas	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Paulista	Bio Ritmo	Academia Bio Ritmo - Paulista	Brasil	SP	São Paulo	Alugada

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros**

<b>Nome</b>	<b>Bandeira</b>	<b>Descrição do bem do ativo imobilizado</b>	<b>País de localização</b>	<b>UF de localização</b>	<b>Município de localização</b>	<b>Tipo de propriedade</b>
Porto Seguro	Bio Ritmo	Academia Bio Ritmo - Porto Seguro	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Santana	Bio Ritmo	Academia Bio Ritmo - Santana	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Santander	Bio Ritmo	Academia Bio Ritmo - Santander	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Santander 3	Bio Ritmo	Academia Bio Ritmo - Santander 3	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Santo André	Bio Ritmo	Academia Bio Ritmo - Santo André	Brasil	SP	Santo André	Alugada
Shopping Metropolitano	Bio Ritmo	Academia Bio Ritmo - Shopping Metropolitano	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Tamboré	Bio Ritmo	Academia Bio Ritmo - Tamboré	Brasil	SP	Barueri	Alugada
Volkswagen	Bio Ritmo	Academia Bio Ritmo - Volkswagen	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
West Plaza	Bio Ritmo	Academia Bio Ritmo - West Plaza	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Abolição	Smart Fit	Academia Smart Fit - Abolição	Brasil	SP	Campinas	Alugada
Águas Claras I	Smart Fit	Academia Smart Fit - Águas Claras I	Brasil	DF	Brasília	Alugada
Águas Claras II	Smart Fit	Academia Smart Fit - Águas Claras II	Brasil	DF	Brasília	Alugada
Águas Claras III	Smart Fit	Academia Smart Fit - Águas Claras III	Brasil	DF	Brasília	Alugada
Alcântara	Smart Fit	Academia Smart Fit - Alcântara	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Anália Franco	Smart Fit	Academia Smart Fit - Anália Franco	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Anchieta	Smart Fit	Academia Smart Fit - Anchieta	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Anhangabaú	Smart Fit	Academia Smart Fit - Anhangabaú	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Anita Mall	Smart Fit	Academia Smart Fit - Anita Mall	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
Aricanduva	Smart Fit	Academia Smart Fit - Aricanduva	Brasil	SP	São Paulo	Alugada

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros**

<b>Nome</b>	<b>Bandeira</b>	<b>Descrição do bem do ativo imobilizado</b>	<b>País de localização</b>	<b>UF de localização</b>	<b>Município de localização</b>	<b>Tipo de propriedade</b>
Asa Norte I	Smart Fit	Academia Smart Fit - Asa Norte I	Brasil	DF	Brasília	Alugada
Asa Norte II	Smart Fit	Academia Smart Fit - Asa Norte II	Brasil	DF	Brasília	Alugada
Asa Sul I	Smart Fit	Academia Smart Fit - Asa Sul I	Brasil	DF	Brasília	Alugada
Asa Sul II	Smart Fit	Academia Smart Fit - Asa Sul II	Brasil	DF	Brasília	Alugada
Assis Brasil	Smart Fit	Academia Smart Fit - Assis Brasil	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
Bambina	Smart Fit	Academia Smart Fit - Bambina	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Barão de Studart	Smart Fit	Academia Smart Fit - Barão de Studart	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
Barata Ribeiro	Smart Fit	Academia Smart Fit - Barata Ribeiro	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Barbosa de Freitas	Smart Fit	Academia Smart Fit - Barbosa de Freitas	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
Barra Américas	Smart Fit	Academia Smart Fit - Barra Américas	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Barra Garden	Smart Fit	Academia Smart Fit - Barra Garden	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Barreiro	Smart Fit	Academia Smart Fit - Barreiro	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Barueri	Smart Fit	Academia Smart Fit - Barueri	Brasil	SP	Barueri	Alugada
Bela Vista	Smart Fit	Academia Smart Fit - Bela Vista	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Belenzinho	Smart Fit	Academia Smart Fit - Belenzinho	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Boa Viagem	Smart Fit	Academia Smart Fit - Boa Viagem	Brasil	PE	Recife	Alugada
Bom Retiro	Smart Fit	Academia Smart Fit - Bom Retiro	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Bonfiglioli	Smart Fit	Academia Smart Fit - Bonfiglioli	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Borba Gato	Smart Fit	Academia Smart Fit - Borba Gato	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Boulevard Brasília	Smart Fit	Academia Smart Fit - Boulevard Brasília	Brasil	DF	Brasília	Alugada

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros**

<b>Nome</b>	<b>Bandeira</b>	<b>Descrição do bem do ativo imobilizado</b>	<b>País de localização</b>	<b>UF de localização</b>	<b>Município de localização</b>	<b>Tipo de propriedade</b>
Boulevard São Gonçalo	Smart Fit	Academia Smart Fit - Boulevard São Gonçalo	Brasil	RJ	São Gonçalo	Alugada
Butantã Shopping	Smart Fit	Academia Smart Fit - Butantã Shopping	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Búzios	Smart Fit	Academia Smart Fit - Búzios	Brasil	RJ	Búzios	Alugada
Cambuci	Smart Fit	Academia Smart Fit - Cambuci	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Cambuí	Smart Fit	Academia Smart Fit - Cambuí	Brasil	SP	Campinas	Alugada
Campinas Shopping	Smart Fit	Academia Smart Fit - Campinas Shopping	Brasil	SP	Campinas	Alugada
Campo Grande	Smart Fit	Academia Smart Fit - Campo Grande	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Campos Elíseos	Smart Fit	Academia Smart Fit - Campos Elíseos	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Cantareira	Smart Fit	Academia Smart Fit - Cantareira	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Capelinha	Smart Fit	Academia Smart Fit - Capelinha	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Carioca Shopping	Smart Fit	Academia Smart Fit - Carioca Shopping	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Ceilândia Sul	Smart Fit	Academia Smart Fit - Ceilândia Sul	Brasil	DF	Ceilândia	Alugada
Center Vale	Smart Fit	Academia Smart Fit - Center Vale	Brasil	SP	São José dos Campos	Alugada
Centro	Smart Fit	Academia Smart Fit - Centro	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
Centro	Smart Fit	Academia Smart Fit - Centro	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Centro	Smart Fit	Academia Smart Fit - Centro	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Cláudio Manoel	Smart Fit	Academia Smart Fit - Cláudio Manoel	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Clélia I	Smart Fit	Academia Smart Fit - Clélia I	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Clélia II	Smart Fit	Academia Smart Fit - Clélia II	Brasil	SP	São Paulo	Alugada

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros**

<b>Nome</b>	<b>Bandeira</b>	<b>Descrição do bem do ativo imobilizado</b>	<b>País de localização</b>	<b>UF de localização</b>	<b>Município de localização</b>	<b>Tipo de propriedade</b>
Clodomiro Amazonas I	Smart Fit	Academia Smart Fit - Clodomiro Amazonas I	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Clodomiro Amazonas II	Smart Fit	Academia Smart Fit - Clodomiro Amazonas II	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Cocó	Smart Fit	Academia Smart Fit - Cocó	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
Conselheiro Aguiar II	Smart Fit	Academia Smart Fit - Conselheiro Aguiar II	Brasil	PE	Recife	Alugada
Contagem	Smart Fit	Academia Smart Fit - Contagem	Brasil	MG	Contagem	Alugada
Cusco Real Plaza	Smart Fit	Academia Smart Fit - Cusco Real Plaza	Peru	Cusco	Cusco	Alugada
Diadema	Smart Fit	Academia Smart Fit - Diadema	Brasil	SP	Diadema	Alugada
Dom Helder	Smart Fit	Academia Smart Fit - Dom Helder	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Duque de Caxias	Smart Fit	Academia Smart Fit - Duque de Caxias	Brasil	RJ	Duque de Caxias	Alugada
Emissário	Smart Fit	Academia Smart Fit - Emissário	Brasil	SP	Santos	Alugada
Extra Minas	Smart Fit	Academia Smart Fit - Extra Minas	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Fiesta	Smart Fit	Academia Smart Fit - Fiesta	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Flamboyant	Smart Fit	Academia Smart Fit - Flamboyant	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Fonseca	Smart Fit	Academia Smart Fit - Fonseca	Brasil	RJ	Niterói	Alugada
Francisco Sá	Smart Fit	Academia Smart Fit - Francisco Sá	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Fundação	Smart Fit	Academia Smart Fit - Fundação	Brasil	SP	São Caetano do Sul	Alugada
Gamelinha	Smart Fit	Academia Smart Fit - Gamelinha	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Goiás	Smart Fit	Academia Smart Fit - Goiás	Brasil	SP	São Caetano do Sul	Alugada

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros**

<b>Nome</b>	<b>Bandeira</b>	<b>Descrição do bem do ativo imobilizado</b>	<b>País de localização</b>	<b>UF de localização</b>	<b>Município de localização</b>	<b>Tipo de propriedade</b>
Grand Plaza	Smart Fit	Academia Smart Fit - Grand Plaza	Brasil	SP	Santo André	Alugada
Granja Viana Km 25	Smart Fit	Academia Smart Fit - Granja Viana Km 25	Brasil	SP	Cotia	Alugada
Guadalupe	Smart Fit	Academia Smart Fit - Guadalupe	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Guaipá	Smart Fit	Academia Smart Fit - Guaipá	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Guará II - Unidade 1	Smart Fit	Academia Smart Fit - Guará II - Unidade 1	Brasil	DF	Guará	Alugada
Guará II - Unidade 2	Smart Fit	Academia Smart Fit - Guará II - Unidade 2	Brasil	DF	Guará	Alugada
Guarujá	Smart Fit	Academia Smart Fit - Guarujá	Brasil	SP	Guarujá	Alugada
Guarulhos	Smart Fit	Academia Smart Fit - Guarulhos	Brasil	SP	Guarulhos	Alugada
Haddock Lobo	Smart Fit	Academia Smart Fit - Haddock Lobo	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Higienópolis	Smart Fit	Academia Smart Fit - Higienópolis	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Humaitá	Smart Fit	Academia Smart Fit - Humaitá	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Imperatriz Leopoldina	Smart Fit	Academia Smart Fit - Imperatriz Leopoldina	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Interlagos	Smart Fit	Academia Smart Fit - Interlagos	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Ipiranga	Smart Fit	Academia Smart Fit - Ipiranga	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Iracema	Smart Fit	Academia Smart Fit - Iracema	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
Jaboatão	Smart Fit	Academia Smart Fit - Jaboaão	Brasil	PE	Jaboatão	Alugada
Jacarepaguá	Smart Fit	Academia Smart Fit - Jacarepaguá	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Jaguaré	Smart Fit	Academia Smart Fit - Jaguaré	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Jaguaribe	Smart Fit	Academia Smart Fit - Jaguaribe	Brasil	SP	Osasco	Alugada

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros**

<b>Nome</b>	<b>Bandeira</b>	<b>Descrição do bem do ativo imobilizado</b>	<b>País de localização</b>	<b>UF de localização</b>	<b>Município de localização</b>	<b>Tipo de propriedade</b>
Jamaris	Smart Fit	Academia Smart Fit - Jamaris	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Jardim Botânico	Smart Fit	Academia Smart Fit - Jardim Botânico	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Jardim Europa	Smart Fit	Academia Smart Fit - Jardim Europa	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
Jardim Europa	Smart Fit	Academia Smart Fit - Jardim Europa	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Jardins	Smart Fit	Academia Smart Fit - Jardins	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
JK Ceilândia	Smart Fit	Academia Smart Fit - JK Ceilândia	Brasil	DF	Brasília	Alugada
João Dias	Smart Fit	Academia Smart Fit - João Dias	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
João Pessoa	Smart Fit	Academia Smart Fit - João Pessoa	Brasil	RJ	Niterói	Alugada
Joaquim Floriano	Smart Fit	Academia Smart Fit - Joaquim Floriano	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Jorge Krug	Smart Fit	Academia Smart Fit - Jorge Krug	Brasil	SP	Campinas	Alugada
Jundiaí	Smart Fit	Academia Smart Fit - Jundiaí	Brasil	SP	Jundiaí	Alugada
Lago Norte	Smart Fit	Academia Smart Fit - Lago Norte	Brasil	DF	Brasília	Alugada
Leblon	Smart Fit	Academia Smart Fit - Leblon	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Luxemburgo	Smart Fit	Academia Smart Fit - Luxemburgo	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Madureira	Smart Fit	Academia Smart Fit - Madureira	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Maracanaú	Smart Fit	Academia Smart Fit - Maracanaú	Brasil	CE	Maracanaú	Alugada
Mariz e Barros	Smart Fit	Academia Smart Fit - Mariz e Barros	Brasil	RJ	Niterói	Alugada
Marquês de Abrantes	Smart Fit	Academia Smart Fit - Marquês de Abrantes	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Méier	Smart Fit	Academia Smart Fit - Méier	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros**

<b>Nome</b>	<b>Bandeira</b>	<b>Descrição do bem do ativo imobilizado</b>	<b>País de localização</b>	<b>UF de localização</b>	<b>Município de localização</b>	<b>Tipo de propriedade</b>
Meireles	Smart Fit	Academia Smart Fit - Meireles	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
Menino Deus	Smart Fit	Academia Smart Fit - Menino Deus	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
Metrô Carioca	Smart Fit	Academia Smart Fit - Metrô Carioca	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Miguel de Frias	Smart Fit	Academia Smart Fit - Miguel de Frias	Brasil	RJ	Niterói	Alugada
Moema	Smart Fit	Academia Smart Fit - Moema	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Montese	Smart Fit	Academia Smart Fit - Montese	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
Mooca	Smart Fit	Academia Smart Fit - Mooca	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Morumbi	Smart Fit	Academia Smart Fit - Morumbi	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Natal	Smart Fit	Academia Smart Fit - Natal	Brasil	RN	Natal	Alugada
Nilópolis	Smart Fit	Academia Smart Fit - Nilópolis	Brasil	RJ	Nilópolis	Alugada
North Shopping Jóquei	Smart Fit	Academia Smart Fit - North Shopping Jóquei	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
Oliveira Paiva	Smart Fit	Academia Smart Fit - Oliveira Paiva	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
Oscar Freire	Smart Fit	Academia Smart Fit - Oscar Freire	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Panamby	Smart Fit	Academia Smart Fit - Panamby	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Paraíso	Smart Fit	Academia Smart Fit - Paraíso	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
ParkShopping Campo Grande	Smart Fit	Academia Smart Fit - ParkShopping Campo Grande	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Parque das Bandeiras	Smart Fit	Academia Smart Fit - Parque das Bandeiras	Brasil	SP	Campinas	Alugada
Pátio Cianê	Smart Fit	Academia Smart Fit - Pátio Cianê	Brasil	SP	Sorocaba	Alugada



**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros**

<b>Nome</b>	<b>Bandeira</b>	<b>Descrição do bem do ativo imobilizado</b>	<b>País de localização</b>	<b>UF de localização</b>	<b>Município de localização</b>	<b>Tipo de propriedade</b>
Pátio Maceió	Smart Fit	Academia Smart Fit - Pátio Maceió	Brasil	AL	Maceió	Alugada
Pátio Osasco	Smart Fit	Academia Smart Fit - Pátio Osasco	Brasil	SP	Osasco	Alugada
Paulista	Smart Fit	Academia Smart Fit - Paulista	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Perdizes	Smart Fit	Academia Smart Fit - Perdizes	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Pereira Inácio	Smart Fit	Academia Smart Fit - Pereira Inácio	Brasil	SP	Sorocaba	Alugada
Pinheiros	Smart Fit	Academia Smart Fit - Pinheiros	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Pirelli	Smart Fit	Academia Smart Fit - Pirelli	Brasil	SP	Santo André	Alugada
Plaza Shopping	Smart Fit	Academia Smart Fit - Plaza Shopping	Brasil	SP	São Bernardo do Campo	Alugada
Pompeu Loureiro	Smart Fit	Academia Smart Fit - Pompeu Loureiro	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Praça da Árvore	Smart Fit	Academia Smart Fit - Praça da Árvore	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Prado Boulevard	Smart Fit	Academia Smart Fit - Prado Boulevard	Brasil	SP	Campinas	Alugada
Praia Grande	Smart Fit	Academia Smart Fit - Praia Grande	Brasil	SP	Praia Grande	Alugada
Primitiva	Smart Fit	Academia Smart Fit - Primitiva	Brasil	SP	Osasco	Alugada
Raposo Tavares	Smart Fit	Academia Smart Fit - Raposo Tavares	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Recreio I	Smart Fit	Academia Smart Fit - Recreio I	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Recreio II	Smart Fit	Academia Smart Fit - Recreio II	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
República	Smart Fit	Academia Smart Fit - República	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Rua da Passagem	Smart Fit	Academia Smart Fit - Rua da Passagem	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Rua do Ouvidor	Smart Fit	Academia Smart Fit - Rua do Ouvidor	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Rua Riachuelo	Smart Fit	Academia Smart Fit - Rua Riachuelo	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros**

<b>Nome</b>	<b>Bandeira</b>	<b>Descrição do bem do ativo imobilizado</b>	<b>País de localização</b>	<b>UF de localização</b>	<b>Município de localização</b>	<b>Tipo de propriedade</b>
Rua Rio de Janeiro	Smart Fit	Academia Smart Fit - Rua Rio de Janeiro	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Rudge Ramos	Smart Fit	Academia Smart Fit - Rudge Ramos	Brasil	SP	São Bernardo do Campo	Alugada
Saens Peña	Smart Fit	Academia Smart Fit - Saens Peña	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Santa Cecília	Smart Fit	Academia Smart Fit - Santa Cecília	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Santa Cruz	Smart Fit	Academia Smart Fit - Santa Cruz	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Santos	Smart Fit	Academia Smart Fit - Santos	Brasil	SP	Santos	Alugada
Saúde	Smart Fit	Academia Smart Fit - Saúde	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Savassi	Smart Fit	Academia Smart Fit - Savassi	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Senador Vergueiro	Smart Fit	Academia Smart Fit - Senador Vergueiro	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Setor Bueno I	Smart Fit	Academia Smart Fit - Setor Bueno I	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Setor Bueno II	Smart Fit	Academia Smart Fit - Setor Bueno II	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Shopping Cerrado	Smart Fit	Academia Smart Fit - Shopping Cerrado	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Shopping Cidade Sorocaba	Smart Fit	Academia Smart Fit - Shopping Cidade Sorocaba	Brasil	SP	Sorocaba	Alugada
Shopping Del Rey	Smart Fit	Academia Smart Fit - Shopping Del Rey	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Shopping Metr�pole	Smart Fit	Academia Smart Fit - Shopping Metr�pole	Brasil	SP	São Bernardo do Campo	Alugada
SP Market	Smart Fit	Academia Smart Fit - SP Market	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Spazio Ouro Verde	Smart Fit	Academia Smart Fit - Spazio Ouro Verde	Brasil	SP	Campinas	Alugada
Sudoeste I	Smart Fit	Academia Smart Fit - Sudoeste I	Brasil	DF	Brasília	Alugada
Sudoeste II	Smart Fit	Academia Smart Fit - Sudoeste II	Brasil	DF	Brasília	Alugada

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros**

<b>Nome</b>	<b>Bandeira</b>	<b>Descrição do bem do ativo imobilizado</b>	<b>País de localização</b>	<b>UF de localização</b>	<b>Município de localização</b>	<b>Tipo de propriedade</b>
Taboão da Serra	Smart Fit	Academia Smart Fit - Taboão da Serra	Brasil	SP	Taboão da Serra	Alugada
Taguatinga Sul	Smart Fit	Academia Smart Fit - Taguatinga Sul	Brasil	DF	Taguatinga	Alugada
Tatuapé	Smart Fit	Academia Smart Fit - Tatuapé	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Teodoro Sampaio	Smart Fit	Academia Smart Fit - Teodoro Sampaio	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Tindiba	Smart Fit	Academia Smart Fit - Tindiba	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Tonelero	Smart Fit	Academia Smart Fit - Tonelero	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Torre	Smart Fit	Academia Smart Fit - Torre	Brasil	PE	Recife	Alugada
União Osasco	Smart Fit	Academia Smart Fit - União Osasco	Brasil	SP	Osasco	Alugada
Uruguai	Smart Fit	Academia Smart Fit - Uruguai	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Via Parque	Smart Fit	Academia Smart Fit - Via Parque	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Vila Carrão	Smart Fit	Academia Smart Fit - Vila Carrão	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Vila Mascote	Smart Fit	Academia Smart Fit - Vila Mascote	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Vila Olímpia	Smart Fit	Academia Smart Fit - Vila Olímpia	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Vilar dos Teles	Smart Fit	Academia Smart Fit - Vilar dos Teles	Brasil	RJ	São João do Meriti	Alugada
Vinícius de Moraes	Smart Fit	Academia Smart Fit - Vinícius de Moraes	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Visconde de Pirajá	Smart Fit	Academia Smart Fit - Visconde de Pirajá	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Voluntários da Pátria	Smart Fit	Academia Smart Fit - Voluntários da Pátria	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Washington Soares	Smart Fit	Academia Smart Fit - Washington Soares	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
Escritório	Escritório	Escritório	Brasil	SP	São Paulo	Alugada

## 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

### b. Ativos intangíveis, tais como patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia, nomes de domínio na rede mundial de computadores.

A tabela abaixo lista os ativos intangíveis que consideramos relevantes:

Tipo de Ativo	Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro e/ou pedido de registro da marca " <b>SMART FIT</b> " na classe de academias de ginástica e em outras diversas, no Brasil, Colômbia, México, Peru, Chile, República Dominicana e outros países, principalmente, os que fazem parte da América Latina.	Renováveis a cada 10 anos.	Os principais eventos que podem causar a perda dos direitos de uso de marca são: (i) seja comprovada a caducidade no uso da marca; (ii) registro ou uso anterior da marca por terceiro, que impeça nosso registro ou contestação de uso pelo terceiro; ou (iii) seja comprovada a nulidade no processo de registro da marca.	A perda dos direitos implica significativamente nas operações, pela (i) perda do direito de uso da marca; (ii) perda do investimento realizado para consolidar a marca; (iii) perda de participação no mercado e da relação entre marca, empresa e serviços; e (iv) necessidade de investimentos para construção e consolidação de marca substituta.
Marcas	Registro e/ou pedido de registro da marca " <b>SMART ENERGY</b> " na classe de bebidas no Brasil e no México.	Renováveis a cada 10 anos.	Os principais eventos que podem causar a perda dos direitos de uso de marca são: (i) seja comprovada a caducidade no uso da marca; (ii) registro ou uso anterior da marca por terceiro, que impeça nosso registro ou contestação de uso pelo terceiro; ou (iii) seja comprovada a nulidade no processo de registro da marca.	A perda dos direitos implica significativamente nas operações, pela (i) perda do direito de uso da marca; (ii) perda do investimento realizado para consolidar a marca; (iii) perda de participação no mercado e da relação entre marca, empresa e serviços; e (iv) necessidade de investimentos para construção e consolidação de marca substituta.
Marcas	Registro e/ou pedido de registro da marca " <b>SMART FIT NUTRI</b> " na classe de suplementos alimentares, no Brasil, Colômbia, México, Peru, Chile e República Dominicana.	Renováveis a cada 10 anos.	Os principais eventos que podem causar a perda dos direitos de uso de marca são: (i) seja comprovada a caducidade no uso da marca; (ii) registro ou uso anterior da marca por terceiro, que impeça nosso registro ou contestação de uso pelo terceiro; ou (iii) seja comprovada a nulidade no processo de registro da marca.	A perda dos direitos implica significativamente nas operações, pela (i) perda do direito de uso da marca; (ii) perda do investimento realizado para consolidar a marca; (iii) perda de participação no mercado e da relação entre marca, empresa e serviços; e (iv) necessidade de investimentos para construção e consolidação de marca substituta.
Marcas	Registro e/ou pedido de registro da marca " <b>SMART NUTRI</b> " na classe de suplementos alimentares, no Brasil, Colômbia, México, Peru, Chile e República Dominicana.	Renováveis a cada 10 anos.	Os principais eventos que podem causar a perda dos direitos de uso de marca são: (i) seja comprovada a caducidade no uso da marca; (ii) registro ou uso anterior da marca por terceiro, que impeça nosso registro ou contestação de uso pelo terceiro; ou (iii) seja comprovada a nulidade no processo de registro da marca.	A perda dos direitos implica significativamente nas operações, pela (i) perda do direito de uso da marca; (ii) perda do investimento realizado para consolidar a marca; (iii) perda de participação no mercado e da relação entre marca, empresa e serviços; e (iv) necessidade de investimentos para construção e consolidação de marca substituta.
Marcas	Registro da marca " <b>SMRT</b> " na classe de academias de ginástica no Brasil.	Renovável a cada 10 anos.	Os principais eventos que podem causar a perda dos direitos de uso de marca são: (i) seja comprovada a caducidade no uso da marca; (ii) registro ou uso anterior da marca por terceiro, que impeça nosso registro ou contestação de uso pelo terceiro; ou (iii) seja comprovada a nulidade no processo de registro da marca.	A perda dos direitos implica significativamente nas operações, pela (i) perda do direito de uso da marca; (ii) perda do investimento realizado para consolidar a marca; (iii) perda de participação no mercado e da relação entre marca, empresa e serviços; e (iv) necessidade de investimentos para construção e consolidação de marca substituta.
Marcas	Registro da marca " <b>SMRT FIT</b> " na classe de academias de ginástica no Brasil.	Renovável a cada 10 anos.	Os principais eventos que podem causar a perda dos direitos de uso de marca são: (i) seja comprovada a caducidade no uso da	A perda dos direitos implica significativamente nas operações, pela (i) perda do direito de uso

## 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Tipo de Ativo	Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
			marca; (ii) registro ou uso anterior da marca por terceiro, que impeça nosso registro ou contestação de uso pelo terceiro; ou (iii) seja comprovada a nulidade no processo de registro da marca.	da marca; (ii) perda do investimento realizado para consolidar a marca; (iii) perda de participação no mercado e da relação entre marca, empresa e serviços; e (iv) necessidade de investimentos para construção e consolidação de marca substituta.
Marcas	Pedido de registro da marca <b>"TOTAL PASS"</b> nas classes de aplicativos e prestação de serviços de intermediação.	Renovável a cada 10 anos.	Os principais eventos que podem causar a perda dos direitos de uso de marca são: (i) seja comprovada a caducidade no uso da marca; (ii) registro ou uso anterior da marca por terceiro, que impeça nosso registro ou contestação de uso pelo terceiro; ou (iii) seja comprovada a nulidade no processo de registro da marca.	A perda dos direitos implica significativamente nas operações, pela (i) perda do direito de uso da marca; (ii) perda do investimento realizado para consolidar a marca; (iii) perda de participação no mercado e da relação entre marca, empresa e serviços; e (iv) necessidade de investimentos para construção e consolidação de marca substituta.
Marca	Registro da marca <b>"BIO RITMO"</b> na classe de academias de ginástica no Brasil.	Renovável a cada 10 anos.	Os principais eventos que podem causar a perda dos direitos de uso de marca são: (i) seja comprovada a caducidade no uso da marca; (ii) registro ou uso anterior da marca por terceiro, que impeça nosso registro ou contestação de uso pelo terceiro; ou (iii) seja comprovada a nulidade no processo de registro da marca.	A perda dos direitos implica significativamente nas operações, pela (i) perda do direito de uso da marca; (ii) perda do investimento realizado para consolidar a marca; (iii) perda de participação no mercado e da relação entre marca, empresa e serviços; e (iv) necessidade de investimentos para construção e consolidação de marca substituta.
Marca	Pedido de registro da marca <b>"BURN HIIT ZONE"</b> na classe de academias de ginástica no Brasil.	Renovável a cada 10 anos.	Os principais eventos que podem causar a perda dos direitos de uso de marca são: (i) seja comprovada a caducidade no uso da marca; (ii) registro ou uso anterior da marca por terceiro, que impeça nosso registro ou contestação de uso pelo terceiro; ou (iii) seja comprovada a nulidade no processo de registro da marca.	A perda dos direitos implica significativamente nas operações, pela (i) perda do direito de uso da marca; (ii) perda do investimento realizado para consolidar a marca; (iii) perda de participação no mercado e da relação entre marca, empresa e serviços; e (iv) necessidade de investimentos para construção e consolidação de marca substituta.
Marca	Pedido de registro da marca <b>"RACE BOOTCAMP"</b> na classe de academias de ginástica no Brasil.	Renovável a cada 10 anos.	Os principais eventos que podem causar a perda dos direitos de uso de marca são: (i) seja comprovada a caducidade no uso da marca; (ii) registro ou uso anterior da marca por terceiro, que impeça nosso registro ou contestação de uso pelo terceiro; ou (iii) seja comprovada a nulidade no processo de registro da marca.	A perda dos direitos implica significativamente nas operações, pela (i) perda do direito de uso da marca; (ii) perda do investimento realizado para consolidar a marca; (iii) perda de participação no mercado e da relação entre marca, empresa e serviços; e (iv) necessidade de investimentos para construção e consolidação de marca substituta.
Marca	Pedido de registro da marca <b>"TORQ CYCLE EXPERIENCE"</b> na classe de academias de ginástica no Brasil.	Renovável a cada 10 anos.	Os principais eventos que podem causar a perda dos direitos de uso de marca são: (i) seja comprovada a caducidade no uso da marca; (ii) registro ou uso anterior da marca por terceiro, que impeça nosso registro ou contestação de uso pelo terceiro; ou (iii) seja comprovada a nulidade no processo de registro da marca.	A perda dos direitos implica significativamente nas operações, pela (i) perda do direito de uso da marca; (ii) perda do investimento realizado para consolidar a marca; (iii) perda de participação no mercado e da relação entre marca, empresa e serviços; e (iv) necessidade de investimentos para construção e consolidação de marca substituta.
Contrato de Franquia	6 Franquias Bio Ritmo.	10 anos.	Descumprimento do franqueado dos direitos e obrigações pactuados no contrato com o franqueador.	Pagamento ao franqueador de perdas e danos e/ou multas, conforme pactuado em cada contrato.

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros**

<b>Tipo de Ativo</b>	<b>Descrição do Ativo</b>	<b>Duração</b>	<b>Eventos que podem causar a perda dos direitos</b>	<b>Consequência da perda dos direitos</b>
Contrato de Franquia	119 Franquias Smart Fit, sendo 99 no Brasil, 10 no Chile e 10 na República Dominicana.	Até 10 anos e, no caso da República Dominicana, renováveis, exceto em caso de infração.	Descumprimento do franqueado dos direitos e obrigações pactuados no contrato com o franqueador.	Pagamento ao franqueador de perdas e danos e/ou multas, conforme pactuado em cada contrato.
Domínio na internet	1 domínio com o nome "www.lojassmartfit.com.br".	Renováveis a cada 5 anos, conforme liberalidade da Companhia.	Os principais eventos que podem causar a perda dos direitos de uso do domínio são (i) a Companhia renuncia a tais direitos; (ii) seja comprovada a caducidade no uso do domínio; ou (iii) seja comprovada a nulidade no processo de registro.	A perda dos direitos impacta na (i) perda do direito de uso do domínio; e (ii) necessidade de divulgação de novo domínio para representar a marca a ele atrelada.
Domínio na internet	1 domínio com o nome "www.bioritmo.cl".	Renováveis a cada 5 anos, conforme liberalidade da Companhia.	Os principais eventos que podem causar a perda dos direitos de uso do domínio são (i) a Companhia renuncia a tais direitos; (ii) seja comprovada a caducidade no uso do domínio; ou (iii) seja comprovada a nulidade no processo de registro.	A perda dos direitos impacta na (i) perda do direito de uso do domínio; e (ii) necessidade de divulgação de novo domínio para representar a marca a ele atrelada.
Domínio na internet	1 domínio com o nome "www.bioritmo.cn".	Renováveis a cada 5 anos, conforme liberalidade da Companhia.	Os principais eventos que podem causar a perda dos direitos de uso do domínio são (i) a Companhia renuncia a tais direitos; (ii) seja comprovada a caducidade no uso do domínio; ou (iii) seja comprovada a nulidade no processo de registro.	A perda dos direitos impacta na (i) perda do direito de uso do domínio; e (ii) necessidade de divulgação de novo domínio para representar a marca a ele atrelada.
Domínio na internet	1 domínio com o nome "www.bioritmo.co.cr".	Renováveis a cada 5 anos, conforme liberalidade da Companhia.	Os principais eventos que podem causar a perda dos direitos de uso do domínio são (i) a Companhia renuncia a tais direitos; (ii) seja comprovada a caducidade no uso do domínio; ou (iii) seja comprovada a nulidade no processo de registro.	A perda dos direitos impacta na (i) perda do direito de uso do domínio; e (ii) necessidade de divulgação de novo domínio para representar a marca a ele atrelada.
Domínio na internet	1 domínio com o nome "www.bioritmo.com.ar".	Renováveis a cada 5 anos, conforme liberalidade da Companhia.	Os principais eventos que podem causar a perda dos direitos de uso do domínio são (i) a Companhia renuncia a tais direitos; (ii) seja comprovada a caducidade no uso do domínio; ou (iii) seja comprovada a nulidade no processo de registro.	A perda dos direitos impacta na (i) perda do direito de uso do domínio; e (ii) necessidade de divulgação de novo domínio para representar a marca a ele atrelada.
Domínio na internet	1 domínio com o nome "www.bioritmo.com.bo".	Renováveis a cada 5 anos, conforme liberalidade da Companhia.	Os principais eventos que podem causar a perda dos direitos de uso do domínio são (i) a Companhia renuncia a tais direitos; (ii) seja comprovada a caducidade no uso do domínio; ou (iii) seja comprovada a nulidade no processo de registro.	A perda dos direitos impacta na (i) perda do direito de uso do domínio; e (ii) necessidade de divulgação de novo domínio para representar a marca a ele atrelada.
Domínio na internet	1 domínio com o nome "www.bioritmo.com.br".	Renováveis a cada 5 anos, conforme liberalidade da Companhia.	Os principais eventos que podem causar a perda dos direitos de uso do domínio são (i) a Companhia renuncia a tais direitos; (ii) seja comprovada a caducidade no uso do domínio; ou (iii) seja comprovada a nulidade no processo de registro.	A perda dos direitos impacta na (i) perda do direito de uso do domínio; e (ii) necessidade de divulgação de novo domínio para representar a marca a ele atrelada.
Domínio na internet	1 domínio com o nome "www.bioritmo.com.co".	Renováveis a cada 5 anos, conforme liberalidade da Companhia.	Os principais eventos que podem causar a perda dos direitos de uso do domínio são (i) a Companhia renuncia a tais direitos; (ii) seja comprovada a caducidade no uso do domínio; ou (iii) seja comprovada a nulidade no processo de registro.	A perda dos direitos impacta na (i) perda do direito de uso do domínio; e (ii) necessidade de divulgação de novo domínio para representar a marca a ele atrelada.
Domínio na internet	1 domínio com o nome "www.bioritmo.com.gt".	Renováveis a cada 5 anos, conforme liberalidade da Companhia.	Os principais eventos que podem causar a perda dos direitos de uso do domínio são (i) a Companhia renuncia a tais direitos; (ii) seja comprovada a caducidade no uso do domínio; ou (iii) seja comprovada a nulidade no processo de registro.	A perda dos direitos impacta na (i) perda do direito de uso do domínio; e (ii) necessidade de divulgação de novo domínio para representar a marca a ele atrelada.
Domínio na internet	1 domínio com o nome "www.bioritmo.com.mx".	Renováveis a cada 5 anos, conforme liberalidade da Companhia.	Os principais eventos que podem causar a perda dos direitos de uso do domínio são (i) a Companhia renuncia a tais direitos; (ii) seja comprovada a caducidade no uso do domínio; ou (iii) seja comprovada a nulidade no processo de registro.	A perda dos direitos impacta na (i) perda do direito de uso do domínio; e (ii) necessidade de divulgação de novo domínio para representar a marca a ele atrelada.













**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros**

<b>Tipo de Ativo</b>	<b>Descrição do Ativo</b>	<b>Duração</b>	<b>Eventos que podem causar a perda dos direitos</b>	<b>Consequência da perda dos direitos</b>
		liberalidade da Companhia.	comprovada a caducidade no uso do domínio; ou (iii) seja comprovada a nulidade no processo de registro.	divulgação de novo domínio para representar a marca a ele atrelada.
Domínio na internet	1 domínio com o nome "smartfitperu.pe".	Renováveis a cada 5 anos, conforme liberalidade da Companhia.	Os principais eventos que podem causar a perda dos direitos de uso do domínio são (i) a Companhia renuncia a tais direitos; (ii) seja comprovada a caducidade no uso do domínio; ou (iii) seja comprovada a nulidade no processo de registro.	A perda dos direitos impacta na (i) perda do direito de uso do domínio; e (ii) necessidade de divulgação de novo domínio para representar a marca a ele atrelada.
Domínio na internet	1 domínio com o nome "totalpass.com.br"	Renováveis a cada 5 anos, conforme liberalidade da Companhia.	Os principais eventos que podem causar a perda dos direitos de uso do domínio são (i) a Companhia renuncia a tais direitos; (ii) seja comprovada a caducidade no uso do domínio; ou (iii) seja comprovada a nulidade no processo de registro.	A perda dos direitos impacta na (i) perda do direito de uso do domínio; e (ii) necessidade de divulgação de novo domínio para representar a marca a ele atrelada.

## **9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

As informações relativas ao item 9.1.a foram prestadas no item 9.1- Outros deste Formulário de Referência.

## **9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

As informações relativas ao item 9.1.b foram prestadas no item 9.1- Outros deste Formulário de Referência.

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
ADV Esportes e Saúde Ltda.	08.644.821/0001-72	-	Controlada	Brasil	AP		Atividades de condicionamento físico, dança, fisioterapia e nutrição, além de produção e promoção de eventos esportivos.	70,600000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	21,670000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	20.810.000,00		
<b>31/12/2015</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Opera academias com participação de sócios sem participação societária na Emissora.								
Arnaut & Arnaut Ginástica e Condicionamento Físico Ltda.	69.131.456/0001-97	-	Controlada	Brasil	AM		Atividades de condicionamento físico, dança, fisioterapia e nutrição, além de produção e promoção de eventos esportivos	50,000000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	-42,320000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	184.000,00		
<b>31/12/2015</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Opera academias com participação de sócios sem participação societária na Emissora.								
Bioequip Locação de Equipamentos Ltda	14.734.846/0001-60	-	Controlada	Brasil	AM		Locação, compra e venda de materiais e equipamentos esportivos em geral e a prestação de serviços de locação de máquinas e equipamentos esportivos, além da importação e exportação de máquinas e equipamentos	99,990000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	3,830000	0,000000	800.000,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	5.660.000,00		
<b>31/12/2015</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Empresa responsável pela locação de equipamentos do grupo.								

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
<b>Exercício social</b>	<b>Valor contábil - variação %</b>	<b>Valor mercado - variação %</b>	<b>Montante de dividendos recebidos (Reais)</b>		<b>Data</b>	<b>Valor (Reais)</b>		
Biommoema Escola de Natação e Ginástica Ltda.	01.379.605/0001-06	-	Controlada	Brasil	AM		Atividades de condicionamento físico, dança, fisioterapia e nutrição, além de produção e promoção de eventos esportivos.	99,950000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	-11,530000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	6.049.000,00		
<b>31/12/2015</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Opera academia do grupo.								
Biopauli Compra, Venda e Administração de Bens Ltda	11.895.668/0001-60	-	Controlada	Brasil	AM		Compra, venda e locação de imóveis próprios.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	3,170000	0,000000	500.000,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	6.022.000,00		
<b>31/12/2015</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Empresa titular de bens imóveis pertencentes ao grupo.								
Biosanta Academia Ltda.	10.272.640/0001-04	-	Controlada	Brasil	AM		Desenvolvimento das atividades de natação, ginástica, musculação, fisioterapia, dança, esportes aquáticos e de quadra e condicionamento físico e de outras atividades de manutenção física corporal, além de serviços de nutrição e de produção e promoção de eventos esportivos.	14,020000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	25,000000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	95.000,00		
<b>31/12/2015</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Opera academias com participação de sócios sem participação societária na Emissora.								



**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
<b>Exercício social</b>	<b>Valor contábil - variação %</b>	<b>Valor mercado - variação %</b>	<b>Montante de dividendos recebidos (Reais)</b>		<b>Data</b>	<b>Valor (Reais)</b>		
Escola de Dança e Ginástica Biotambo Ltda.	06.028.915/0001-91	-	Controlada	Brasil	AM		Atividades de condicionamento físico, dança, fisioterapia e nutrição, além de produção e promoção de eventos esportivos.	96,350000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	-177,430000	0,000000	194.950,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	223.000,00		
<b>31/12/2015</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Opera academia que detinha participação de sócios sem participação societária na Emissora.								
Escola de Ginástica de Dança Biopateo Ltda	06.200.631/0001-30	-	Controlada	Brasil	AM		Desenvolvimento das atividades de natação, ginástica, musculação, fisioterapia, dança, esportes aquáticos e de quadra e condicionamento físico e de outras atividades de manutenção física corporal, além de serviços de nutrição e de produção e promoção de eventos esportivos	43,570000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	61,540000	0,000000	224.868,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	609.000,00		
<b>31/12/2015</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Opera academia que detinha participação de sócios sem participação societária na Emissora.								
Escola de Ginástica e Dança Biobanco Ltda.	07.594.973/0001-45	-	Controlada	Brasil	AM		Atividades de condicionamento físico, dança, fisioterapia e nutrição, além de produção e promoção de eventos esportivos.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	9,210000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	10.291.000,00		
<b>31/12/2015</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Opera academias corporativas.								
Escola de Ginástica e Dança Biomidra Ltda.	11.447.332/0001-35	-	Controlada	Brasil	AM		Atividades de condicionamento físico, dança, fisioterapia e nutrição, além de produção e promoção de eventos esportivos.	99,940000
				<b>Valor mercado</b>				
31/12/2016	-3,190000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	6.619.000,00		
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Opera academias que detinham participação de sócios sem participação societária na Emissora.								
Escola de Ginástica e Dança Centrale Ltda.	04.251.958/0001-06	-	Controlada	Brasil	AM		Atividades de condicionamento físico, dança, fisioterapia e nutrição, além de produção e promoção de eventos esportivos.	57,950000
				<b>Valor mercado</b>				
31/12/2016	-36,880000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	782.000,00		
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Opera academia com participação de sócios sem participação societária na Emissora.								
Escola de Ginástica e Dança XV Sports Ltda.	21.611.097/0001-49	-	Controlada	Brasil	AM		Atividades de condicionamento físico, dança, fisioterapia e nutrição, além de produção e promoção de eventos esportivos.	57,950000
				<b>Valor mercado</b>				
31/12/2016	-59,420000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	140.000,00		
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Operou unidade do grupo por pequeno espaço de tempo e será encerrada.								

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
<b>Exercício social</b>	<b>Valor contábil - variação %</b>	<b>Valor mercado - variação %</b>	<b>Montante de dividendos recebidos (Reais)</b>		<b>Data</b>	<b>Valor (Reais)</b>		
Escola de Natação e Ginástica Biomorum Ltda.	58.410.341/0001-15	-	Coligada	Brasil	AM		Atividades de condicionamento físico, dança, fisioterapia e nutrição, além de produção e promoção de eventos esportivos	99,990000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	10,380000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	5.910.000,00		
<b>31/12/2015</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Operada academias do grupo.								
Escola de Natação e Ginástica Bioswim Ltda.	00.318.069/0001-68	-	Controlada	Brasil	AM		Desenvolvimento das atividades de natação, ginástica, musculação, fisioterapia, dança, esportes aquáticos e de quadra e condicionamento físico e de outras atividades de manutenção física corporal, além de serviços de nutrição e de produção e promoção de eventos esportivos.	99,990000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	66,940000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	52.320.000,00		
<b>31/12/2015</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Operada academias do grupo.								
Latamfit S.L.	00.000.000/0000-00	-	Coligada	África do Sul			Explorar atividades de academia de ginástica na Colômbia	50,000000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	703,310000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	31.273.000,00		
<b>31/12/2015</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Holding da operação de academias na Colômbia.								



**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Racebootcamp Academia de Ginástica Ltda	05.239.361/0001-09	-	Controlada	Brasil	AM		Desenvolvimento das atividades de natação, ginástica, musculação, fisioterapia, dança, esportes aquáticos e de quadra e condicionamento físico e de outras atividades de manutenção física corporal, além de serviços de nutrição e de produção e promoção de eventos esportivos	2,500000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	50,000000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	-21.000,00		
<b>31/12/2015</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Opera novos modelos de academias em criação.								
Rio Quatro Academia Ltda. ME	07.417.634/0001-93	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Atividades de condicionamento físico, dança, fisioterapia e nutrição, além de produção e promoção de eventos esportivos.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	18,590000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	6.604.000,00		
<b>31/12/2015</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Opera academia dentro de Clube situado no município do Rio de Janeiro.								
RN Sport Academia de Atividades Físicas Ltda.	04.289.363/0001-40	-	Controlada	Brasil	AM		Atividades de condicionamento físico, dança, fisioterapia e nutrição, além de produção e promoção de eventos esportivos.	99,990000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	-14,960000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	9.461.000,00		
<b>31/12/2015</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Opera academia adquirida de operação franqueada								
Samart Rio Academia de Ginástica Ltda.	11.135.814/0001-50	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Atividades de condicionamento físico, dança, fisioterapia e nutrição, além de produção e promoção de eventos esportivos.	67,500000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	20,560000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	23.900.000,00		
<b>31/12/2015</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Opera academias com participação de sócios sem participação societária na Emissora.								
Samartfin Cobranças Ltda.	11.050.377/0001-71	-	Controlada	Brasil	AM		Atividades de serviços de cobrança extrajudicial em geral, informações cadastrais e cadastro de clientes.	99,990000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	49,030000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	2.371.000,00		
<b>31/12/2015</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Gestora de cobrança de valores devidos pelos clientes das academias.								
Servicios Deportivos para Latinoamérica S.A. de C.V.	00.000.000/0000-00	-	Coligada	México			Gestão de pessoas físicas ou jurídicas relacionadas à administração comercial e consultoria	50,000000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	-4,000000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	96.000,00		
<b>31/12/2015</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Contrata mão de obra para prestar serviços para a empresa Latamgym S.A.P.I de C.V., igualmente localizada no México.								

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
<b>Exercício social</b>	<b>Valor contábil - variação %</b>	<b>Valor mercado - variação %</b>	<b>Montante de dividendos recebidos (Reais)</b>		<b>Data</b>	<b>Valor (Reais)</b>		
Smartber Academia de Ginástica Ltda	26.498.180/0001-77	-	Controlada	Brasil	SC	Florianópolis	Atividades de condicionamento físico, dança, fisioterapia e nutrição, além de produção e promoção de eventos esportivos.	99,990000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	1.098.000,00		
<b>31/12/2015</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Opera academia localizada em Florianópolis, transferida onerosamente para franqueado, via alienação da totalidade das quotas.								
Smartfit Peru S.A.C	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Peru			Atividades de condicionamento físico, dança, fisioterapia e nutrição, além de produção e promoção de eventos esportivos	90,000000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	1,535690	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	10.174.000,00		
<b>31/12/2015</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Opera as academias localizadas no Peru.								
Smartmng Academia de Gínástica Ltda.	21.035.115/0001-91	-	Controlada	Brasil	MG	Belo Horizonte	Atividades de condicionamento físico, dança, fisioterapia e nutrição, além de produção e promoção de eventos esportivos.	99,990000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	40,630000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	29.305.000,00		
<b>31/12/2015</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Opera academias em operação no Estado de Minas Gerais.								

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
<b>Exercício social</b>	<b>Valor contábil - variação %</b>	<b>Valor mercado - variação %</b>	<b>Montante de dividendos recebidos (Reais)</b>		<b>Data</b>	<b>Valor (Reais)</b>		
Smartnit Academia de Ginástica Ltda.	17.811.508/0001-72	-	Controlada	Brasil	BA	Vale do Capão	Atividades de condicionamento físico, dança, fisioterapia e nutrição, além de produção e promoção de eventos esportivos.	48,720000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	-1055,120000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	6.533.000,00		
<b>31/12/2015</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Opera academias com participação de sócios sem participação societária na Emissora.								
Smartfe Escola de Ginástica e Dança Ltda.	21.822.363/0001-82	-	Controlada	Brasil	PE	Recife	Atividades de condicionamento físico, dança, fisioterapia e nutrição, além de produção e promoção de eventos esportivos.	90,000000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2016</b>	-51,290000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	1.543.000,00		
<b>31/12/2015</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2014</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Opera academias com participação de sócios sem participação societária na Emissora.								



## **9.2 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 9 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

#### *Introdução*

A discussão a seguir contém declarações sobre estimativas futuras que refletem nossas expectativas atuais que envolvem riscos e incertezas. Os resultados futuros e o calendário dos eventos podem diferir materialmente daqueles contidos nestas declarações sobre estimativas futuras devido a uma série de fatores, incluindo, sem limitações, os estabelecidos na seção 4 (Fatores de risco) e outros assuntos estabelecidos neste Formulário de Referência.

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, as quais foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos nossos Diretores, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras para (i) os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, (ii) as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras de período para período; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

Ressaltamos que as informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 e as demonstrações financeiras consolidadas auditadas consolidam os resultados das nossas operações no Brasil e Peru apenas. As operações no México e Colômbia, por serem controladas em conjunto com nossos sócios internacionais, são registradas nas linhas de investimento e equivalência patrimonial. As operações no Chile, República Dominicana e Equador são franquias, e somente os royalties pagos pelos terceiros franqueados são registrados como receitas na operação do Brasil, que é a franqueadora máster para estes países. Por conta disso, os comentários dos Diretores são apresentados principalmente com foco nas operações do Brasil e Peru, pois são as operações que impactam as informações financeiras aqui apresentadas. Especificamente em relação a operação no Peru, ela estava em situação pré-operacional até outubro de 2016, sem qualquer contribuição de receita para o exercício de 2016 e anteriores e com impacto nos custos e despesas em 2016. Desta forma, as informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 e as nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas representam primordialmente a nossa operação Brasileira.

Ressaltamos também que as informações financeiras consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 são referentes a Inssigny Holdings S.A. (“Inssigny”), holding do grupo durante este exercício. O grupo sofreu uma reestruturação societária em 2 de janeiro de 2015 em que a Companhia se tornou a holding do grupo. As demonstrações financeiras consolidadas da Inssigny para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 são comparáveis, em todos os aspectos, com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e de 2015. Para uma descrição detalhada desta reestruturação e os motivos para a apresentação dos resultados consolidados do exercício de 2014 da Inssigny ver, neste item, a seção 10.3.b - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### (a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Nossa Diretoria revisa regularmente as principais métricas financeiras e de liquidez descritas abaixo para avaliar nossos negócios.

<i>(Em milhares de R\$, exceto os índices)</i>	2016	2015	2014
Receita Líquida	641.196	535.700	408.239
EBITDA	172.426	171.532	124.535
Margem EBITDA	26,9%	32,0%	30,5%
Lucro (Prejuízo) Líquido	(21.577)	(1.095)	9.635
Margem Líquida	-3,4%	-0,2%	2,4%
Caixa e equivalentes de caixa	232.903	69.991	161.263
Dívida bruta <sup>1</sup>	469.363	467.641	441.093
Dívida financeira líquida <sup>2</sup>	236.460	397.650	279.830
Fluxo de caixa de investimentos	(160.728)	(239.353)	(246.062)
Índice dívida financeira líquida / EBITDA	1,4	2,3	2,2

<sup>1</sup> Significa Empréstimos e Financiamentos (Circulante) mais Empréstimos e Financiamentos (Não circulante)

<sup>2</sup> Significa Dívida Bruta menos Caixa e Equivalentes de Caixa

No período base de análise, iniciado em 1º de janeiro de 2014 e encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou uma taxa de crescimento médio composto anual (CAGR) de sua Receita Líquida de 25,3%, equivalente a um aumento de 57,1% no período base. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a receita líquida da Companhia aumentou 19,7%, comparado com exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. E no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a receita líquida da Companhia aumentou 31,2%, comparado com exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

A Diretoria ressalta que esse aumento na receita líquida é decorrente, principalmente, da maturação das academias abertas de operação própria no Brasil e no Peru (operações que são consolidadas nos resultados financeiros da Companhia) e da abertura de novas academias dentro desse período, que resultaram num crescimento do número médio de clientes para 650 mil em 2016, aumento de 15,9% versus 2015. O incremento da receita também ocorreu em função do processo natural de ajuste dos preços praticados nos diferentes planos comercializados.

O crescimento de aberturas e de receita se manteve em ritmo alto em 2016, mas menos acelerado que em 2015 devido a retração da oferta de crédito bancário corporativo no Brasil, com consequente redução dos recursos disponíveis para investimento em novas academias. Esta desaceleração da abertura de novas academias por restrição de *fundings* é refletida na redução de 32,8% em 2016 (-2,7% em 2015) no fluxo de caixa de investimentos, e na redução do índice de dívida financeira líquida / EBITDA, tanto pela manutenção da dívida bruta quanto por aportes recebidos pela Companhia, que geraram aumento do Patrimônio Líquido de 69,3% em 2016.

O aumento da receita, associado a uma gestão rigorosa de controle dos custos e despesas foram os principais fatores por trás do aumento do EBITDA e da capacidade da Companhia em expandir suas operações dentro de patamares de endividamento e liquidez adequados. O EBITDA e o lucro líquido em 2016 foram impactados pelas Outras Receitas (Despesas) Operacionais, no valor de R\$(25,6) milhões (R\$(2,5) milhões em 2015 e R\$(1,2) milhão em 2014), compostos principalmente por baixas contábeis sem efeito caixa.

A Diretoria da Companhia entende portanto que possui as condições de geração de caixa, patrimoniais e financeiras suficientes para (i) implementar os seus planos de negócios e investimentos e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo.

### b. Estrutura de Capital

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores da Companhia entendem que a Companhia possui estrutura de capital e suporte adequado ao cumprimento de suas obrigações de curto e longo prazo e à condução de suas operações, considerando sua estratégia de negócios e de crescimento.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo do patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 443,3 milhões um aumento de 69,3%, se comparado a 31 de dezembro de 2015, em que o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 261,9 milhões. O patrimônio líquido, em 2015 aumentou 16,5% em relação a 31 de dezembro de 2014.

A Companhia busca manter o equilíbrio entre o crescimento acelerado via expansão orgânica de suas academias e uma estrutura de capital com nível de endividamento adequado. Neste sentido, foram feitos nos últimos três exercício sociais três aumentos de capital, um por exercício, que explicam grande parte das variações de patrimônio mencionadas acima:

- a) Aumento de capital de R\$ 113,0 milhões em julho e outubro de 2014;
- b) Aumento de capital de R\$ 150,0 milhões com subscrição de ações em dezembro de 2015, com R\$ 65,5 milhões integralizados até 31 de dezembro de 2015 e R\$ 84,5 milhões integralizados em 2016;
- c) Redução de capital de R\$ 23,0 milhões declarada em dezembro de 2015, em transação contínua com o aumento de capital acima, paga em 2016;
- d) Aumento de capital de R\$ 187,6 milhões em setembro de 2016; e
- e) Redução de capital de R\$ 33,6 milhões declarada em setembro de 2016, em transação contínua com o aumento de capital acima. Do total da redução de capital, R\$ 17,1 milhões foram pagos até 31 de dezembro de 2016 e o saldo de R\$ 16,5 milhões foram pagos em 2017 até a publicação deste Formulário.

Apresenta-se abaixo a relação entre o capital próprio (patrimônio líquido) e o capital de terceiros para os períodos indicados:

<i>(Em milhares de R\$, exceto os índices)</i>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Capital próprio (patrimônio líquido)	443.301	261.873	224.878
Capital de terceiros (total de empréstimos e financiamentos)	469.363	467.641	441.093
Caixa e equivalentes de caixa	232.903	69.991	161.263
Dívida líquida	236.460	397.650	279.830
Dívida líquida/Patrimônio Líquido	0,5	1,5	1,2

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia reduziu a relação entre dívida líquida e patrimônio líquido atingindo o patamar de 0,5.

O capital de terceiros da Companhia é representado por empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamentos mercantis.

### c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Tendo em vista o seu nível de geração de caixa operacional e a capacidade da Companhia de acessar no mercado recursos provenientes de empréstimos e financiamentos, a Diretoria acredita ter plenas condições de honrar os compromissos financeiros assumidos, sendo possível ainda a captação de recursos adicionais caso haja necessidade.

Considerando o perfil de endividamento bancário da Companhia em 31 de dezembro de 2016, de R\$ 63,7 milhões no passivo circulante e R\$ 405,7 milhões no passivo não circulante, bem como sua posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 232,9 milhões na mesma data, a Companhia apresenta plena capacidade de pagamento de todas suas obrigações financeiras e de continuar operando. Adicionalmente, a Companhia apresenta fluxo de caixa e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas e outras dívidas a serem pagos nos próximos anos.

Nossos fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais, antes do pagamento de juros sobre empréstimos e debêntures e de imposto de renda, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016,

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

2015 e 2014 foram de R\$ 162,2 milhões, R\$ 152,2 milhões e R\$ 116,0 milhões, respectivamente, e refletem o crescimento da receita relacionado ao aumento do número de academias, e a gestão de custos e despesas.

O fluxo de caixa de investimentos consumiram em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, R\$ 160,7 milhões, R\$ 239,4 milhões e R\$ 246,1 milhões respectivamente. Deste total, o investimento nas operações do Brasil representaram R\$ 124,5 milhões, R\$ 214,0 milhões e R\$ 227,2 milhões em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 respectivamente. A redução significativa em 2016 é devido ao menor número de academias próprias construídas.

O investimento em operações controladas em conjunto no exterior representou R\$ 36,2 milhões, R\$ 25,3 milhões e R\$ 18,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 respectivamente. Os valores de 2014 e 2015 foram investidos principalmente no México, como capital para financiar o crescimento e abertura de novas academias neste país. A Smart Fit terminou o ano de 2016 com 69 unidades, 2015 com 51 unidades e 2014 com 34 unidades, e se tornou a maior rede de academias do México em 2015. A partir de 2016, a subsidiária no México passou a obter financiamento local suficiente para toda sua necessidade de caixa para investimentos, e não houve investimento da Companhia nesta subsidiária em 2016. O valor de 2016 foi investido na Colômbia, onde a Smart Fit terminou 2016 (seu primeiro ano de operação) com 12 unidades, e no Peru, onde a Companhia abriu sua primeira academia em outubro de 2016.

Geramos R\$ 162,9 milhões em fluxo de caixa livre em 2016, R\$ (91,2) milhões em 2015, e R\$ 136,0 milhões em 2014. Mais detalhes podem ser observados no item 10.1.(h).

A seguir é apresentado um demonstrativo da posição da Companhia nas datas indicadas:

<i>(Em milhares de R\$, exceto os índices)</i>	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>232.903</b>	<b>69.991</b>	<b>161.263</b>
Empréstimos e financiamentos - Curto Prazo (até 1 ano)	63.693	157.500	78.003
Empréstimos e financiamentos - Longo Prazo	405.670	310.141	363.090
<b>Total Dívida</b>	<b>469.363</b>	<b>467.641</b>	<b>441.093</b>
Ativo circulante, exceto caixa e equivalentes de caixa	133.650	107.804	86.803
Passivo circulante, exceto empréstimos e financiamentos	169.594	149.223	127.723
<b>Capital circulante líquido ajustado ("Capital de Giro")<sup>(1)</sup></b>	<b>(35.944)</b>	<b>(41.419)</b>	<b>(40.920)</b>

(1) Ativo circulante, exceto caixa e equivalentes de caixa (-) Passivo circulante, exceto empréstimos e financiamentos de curto prazo.

### d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para realizar os investimentos em ativos não circulantes e no capital de giro, a Companhia se utiliza da própria geração de caixa operacional e de financiamentos de terceiros, conforme descritos no item 10.1.f abaixo.

A Companhia capta recursos por meio de contratos financeiros e emissões de títulos de dívida, diretamente ou por meio de suas subsidiárias, quando necessário, os quais são empregados no financiamento de suas necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo. Nossos empréstimos em aberto em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 estão detalhados no item 10.1.f abaixo.

### e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Diretoria acredita, com base em seus atuais planos operacionais e de investimento, que o saldo e a geração de caixa operacional, somada à possibilidade de captação de recursos de terceiros,

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

provenientes de contratos financeiros junto às instituições financeiras de primeira linha e/ou através de títulos de dívida junto ao mercado de capitais, quando necessário, suportam a eventual necessidade de recursos para o financiamento do capital de giro e para a realização de investimentos em ativos não-circulantes, como, por exemplo, expansão orgânica e compra de equipamentos, dentre outras. Uma possível futura emissão de novas ações da Companhia, com a abertura do seu capital na bolsa de valores, permitiria a aceleração do plano de investimento, mas não é necessária para a execução do plano base da Companhia.

### f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A Companhia necessita de um volume relevante de financiamento para manter seu rápido crescimento através de abertura de novas academias de operação própria.

A evolução do endividamento nos 3 últimos exercícios está descrita a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Empréstimos e financiamentos			
Circulante	63.693	157.500	78.003
Não circulante	405.670	310.141	363.090
Total	469.363	467.641	441.093

O endividamento da Companhia ficou praticamente estável apesar do crescimento de sua receita e geração de caixa, devido a (i) aportes de capital em 2014, 2015 e 2016 no valor de R\$ 113 milhões, R\$ 150 milhões e R\$ 188 milhões e (ii) restrição ao crescimento dos limites de crédito da companhia junto aos bancos, motivado principalmente pelo ambiente macroeconômico adverso do país.

### i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Apresentamos, a seguir, descrição dos principais contratos financeiros e emissões de títulos de dívida, celebrados pela Companhia e/ou por suas subsidiárias, vigentes em 31 de dezembro de 2016:

- 2ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, emitida em 11 de novembro de 2016, com valor total de R\$ 180,0 milhões e prazo de 4 anos, vencendo em 11 de novembro de 2020. A remuneração é de CDI + 3,95% a.a.
- 1ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, emitida em 26 de fevereiro de 2014, com valor total de R\$ 150,0 milhões e prazo de 5 anos, vencendo em 26 de fevereiro de 2019. A remuneração é de CDI + 1,80% a.a.
- 1ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações emitida pela subsidiária Smart Rio Academia de Ginástica S.A., emitida em 1 de fevereiro de 2014, com valor total de R\$ 50,0 milhões e prazo de 5 anos, vencendo em 1 de fevereiro de 2019. A remuneração é de CDI + 2,20% a.a.
- Cédula de crédito bancário com o Banco Itaú, assinada em 28 de novembro de 2012 no valor de R\$ 24,0 milhões e prazo de 60 meses, vencendo em 28 de novembro de 2017. A remuneração é pré-fixada em 11,35% a.a.
- Cédula de crédito bancário com o Banco Itaú, assinada em 2 de janeiro de 2013 no valor de R\$ 24,0 milhões e prazo de 60 meses, vencendo em 2 de janeiro de 2018. A remuneração é pré-fixada em 11,15% a.a.
- Empréstimo na modalidade 4131 com o Banco Santander, assinada em 22 de maio de 2013 no valor de R\$ 20,0 milhões e prazo de 60 meses, vencendo em 30 de abril de 2018. A remuneração é pré-fixada em 12,75% a.a.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- Cédula de crédito bancário com o Banco Santander, assinada em 2 de setembro de 2014 no valor de R\$ 50,0 milhões e prazo de 36 meses, vencendo em 9 de abril de 2019. A remuneração é de CDI + 2,35%a.a.
- Cédula de crédito bancário com o Banco Santander, assinada em 25 de junho de 2015 no valor de R\$ 60,0 milhões e prazo de 36 meses, vencendo em 29 de junho de 2018. A remuneração é de CDI + 2,84%a.a.
- Cédula de crédito bancário com a Caixa Econômica Federal, assinada em 25 de agosto de 2016 no valor de R\$ 31,0 milhões e prazo de 48 meses, vencendo em 11 de junho de 2020. A remuneração é de CDI + 6,04%a.a.
- Cédula de crédito bancário com o Banco ABC, assinada em 28 de setembro de 2016 Com a subsidiária Smart Rio Academia de Ginástica S.A. no valor de R\$ 17,0 milhões e prazo de 42 meses, vencendo em 11 de março de 2020. A remuneração é de CDI + 4,32%a.a.

### ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não possui outras relações de longo prazo com instituições financeiras. Acreditamos possuir um relacionamento próximo e equilibrado com as principais instituições financeiras no mercado brasileiro.

### iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Todas as operações de financiamento relevantes da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2016 contam com garantias reais, concedidas pela Companhia e/ou por suas subsidiárias. Via de regra, estas garantias consistem em (i) para os contratos de financiamento para aquisição e/ou leasings financeiros de equipamentos, a alienação fiduciária e/ou a retenção da propriedade dos próprios equipamentos; e (ii) para as debêntures e empréstimos bancários em geral, a cessão fiduciária de direitos de crédito, principalmente recebíveis de cartão de crédito, provenientes dos pagamentos dos planos de academias pelos nossos clientes.

Em eventual concurso universal de credores, os credores bancários terão acesso prioritário aos ativos objeto de alienação ou cessão fiduciária em garantia. Excetuando este fato, a subordinação entre as obrigações registradas no passível exigível acontecerá de acordo com a Lei 11.101 de 2015: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (iv) créditos subordinados; e (viii) dividendos e juros sobre capital próprio.

### iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

Dentre os contratos de financiamento firmados com terceiros, alguns foram elaborados com cláusulas restritivas (*covenants*), dentre os quais destaca-se:

- 1ª emissão de debêntures simples: (i) índice Dívida Líquida / EBITDA máximo de 2,5x, apurados anualmente no final de cada exercício (ii) manutenção de fluxo mínimo de recebíveis de cartão de crédito cedidos fiduciariamente aos debenturistas;
- 2ª emissão de debêntures simples: (i) índice Dívida Líquida / EBITDA máximo de 2,5x, para o exercício de 2016 e de 2,0x para os próximos exercícios, apurados anualmente no final de cada exercício (ii) manutenção de fluxo mínimo de recebíveis de cartão de crédito cedidos fiduciariamente aos debenturistas (iii) proibição de distribuição pela Companhia de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outro tipo de remuneração aos acionistas caso (a) a

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Companhia esteja inadimplente com qualquer obrigação pecuniária; (b) a Companhia não mantiver o fluxo mínimo mensal de recebíveis de cartão de crédito, dados em garantia a debênture; e (iii) o índice financeiro definido na sua escritura de emissão não esteja sendo cumprido;

- 1ª emissão de debêntures simples pela subsidiária Smart Rio Academia de Ginástica S.A.: (i) índice Dívida Líquida / EBITDA máximo de 2,5x medido pelas demonstrações financeiras da Companhia, apurados anualmente no final de cada exercício; (ii) manutenção de fluxo mínimo de recebíveis de cartão de crédito cedidos fiduciariamente aos debenturistas.

Grande parte dos empréstimos bancários possuem obrigação de (i) manter índice Dívida Líquida / EBITDA máximo de 2,5x, apurados anualmente no final de cada exercício; (ii) manutenção de fluxo mínimo de recebíveis de cartão de crédito cedidos fiduciariamente aos bancos como garantia dos empréstimos.

Além das restrições descritas acima, os empréstimos e financiamentos da Companhia possuem outras restrições, tais como com relação a mudança de controle da Companhia e reorganizações societárias, observadas as ressalvas previstas em cada instrumento.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não atendeu o índice (Dívida Líquida / EBITDA) em alguns contratos de empréstimos bancários junto ao Banco ItaúBBA. A Companhia solicitou e obteve o consentimento (*wave*) do Banco ItaúBBA. Para os demais contratos e para as debêntures, de acordo com a definição específica de EBITDA em cada um deles, a companhia estava adimplente com este índice.

Com exceção do evento acima, a Companhia acompanha o atendimento das cláusulas estabelecidas e entende que atendeu todas as cláusulas restritivas e *covenants* financeiros mencionados acima em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

### g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Adicionalmente às informações citadas no item 10.1 (f), a Companhia, em 31 de dezembro de 2016, não possuía linhas de crédito pré-aprovadas.

### h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras neste item são derivadas das demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e de 2014, as quais foram elaboradas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Adicionalmente, as informações financeiras são sempre demonstradas de forma consolidada, englobando os resultados das nossas operações no Brasil e Peru apenas.

Ressaltamos que: (i) as informações das sociedades controladas em conjunto, responsáveis pelas operações do grupo no México e Colômbia, não são consolidadas nas demonstrações financeiras da Companhia, e são registradas via investimentos / equivalência patrimonial; (ii) as operações no Chile e República Dominicana são franquias, e somente os royalties pagos pelos terceiros franqueados são registrados como receitas na operação do Brasil e (iii) as informações financeiras consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 são referentes a Inssigny Holdings S.A., holding do grupo durante este exercício. O grupo sofreu uma reestruturação societária em 2 de janeiro de 2015 em que a Companhia se tornou a holding do grupo. As demonstrações financeiras consolidadas da Inssigny para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 são comparáveis, em todos os aspectos, com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e de 2015. A descrição detalhada desta reestruturação e os motivos para a apresentação dos resultados consolidados do exercício de 2014 da Inssigny estão detalhados na seção 10.3.b - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras.



**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

*Comparação das Demonstrações de Resultado em 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014*

<i>(Em milhares de reais - R\$)</i>	Consolidado							
	31/12/2016	AV (%)	31/12/2015	AV (%)	31/12/2014	AV (%)	AH (%) 2016/2015	AH (%) 2015/2014
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	641.196	100,0%	535.700	100,0%	408.239	100,0%	19,7%	31,2%
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(441.603)	-68,9%	(363.212)	-67,8%	(271.000)	-66,4%	21,6%	34,0%
LUCRO BRUTO	<u>199.593</u>	31,1%	<u>172.488</u>	32,2%	<u>137.239</u>	33,6%	15,7%	25,7%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS								
Com vendas	(39.792)	-6,2%	(38.913)	-7,3%	(24.314)	-6,0%	2,3%	60,0%
Gerais e administrativas	(79.545)	-12,4%	(60.031)	-11,2%	(51.639)	-12,6%	32,5%	16,2%
Equivalência patrimonial	10.742	1,7%	9.515	1,8%	2.009	0,5%	12,9%	373,6%
Outras despesas operacionais, líquidas	<u>(25.661)</u>	-4,0%	<u>(2.539)</u>	-0,5%	<u>(1.214)</u>	-0,3%	910,7%	109,1%
	(134.256)	-20,9%	(91.968)	-17,2%	(75.158)	-18,4%	46,0%	22,4%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>65.337</u>	10,2%	<u>80.520</u>	15,0%	<u>62.081</u>	15,2%	-18,9%	29,7%
RESULTADO FINANCEIRO								
Receitas financeiras	11.429	1,8%	11.146	2,1%	12.929	3,2%	2,5%	-13,8%
Despesas financeiras	<u>(84.996)</u>	-13,3%	<u>(79.917)</u>	-14,9%	<u>(54.887)</u>	-13,4%	6,4%	45,6%
	(73.567)	-11,5%	(68.771)	-12,8%	(41.958)	-10,3%	7,0%	63,9%
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(8.230)	-1,3%	11.749	2,2%	20.123	4,9%	-170,0%	-41,6%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL								
Correntes	(13.292)	-2,1%	(12.843)	-2,4%	(10.600)	-2,6%	3,5%	21,2%
Diferidos	(55)	0,0%	(1)	0,0%	112	0,0%	5400,0%	-100,9%
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	<u>(21.577)</u>	-3,4%	<u>(1.095)</u>	-0,2%	<u>9.635</u>	2,4%	1872,3%	-111,4%

**RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a receita operacional líquida totalizou R\$ 641,2 milhões, um aumento de 19,7% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 que resultou em R\$ 535,7 milhões. Essa variação decorre, principalmente, da abertura no Brasil de 17 novas unidades próprias em 2016, do amadurecimento das 34 unidades abertas em 2015 e das 44 abertas em 2014, que em conjunto geraram um aumento no número médio de clientes de 15,9%. Além disso, o aumento dos preços praticados, principalmente os aumentos do plano Black para clientes novos em janeiro de 2015 (de R\$69,90 para R\$79,90 por mês) e outubro de 2016 (para R\$ 89,90 por mês) também contribuiu para o crescimento da receita líquida.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a receita operacional líquida totalizou R\$ 535,7 milhões, aumento de 31,2% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 que resultou em R\$ 408,2 milhões. Essa variação decorre do amadurecimento das unidades abertas em 2015 e períodos anteriores, assim como aumentos dos preços praticados.

A receita possui 3 componentes relacionados aos planos de prestação de serviço de academias: mensalidades, taxas de adesão e anuidades. Além das receitas dos planos de serviços, a Companhia recebe royalties, tanto das franquias nacionais quanto das internacionais.

(Em milhares de reais - R\$)	Consolidado						AH (%) 2016/2015	AH (%) 2015/2014
	31/12/2016	AV (%)	31/12/2015	AV (%)	31/12/2014	AV (%)		
Planos de academias	641.280	87,5%	529.481	86,7%	396.758	85,5%	21,1%	33,5%
Anuidades e adesões	75.153	10,3%	70.413	11,5%	57.683	12,4%	6,7%	22,1%
"Royalties" e licenciamentos de franquias	11.617	1,6%	8.068	1,3%	6.212	1,3%	44,0%	29,9%
Outras	<u>4.628</u>	<u>0,6%</u>	<u>3.023</u>	<u>0,5%</u>	<u>3.424</u>	<u>0,7%</u>	<u>53,1%</u>	<u>-11,7%</u>
Receita Bruta	<u>732.678</u>	<u>100,0%</u>	<u>610.985</u>	<u>100,0%</u>	<u>464.077</u>	<u>100,0%</u>	<u>19,9%</u>	<u>31,7%</u>
Cancelamentos	(129)		(347)		(124)		-62,8%	179,8%
Tributos incidentes sobre a receita	<u>(91.353)</u>		<u>(74.938)</u>		<u>(55.714)</u>		21,9%	34,5%
Receita Líquida	<u><u>641.196</u></u>		<u><u>535.700</u></u>		<u><u>408.239</u></u>		19,7%	31,2%

A receita de 2016 e 2015 teve seu crescimento reduzido pelo menor crescimento das taxas de adesão. Para manter o ritmo de crescimento de clientes mesmo com o cenário macroeconômico adverso, o calendário de promoções foi intensificado, com uso mais frequente de campanhas com taxa de adesão zero para gerar vendas.

### CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

(Em milhares de reais - R\$)	Consolidado						AH (%) 2016/2015	AH (%) 2015/2014
	31/12/2016	AV (%) <sup>(2)</sup>	31/12/2015	AV (%) <sup>(2)</sup>	31/12/2014	AV (%) <sup>(2)</sup>		
Custo dos serviços prestados								
Despesas com pessoal e encargos	(115.783)	-18,1%	(91.245)	-17,0%	(70.041)	-17,2%	26,9%	30,3%
Aluguéis de imóveis e condomínios	(109.982)	-17,2%	(85.429)	-15,9%	(66.505)	-16,3%	28,7%	28,5%
Depreciações e amortizações, líquidas de PIS e COFINS	(98.135)	-15,3%	(83.138)	-15,5%	(57.495)	-14,1%	18,0%	44,6%
Despesas de consumo	(54.514)	-8,5%	(46.906)	-8,8%	(31.491)	-7,7%	16,2%	49,0%
Serviços de apoio operacional	(36.615)	-5,7%	(33.629)	-6,3%	(25.607)	-6,3%	8,9%	31,3%
Manutenções	(18.476)	-2,9%	(13.929)	-2,6%	(11.859)	-2,9%	32,6%	17,5%
Outras despesas	<u>(8.098)</u>	-1,3%	<u>(8.936)</u>	-1,7%	<u>(8.002)</u>	-2,0%	-9,4%	11,7%
Total - Custos	<u><u>(441.603)</u></u>	-68,9%	<u><u>(363.212)</u></u>	-67,8%	<u><u>(271.000)</u></u>	-66,4%	21,6%	34,0%

(2) Em relação a receita líquida.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o custo dos serviços prestados atingiu R\$ 441,6 milhões, aumento de 21,6% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, que resultou em R\$ 363,2 milhões. Comparado a receita líquida do período, os custos representaram 68,9%, um aumento de 1,1 ponto percentual. Esse aumento deriva principalmente do incremento das despesas com pessoal e encargos, que foram afetados pelos aumentos reais concedidos para a categoria dos profissionais de educação física em São Paulo, e pelos aluguéis de imóveis e condomínios, que foram impactados pela alta inflação e pelo aumento do número de imóveis pré-operacionais alugados no 2º semestre de 2016 para a expansão de 2017. A Diretoria implementou

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

medidas de redução de custo, dentre as quais se destacam: (i) renegociação de aluguéis; (ii) implementação de quiosques de auto-atendimento para atividades administrativas, com melhor atendimento do membro e redução da equipe de recepção; e (iii) redução das horas dos instrutores nos dias de menor movimento. Essas medidas tiveram impacto parcial no 2º semestre de 2016 e terão seu benefício total capturado em 2017.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, os custos de serviços prestados atingiu R\$ 363,2 milhões, um aumento de 34,0% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, que resultou em R\$ 271,0 milhões. Comparado a receita líquida do período, os custos representaram 67,8%, um aumento de 1,4 ponto percentual. Essa variação deriva principalmente do aumento de depreciações e amortizações (1,4 ponto percentual) e aumento com despesas de consumo (1,0 ponto percentual), parcialmente compensadas com uma redução em aluguéis, condomínios e manutenção (-0,6 ponto percentual) e outros (-0,4 ponto percentual).

### LUCRO BRUTO

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o lucro bruto atingiu R\$ 199,6 milhões, aumento de 15,7% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 que resultou em R\$ 172,5 milhões. Comparado com a receita líquida do período, o lucro bruto representou 31,1%.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o lucro bruto atingiu R\$ 172,5 milhões, aumento de 25,7% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 que resultou em R\$ 137,2 milhões. Comparado com a receita líquida do período, o lucro bruto representou 32,2%.

Esses resultados demonstram consistência na performance da Companhia, mesmo com um cenário macroeconômico mais desafiador com inflação (IPCA) de 6,3% e queda no PIB real Brasileiro de 3,6% em 2016 e inflação (IPCA) de 10,7% e queda no PIB real Brasileiro de 3,8% em 2015.

### RECEITA (DESPESAS) OPERACIONAIS

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, as Despesas com Vendas totalizaram R\$ 39,8 milhões, um aumento de 2,3% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 que resultou em R\$ 38,9 milhões. Comparado a receita líquida do período, as despesas com vendas representaram 6,2%, uma redução de 1,1 ponto percentual, decorrente principalmente da diluição dessas despesas em um número maior de unidades.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, as Despesas Gerais e Administrativas totalizaram R\$ 79,5 milhões, um aumento de 32,5% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 que resultou em R\$ 60,0 milhões. Parte relevante deste incremento na despesa administrativa decorreu das despesas com estruturação das novas operações internacionais na Colômbia e Peru. Em particular, R\$ 3,1 milhões dessas despesas são as despesas incorridas na entidade no Peru, que iniciou sua operação em 2016 e cujos resultados são consolidados nas demonstrações financeiras da Companhia.

O Resultado de Equivalência Patrimonial totalizou R\$ 10,7 milhões, aumento de 12,9% em relação a 2015. A variação, apesar de positiva, é inferior ao crescimento operacional de México e Colômbia (que compõem a equivalência), e do crescimento dos resultados nestes países nas suas moedas locais, devido a (i) desvalorização cambial do peso mexicano frente ao Real, o que distorce a comparação do resultado em reais de 2016 versus 2015 e (ii) abertura de 12 unidades na Colômbia, com prejuízos devido ao estágio inicial de maturação. O total de clientes de México e Colômbia atingiu 218 mil no final de 2016, crescimento de 64% em comparação a 2015.

As Outras Despesas Operacionais Líquidas totalizaram R\$ 25,6 milhões, um aumento de 910,7% em relação ao exercício de 2015 que resultou em R\$ 2,5 milhões. Essa variação decorre principalmente de baixas contábeis sem efeito caixa, sendo os principais ajustes R\$11,1 milhões no contas a receber, R\$ 8,0 milhões em tributos e R\$ 4,5 milhões em ativos imobilizados.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, as Despesas com Vendas totalizaram R\$ 38,9 milhões, aumento de 60,0% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 que resultou em R\$ 24,3 milhões. Essa variação foi gerada em grande parte por gastos pontuais com novas iniciativas de marketing para suportar o crescimento de vendas mesmo com o ambiente macroeconômico brasileiro adverso.

As Despesas Gerais e Administrativas totalizaram R\$ 60,0 milhões, aumento de 16,2% em relação a 2014 que resultou em R\$ 51,6 milhões, porém houve uma redução de 1,4 ponto percentual quando comparado com a receita líquida.

O Resultado de Equivalência Patrimonial totalizou R\$ 9,5 milhões, aumento de 373,6% em relação a 2014 que resultou em R\$ 2,0 milhões. Essa variação decorre, principalmente, do crescimento da operação no México, onde a Smart Fit se tornou líder de mercado em 2015.

### DESPESAS FINANCEIRAS

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, as despesas financeiras totalizaram R\$ 85,0 milhões, aumento de 6,4% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 que resultou em R\$ 79,9 milhões. Essa variação decorre principalmente do aumento da taxa de juros de empréstimos em moeda nacional, que são principalmente pós-fixados com base na taxa CDI.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, as despesas financeiras totalizaram R\$ 79,9 milhões, aumento de 45,6% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 que resultou em R\$ 54,9 milhões. Essa variação decorre principalmente do aumento do endividamento da Companhia e consequente aumento nos juros desses empréstimos, no valor de R\$ 18,4 milhões.

### IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia apresenta taxas efetivas de Imposto de Renda elevadas uma vez que (i) as baixas contábeis realizados na conta de Outras receitas (despesas) operacionais em 2016 não são dedutíveis para fins de imposto de renda, ou seja, eles impactam o lucro líquido mas não reduzem o imposto a pagar; e (ii) a Companhia gera prejuízo em algumas subsidiárias devido ao grande crescimento e existência de muitas unidades em maturação, principalmente as que operam a marca Smart Fit, enquanto outras subsidiárias mais maduras, principalmente as da marca Bio Ritmo, geram lucro. Na consolidação, a combinação de resultados soma lucros e prejuízos e reduz o lucro total, mas não os impostos pagos. A Companhia acumula prejuízos fiscais, que serão aproveitados quando houver maturação de uma proporção maior de unidades.

### RESULTADO DO EXERCÍCIO

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o prejuízo ocorrido se deve, principalmente, aos ajustes contábeis realizados, lançados na linha de Outras Receitas (Despesas) Operacionais, conforme descrito anteriormente.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o prejuízo de R\$ 1,1 milhão, representou uma redução de 111,4% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 que resultou em R\$ 9,6 milhões. Essa redução ocorreu principalmente pelo incremento de R\$ 25 milhões na despesa financeira do período, que variou de R\$ 54,9 milhões em 2015 para R\$ 79,9 milhões em 2016.

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais****BALANÇO PATRIMONIAL**

*Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014*

<i>(Em milhares de reais - R\$)</i>	Consolidado						AH (%) 2016/2015	AH (%) 2015/2014
	31/12/2016	AV (%)	31/12/2015	AV (%)	31/12/2014	AV (%)		
<b>ATIVO</b>								
<b>CIRCULANTE</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	232.903	20,2%	69.991	7,4%	161.263	18,9%	232,8%	-56,6%
Contas a receber de clientes	80.908	7,0%	72.160	7,7%	61.631	7,2%	12,1%	17,1%
Impostos a recuperar	28.985	2,5%	22.880	2,4%	18.320	2,1%	26,7%	24,9%
Despesas antecipadas	3.597	0,3%	5.066	0,5%	1.945	0,2%	-29,0%	160,5%
Outras contas a receber	<u>20.160</u>	1,7%	<u>7.698</u>	0,8%	<u>4.907</u>	0,6%	161,9%	56,9%
Total do ativo circulante	<u>366.553</u>	31,8%	<u>177.795</u>	18,9%	<u>248.066</u>	29,1%	106,2%	-28,3%
<b>NÃO CIRCULANTE</b>								
Partes relacionadas	9.626	0,8%	3.193	0,3%	7.027	0,8%	201,5%	-54,6%
Depósitos judiciais	1.820	0,2%	830	0,1%	377	0,0%	119,3%	120,2%
Investimentos	103.926	9,0%	93.653	9,9%	45.795	5,4%	11,0%	104,5%
Outros investimentos	42	0,0%	42	0,0%	42	0,0%	0,0%	0,0%
Imobilizado	563.929	48,9%	560.088	59,4%	450.829	52,9%	0,7%	24,2%
Intangível	<u>108.341</u>	9,4%	<u>106.550</u>	11,3%	<u>100.496</u>	11,8%	1,7%	6,0%
Total do ativo não circulante	787.684	68,2%	764.356	81,1%	604.566	70,9%	3,1%	26,4%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<u>1.154.237</u>	100,0%	<u>942.151</u>	100,0%	<u>852.632</u>	100,0%	22,5%	10,5%

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

<i>(Em milhares de reais - R\$)</i>		Consolidado							
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	31/12/2016	AV (%)	31/12/2015	AV (%)	31/12/2014	AV (%)	AH (%) 2016/2015	AH (%) 2015/2014	
<b>CIRCULANTE</b>									
Fornecedores	26.606	2,3%	19.393	2,1%	19.932	2,3%	37,2%	-2,7%	
Empréstimos e financiamentos	63.693	5,5%	157.500	16,7%	78.003	9,1%	-59,6%	101,9%	
Salários, provisões e contribuições sociais	17.318	1,5%	13.974	1,5%	10.887	1,3%	23,9%	28,4%	
Impostos e contribuições a recolher	18.606	1,6%	10.110	1,1%	8.864	1,0%	84,0%	14,1%	
Provisão para imposto de renda e contribuição social	19.929	1,7%	14.890	1,6%	12.042	1,4%	33,8%	23,7%	
Parcelamento de tributos	260	0,0%	471	0,0%	616	0,1%	-44,8%	-23,5%	
Contas a pagar	27.315	2,4%	26.747	2,8%	3.530	0,4%	2,1%	657,7%	
Receita diferida	47.545	4,1%	55.994	5,9%	64.633	7,6%	-15,1%	-13,4%	
Arrendamento operacional - locação de academias	12.015	1,0%	7.644	0,8%	6.057	0,7%	57,2%	26,2%	
Dividendos fixos a pagar	-	0,0%	-	0,0%	<u>1.162</u>	0,1%	0,0%	-100,0%	
Total do passivo circulante	<u>233.287</u>	20,2%	<u>306.723</u>	32,6%	<u>205.726</u>	24,1%	-23,9%	49,1%	
<b>NÃO CIRCULANTE</b>									
Empréstimos e financiamentos	405.670	35,1%	310.141	32,9%	363.090	42,6%	30,8%	-14,6%	
Partes relacionadas	1.889	0,2%	3.894	0,4%	2.117	0,2%	-51,5%	83,9%	
Parcelamento de tributos	178	0,0%	439	0,0%	720	0,1%	-59,5%	-39,0%	
Contas a pagar	9.848	0,9%	6.171	0,7%	7.580	0,9%	59,6%	-18,6%	
Contas a pagar a acionistas	51.682	4,5%	48.408	5,1%	43.739	5,1%	6,8%	10,7%	
Receita diferida	2.425	0,2%	38	0,0%	501	0,1%	6281,6%	-92,4%	
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	2.275	0,2%	838	0,1%	656	0,1%	171,5%	27,7%	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>3.682</u>	0,3%	<u>3.626</u>	0,4%	<u>3.625</u>	0,4%	1,5%	0,0%	
Total do passivo não circulante	<u>477.649</u>	41,4%	<u>373.555</u>	39,6%	<u>422.028</u>	49,5%	27,9%	-11,5%	
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>									
Capital social	247.763	21,5%	161.932	17,2%	116.448	13,7%	53,0%	39,1%	
Reserva de capital	222.596	19,2%	66.084	7,0%	100.631	11,8%	235,9%	-34,3%	
Reserva de lucros	-	-	7.592	0,8%	-	-	-	-	
Transações com acionistas	(15.430)	-1,3%	(8.903)	-0,9%	-	-	73,3%	-	
Lucros (prejuízos) acumulados	(18.247)	-1,6%	-	-	(6.843)	-0,8%	-	-	
Outros resultados abrangentes	<u>(17.831)</u>	-1,5%	<u>15.171</u>	1,6%	<u>2.164</u>	0,3%	-217,5%	601,1%	
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	418.263	36,2%	241.876	25,7%	212.400	24,9%	72,9%	13,9%	
Participação não controladora	<u>25.038</u>	2,2%	<u>19.997</u>	2,1%	<u>12.478</u>	1,5%	25,2%	60,3%	
Total do patrimônio líquido	443.301	38,4%	261.873	27,8%	224.878	26,4%	69,3%	16,5%	
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<u>1.154.237</u>	100,0%	<u>942.151</u>	100,0%	<u>852.632</u>	100,0%	22,5%	10,5%	

**ATIVO****CIRCULANTE****Caixa e Equivalentes de Caixa**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o Caixa e Equivalentes de Caixa totalizou R\$ 232,9 milhões, um aumento de 232,8% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 que resultou em R\$ 70,0 milhões. Essa variação decorre, principalmente, da emissão de uma

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

debênture no montante de R\$ 180,0 milhões, um aumento de capital total de R\$ 281,0 milhões e uma captação de R\$ 72,8 milhões em empréstimos, que foi compensado, principalmente, pelo pagamento de empréstimos no montante de R\$245,1 milhões e atividades de investimento no montante de R\$ 160,7 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o Caixa e Equivalentes de Caixa totalizou R\$ 70,0 milhões, uma redução de 56,6% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 que resultou em R\$ 161,3 milhões. Esse saldo é R\$ 136 milhões superior ao saldo de caixa final do exercício anterior, devido principalmente a um aumento de capital de R\$ 70,0 milhões, aporte por investidores no montante de R\$ 43 milhões, emissão de debêntures no valor de R\$ 196,7 milhões e captação de R\$ 145,0 milhões em empréstimos, que foram compensados principalmente por pagamento de empréstimos no montante de R\$ 117,0 milhões e atividades de investimentos no montante de R\$ 239,4 milhões neste ano. Parte deste capital foi consumido em 2015 para abertura de novas unidades.

### Outras Contas a Receber

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, as Outras Contas a Receber totalizaram R\$ 20,2 milhões, um aumento de 161,9% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 que resultou em R\$ 7,7 milhões. Essa variação decorre da compra de participação de não controladores (R\$ 4,1 milhões), mútuos de terceiros (R\$ 2,1 milhões), adiantamento a fornecedores (R\$ 1,9 milhão), venda de uniformes (R\$ 1,1 milhão) e outras contas a receber.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, as Outras Contas a Receber totalizaram R\$ 7,7 milhões, um aumento de 56,9% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 que resultou em R\$ 4,9 milhões. Essa variação ocorreu por recebíveis de franquias, taxas e outros produtos (R\$ 1,2 milhão), venda de uniformes (R\$ 1,0 milhão), mútuos com terceiros (R\$ 0,8 milhão) e compra de participação de não controladores (R\$ 0,7 milhão) compensado por uma redução no adiantamento a fornecedores (R\$ 1,1 milhão).

### NÃO CIRCULANTE

#### Partes Relacionadas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, as Partes Relacionadas totalizaram R\$ 9,6 milhões, um aumento de 201,5% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 que resultou em R\$ 3,2 milhões. Essa variação decorre do aumento de mútuos com sócios minoritários.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, as Partes Relacionadas totalizaram R\$ 3,2 milhões, um redução de 54,6% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 que resultou em R\$ 7,0 milhões. Essa variação decorre da redução de mútuos com sócios majoritários.

#### Investimentos

Esta conta tem impacto de (i) aportes feitos pela Companhia nas sociedades de controle comum Latamgym, responsável pela operação do México, e Latamfit, pela Colômbia; e (ii) variação cambial das respectivas moedas frente ao Real. Esta variação é registrada nos resultados abrangentes, pois estes são investimentos de longo prazo da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, os investimentos totalizaram R\$ 103,9 milhões, um aumento de 11,0% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 que resultou em R\$ 93,7 milhões. Essa variação decorre principalmente por aporte na controlada Latamfit (R\$ 36,2 milhões), resultado de equivalência patrimonial da Latamgym (R\$ 10,7 milhões) compensado por outros resultados abrangentes da Latamgym e Latamfit (R\$ 33,0 milhões).

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, os Investimentos totalizaram R\$ 93,7 milhões um aumento de 104,5% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

que resultou em R\$ 45,8 milhões. Essa variação decorre do aporte em controlada *Latamgym* e *Latamfit* (R\$ 25,3 milhões), outros resultados abrangentes da *Latamgym* (R\$ 13,0 milhões) e resultado de equivalência patrimonial (R\$ 10,7 milhões).

### Imobilizado

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o Imobilizado totalizou R\$ 563,9 milhões, um aumento de 0,7% em relação a 2015. Com a desaceleração do crescimento das novas academias, devido à restrição de crédito, as adições ao Imobilizado foram compensadas pela depreciação no período.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, Imobilizado totalizou R\$ 560,1 milhões, um aumento de 24,2% em relação a 2014. Essa variação decorre do investimento em novas academias.

## PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### CIRCULANTE

#### Fornecedores

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, Fornecedores totalizaram R\$ 26,6 milhões, um aumento de 37,2% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 que resultou em R\$ 19,4 milhões. Essa variação decorre principalmente por obras civis (R\$ 2,6 milhões), produtos e consumo (R\$ 1,5 milhão) e propaganda e marketing (R\$ 1,3 milhão), que crescem em linha com as aberturas de novas unidades.

#### Empréstimos e Financiamentos (circulante)

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, os Empréstimos e Financiamentos (circulante) totalizaram R\$ 63,7 milhões, uma redução de 59,6% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 que resultou em R\$ 157,5 milhões. Essa variação decorre principalmente pelo alongamento da dívida com a emissão de uma debênture no montante de R\$ 180,0 milhões. A debênture possui carência de 18 meses para amortização de principal, e foi usada em grande parte para quitar antecipadamente parcelas de empréstimos que venceriam em 2016 e 2017.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, os Empréstimos e Financiamentos (circulante) totalizaram R\$ 157,5 milhões, um aumento de 101,9% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 que resultou em R\$ 78,0 milhões. Essa variação decorre do não refinanciamento da dívida de curto prazo da Companhia antes do término de 2015, devido a retração do crédito bancário relacionada ao ambiente macroeconômico adverso do Brasil. Para mitigar o potencial risco de liquidez deste encurtamento do perfil da dívida, a Companhia fez um aumento de capital de R\$ 150 milhões no final de 2015.

#### Impostos e Contribuições a Recolher

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, os Impostos e Contribuições a Recolher totalizaram R\$ 18,6 milhões um aumento de 84,0% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 que resultou em R\$ 10,1 milhões. Essa variação decorre principalmente do PIS/COFINS a recolher (R\$ 4,7 milhões) e do ISS a recolher (R\$ 2,0 milhões).

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, os Impostos e Contribuições a Recolher totalizaram R\$ 10,1 milhões um aumento de 14,1% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 que resultou em R\$ 8,9 milhões. Essa variação decorre da do aumento do ISS (R\$ 0,6 milhão) e do PIS/COFINS (R\$ 0,6 milhão) a recolher.

#### Contas a Pagar



## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, as Contas a Pagar totalizaram R\$ 26,7 milhões, um aumento de 657,7% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 que resultou em R\$ 3,5 milhões. Essa variação decorre da redução de capital feita em dezembro de 2014, que foi registrada na data de sua deliberação como um contas a pagar, pago no início de 2016.

### Receita Diferida

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, as Receitas Diferidas totalizaram R\$ 47,5 milhões, uma redução de 15,1% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 que resultou em R\$ 56,0 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, as Receitas Diferidas totalizaram R\$ 56,0 milhões, uma redução de 13,4% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 que resultou em R\$ 64,6 milhões.

Essas reduções nos períodos analisados decorrem principalmente pela migração de planos pré-pagos para planos com pagamento recorrente na marca Bio Ritmo. A redução da venda de planos pré-pagos reduz o valor da Receita Diferida reconhecida no balanço da Companhia. Apesar do impacto negativo no capital de giro, esta migração gerou aumento do número de clientes da Bio Ritmo mesmo durante a crise, pois o cliente bloqueia somente uma mensalidade no limite do cartão de crédito ao invés do valor total do plano.

### Arrendamento Operacional – Locação de Academias

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o Arrendamento Operacional, referente a aluguéis de imóveis a pagar, totaliza R\$ 12,0 milhões, um aumento de 57,2% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 que resultou em R\$ 7,6 milhões. Essa variação decorre da abertura de novas unidades, incremento no gasto com aluguel de imóveis ainda não operacionais no 2º semestre (em preparação para retomada da expansão em 2017) e reajustes elevados devido ao valor alto do IGP-M (indexador dos contratos).

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o Arrendamento Operacional, referente a aluguéis de imóveis a pagar, totaliza R\$ 7,6 milhões, um aumento de 26,2% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 que resultou em R\$ 6,1 milhões. Essa variação decorre principalmente da abertura de novas unidades.

## NÃO CIRCULANTE

### Empréstimos e Financiamentos (não circulante)

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, os Empréstimos e Financiamentos (não circulante) totalizaram R\$ 405,7 milhões, um aumento de 30,8% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 que resultou em R\$ 310,1 milhões. Essa variação decorre principalmente da emissão de debêntures no montante de R\$ 180,0 milhões, que possui carência de 18 meses, com início de pagamento em março de 2018.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, os Empréstimos e Financiamentos (não circulante) totalizaram R\$ 310,1 milhões, um redução de 14,6% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 que resultou em R\$ 363,1 milhões. Essa variação decorre principalmente do não alongamento da dívida, conforme discutido no item Empréstimos e Financiamentos – Circulante acima.

### Partes Relacionadas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, as Partes Relacionadas totalizaram R\$ 1,9 milhões um redução de 51,5% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 que resultou em R\$ 3,9 milhões.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, as Partes Relacionadas totalizaram R\$ 3,9 milhões um aumento de 83,9% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 que resultou em R\$ 2,1 milhões.

### Contas a Pagar

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, Contas a Pagar totalizaram R\$ 9,8 milhões, um aumento de 59,6% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 que resultou em R\$ 6,2 milhões. Essa variação decorre principalmente da variação de Outros contas a pagar.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, as Contas a Pagar totalizaram R\$ 6,2 milhões, uma redução de 18,6% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 que resultou em R\$ 7,6 milhões. Essa variação decorre principalmente da variação de Outros contas a pagar.

## PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Capital Social

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o Capital Social totalizou R\$ 247,8 milhões, um aumento de 53,0% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 que resultou em R\$ 161,9 milhões. Essa variação decorreu principalmente pela (i) integralização de R\$ 84,5 milhões, que foi o saldo da subscrição feita em dezembro de 2015 e não integralizada dentro daquele exercício; (ii) aumento de capital com subscrição de ações no montante de R\$ 190,9 milhões; compensada principalmente por (iii) uma redução de capital no montante de R\$ 33,6 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o Capital Social totalizou R\$ 161,9 milhões, um aumento de 39,1% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 que resultou em R\$ 116,4 milhões. Essa variação decorreu em razão da (i) integralização de R\$ 65,5 milhões e (ii) emissão direta de novas ações a não controladores no montante de R\$ 0,5 milhões.

Para descrição das operações de subscrição e redução de capital realizadas no período, ver item 10.1.b.

### Reserva de Capital

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Reserva de Capital totalizou R\$ 222,0 milhões, um aumento de 235,9% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 que resultou em R\$ 66,1 milhões. Essa variação decorre da integralização de capital no valor de R\$ 155,9 milhões em setembro de 2016.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, as Reserva de Capital totalizou R\$ 66,1 milhões, uma redução de 34,3% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 que resultou em R\$ 100,6 milhões. Essa variação decorre da absorção de prejuízos acumulados em 2015 de R\$ 21,6 milhões com a reserva de capital.

### Transações com acionistas

Esta conta acumula o reflexo de aportes e aquisições de participações minoritárias em subsidiárias controladas pela Companhia. Em 2015, estas transações tiveram impacto de R\$ (8,9) milhões em 2015 e em 2016, R\$ (6,5) milhões.

### Outros Resultados Abrangentes

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, os Outros Resultados Abrangentes

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

totalizaram -R\$ 17,8 milhões, uma redução de 217,5% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 que resultou em R\$ 15,2 milhões. Essa variação decorre principalmente da variação cambial do investimento feito no México, devido a desvalorização do peso mexicano versus o Real neste período.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, as Outros Resultados Abrangentes totalizaram R\$ 15,2 milhões, um aumento de 601,1% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 que resultou em R\$ 2,2 milhões. Essa variação decorre principalmente da variação cambial do investimento feito no México, devido a valorização do peso mexicano versus o Real neste período.

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

*Comparação das principais contas demonstrativas do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014*

	Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(8.230)	11.749	20.123
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	107.089	91.012	62.454
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	270	-	(422)
Resultado de equivalência patrimonial	(10.742)	(9.515)	(2.009)
Baixa de intangível e imobilizado	17.174	13.785	2.488
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	1.437	182	159
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	72.579	70.813	47.797
Receita financeira sobre títulos e valores mobiliários	-	-	33
Outros juros provisionados	2.192	1.488	(1.080)
Variação nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber de clientes	(9.018)	(10.501)	(13.787)
Impostos a recuperar	(6.105)	(4.560)	(8.626)
Despesas antecipadas	1.469	(3.121)	2.253
Outras contas a receber	(12.462)	(2.820)	(259)
Depósitos judiciais	(990)	(453)	85
Partes relacionadas	(8.399)	5.611	1.143
Fornecedores	(1.129)	(6.176)	(9.725)
Salários, provisões e contribuições sociais	3.344	3.087	2.519
Impostos a contribuições a recolher	8.496	1.247	2.983
Arrendamento operacional - locação de academias	4.371	1.587	1.522
Contas a pagar	7.384	(1.224)	(9)
Receita diferida	(6.062)	(9.102)	9.716
Pagamento de parcelamento de tributos	<u>(472)</u>	<u>(844)</u>	<u>(1.348)</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais	162.200	152.245	116.010
Juros pagos sobre empréstimos e debêntures	(75.519)	(64.005)	(40.659)
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>(10.456)</u>	<u>(11.065)</u>	<u>(11.748)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>76.225</u>	<u>77.175</u>	<u>63.603</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Adições do ativo imobilizado	(112.373)	(201.346)	(223.446)
Adições do ativo intangível	(9.178)	(10.169)	(4.356)
Aumento de capital em controlada e controlada em conjunto	(36.245)	(25.343)	(18.837)
Aquisição de controlada	-	(2.958)	-
Devolução de capital social	3.879	-	-
Perda na aquisição da participação societária em controladas	(6.814)	-	-

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

Resgate de títulos e valores mobiliários	-	-	577
Outras operações com não controladores	-	463	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(160.731)</u>	<u>(239.353)</u>	<u>(246.062)</u>

	Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Pagamento de empréstimos	(245.086)	(70.591)	(117.005)
Emissão de debêntures	180.000	-	196.718
Captação de empréstimos	72.813	95.000	145.000
Integralização de capital	84.475	65.525	-
Aumento de capital por investidores conversíveis em ações	190.890	-	70.000
Aporte por investidores - obrigação contas a pagar por ações resgatáveis	-	-	43.000
Contas a pagar a acionistas	210	-	-
Pagamento referente a redução de capital social	(40.234)	-	-
Integralização de capital por não controladores	-	451	-
Aumento de capital por não controladores	5.681	-	-
Dividendos pagos a não controladores	(1.318)	(5.885)	(4.300)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	-	<u>(13.558)</u>	<u>(14.978)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>247.431</u>	<u>70.942</u>	<u>318.435</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u>162.928</u>	<u>(91.236)</u>	<u>135.976</u>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO NOS SALDOS DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
Saldo inicial	69.991	161.263	25.287
Saldo final	232.903	69.991	161.263
Varição cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(16)	(36)	
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u>162.928</u>	<u>(91.236)</u>	<u>135.976</u>

**Atividades Operacionais**

O caixa gerado pelas atividades operacionais, antes do pagamento dos juros sobre empréstimos e debêntures e imposto de renda, cresceu 18,2% a.a. entre 2016 e 2014, e atingiu R\$ 162,2 milhões em 2016 versus R\$ 152,2 milhões em 2015 e R\$ 116,0 milhões em 2014. O crescimento foi motivado principalmente pelo crescimento da receita, devido ao aumento do número de academias e clientes no período.

A Companhia manteve no período a geração de caixa operacional consistente, ao redor de 27,4% da receita líquida. O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R\$ 76,2 milhões no exercício de 2016 comparado ao caixa líquido gerado de R\$ 77,2 milhões no período anterior e R\$ 63,3 milhões em 2014. O aumento dos juros pagos, de R\$ 75,5 milhões em 2016 comparado a R\$ 64,0 milhões em 2015 e R\$ 40,7 milhões em 2014, compensou o aumento do caixa gerado pelas atividades operacionais.

**Atividades de Investimentos**

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 160,7 milhões em 2016 comparado a um caixa líquido aplicado de R\$ 239,4 milhões no período de 2015, refletindo principalmente os recursos aplicados em adições nos ativos imobilizados que suportaram as aberturas de 17 novas unidades no exercício encerrado em 2016 versus 39 (2 Bioritmo e 37 Smartfit) que foram inauguradas em 2015 e 47 (2 Bioritmo e 45 Smartfit) em 2014. A redução dos investimentos foi devido a restrição do crédito bancário no mercado brasileiro em 2016, conforme descrito abaixo nas atividades de financiamento.

**Atividades de Financiamentos**

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento foi de R\$ 247,4 milhões em 2016 comparado a uma geração de R\$ 70,9 milhões no período de 2015 e representando um aumento de R\$176,5 milhões, que reflete principalmente os recursos captados na emissão de debêntures no valor de R\$ 180,0 milhões e de empréstimos de R\$72,8 milhões, parcialmente compensado pelo pagamento de empréstimos de R\$ 245,1 milhões, e no aumento de capital de R\$ 190,9 milhões. Apesar da manutenção do endividamento bruto, a emissão da debênture ocorreu somente em outubro de 2016 e ajudou a alongar a dívida com vencimento em 2017. A companhia reduziu o ritmo de investimento em 2016 apesar de ter um saldo relevante de caixa e equivalentes durante o ano, por conta desta incerteza por grande parte do ano em relação ao refinanciamento da dívida de 2017.

Em 2015, a geração de caixa líquido pelas atividades de financiamento foi de R\$ 70,9 milhões, valor que é R\$ 247,5 milhões menor que o montante de R\$ 318,4 milhões obtido no exercício de 2014. Essa variação deve-se fundamentalmente a emissão de debêntures no valor de aproximadamente R\$ 196,7 milhões e por um aporte de capital feito por investidores no valor de R\$43,0 milhões, ambos realizados em 2014.

## **10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

## 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### a. Resultados das operações do emissor, em especial:

#### i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Somos a maior rede de academias da América Latina e a quinta maior do mundo, em número de academias próprias, de acordo com *ranking* publicado pela IHRSA (*International Health, Racquet & Sportsclub Association* - entidade de classe global da indústria de fitness)., com 361 academias e 1,1 milhões de clientes em 31 de dezembro de 2016. Nossa receita provém principalmente dos planos de academia pago pelos nossos clientes. Em 2016, o Grupo teve receita total (incluindo a totalidade das receitas das operações internacionais próprias, tanto as consolidadas como as controladas em conjunto com nossos sócios internacionais, e considerando para academias franqueadas somente a receita de royalties) de R\$ 803 milhões em 2016, R\$ 661 milhões em 2015 e R\$ 463 milhões em 2014. Após a eliminação da receita das entidades sob controle compartilhado, a receita da Companhia foi de R\$ 641 milhões em 2016, R\$ 536 milhões em 2015 e R\$ 408 milhões em 2014.

Atuamos em 3 segmentos de negócio: *low cost*, com a marca Smart Fit, *premium*, com a marca Bio Ritmo e outros / novos negócios, que incluem royalties cobrados dos franqueados.

Adicionalmente, a Diretoria analisa o negócio geograficamente, consolidando seus resultados em Brasil, México e demais países da América Latina (Colômbia e Peru).

A tabela abaixo identifica as receitas operacionais líquidas auferidas pela Companhia e suas subsidiárias (incluindo entidades sob controle compartilhado) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

Geografia	Marca	31/12/ 2016	AV (%) Total antes da elimin.	31/12/ 2015	AV (%) Total antes da elimin.	31/12/ 2014	AV (%) Total antes da elimin.	AH (%) 2016/ 2015	AH (%) 2015/ 2014
Brasil	Smart Fit	526.711	66%	422.909	64%	302.431	65%	25%	40%
	Bio Ritmo	102.110	13%	104.819	16%	98.457	21%	-3%	6%
	Outras	12.375	2%	7.972	1%	7.351	2%	55%	8%
<b>Total Brasil</b>		<b>641.196</b>	<b>80%</b>	<b>535.700</b>	<b>81%</b>	<b>408.239</b>	<b>88%</b>	<b>20%</b>	<b>31%</b>
México	Smart Fit	152.436	19%	125.210	19%	54.939	12%	22%	128%
Demais Am.Latina	Smart Fit	9.192	1%	-	-	-	-	-	-
<b>Total Internacional</b>		<b>161.628</b>	<b>20%</b>	<b>125.210</b>	<b>19%</b>	<b>54.939</b>	<b>12%</b>	<b>29%</b>	<b>128%</b>
<b>Total antes da eliminação</b>		<b>802.824</b>	<b>100%</b>	<b>660.910</b>	<b>100%</b>	<b>463.178</b>	<b>100%</b>	<b>21%</b>	<b>43%</b>
<b>Eliminação</b>		<b>-161.628</b>		<b>-125.210</b>		<b>-54.939</b>		<b>29%</b>	<b>128%</b>
<b>Consolidado</b>		<b>641.196</b>		<b>535.700</b>		<b>408.239</b>		<b>20%</b>	<b>31%</b>
Total por marca	Smart Fit	688.339	86%	548.120	83%	357.370	77%	26%	53%
	Bio Ritmo	102.110	13%	104.819	16%	98.457	21%	-3%	6%
	Outras	12.375	2%	7.972	1%	7.351	2%	55%	8%
	Eliminação	-161.628		-125.210		-54.939			

A evolução das receitas segue a evolução do número de academias em operação e clientes de cada segmento e geografia, apresentado abaixo:

Número de academias:

**10.2 - Resultado operacional e financeiro**

Geografia	Marca	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2014		AH (%)	AH (%)
			AV (%) Total antes da elimin.		AV (%) Total antes da elimin.		AV (%) Total antes da elimin.	2016/ 2015	2015/ 2014
Total	Smart Fit	332	92%	252	90%	182	86%	32%	38%
	Bio Ritmo	29	8%	29	10%	29	14%	0%	0%
	Total	361	100%	281	100%	211	100%	28%	33%
Brasil - Total	Smart Fit	234	65%	195	69%	144	68%	20%	35%
	Bio Ritmo	29	8%	29	10%	29	14%	0%	0%
	Total	263	73%	224	80%	173	82%	17%	29%
Brasil - Próprias	Smart Fit	179	50%	163	58%	129	61%	10%	26%
	Bio Ritmo	25	7%	24	9%	24	11%	4%	0%
	Total	204	57%	187	67%	153	73%	9%	22%
Brasil - Franquias	Smart Fit	55	15%	32	11%	15	7%	72%	113%
	Bio Ritmo	4	1%	5	2%	5	2%	-20%	0%
	Total	59	16%	37	13%	20	9%	59%	85%
América Latina	Smart Fit	98	27%	57	20%	38	18%	72%	50%
México	Smart Fit	69	19%	51	18%	34	16%	35%	50%
Colômbia	Smart Fit	12	3%	-	-	-	-	-	-
Peru	Smart Fit	1	0%	-	-	-	-	-	-
Franquias	Smart Fit	16	4%	6	2%	4	2%	167%	50%

**Número de clientes (mil):**

Geografia	Marca	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2014		AH (%)	AH (%)
			AV (%) Total antes da elimin.		AV (%) Total antes da elimin.		AV (%) Total antes da elimin.	2016/ 2015	2015/ 2014
Total	Smart Fit	1.060	95%	808	94%	596	93%	31%	36%
	Bio Ritmo	51	5%	52	6%	47	7%	-1%	10%
	Total	1.112	100%	860	100%	643	100%	29%	34%
Brasil - Total	Smart Fit	775	70%	651	76%	497	77%	19%	31%
	Bio Ritmo	51	5%	52	6%	47	7%	-1%	10%
	Total	826	74%	703	82%	544	85%	18%	29%
Brasil - Próprias	Smart Fit	619	56%	563	65%	450	70%	10%	25%
	Bio Ritmo	45	4%	44	5%	41	6%	2%	9%
	Total	664	60%	607	71%	490	76%	9%	24%
Brasil - Franquias	Smart Fit	156	14%	88	10%	47	7%	77%	87%
	Bio Ritmo	6	1%	8	1%	7	1%	-15%	13%
	Total	162	15%	96	11%	54	8%	70%	78%
América Latina	Smart Fit	285	26%	157	18%	100	15%	82%	57%
México	Smart Fit	197	18%	133	15%	89	14%	49%	49%
Colômbia	Smart Fit	20	2%	-	-	-	-	-	-
Peru	Smart Fit	2	0%	-	-	-	-	-	-
Franquias	Smart Fit	66	6%	24	3%	10	2%	175%	134%

**ii. Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais.**

De acordo com os diretores da companhia os principais fatores que afetaram os resultados operacionais da Companhia nos últimos exercícios, de forma material, foram:



## 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- A satisfação dos clientes com o serviço prestado em nossas academias. Avaliamos diariamente através de pesquisas eletrônicas a avaliação dos clientes sobre sua última visita à academia. A gestão da satisfação envolve (i) revisão da execução de rotinas e do atendimento nas unidades; (ii) ajuste de processos e capacitação da equipe; e (iii) desenvolvimento de novos produtos.
- Cenário macroeconômico adverso do Brasil, que afetam a renda e a confiança do consumidor, e com isso reduz a demanda por nossos serviços, em particular na marca Bio Ritmo. Na marca Smart Fit, nosso excepcional custo-benefício e o valor reduzido de nossa mensalidade torna o impacto da economia brasileira bem menos relevante.
- Alta inflação, que impactou nossos principais elementos de custo: pessoal, alugueis, contas de consumo, serviços de terceiros (principalmente limpeza).

Para discussão detalhada dos resultados, vide item 10.1, letra h.

### **b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Os Diretores da Companhia afirmam que as variações na receita dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 deveram-se principalmente a:

- aumento no número de clientes, tanto pela maturação de academias em operação quanto pela abertura de novas academias.
- modificações de preços. Devido a inflação elevada durante estes períodos, a Companhia reajustou os preços de seus planos, com intuito de repassar os aumentos de custos.

### **c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

A inflação pode impactar o resultado operacional da Companhia, principalmente nos custos de mão-de-obra, onde a inflação em geral é repassada nos dissídios das categorias, e de aluguel, cujos contratos em geral são corrigidos pelo índice de inflação IGP-M. Os resultados operacionais também tiveram impacto relevante do aumento das tarifas de energia elétrica nestes anos.

O aumento da taxa de juros tem impacto direto nos resultados financeiros da Companhia, pois possuímos dívida líquida relevante, e grande parte de nossas dívidas estão atreladas a taxa CDI.

### 10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

#### a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Em 2016, iniciamos nossa operação na Colômbia e no Peru, com a marca Smart Fit. Estes países compõem o segmento geográfico "Outros América Latina".

#### b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

##### *Reestruturação Societária*

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a holding do Grupo era a Inssigny Holdings S.A. ("Inssigny"). A Inssigny detinha 100% de participação em uma segunda holding, a Smartbio Academia de Ginástica e Dança S.A. ("Smartbio"). A Smartbio era a controladora das demais academias do Grupo, incluindo a Companhia. A Companhia, neste momento, era operadora de um grupo de academias, mas não detinha participação acionária em nenhuma outra companhia do Grupo.

Em 2 de janeiro de 2015, foi aprovada uma reestruturação para simplificar a estrutura societária das empresas pertencentes ao Grupo, com a consolidação das atividades operacionais e otimização da sua estrutura. A reestruturação consistiu em (i) incorporação reversa das holdings Inssigny e Smartbio pela Companhia; e (ii) a transformação da natureza jurídica da Companhia de sociedade empresária limitada em sociedade por ações de capital fechado.

Nessa data, em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") foi aprovada a incorporação reversa, pela Companhia, de sua controladora direta Smartbio, mediante a incorporação do acervo líquido da Smartbio, líquido dos investimentos detidos na Companhia, de R\$90.367 mil, sendo: R\$96 mil destinados ao capital social, R\$86.801 mil como "Reserva de capital", R\$1.265 mil, como "Reservas de lucros" e R\$2.205 como "Outros resultados abrangentes".

Considerando que a Smartbio era controlada integral da Inssigny, as ações emitidas pela Companhia foram integralmente atribuídas à Inssigny, em substituição às ações anteriormente detidas no capital social da Smartbio, que foram canceladas em virtude da incorporação.

Em momento posterior à incorporação da Smartbio e ainda na mesma data, os acionistas da Companhia deliberaram e aprovaram em AGE a incorporação reversa, pela Companhia, da sua então controladora direta Inssigny, mediante a incorporação do acervo líquido da Inssigny, líquido dos investimentos detidos na Companhia, de R\$41.946 mil, sendo: R\$41.049 mil destinados ao capital social e R\$897 como "Reserva de capital".

Após as incorporações, o total de 241.836.492 ações ordinárias da Companhia foi atribuído aos acionistas da Inssigny, na proporção de suas respectivas participações. Em continuação, foram deliberadas pelos acionistas: (i) aprovação do grupamento das ações ordinárias, na proporção de 19,741743168 para cada ação ordinária existente, resultante em 12.250.007 ações ordinárias; e (ii) a transformação de parte das ações ordinárias em ações preferenciais classes A, B, C e D (em conjunto, a "Reestruturação Societária").

Em função dessa reestruturação societária, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 não possuem base de comparabilidade com as de 31 de dezembro de 2014, uma vez que naquela data a Companhia não possuía controladas. Para fins de comparabilidade, são apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 as demonstrações financeiras consolidadas da Inssigny, pois: (i) os ativos, passivos e patrimônio líquido consolidados da Inssigny em 31 de dezembro de 2014 foram totalmente incorporados pela Companhia em 2 de janeiro de 2015, decorrente da reestruturação societária; (ii) todas as operações do Grupo, que até 31 de dezembro de 2014 eram controladas pela Inssigny, foram totalmente incorporadas pela Companhia em 2 de janeiro de 2015, decorrente da reestruturação societária, e (iii) o controle e administração das empresas eram comum. Dessa forma, a operação consolidada da Companhia a partir de 2 de janeiro de 2015 é comparável, em todos aspectos materiais, à operação

### 10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

consolidada da Inssigny até 31 de dezembro de 2014. Dessa foram, a Administração entende que a apresentação dessas demonstrações financeiras combinadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, denominadas como consolidadas, permitem aos usuários uma melhor análise de suas operações históricas.

Em seu relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, os auditores independentes informam que em função da reestruturação societária em que as controladoras direta e indireta foram incorporadas pela Companhia em 2 de janeiro de 2015, a Companhia está apresentando as demonstrações financeiras combinadas, denominadas como consolidadas, como informação suplementar no conjunto das demonstrações financeiras. Os auditores independentes informam, ainda, que essa informação suplementar é comparável, em todos os aspectos, com as demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

#### *Smart Fit Colômbia*

Em 21 de dezembro de 2015, a Companhia concluiu um acordo de investimento para subscrição de 50% das ações da Latamfit, S.L. ("Latamfit"), localizada na Espanha e holding da operação de academias de ginástica na Colômbia. A Latamfit detém 100% de participação na Sporty City S.A.S, que é a sociedade responsável pela operação da marca Smart Fit neste país.

A operação é gerida por meio de controle compartilhado e, conforme condições contratuais, a Companhia tinha obrigação de fazer um aporte de US\$15,0 milhões em um período não superior a 18 meses da data de assinatura, e seu sócio na Latamfit fez um aporte de US\$2,0 milhões até o closing do acordo de investimento. O controle compartilhado da operação foi obtido em janeiro de 2016, após satisfeitas as condições precedentes, e o aporte de US\$15,0 milhões da Companhia foi concluído em março de 2017.

#### *Smart Fit Peru*

A Companhia constituiu em 30 de setembro de 2015 a Smartfit Peru S.A.C. com capital social de 1 novo soles peruanos (R\$1), na qual detém 90% de participação. Esta subsidiária responsável pela nossa operação com a marca Smart Fit no Peru.

#### *Cisão parcial – Smartbio*

Em 30 de abril de 2014, os sócios aprovaram a cisão parcial da Companhia, com versão da parcela cindida ao patrimônio líquido de sua controladora Smartbio, mediante o cancelamento de 15.977.305 cotas, relacionada com a operação de dez filiais localizadas no Estado de São Paulo, com todos os elementos de ativos e passivos.

A Reestruturação Societária e as demais operações acima mencionadas ("Operações") não tiveram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

#### **c. Eventos ou operações não usuais**

Exceto pelas Operações acima mencionadas, não houve evento ou operação não usual não refletida ou que venha ter impactos nas nossas demonstrações financeiras.

## **10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor**

### **a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Não houve mudanças significativas em nossas práticas contábeis ou políticas para os exercícios sociais encerrados em dezembro de 2016, 2015 e 2014.

### **b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, não houve alteração nas práticas contábeis adotadas pela Companhia.

### **c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

As Demonstrações Financeiras da Companhia foram reapresentadas de maneira tricolunada (2014, 2015 e 2016), com a apresentação para 2014, como informações suplementares, das demonstrações financeiras combinadas, denominadas como consolidadas, da Inssigny Holdings S.A.. A Companhia acredita que este formato facilita a comparação entre os períodos, uma vez que em 02 de janeiro de 2015, a Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A. incorporou e sucedeu a Inssigny Holdings S.A., e, portanto, tornou-se a holding de seu grupo econômico, por meio da reestruturação societária discutida no item 10.3.b..

No relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016, foi feita ênfase devido à (i) sua reapresentação em decorrência de reclassificações e ajustes. Os ajustes alteraram as demonstrações financeiras da controladora para 2014, e as demonstrações financeiras da controladora e consolidadas para 2015 e 2016. Os ajustes decorrem substancialmente de reclassificação para melhor apresentação das demonstrações, e ajuste da equivalência patrimonial na controlada em conjunto Latamgym, devido à reapresentação de suas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, dentro do tópico "Outros Assuntos, os auditores fazem comentário no seu parecer sobre (ii) comparabilidade das informações suplementares da Inssigny Holdings apresentadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Na opinião dos auditores, a operação consolidada da Companhia a partir de 2 de janeiro de 2015 é comparável, em todos aspectos relevantes, à operação consolidada da Inssigny até 31 de dezembro de 2014.

Os relatórios acima referidos não contêm ressalvas e nem opinião adversa.

A administração possui os seguintes comentários em relação a ênfase e comentários presentes no parecer do auditor referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016: (i) em relação a ênfase sobre as reapresentações das demonstrações financeiras, estas reapresentações fazem com que as demonstrações financeiras retratem de maneira mais precisa a posição patrimonial e financeira consolidada da Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A. em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016; e (ii) em relação às informações suplementares apresentadas para 2014, acreditamos que a apresentação das demonstrações financeiras combinadas, denominadas como consolidadas, da Inssigny Holdings S.A. como informação suplementar no conjunto das demonstrações financeiras, permite melhor entendimento sobre a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, e sua comparação com as demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, conforme apresentado na Seção 10.1.

## 10.5 - Políticas contábeis críticas

As políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia estão descritas abaixo.

### a. Diferimento de receita

O reconhecimento da receita das taxas de manutenção anual dos contratos com os clientes é diferido pelo prazo de 12 meses a partir do início de vigência do contrato, por ser esta a periodicidade em que esta taxa é cobrada.

### b. Classificação de instrumento patrimonial

Os acionistas detentores de ações preferenciais classes AC, AE, AF, AG, C, E, F e G tem o direito de exigir em determinadas condições o desdobramento de suas ações ("Direito de Diluição"). Caso os acionistas exerçam seu Direito de Diluição, a Companhia possui a opção de resgatar tais ações ao valor original corrigido pela inflação. Na avaliação da administração da Companhia, e de acordo com as políticas contábeis adotadas pela Companhia, estas ações preferenciais são instrumentos patrimoniais, registrados no Patrimônio Líquido, pois a opção de resgate é da Companhia, na hipótese da ocorrência de um fato que pode ou não acontecer, qual seja, um pedido de desdobramento destas ações por parte de seus titulares.

As ações preferenciais classe B e AB foram classificadas como passivos, de acordo com a avaliação dos Diretores e das políticas contábeis adotadas pela Companhia. Estas ações possuem direito de resgate, em determinadas condições, por opção dos acionistas, pelo valor original corrigido por inflação. Na avaliação dos Diretores, e de acordo com as políticas contábeis adotadas pela Companhia, estas ações preferenciais são instrumentos de dívida, registrados no Passivo Não Circulante, pois a opção de resgate é do acionista.

### c. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Administração da Companhia não espera impactos significativos dessas novas normas nas demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9, IFRS 15 e IFRS 16, que podem modificar a classificação dos instrumentos financeiros, o reconhecimento de receitas de contratos e a classificação e mensuração dos arrendamentos operacionais, respectivamente.

## 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

**a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

**i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas possuíam 273 contratos de locação de imóveis das suas academias e do escritório, firmados com terceiros que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional, de acordo com as normas contábeis e com a análise da Administração.

Os contratos de locação têm prazos de validade de cinco a dez anos, sujeitos à renovação. Em geral, o aluguel possui um valor fixo atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação. Em alguns casos, os contratos também possuem um valor de aluguel incidente sobre as vendas.

**ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Item não aplicável, visto que, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não realiza esse tipo de transação.

**iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Item não aplicável, tendo em vista que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados em nossas demonstrações contábeis.

**iv. Contratos de construção não terminada**

A Companhia tinha, em 31 de dezembro de 2016, 2 contratos de empreitada total e 24 contratos de empreitada parcial vigentes, para a reforma de 10 imóveis para instalação de novas academias.

**v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Item não aplicável, tendo em vista que não realizamos este tipo de transação até a data deste Formulário de Referência.

**b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Item não aplicável, tendo em vista que não há outros itens não evidenciados em nossas demonstrações financeiras.

**10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras****a. Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

O valor de aluguel, conforme definido nos contratos de locação de imóveis, é contabilizado mensalmente como custo dos serviços prestados. Não há outros impactos de tais contratos nas demonstrações financeiras.

**b. Natureza e o propósito da operação**

Os contratos de locação de imóveis, classificados como arrendamento mercantil operacional, tem como propósito permitir o uso do imóvel pela Companhia e suas subsidiárias para instalação e operação de academias.

**c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Os pagamentos mínimos futuros dos contratos de locação firmados são:

(em milhares de reais)	Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
<u>Vencimento</u>			
Menos de 1 ano	106.309	85.868	62.763
De 1 a 5 anos	393.989	312.219	182.055
Mais de 5 anos	<u>120.898</u>	<u>104.206</u>	<u>86.474</u>
Total	<u>621.196</u>	<u>502.293</u>	<u>331.292</u>

Em grande parte dos imóveis, a Companhia tem o direito de rescindir o contrato de locação com pagamento de multa de 3 aluguéis. Em alguns imóveis, principalmente quando o locador fez benfeitorias específicas para a Companhia ou financiou a execução de benfeitorias, a Companhia possui obrigação de indenizar o proprietário caso não haja permanência mínima no imóvel.

## 10.8 - Plano de Negócios

### a. Investimentos, incluindo:

#### i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia tem como estratégia o crescimento acelerado através da abertura de novas academias, no Brasil e na América Latina.

	Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Adições do ativo imobilizado	(112.373)	(201.346)	(223.446)
Aumento de capital em controlada e controlada em conjunto	(36.245)	(25.343)	(18.837)

O caixa utilizado para adições aos ativos imobilizados foi utilizado para (i) abertura de 17, 34 e 48 academias próprias em 2016, 2015 e 2014 respectivamente, mais abertura de 1 academia no Peru em 2016 (ano em que começamos a operação neste país); e (ii) para manutenção das academias existentes.

O aumento de capital em controladas em conjunto foi para aportes nas subsidiárias do México e Colômbia, para permitir abertura de academias nos respectivos países. No México abrimos 18, 17 e 19 academias em 2016, 2015 e 2014 respectivamente, e na Colômbia abrimos 12 academias em 2016, ano em que começamos a operação neste país.

O plano da Companhia para os próximos anos é continuar com o crescimento através da abertura de novas academias na América Latina, de maneira consistente com o que fizemos nos últimos anos.

#### ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos da companhia serão financiados por meio da geração de caixa da própria Companhia, com empréstimos, financiamentos e emissão de valores mobiliários.

#### iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não está em andamento ou prevista a realização de quaisquer desinvestimento relevante.

### b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

A aquisição da Latamfit, holding da nossa operação na Colômbia, já comentada neste formulário, permitiu o crescimento acelerado neste país. Até esta aquisição não tínhamos presença na Colômbia.

### c. Novos produtos e serviços, indicando:

#### i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Item não aplicável, uma vez que não possuímos pesquisas em andamento já divulgadas.

#### ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Item não aplicável, uma vez que não possuímos investimentos para desenvolvimento de novos produtos ou serviços registrados como ativo.

#### iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Item não aplicável, uma vez que não possuímos projetos em desenvolvimento já divulgados.



## 10.8 - Plano de Negócios

### **iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Item não aplicável, uma vez que não possuímos pesquisas de novos produtos e serviços.

## **10.9 - Outros fatores com influência relevante**

A Companhia abordou todos os fatores com influência relevante nos itens anteriores.

## **11.1 - Projeções divulgadas e premissas**

Nos termos do artigo 20 a Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

## **11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas**

Nos termos do artigo 20 a Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

### **(a) atribuições de cada órgão e comitê, identificando se possuem regimento interno próprio**

A estrutura administrativa da Companhia é constituída por (i) Conselho de Administração, (ii) Diretoria e (iii) Conselho Fiscal, os quais possuem as atribuições indicadas abaixo.

#### **Conselho de Administração**

O Conselho de Administração da Companhia é composto por 6 (seis) membros eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, para um mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição, e por ela destituíveis a qualquer tempo.

As reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por qualquer de seus membros e deverão ocorrer ordinariamente uma vez a cada 2 (dois) meses, ou extraordinariamente sempre que necessário, e serão convocadas com 5 (cinco) dias úteis de antecedência, por meio de comunicação escrita enviada aos Conselheiros, aceitando-se e-mail com confirmação de recebimento, com indicação das matérias a serem discutidas, acompanhadas dos documentos a elas pertinentes, quando for o caso. As deliberações nas reuniões do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto favorável de no mínimo 5 (cinco) membros do Conselho de Administração.

Além das matérias previstas em lei, o Conselho de Administração da Companhia possui as seguintes atribuições:

- (a) aprovação para celebração de contratos de qualquer natureza que, individualmente impliquem obrigações para a Companhia no valor igual ou superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) por ano ou, quaisquer contratos, cuja soma implique obrigações para a Companhia em montante superior a R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) por ano, exceto se previstos no orçamento anual da Companhia e de suas subsidiárias, conforme for o caso;
- (b) investimentos ou despesas anuais de qualquer natureza, que não estejam previstos no orçamento anual da Companhia, em projetos que excedam, de forma individual ou agregada, o montante de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) no mesmo exercício social;
- (c) aquisição de participação societária ou outro tipo de investimento em outras sociedades, bem como a autorização para qualquer tipo de associação ou celebração de acordos de acionistas ou de voto envolvendo a Companhia;
- (d) contratação de empréstimos ou financiamentos pela Companhia em montante, individual ou agregado, superior a: (i) R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) dentro do prazo de 12 (doze) meses; ou (ii) 15% do EBITDA dos últimos 12 (doze) meses, o que for maior, exceto se previsto no orçamento anual da Companhia;
- (e) qualquer constituição de quaisquer ônus ou gravames de qualquer natureza, incluindo direito real de garantia, alienação fiduciária em garantia, hipoteca, restrição, servidão,

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

encargo, penhor, usufruto, opções, acordos de voto e quaisquer outros direitos, restrições ou reivindicações de qualquer natureza, judicial ou extrajudicial, por mais privilegiado ou especial que seja, sobre ativos da própria Companhia, ou prestação de aval, fiança ou outra modalidade de garantia para garantir obrigações de terceiros que não sejam suas Subsidiárias, observado os limites previstos no item "d" acima;

- (f) qualquer alienação ou aquisição de ações ou quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, ou de ações ou quotas de suas subsidiárias;
- (g) alienação, oneração, locação de bens ou direitos da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias, que dentro do mesmo exercício social representem valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais);
- (h) alienação, oneração ou transferência de propriedade intelectual ou software da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias;
- (i) constituição de novas subsidiárias, por ou com participação da Companhia, salvo Sociedades de Propósito Específico – SPE ou empreendimentos cuja criação esteja prevista no orçamento anual da Companhia;
- (j) alteração do número de membros da Diretoria da Companhia e a determinação e/ou alteração das funções dos Diretores sem designação específica, em ambos os casos respeitado o disposto no Estatuto Social;
- (k) eleição ou destituição dos membros da Diretoria da Companhia;
- (l) participação da Companhia ou de suas subsidiárias em grupo de sociedades;
- (m) deliberação envolvendo a abertura de capital pela Companhia, bem como programa de recompra de ações de emissão da Companhia;
- (n) cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias ou saída do segmento de governança corporativa do Bovespa Mais – Nível 2 da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, quando for o caso, e todos os procedimentos decorrentes de tal cancelamento;
- (o) a proposta a ser apresentada à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, para a fixação da remuneração e das políticas de benefícios de todo e qualquer administrador da Companhia ou de suas subsidiárias, incluindo os membros de qualquer órgão consultivo ou técnico criado na forma do disposto no artigo 160 da Lei das Sociedades por Ações ou pelo Estatuto Social e membros do Conselho Fiscal da Companhia e de suas subsidiárias;
- (p) celebração de qualquer contrato envolvendo, de um lado, a Companhia ou qualquer de suas subsidiárias, e de outro, qualquer um de seus acionistas ou suas afiliadas (partes relacionadas);

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- (q) aprovação do orçamento anual da Companhia e de suas subsidiárias, que contemplará o planejamento comercial e operacional da Companhia. Caso em determinado exercício não seja aprovado o orçamento anual da Companhia proposto pelo Diretor Presidente, serão observadas as disposições do acordo de acionistas na sede da Companhia.
- (r) aprovação de plano quinquenal de negócios da Companhia e de suas subsidiárias e suas respectivas revisões;
- (s) aprovação de planos de outorga de opção de compra de ações a administradores da Companhia ou de suas subsidiárias;
- (t) contratação e/ou demissão de qualquer funcionário da Companhia e/ou de suas subsidiárias cuja remuneração bruta anual sem encargos seja superior ao valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais);
- (u) definição e alteração de plano de bônus e demais benefícios, que tenham ou não natureza de salário, para os funcionários da Companhia desde que não esteja prevista no orçamento anual da Companhia;
- (v) submeter proposta de alteração das funções de seus Diretores estatutários, e/ou a criação de novas diretorias estatutárias da Companhia para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas;
- (w) o exercício dos direitos de voto da Companhia com relação às matérias listadas acima nas Assembleias Gerais de Acionistas e/ou reuniões de sócios ou alterações de contrato social de qualquer sociedade, associação ou outro empreendimento nos quais a Companhia seja acionista ou sócia; e
- (x) definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de oferta pública de ações para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do BOVESPA MAIS – NÍVEL 2.

O Conselho de Administração não possui regimento interno.

### Diretoria

A Diretoria é composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 4 (quatro] Diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração, para um mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição, e por ele destituíveis a qualquer tempo, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores e 1 (um) Diretor sem designação específica. Um Diretor poderá acumular mais de uma função, desde que observado o número mínimo de Diretores previsto na Lei de Sociedades por Ações.

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião, ou dos que tenham manifestado seu voto na forma do Estatuto Social, e desde que obtidos os votos favoráveis do Diretor Presidente e do Diretor Financeiro.

A Diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo deliberar sobre a prática de todos os atos e operações relacionados com o objeto social da Companhia que não forem de competência privativa da Assembleia Geral de Acionistas ou do Conselho de Administração da Companhia. Compete à Diretoria, além de outras atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia ou na legislação:

- (a) cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- (b) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;
- (c) requerer a convocação de reuniões do Conselho de Administração quando tiverem matérias a propor para deliberação;
- (d) elaborar e propor, ao Conselho de Administração, os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento;
- (e) deliberar sobre abertura, transferência e encerramento de filiais, agências, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior; e
- (f) exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

A Diretoria não possui regimento interno.

### **Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos Acionistas, nos termos da legislação aplicável. O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, os quais terão mandato até a Assembleia Geral Ordinária seguinte à sua eleição.

Competem ao Conselho Fiscal as seguintes atribuições:

- (a) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;



## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- (b) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia-geral;
- (c) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia-geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;
- (d) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à assembleia-geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia;
- (e) convocar a assembleia-geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias;
- (f) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia;
- (g) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;
- (h) exercer essas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam.

O Conselho Fiscal não possui regimento interno.

### **(b) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui Conselho Fiscal ou comitês instalados.

### **(c) mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê e de seus membros**

A Companhia não possui mecanismos de avaliação formal de desempenho de cada órgão da administração e seus membros.

### **(d) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais**

Diretor Presidente:

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Compete ao Diretor Presidente, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração: (i) coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia; (ii) zelar pelo cumprimento de todos os membros da Diretoria das diretrizes estabelecidas pela Assembleia Geral e Conselho de Administração; e (iii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria.

### Diretor Financeiro:

Compete ao Diretor Financeiro, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração: (i) organizar e supervisionar as atividades administrativas das áreas de finanças da Companhia; (ii) coordenar o controle e movimentação financeira da Companhia, zelando pela saúde econômica e financeira; e (iii) gerenciar o orçamento, controlar despesas, implantar controles e reportar o desempenho financeiro da Companhia.

### Diretor de Relações com Investidores:

Compete ao Diretor de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com investidores, bem como representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a CVM, a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), o Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no Exterior; (ii) prestar informações ao público investidor, à CVM e B3, às demais Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, a agências de rating quando aplicável e aos demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e (iii) manter atualizado os registros da Companhia perante à CVM e à B3.

### Diretor sem designação específica:

O Diretor sem designação específica terá as funções que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração, por ocasião de sua eleição, ressalvada a competência do Diretor Presidente fixar-lhe outras atribuições não conflitantes.

## 12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

### (a) Prazos de convocação

A Companhia não adota prática diferenciada quanto aos prazos de convocação em relação ao previsto na legislação societária. A primeira convocação deve ser feita com, no mínimo, 15 dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral, contado tal prazo da publicação do primeiro anúncio de convocação, do qual constará local, data e hora da assembleia e a respectiva ordem do dia. Caso a assembleia geral não se realize após a primeira convocação, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de oito dias, conforme o estatuto social da Companhia e o Artigo 124, §1º, inciso II, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

### (b) Competências

Além das matérias previstas em lei, são de competência exclusiva da Assembleia Geral de Acionistas as seguintes:

- (a) aumento ou redução de capital da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias ou a emissão de todo e qualquer valor mobiliário, ou título conversível em valor mobiliário, pela Companhia e fixação do respectivo preço de emissão;
- (b) realização de permuta de ações ou dação em pagamento mediante a utilização de ações de emissão da Companhia;
- (c) quaisquer operações envolvendo fusão, cisão, incorporação e incorporação de ações em que a Companhia seja parte, bem como a decisão de se proceder à transformação ou qualquer outra forma de reestruturação societária envolvendo a Companhia, ou a decisão de suspender qualquer desses processos;
- (d) alteração do número de membros que compõem o Conselho de Administração da Companhia;
- (e) eleição ou destituição dos membros do Conselho de Administração da Companhia;
- (f) a alteração de qualquer dispositivo do Estatuto Social;
- (g) requerimento, pela Companhia, de processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência, assim como a liquidação, dissolução ou extinção da Companhia, e ainda a decisão de suspender qualquer desses processos;
- (h) adoção de deliberação acerca de qualquer matéria que, em decorrência de previsão legal ou do Estatuto Social, quando for o caso, outorgue ao acionista respectivo o direito de retirar-se da Companhia, mediante reembolso de suas ações;
- (i) a distribuição de dividendos, inclusive intermediários, observadas as disposições legais aplicáveis à espécie;
- (j) escolha ou substituição dos auditores independentes da Companhia que não sejam uma das seguintes: KPMG, E&Y, PwC ou Deloitte;

## 12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

- (k) realização de qualquer transação com pessoa que, a respeito da Companhia, suas controladas e/ou quaisquer dos acionistas, seja, direta ou indiretamente, afiliada, controlada, acionista, conselheiro, administrador, diretor, filho(a), enteado(a), neto(a), pai(mãe), padrasto(a), avós, cônjuge, joint venture na qual a Companhia, os acionistas ou afiliadas invistam, que represente uma obrigação para a Companhia cujo valor apurado em um período de 12 (doze) meses, em uma operação individual ou em uma série de operações relacionadas, seja superior ao equivalente a 1% (um por cento) do faturamento bruto da Companhia apurado no fim do exercício social imediatamente anterior;
- (l) criação de planos de opção de compra de ações para a administração ou para os empregados da Companhia que contemplem a emissão de ações representando mais de 5% (cinco por cento) do total de ações emitidas da Companhia;
- (m) realização de resgate de ações de emissão da Companhia; e
- (n) o exercício dos direitos de voto da Companhia com relação às matérias listadas no Artigo 8º do Estatuto Social, nas assembleias gerais de acionistas, reuniões de sócios ou alterações de contrato social de qualquer sociedade, associação ou outro empreendimento nos quais a Companhia seja acionista ou sócia.

### **(c) Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise**

Os documentos referentes às assembleias podem ser encontrados no seguinte endereço eletrônico: [www.smartfit.com.br/ri](http://www.smartfit.com.br/ri).

Alternativamente, os documentos podem ser encontrados em nossa sede social na Avenida Paulista, nº 1.294, 2º andar, Bela Vista, CEP 01310-100, em São Paulo, no Estado de São Paulo.

### **(d) Identificação e administração de conflitos de interesses**

Observado o disposto no item 16.1 deste Formulário de Referência, a Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse nas assembleias gerais, aplicando-se à hipótese as regras constantes na Lei das Sociedades Anônimas e no regulamento de listagem no Bovespa Mais – Nível 2.

### **(e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto**

A Companhia não possui regra determinada a respeito de outorga de procuração para o exercício de voto, cabendo, na respectiva convocação da assembleia, a instrução específica sobre esse tema. Por esta razão, observamos o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações e na Instrução CVM n. 481, de 17 de dezembro de 2009.

### **(f) Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma,**

## 12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

### **notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico**

A qualidade de acionista deve ser comprovada mediante exibição de documentos hábeis previstos na lei. Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de um ano e que, também, seja acionista da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos. O Estatuto Social da Companhia não prevê nenhuma formalidade para aceitação de procurações outorgadas por acionistas.

Atualmente, não são admitidas procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

A Companhia não possui nenhuma outra regra, política ou prática para a aceitação de procurações de acionistas, além do disposto na legislação aplicável.

### **(g) Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização**

A Companhia não possui regras, políticas ou práticas relativas ao recebimento de voto a distância dos acionistas sobre as pautas das Assembleias, tendo em vista que, a CVM editou Instrução CVM nº 570, de 17 de novembro de 2015 ("Instrução CVM 570"), que tornou facultativa, no exercício social de 2016 e 2017, a aplicação da Instrução CVM nº 561, de 07 de abril de 2015 ("Instrução CVM 561") relativa à participação e votação a distância em assembleias

Portanto, para o exercício social de 2016 e 2017, a Companhia optou pela não adoção do procedimento de voto a distância nos termos do normativo acima mencionado. Desse modo, a Instrução CVM 561 deverá ser obrigatoriamente observada pela Companhia somente a partir de 1º de janeiro de 2018

### **(h) Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância**

A CVM editou Instrução CVM 570, que tornou facultativa, no exercício social de 2016 e 2017, a aplicação da Instrução CVM 561, relativa à participação e votação a distância em assembleias. Para o exercício social de 2016 e 2017, a Companhia optou pela não adoção do procedimento de voto a distância nos termos do normativo acima mencionado. Desse modo, a Instrução CVM 561 deverá ser obrigatoriamente observada pela Companhia somente a partir de 1º de janeiro de 2018.

### **(i) Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância**

A Companhia não possui regras, políticas ou práticas relativas a mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas.

### **(j) Se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias**

## **12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais**

A Companhia não dispõe de fóruns e páginas na internet destinados a receber comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

### **(k) Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância**

Não há.

## **12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração**

### **(a) Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias**

As reuniões do Conselho de Administração da Companhia serão realizadas, em caráter ordinário, uma vez a cada 2 (dois) meses, ou extraordinariamente sempre que necessário.

A convocação das reuniões será realizada mediante comunicação escrita enviada aos Conselheiros, aceitando-se e-mail com confirmação de recebimento, com indicação das matérias a serem discutidas, acompanhadas dos documentos a elas pertinentes, quando for o caso.

As reuniões do Conselho de Administração poderão validamente instalar-se com a presença de no mínimo 5 (cinco) dos seus membros e serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por qualquer dos seus membros, que será eleito pela maioria dos Conselheiros presentes. Será considerado presente à reunião o Conselheiro que possa dela participar à distância, através de meio de comunicação adequado, incluindo, mas a tanto não se limitando, por meio de áudio ou vídeo-conferência, tudo sem qualquer prejuízo à validade das decisões tomadas, manifestando seu voto. Referido Conselheiro deverá, em até 3 (três) dias úteis subsequentes à realização da reunião, confirmar o voto emitido através de carta registrada, fac-símile, telegrama, e-mail com confirmação de recebimento ou qualquer outro meio que evidencie o recebimento do voto pela Companhia, comunicações estas que deverão ser endereçadas ao Presidente do Conselho de Administração.

No último exercício social, o Conselho de Administração reuniu-se 20 vezes, sendo 14 reuniões extraordinárias e 6 reuniões ordinárias.

### **(b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho**

Todas e quaisquer matérias de competência do Conselho de Administração da Companhia somente poderão ser aprovadas com o voto favorável de ao menos 5 (cinco) dos membros do Conselho de Administração. A orientação do voto da Companhia em relação a todas as matérias sujeitas a aprovação dos Sócios, do Conselho de Administração ou da Diretoria, quando aplicável, das Subsidiárias deverá ser aprovada pelas partes na forma estabelecida no Acordo de Acionistas entre os controladores da Companhia como se fossem deliberações da própria Companhia e os representantes da Companhia somente poderão exercer seus direitos de voto nas Assembleias Gerais, ou Reuniões de Sócios ou da Diretoria das Subsidiárias após a aprovação prévia da matéria pelas Partes no âmbito da Companhia, de acordo com os termos e condições previstas no respectivo Acordo de Acionistas. Para informações sobre os Acordos de Acionistas da Companhia, vide item 15.5 deste Formulário de Referência.

### **(c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses**

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificação e administração de conflitos de interesses, aplicando à hipótese as regras constantes na legislação brasileira, a qual considera suficiente para a atual situação da Companhia. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderá ser eleito como administrador, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que tiver interesse conflitante com a Companhia. A Lei das Sociedades por Ações proíbe o administrador de intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu

### **12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração**

impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e extensão do seu interesse.



## **12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração**

## **12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem**

Nos termos do seu Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do BOVESPA MAIS – NÍVEL 2, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções, e do Contrato de Participação no BOVESPA MAIS – NÍVEL 2.

**12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal**

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
André Macedo Pezeta 306.883.178-47 Não Aplicável	06/02/1983 Engenheiro	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor sem Designação Específica	30/04/2018 30/04/2018	Até AGO de 2019 Sim	3 0.00%
AFONSO SUGIYAMA 258.296.338-09 Não aplicável	29/12/1974 Engenheiro	Pertence apenas à Diretoria 12 - Diretor de Relações com Investidores	30/04/2018 30/04/2018	Até AGO de 2019 Sim	6 0.00%
Diogo Ferraz de Andrade Corona 212.613.988-31 Não aplicável	25/01/1988 Administrador	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2018 30/04/2018	Até AGO de 2019 Sim	6 100.00%
Ricardo Leonel Scavazza 148.090.838-02 Não Aplicável	26/12/1977 Administrador de Empresas	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2018 30/04/2018	Até AGO de 2019 Sim	6 100.00%
Soraya Teixeira Lopes Corona 025.073.718-38 Não aplicável	04/07/1967 Jornalista	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2018 30/04/2018	Até AGO de 2019 Sim	6 100.00%
Daniel Rizardi Sorrentino 220.617.998-92 Não aplicável	02/10/1980 Administrador de Empresas	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	03/04/2017 03/04/2017	Até AGO de 2018 Sim	6 100.00%
Thiago Lima Borges 805.112.605-04 Diretor Financeiro e Conselheiro de Administração	19/01/1981 Administrador	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração 39 - Outros Conselheiros / Diretores Não aplicável	30/04/2018 30/04/2018	Até AGO de 2019 Sim	1 100.00%
Edgard Gomes Corona 000.846.408-12 Não Aplicável	23/10/1956 Engenheiro Químico	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração 30 - Presidente do C.A. e Diretor Presidente	30/04/2018 30/04/2018	Até AGO de 2019 Sim	6 100.00%

André Macedo Pezeta - 306.883.178-47

André Macedo Pezeta - 306.883.178-47

O Sr. André é responsável pelas operações internacionais do grupo Bioritmo, bem como pela área de negócios internacionais e M&A. Antes disso, o Sr. André foi Diretor Presidente da Smartfit México por um ano e responsável pela área de operação por 5 anos. Antes de ingressar no grupo Bioritmo, o Sr. André foi diretor de M&A na Anhanguera Educacional, empresa no ramo de educação. O Sr André é formado em Engenharia pela Universidade de São Paulo.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

---

AFONSO SUGIYAMA - 258.296.338-09

Afonso Sugiyama - 258.296.338-09

O Sr. Afonso é Diretor de Relações com Investidores da Companhia desde agosto de 2017. Anteriormente, o Sr. Afonso foi Diretor Financeiro da Bioritmo desde 2013. Antes de entrar na Companhia, o Sr. Afonso trabalhou na Havaianas – Alpargatas, no ramo de calçados, por 7 anos, ocupando posições seniores, incluindo presidente das operações norte-americanas e desenvolvimento dos negócios internacionais. O Sr. Afonso possui MBA da Kellogg School of Management e é formado em Engenharia pela Universidade de São Paulo.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

---

Diogo Ferraz de Andrade Corona - 212.613.988-31

Diogo Ferraz de Andrade Corona - 212.613.988-31

O Sr. Diogo é responsável pelos negócios da Smartfit no Brasil desde 2014. Antes disso, o Sr. Diogo atuou como analista no Itaú Unibanco, instituição financeira. O Sr. Diogo é formado em Administração no INSPER. Atualmente, o Sr. Diogo também é diretor nas principais subsidiárias da Companhia.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

---

Ricardo Leonel Scavazza - 148.090.838-02

O Sr. Ricardo é sócio do Pátria desde 2005, principalmente responsável pelos novos investimentos em private equity e em estratégias de pipe. O Sr. Ricardo atuou como diretor presidente da Anhanguera Educacional, empresa do ramo de educação, entre 2009 e 2013.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

---

Soraya Teixeira Lopes Corona - 025.073.718-38

A Sra. Soraya integra o grupo Bioritmo desde 1998, cuja principal atividade é no ramo de fitness, tendo ocupado diversas funções sobretudo na área de gestão de construção e gestão de custos. Atualmente, a Sra. Soraya integra o conselho de administração da Companhia, posição que ocupa desde 02 de janeiro de 2015, e também é Diretora sem Designação Específica da Escola de Natação e Ginástica Bioswim Ltda.

Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

---

Daniel Rizardi Sorrentino - 220.617.998-92

Daniel Rizardi Sorrentino - 220.617.998-92

O Sr. Sorrentino é administrador de empresas formado pela FGV e sócio da Pátria desde 2009, ocupando, desde 2001, posição de responsável, principalmente, por novos esforços de negócios do grupo Pátria de Private Equity. O Sr. Sorrentino é membro do conselho de administração da Centro de Imagem e Diagnósticos S.A., do ramo de medicina diagnóstica, desde 2011, do conselho de administração da Tenco, do ramo de shopping centers. De 2005 a 2006, o Sr. Sorrentino trabalhou na Anhanguera, no ramo de educação, como analista de negócios de gerente de planejamento, e de 2003 a 2005 na Anhembi Morumbi, no ramo de educação, como analista financeiro. Anteriormente a isso, o Sr. Sorrentino trabalhou na DASA, empresa de laboratórios e diagnóstico, na área de iniciativas de M&A e na Fotóptica, empresa do ramo de óticas, como analista de negócios. O Sr. Sorrentino é parte do grupo Bio Ritmo responsável pela fiscalização do investimento do Brazilian Private Equity Fund III – FIP na Companhia. O Sr. Sorrentino, adicionalmente, faz parte do Conselho de Administração da Bio Ritmo desde 2010. O Sr. Daniel Sorrentino ocupa ainda o cargo de membro do Conselho de Administração das empresas Zatix, DanicaZipco, AC Café, BSL, Elfa Participações, Frooty, Natulab e Superfrio.

declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

---

Thiago Lima Borges - 805.112.605-04

O Sr. Thiago é Diretor Financeiro do grupo Bioritmo, e diretor financeiro/administrador das principais subsidiárias da Companhia. É graduado em administração de empresas pela Universidade Salvador – UNIFACS e obteve seu MBA na universidade de Stanford, na Califórnia, EUA. Anteriormente, o Sr. Thiago foi Diretor Vice-Presidente Corporativo, Diretor Financeiro, e DRI da Arezzo&Co por 8 anos e trabalhou na Tarpon Investimentos S.A. na cobertura dos investimentos nos setores de consumo/varejo. Antes disso, durante 5 anos, trabalhou na Braskem S.A. em diversas áreas estratégicas, onde era responsável pela controladoria de investimentos operacionais e planejamento estratégico da divisão de Vinílicos. Adicionalmente, Thiago iniciou sua carreira na Ernst & Young, assessorando clientes em diversos setores como químico, energia e bancário na consolidação das suas demonstrações financeiras.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

---

Edgard Gomes Corona - 000.846.408-12

Edgard Gomes Corona - 000.846.408-12

O Sr. Edgard é o sócio fundador do grupo Bioritmo e trabalha nas empresas do grupo, cuja principal atividade é no ramo de fitness desde 1996. Atualmente, o Sr. Edgard também é Diretor Presidente das principais subsidiárias da Companhia.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

## **12.7/8 - Composição dos comitês**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não possui até a data deste Formulário de Referência comitês instalados.

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
<b>Cargo</b>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Edgard Gomes Corona	000.846.408-12	Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A. e subsidiárias	07.594.978/0001-78	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Controlador, Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Diogo Ferraz de Andrade Corona	212.613.988-31	Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A. e subsidiárias	07.594.978/0001-78	
Controlador, Membro do Conselho de Administração				
<u>Observação</u>				
Diogo Ferraz de Andrade Corona também Diretor Sem Designação Específica de subsidiárias da emissora				
-----				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Edgard Gomes Corona	000.846.408-12	Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A. e subsidiárias	07.594.978/0001-78	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Controlador, Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Ana Carolina Ferraz de Andrade Corona	212.613.928-09	Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A. e subsidiárias	07.594.978/0001-78	
Controladora				
<u>Observação</u>				
-----				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Edgard Gomes Corona	000.846.408-12	Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A. e subsidiárias	07.594.978/0001-78	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Controlador, Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Camila F. A. Corona	212.613.978-60	Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A. e subsidiárias	07.594.978/0001-78	
Controladora				
<u>Observação</u>				

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--------------------------------------------------------	------	-----------------------------------------------------------------

**Administrador do emissor ou controlada**

Edgard Gomes Corona	000.846.408-12	Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A. e subsidiárias	07.594.978/0001-78	Marido ou Esposa (1º grau por afinidade)
Controlador, Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração				

**Pessoa relacionada**

Soraya Teixeira Lopes Corona	025.073.718-38	Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A. e subsidiárias	07.594.978/0001-78	
Membro do Conselho de Administração				

**Observação**

Soraya Teixeira Lopes Corona também é Diretora Sem Designação Específica da Escola de Natação e Ginástica Bioswim Ltda.



**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

**Exercício Social 31/12/2016****Administrador do Emissor**

Edgard Gomes Corona  
Diretor Presidente

000.846.408-12

Subordinação

Controlada Direta

**Pessoa Relacionada**

ADV Esportes e Saúde Ltda.  
Diretor Presidente

08.644.821/0001-72

**Observação****Administrador do Emissor**

AFONSO SUGIYAMA  
Diretor Financeiro

258.296.338-09

Subordinação

Controlada Direta

**Pessoa Relacionada**

ADV Esportes e Saúde Ltda.  
Diretor Financeiro

08.644.821/0001-72

**Observação****Administrador do Emissor**

Edgard Gomes Corona  
Diretor Presidente

000.846.408-12

Subordinação

Controlada Direta

**Pessoa Relacionada**

Arnaut & Arnaut Ginástica e Condicionamento Físico Ltda.  
Diretor Presidente

69.131.456/0001-97

**Observação****Administrador do Emissor**

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b> Diogo Ferraz de Andrade Corona Membro do Conselho de Administração	212.613.988-31	Subordinação	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b> Arnaut & Arnaut Ginástica e Condicionamento Físico Ltda. Diretor para Assuntos Sindicais	69.131.456/0001-97		
<b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> AFONSO SUGIYAMA Diretor Financeiro	258.296.338-09	Subordinação	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b> Arnaut & Arnaut Ginástica e Condicionamento Físico Ltda. Diretor Financeiro	69.131.456/0001-97		
<b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> Edgard Gomes Corona Diretor Presidente	000.846.408-12	Subordinação	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b> ASNSMART ACADEMIA DE GINÁSTICA LTDA. Diretor Presidente	132.666.760-00		
<b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> AFONSO SUGIYAMA Diretor Financeiro	258.296.338-09	Subordinação	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b>			

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
ASNSMART ACADEMIA DE GINÁSTICA LTDA. Diretor Financeiro	13.266.676/0001-73		
<b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Edgard Gomes Corona Diretor Presidente	000.846.408-12	Subordinação	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b>			
ESCOLA DE GINÁSTICA E DANÇA BIO PLAZA LTDA. Administrador	05.636.746/0001-00		
<b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b>			
AFONSO SUGIYAMA Diretor Financeiro	258.296.338-09	Subordinação	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b>			
ESCOLA DE GINÁSTICA E DANÇA BIO PLAZA LTDA. Administrador	05.636.746/0001-00		
<b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Edgard Gomes Corona Diretor Presidente	000.846.408-12	Subordinação	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Biosanta Academia Ltda. Diretor Presidente	10.272.640/0001-04		
<b>Observação</b>			

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<hr/>			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
AFONSO SUGIYAMA	258.296.338-09	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Biosanta Academia Ltda.	10.272.640/0001-04		
Diretor Financeiro			
<b><u>Observação</u></b>			
<hr/>			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Edgard Gomes Corona	000.846.408-12	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Escola de Ginástica e Dança Centrale Ltda.	04.251.958/0001-06		
Administrador			
<b><u>Observação</u></b>			
<hr/>			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
AFONSO SUGIYAMA	258.296.338-09	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Escola de Ginástica e Dança Centrale Ltda.	04.251.958/0001-06		
Diretor Financeiro			
<b><u>Observação</u></b>			
<hr/>			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Edgard Gomes Corona	000.846.408-12	Subordinação	Controlada Direta

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
Diretor Presidente			
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
M2 - Academia de Ginástica Ltda. - EPP	17.147.843/0001-18		
Diretor Presidente			
<b><u>Observação</u></b>			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
AFONSO SUGIYAMA	258.296.338-09	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
M2 - Academia de Ginástica Ltda. - EPP	17.147.843/0001-18		
Diretor Financeiro			
<b><u>Observação</u></b>			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Edgard Gomes Corona	000.846.408-12	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Samart Rio Academia de Ginástica Ltda.	11.135.814/0001-50		
Diretor Presidente			
<b><u>Observação</u></b>			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
AFONSO SUGIYAMA	258.296.338-09	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Samart Rio Academia de Ginástica Ltda.	11.135.814/0001-50		

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b> Diretor Financeiro <b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> Edgard Gomes Corona Diretor Presidente	000.846.408-12	Subordinação	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b> Smartnit Academia de Ginástica Ltda. Diretor Presidente <b>Observação</b>	17.811.508/0001-72		
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> AFONSO SUGIYAMA Diretor Financeiro	258.296.338-09	Subordinação	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b> Smartnit Academia de Ginástica Ltda. Diretor Financeiro <b>Observação</b>	17.811.508/0001-72		
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> Edgard Gomes Corona Diretor Presidente	000.846.408-12	Subordinação	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b> Smartrfe Escola de Ginástica e Dança Ltda. Diretor Presidente <b>Observação</b>	21.822.363/0001-82		
<hr/>			

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
AFONSO SUGIYAMA Diretor Financeiro	258.296.338-09	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Smartfe Escola de Ginástica e Dança Ltda. Diretor Financeiro	21.822.363/0001-82		
<u>Observação</u>			
-----			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Edgard Gomes Corona Diretor Presidente	000.846.408-12	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SMARTVCR ACADEMIA DE GINÁSTICA LTDA. Diretor Presidente	26.787.231/0001-80		
<u>Observação</u>			
-----			
<u>Administrador do Emissor</u>			
AFONSO SUGIYAMA Diretor Financeiro	258.296.338-09	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SMARTVCR ACADEMIA DE GINÁSTICA LTDA. Diretor Financeiro	26.787.231/0001-80		
<u>Observação</u>			
-----			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Edgard Gomes Corona Diretor Presidente	000.846.408-12	Subordinação	Controlada Direta

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ACADEMIA DE GINÁSTICA E DANÇA BIOCERRO LTDA. Diretor Presidente	09.055.081/0001-00		
<u>Observação</u>			
-----			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Diogo Ferraz de Andrade Corona Membro do Conselho de Administração	212.613.988-31	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ACADEMIA DE GINÁSTICA E DANÇA BIOCERRO LTDA. Diretor para Assuntos Sindicais	09.055.081/0001-00		
<u>Observação</u>			
-----			
<u>Administrador do Emissor</u>			
AFONSO SUGIYAMA Diretor Financeiro	258.296.338-09	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ACADEMIA DE GINÁSTICA E DANÇA BIOCERRO LTDA. Diretor Financeiro	09.055.081/0001-00		
<u>Observação</u>			
-----			
<u>Administrador do Emissor</u>			
AFONSO SUGIYAMA Diretor Financeiro	258.296.338-09	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SMARTFIT PERÚ S.A.C. Gerente Financeiro			



**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	-----------------------------------------------------------	----------------------------

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Edgard Gomes Corona  
Diretor Presidente

000.846.408-12

Subordinação

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Latamfit S.L.  
Conselheiro

ObservaçãoAdministrador do Emissor

AFONSO SUGIYAMA  
Diretor Financeiro

258.296.338-09

Subordinação

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Latamfit S.L.  
Conselheiro

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Daniel Rizzardi Sorrentino  
Membro do Conselho de Administração

Subordinação

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Servicios Deportivos Latinoamérica, S.A. de C.V.  
Vocal Subserie I

ObservaçãoAdministrador do Emissor

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

<b>Identificação</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	<b>Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada</b>	<b>Tipo de pessoa relacionada</b>
<b>Cargo/Função</b> Edgard Gomes Corona Diretor Presidente	000.846.408-12	Subordinação	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b> Servicios Deportivos Latinoamérica, S.A. de C.V. Presidente Subserie I			
<b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> André Macedo Pezeta Diretor sem designação específica	306.883.178-47	Subordinação	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b> Servicios Deportivos Latinoamérica, S.A. de C.V. Vocal Suplente Subserie I			
<b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> Diogo Ferraz de Andrade Corona Membro do Conselho de Administração	212.613.988-31	Subordinação	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b> Servicios Deportivos Latinoamérica, S.A. de C.V. Presidente Suplente Subserie I			
<b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> Daniel Rizzardi Sorrentino Membro do Conselho de Administração		Subordinação	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b>			

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
LATAMGYM, S.A.P.I. DE C.V. Vocal Subserie I <b>Observação</b>			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Edgard Gomes Corona Diretor Presidente	000.846.408-12	Subordinação	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b>			
LATAMGYM, S.A.P.I. DE C.V. Presidente Subserie I <b>Observação</b>			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
André Macedo Pezeta Diretor sem designação específica	306.883.178-47	Subordinação	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b>			
LATAMGYM, S.A.P.I. DE C.V. Vocal Suplente Subserie I <b>Observação</b>			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Diogo Ferraz de Andrade Corona Membro do Conselho de Administração	212.613.988-31	Subordinação	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b>			
LATAMGYM, S.A.P.I. DE C.V. Presidente Suplente Subserie I <b>Observação</b>			

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Ricardo Leonel Scavazza

148.090.838-02

Controle

Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Pátria Investimentos Ltda. Gestor dos Fundos Investidores

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Daniel Rizzardi Sorrentino

Controle

Controlador Indireto

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Pátria Investimentos Ltda. Gestor dos Fundos Investidores

12.461.756/0001-17

Observação**Exercício Social 31/12/2015**Administrador do Emissor

Edgard Gomes Corona

000.846.408-12

Subordinação

Controlada Direta

Diretor Presidente

Pessoa Relacionada

ADV Esportes e Saúde Ltda.

08.644.821/0001-72

Diretor Presidente

Observação

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

<b>Identificação</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	<b>Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada</b>	<b>Tipo de pessoa relacionada</b>
<b><u>Cargo/Função</u></b>			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
AFONSO SUGIYAMA Diretor Financeiro	258.296.338-09	Subordinação	Controlada Direta
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
ADV Esportes e Saúde Ltda. Diretor Financeiro	08.644.821/0001-72		
<b><u>Observação</u></b>			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Edgard Gomes Corona Diretor Presidente	000.846.408-12	Subordinação	Controlada Direta
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Arnaut & Arnaut Ginástica e Condicionamento Físico Ltda. Diretor Presidente	69.131.456/0001-97		
<b><u>Observação</u></b>			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Diogo Ferraz de Andrade Corona Membro do Conselho de Administração	212.613.988-31	Subordinação	Controlada Direta
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Arnaut & Arnaut Ginástica e Condicionamento Físico Ltda. Diretor para Assuntos Sindicais	69.131.456/0001-97		
<b><u>Observação</u></b>			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
AFONSO SUGIYAMA Diretor Financeiro	258.296.338-09	Subordinação	Controlada Direta

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Arnaut & Arnaut Ginástica e Condicionamento Físico Ltda. Diretor Financeiro	69.131.456/0001-97		
<u>Observação</u>			
-----			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Edgard Gomes Corona Diretor Presidente	000.846.408-12	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ASNSMART ACADEMIA DE GINÁSTICA LTDA. Diretor Presidente	13.266.676/0001-73		
<u>Observação</u>			
-----			
<u>Administrador do Emissor</u>			
AFONSO SUGIYAMA Diretor Financeiro	258.296.338-09	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ASNSMART ACADEMIA DE GINÁSTICA LTDA. Diretor Financeiro	13.266.676/0001-73		
<u>Observação</u>			
-----			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Edgard Gomes Corona Diretor Presidente	000.846.408-12	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ESCOLA DE GINÁSTICA E DANÇA BIO PLAZA LTDA. Administrador	05.636.746/0001-00		

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
<u>Observação</u>			
-----			
<u>Administrador do Emissor</u> AFONSO SUGIYAMA Diretor Financeiro	258.296.338-09	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> ESCOLA DE GINÁSTICA E DANÇA BIO PLAZA LTDA. Administrador	05.636.746/0001-00		
<u>Observação</u>			
-----			
<u>Administrador do Emissor</u> Edgard Gomes Corona Diretor Presidente	000.846.408-12	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Biosanta Academia Ltda. Diretor Presidente	10.272.640/0001-04		
<u>Observação</u>			
-----			
<u>Administrador do Emissor</u> AFONSO SUGIYAMA Diretor Financeiro	258.296.338-09	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Biosanta Academia Ltda. Diretor Financeiro	10.272.640/0001-04		
<u>Observação</u>			
-----			
<u>Administrador do Emissor</u>			

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

<b>Identificação</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	<b>Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada</b>	<b>Tipo de pessoa relacionada</b>
<b>Cargo/Função</b> Edgard Gomes Corona Diretor Presidente	000.846.408-12	Subordinação	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b> Escola de Ginástica e Dança Centrale Ltda. Administrador	04.251.958/0001-06		
<b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> AFONSO SUGIYAMA Diretor Financeiro	258.296.338-09	Subordinação	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b> Escola de Ginástica e Dança Centrale Ltda. Diretor Financeiro	04.251.958/0001-06		
<b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> Edgard Gomes Corona Diretor Presidente	000.846.408-12	Subordinação	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b> M2 - Academia de Ginástica Ltda. - EPP Diretor Presidente	17.147.843/0001-18		
<b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> AFONSO SUGIYAMA Diretor Financeiro	258.296.338-09	Subordinação	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b>			



**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b> M2 - Academia de Ginástica Ltda. - EPP Diretor Financeiro <b>Observação</b>	17.147.843/0001-18		
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> Edgard Gomes Corona Diretor Presidente <b>Pessoa Relacionada</b> Samart Rio Academia de Ginástica Ltda. Diretor Presidente <b>Observação</b>	000.846.408-12	Subordinação	Controlada Direta
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> AFONSO SUGIYAMA Diretor Financeiro <b>Pessoa Relacionada</b> Samart Rio Academia de Ginástica Ltda. Diretor Financeiro <b>Observação</b>	258.296.338-09	Subordinação	Controlada Direta
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> Edgard Gomes Corona Diretor Presidente <b>Pessoa Relacionada</b> Smartnit Academia de Ginástica Ltda. Diretor Presidente <b>Observação</b>	000.846.408-12	Subordinação	Controlada Direta
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> Edgard Gomes Corona Diretor Presidente <b>Pessoa Relacionada</b> Smartnit Academia de Ginástica Ltda. Diretor Presidente <b>Observação</b>	17.811.508/0001-72		

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<hr/>			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
AFONSO SUGIYAMA	258.296.338-09	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Smartnit Academia de Ginástica Ltda.	17.811.508/0001-72		
Diretor Financeiro			
<b><u>Observação</u></b>			
<hr/>			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Edgard Gomes Corona	000.846.408-12	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Smartife Escola de Ginástica e Dança Ltda.	21.822.363/0001-82		
Diretor Presidente			
<b><u>Observação</u></b>			
<hr/>			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
AFONSO SUGIYAMA	258.296.338-09	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Smartife Escola de Ginástica e Dança Ltda.	21.822.363/0001-82		
Diretor Financeiro			
<b><u>Observação</u></b>			
<hr/>			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Edgard Gomes Corona	000.846.408-12	Subordinação	Controlada Direta

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b> Diretor Presidente			
<b>Pessoa Relacionada</b> SMARTVCR ACADEMIA DE GINÁSTICA LTDA. Diretor Presidente	26.787.231/0001-80		
<b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> AFONSO SUGIYAMA Diretor Financeiro	258.296.338-09	Subordinação	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b> SMARTVCR ACADEMIA DE GINÁSTICA LTDA. Diretor Financeiro	26.787.231/0001-80		
<b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> Edgard Gomes Corona Diretor Presidente	000.846.408-12	Subordinação	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b> ACADEMIA DE GINÁSTICA E DANÇA BIOCERRO LTDA. Diretor Presidente	09.055.081/0001-00		
<b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> Diogo Ferraz de Andrade Corona Membro do Conselho de Administração	212.613.988-31	Subordinação	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b> ACADEMIA DE GINÁSTICA E DANÇA BIOCERRO LTDA.	09.055.081/0001-00		

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b> Diretor para Assuntos Sindicais <b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> AFONSO SUGIYAMA Diretor Financeiro	258.296.338-09	Subordinação	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b> ACADEMIA DE GINÁSTICA E DANÇA BIOCERRO LTDA. Diretor Financeiro <b>Observação</b>	09.055.081/0001-00		
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> AFONSO SUGIYAMA Diretor Financeiro	258.296.338-09	Subordinação	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b> SMARTFIT PERÚ S.A.C. Gerente Financeiro <b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> Edgard Gomes Corona Diretor Presidente	000.846.408-12	Subordinação	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b> Latamfit S.L. Conselheiro <b>Observação</b>			
<hr/>			

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

<b>Identificação</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	<b>Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada</b>	<b>Tipo de pessoa relacionada</b>
<b>Cargo/Função</b>			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
AFONSO SUGIYAMA Diretor Financeiro	258.296.338-09	Subordinação	Controlada Direta
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Latamfit S.L. Conselheiro			
<b><u>Observação</u></b>			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Daniel Rizzardi Sorrentino Membro do Conselho de Administração		Subordinação	Controlada Direta
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Servicios Deportivos Latinoamérica, S.A. de C.V. Vocal Subserie I			
<b><u>Observação</u></b>			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Edgard Gomes Corona Diretor Presidente	000.846.408-12	Subordinação	Controlada Direta
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Servicios Deportivos Latinoamérica, S.A. de C.V. Presidente Subserie I			
<b><u>Observação</u></b>			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
André Macedo Pezeta Diretor sem designação específica	306.883.178-47	Subordinação	Controlada Direta

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Servicios Deportivos Latinoamérica, S.A. de C.V. Vocal Suplente Subserie I			
<u>Observação</u>			
-----			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Diogo Ferraz de Andrade Corona Membro do Conselho de Administração	212.613.988-31	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Servicios Deportivos Latinoamérica, S.A. de C.V. Presidente Suplente Subserie I			
<u>Observação</u>			
-----			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Daniel Rizzardi Sorrentino Membro do Conselho de Administração		Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LATAMGYM, S.A.P.I. DE C.V. .Vocal Subserie I			
<u>Observação</u>			
-----			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Edgard Gomes Corona Diretor Presidente	000.846.408-12	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LATAMGYM, S.A.P.I. DE C.V. Presidente Subserie I			

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> André Macedo Pezeta Diretor sem designação específica	306.883.178-47	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> LATAMGYM, S.A.P.I. DE C.V. Vocal Suplente Subserie I			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Diogo Ferraz de Andrade Corona Membro do Conselho de Administração	212.613.988-31	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> LATAMGYM, S.A.P.I. DE C.V. Presidente Suplente Subserie I			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Ricardo Leonel Scavazza Membro do Conselho de Administração	148.090.838-02	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Pátria Investimentos Ltda. Gestor dos Fundos Investidores	12.461.756/0001-17		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
Daniel Rizzardi Sorrentino Membro do Conselho de Administração		Controle	Controlador Indireto
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Pátria Investimentos Ltda. Gestor dos Fundos Investidores	12.461.756/0001-17		
<b>Observação</b>			

**Exercício Social 31/12/2014****Administrador do Emissor**Edgard Gomes Corona  
Diretor Presidente

000.846.408-12

Subordinação

Controlada Direta

**Pessoa Relacionada**ADV Esportes e Saúde Ltda.  
Diretor Presidente

08.644.821/0001-72

**Observação****Administrador do Emissor**AFONSO SUGIYAMA  
Diretor Financeiro

258.296.338-09

Subordinação

Controlada Direta

**Pessoa Relacionada**ADV Esportes e Saúde Ltda.  
Diretor Financeiro

08.644.821/0001-72

**Observação****Administrador do Emissor**

Edgard Gomes Corona

000.846.408-12

Subordinação

Controlada Direta



**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
Diretor Presidente			
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Arnaut & Arnaut Ginástica e Condicionamento Físico Ltda.	69.131.456/0001-97		
Diretor Presidente			
<b><u>Observação</u></b>			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Diogo Ferraz de Andrade Corona	212.613.988-31	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Arnaut & Arnaut Ginástica e Condicionamento Físico Ltda.	69.131.456/0001-97		
Diretor para Assuntos Sindicais			
<b><u>Observação</u></b>			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
AFONSO SUGIYAMA	258.296.338-09	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Arnaut & Arnaut Ginástica e Condicionamento Físico Ltda.	69.131.456/0001-97		
Diretor Financeiro			
<b><u>Observação</u></b>			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Edgard Gomes Corona	000.846.408-12	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
ASNSMART ACADEMIA DE GINÁSTICA LTDA.	13.266.676/0001-73		

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b> Diretor Presidente <b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> AFONSO SUGIYAMA Diretor Financeiro <b>Pessoa Relacionada</b> ASNSMART ACADEMIA DE GINÁSTICA LTDA. Diretor Financeiro <b>Observação</b>	258.296.338-09   13.266.676/0001-73	Subordinação	Controlada Direta
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> Edgard Gomes Corona Diretor Presidente <b>Pessoa Relacionada</b> ESCOLA DE GINÁSTICA E DANÇA BIO PLAZA LTDA. Administrador <b>Observação</b>	000.846.408-12   05.636.746/0001-00	Subordinação	Controlada Direta
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> AFONSO SUGIYAMA Diretor Financeiro <b>Pessoa Relacionada</b> ESCOLA DE GINÁSTICA E DANÇA BIO PLAZA LTDA. Administrador <b>Observação</b>	258.296.338-09   05.636.746/0001-00	Subordinação	Controlada Direta
<hr/>			

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

<b>Identificação</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	<b>Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada</b>	<b>Tipo de pessoa relacionada</b>
<b><u>Cargo/Função</u></b>			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Edgard Gomes Corona Diretor Presidente	000.846.408-12	Subordinação	Controlada Direta
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Biosanta Academia Ltda. Diretor Presidente	10.272.640/0001-04		
<b><u>Observação</u></b>			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
AFONSO SUGIYAMA Diretor Financeiro	258.296.338-09	Subordinação	Controlada Direta
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Biosanta Academia Ltda. Diretor Financeiro	10.272.640/0001-04		
<b><u>Observação</u></b>			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Edgard Gomes Corona Diretor Presidente	000.846.408-12	Subordinação	Controlada Direta
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Escola de Ginástica e Dança Centrale Ltda. Administrador	04.251.958/0001-06		
<b><u>Observação</u></b>			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
AFONSO SUGIYAMA Diretor Financeiro	258.296.338-09	Subordinação	Controlada Direta

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Escola de Ginástica e Dança Centrale Ltda. Diretor Financeiro	04.251.958/0001-06		
<u>Observação</u>			
-----			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Edgard Gomes Corona Diretor Presidente	000.846.408-12	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
M2 - Academia de Ginástica Ltda. - EPP Diretor Presidente	17.147.843/0001-18		
<u>Observação</u>			
-----			
<u>Administrador do Emissor</u>			
AFONSO SUGIYAMA Diretor Financeiro	258.296.338-09	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
M2 - Academia de Ginástica Ltda. - EPP Diretor Financeiro	17.147.843/0001-18		
<u>Observação</u>			
-----			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Edgard Gomes Corona Diretor Presidente	000.846.408-12	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Samart Rio Academia de Ginástica Ltda. Diretor Presidente	11.135.814/0001-50		

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Observação</u>			
-----			
<u>Administrador do Emissor</u> AFONSO SUGIYAMA Diretor Financeiro	258.296.338-09	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Samart Rio Academia de Ginástica Ltda. Diretor Financeiro	11.135.814/0001-50		
<u>Observação</u>			
-----			
<u>Administrador do Emissor</u> Edgard Gomes Corona Diretor Presidente	000.846.408-12	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Smartnit Academia de Ginástica Ltda. Diretor Presidente	17.811.508/0001-72		
<u>Observação</u>			
-----			
<u>Administrador do Emissor</u> AFONSO SUGIYAMA Diretor Financeiro	258.296.338-09	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Smartnit Academia de Ginástica Ltda. Diretor Financeiro	17.811.508/0001-72		
<u>Observação</u>			
-----			
<u>Administrador do Emissor</u>			

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

<b>Identificação</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	<b>Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada</b>	<b>Tipo de pessoa relacionada</b>
<b>Cargo/Função</b> Edgard Gomes Corona Diretor Presidente	000.846.408-12	Subordinação	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b> Smartfe Escola de Ginástica e Dança Ltda. Diretor Presidente	21.822.363/0001-82		
<b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> AFONSO SUGIYAMA Diretor Financeiro	258.296.338-09	Subordinação	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b> Smartfe Escola de Ginástica e Dança Ltda. Diretor Financeiro	21.822.363/0001-82		
<b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> Edgard Gomes Corona Diretor Presidente	000.846.408-12	Subordinação	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b> SMARTVCR ACADEMIA DE GINÁSTICA LTDA. Diretor Presidente	26.787.231/0001-80		
<b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> AFONSO SUGIYAMA Diretor Financeiro	258.296.338-09	Subordinação	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b>			

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b> SMARTVCR ACADEMIA DE GINÁSTICA LTDA. Diretor Financeiro <b>Observação</b>	26.787.231/0001-80		
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> Edgard Gomes Corona Diretor Presidente <b>Pessoa Relacionada</b> ACADEMIA DE GINÁSTICA E DANÇA BIOCERRO LTDA. Diretor Presidente <b>Observação</b>	000.846.408-12	Subordinação	Controlada Direta
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> Diogo Ferraz de Andrade Corona Membro do Conselho de Administração <b>Pessoa Relacionada</b> ACADEMIA DE GINÁSTICA E DANÇA BIOCERRO LTDA. Diretor para Assuntos Sindicais <b>Observação</b>	212.613.988-31	Subordinação	Controlada Direta
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> AFONSO SUGIYAMA Diretor Financeiro <b>Pessoa Relacionada</b> ACADEMIA DE GINÁSTICA E DANÇA BIOCERRO LTDA. Diretor Financeiro <b>Observação</b>	258.296.338-09	Subordinação	Controlada Direta
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> AFONSO SUGIYAMA Diretor Financeiro <b>Pessoa Relacionada</b> ACADEMIA DE GINÁSTICA E DANÇA BIOCERRO LTDA. Diretor Financeiro <b>Observação</b>	09.055.081/0001-00		

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<hr/>			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b> AFONSO SUGIYAMA Diretor Financeiro	258.296.338-09	Subordinação	Controlada Direta
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b> SMARTFIT PERÚ S.A.C. Gerente Financeiro			
<b><u>Observação</u></b>			
<hr/>			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b> Edgard Gomes Corona Diretor Presidente	000.846.408-12	Subordinação	Controlada Direta
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b> Latamfit S.L. Conselheiro			
<b><u>Observação</u></b>			
<hr/>			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b> AFONSO SUGIYAMA Diretor Financeiro	258.296.338-09	Subordinação	Controlada Direta
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b> Latamfit S.L. Conselheiro			
<b><u>Observação</u></b>			
<hr/>			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b> Daniel Rizzardi Sorrentino		Subordinação	Controlada Direta



**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
Membro do Conselho de Administração			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Servicios Deportivos Latinoamérica, S.A. de C.V.			
Vocal Subserie I			
<b>Observação</b>			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Edgard Gomes Corona	000.846.408-12	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Servicios Deportivos Latinoamérica, S.A. de C.V.			
Presidente Subserie I			
<b>Observação</b>			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
André Macedo Pezeta	306.883.178-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Servicios Deportivos Latinoamérica, S.A. de C.V.			
Vocal Suplente Subserie I			
<b>Observação</b>			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Diogo Ferraz de Andrade Corona	212.613.988-31	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Servicios Deportivos Latinoamérica, S.A. de C.V.			

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
Presidente Suplente Subserie I			
<u>Observação</u>			
-----			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Daniel Rizzardi Sorrentino		Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LATAMGYM, S.A.P.I. DE C.V.			
Vocal Subserie I			
<u>Observação</u>			
-----			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Edgard Gomes Corona	000.846.408-12	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LATAMGYM, S.A.P.I. DE C.V.			
Presidente Subserie I			
<u>Observação</u>			
-----			
<u>Administrador do Emissor</u>			
André Macedo Pezeta	306.883.178-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor sem designação específica			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LATAMGYM, S.A.P.I. DE C.V.			
Vocal Suplente Subserie I			
<u>Observação</u>			
-----			

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

<b>Identificação</b> <b>Cargo/Função</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	<b>Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada</b>	<b>Tipo de pessoa relacionada</b>
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Diogo Ferraz de Andrade Corona Membro do Conselho de Administração	212.613.988-31	Subordinação	Controlada Direta
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
LATAMGYM, S.A.P.I. DE C.V. Presidente Suplente Subserie I			
<b><u>Observação</u></b>			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Ricardo Leonel Scavazza Membro do Conselho de Administração	148.090.838-02	Controle	Controlador Indireto
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Pátria Investimentos Ltda. Gestor dos Fundos Investidores	12.461.756/0001-17		
<b><u>Observação</u></b>			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Daniel Rizzardi Sorrentino Membro do Conselho de Administração		Controle	Controlador Indireto
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Pátria Investimentos Ltda. Gestor dos Fundos Investidores	12.461.756/0001-17		
<b><u>Observação</u></b>			

**12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores**

A Companhia mantém seguro de responsabilidade civil de administradores (D&O), contratado com a Chubb Seguros Brasil S.A., válido até 23 de dezembro de 2017, cujo limite máximo de garantia é de R\$40 milhões. O valor do prêmio líquido desta apólice foi de R\$59.995,69 (cinquenta e nove mil, novecentos e noventa e cinco reais e sessenta e nove centavos), e a apólice abrange todas as empresas detidas direta ou indiretamente pela Companhia.

## 12.12 - Práticas de Governança Corporativa

A Companhia se pauta pelo “Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa”, editado pelo IBGC, o qual objetiva indicar os caminhos para todos os tipos de sociedade visando: (i) aumentar o valor da sociedade; (ii) melhorar seu desempenho; (iii) facilitar seu acesso ao capital a custos mais baixos; e (iv) contribuir para sua perenidade, sendo que os princípios básicos inerentes a esta prática são a transparência, a equidade, a prestação de contas e a responsabilidade corporativa. Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em tal código, a Companhia adota:

- (i) Contratação de empresa de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros, sendo que esta mesma empresa não é contratada para prestar outros serviços, que comprometam sua independência;
- (ii) Estatuto Social claro quanto à (i) forma de convocação da Assembleia Geral; (ii) competências do Conselho de Administração e da Diretoria; (iii) sistema de votação, eleição, destituição e mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;
- (iii) Transparência na divulgação dos relatórios anuais da administração;
- (iv) Convocações de assembleias e documentação pertinente disponíveis desde a data da primeira convocação, com detalhamento das matérias da ordem do dia, sempre visando à realização de assembleias em horários e locais que permitam a presença do maior número possível de acionistas;
- (v) Vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes;
- (vi) Previsão estatutária de arbitragem como forma de solução de eventuais conflitos entre acionistas e Companhia; e
- (vii) Conselheiros com experiência em questões operacionais e financeiras.

Ademais, a Companhia está aderindo ao segmento especial de listagem do BOVESPA MAIS – Nível 2 da B3 S.A. – Bolsa, Brasil, Balcão, o qual possui diversas práticas diferenciadas de governança corporativa, incluindo, especialmente, um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. As regras impostas pelo BOVESPA MAIS – Nível 2 visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes aos acionistas minoritários de participação nas companhias, entre outros direitos, ou seja, em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade de informações fornecidas a estes.

**12.13 - Outras informações relevantes****Assembleias Gerais da Companhia**

A Companhia apresente abaixo, com relação às suas Assembleias Gerais realizadas nos últimos três anos, (i) data de realização; (ii) eventuais casos de instalação em segunda convocação; e (iii) quórum de instalação:

Evento	Data	Quórum de instalação	Instalação em segunda convocação
Assembleia Geral Extraordinária	02/01/2015	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	02/01/2015	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	02/01/2015	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	02/01/2015	100%	NÃO
Assembleia Geral Ordinária	30/04/2015	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	02/07/2015	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	24/08/2015	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	01/10/2015	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	30/10/2015	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	07/12/2015	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	08/12/2015	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	17/12/2015	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	21/12/2015	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	22/12/2015	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	23/12/2015	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	19/01/2016	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	03/03/2016	100%	NÃO
Assembleia Geral Ordinária	26/04/2016	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	05/09/2016	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	05/09/2016	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	05/09/2016	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	06/09/2016	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	08/09/2016	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	19/09/2016	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	18/10/2016	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	10/11/2016	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	09/12/2016	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	13/12/2016	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	15/12/2016	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	16/12/2016	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	31/01/2017	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	13/03/2017	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	03/04/2017	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	01/08/2017	100%	NÃO
Assembleia Geral Ordinária	01/08/2017	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	08/08/2017	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	08/08/2017	100%	NÃO

**12.13 - Outras informações relevantes**

Assembleia Geral Extraordinária	01/09/2017	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	14/09/2017	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	06/10/2017	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	16/10/2017	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	21/11/2017	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	21/11/2017	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	15/12/2017	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	22/01/2018	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	02/03/2018	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	27/03/2018	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	23/04/2018	100%	NÃO
Assembleia Geral Ordinária	30/04/2018	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	11/05/2018	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	15/05/2018	100%	NÃO

**Relacionamento entre Conselho de Administração e Diretoria Estatutária**

O relacionamento entre o Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária, de maneira formal, ocorre nos dias das Reuniões do Conselho de Administração, conforme detalhado no item 12.3.a acima. À parte destas, não há outras maneiras de contatos formais, agendados ou previstos entre as partes. Adicionalmente, há contato constante entre Conselho de Administração e Diretoria Estatutária por meio presencial, telefone ou e-mail.

### 13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

#### (a) objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração da Companhia possui como objetivos principais: (i) atrair, recompensar, reter e incentivar executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados, estando sempre alinhada aos interesses dos acionistas; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

#### (b) composição da remuneração

##### (i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

###### Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados.

###### Diretoria Estatutária e Não-Estatutária

Os membros da Diretoria Estatutária e Não-Estatutária têm sua remuneração dividida em: (i) remuneração fixa, definida de acordo com a responsabilidade a atribuições da posição, composta por de pró-labore mensal ou salário de acordo com o regime de contratação; (ii) remuneração variável composta de um bônus anual entre 0 e 3 pró-labore mensais ou salários, paga de acordo com o desempenho individual e da Companhia. O bônus tem por objetivo reconhecer o profissional pelo desempenho na gestão da Companhia, bem como reter os profissionais que proporcionam tais resultados; e (iii) pacote de benefícios composto de plano de assistência médica e vale refeição.

##### (ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016:

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	-	-	-	-
Diretoria Estatutária	79,3%	20,7%	-	100,0%
Diretoria Não-Estatutária	96,0%	4,0%	-	100,0%

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015:



### 13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	-	-	-	-
Diretoria Estatutária	82,5%	17,5%	-	100,0%
Diretoria Não-Estatutária	92,9%	7,1%	-	100,0%

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014:

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	-	-	-	-
Diretoria Estatutária	74,9%	25,1%	-	100,0%
Diretoria Não-Estatutária	95,1%	4,9%	-	100,0%

Para fins das tabelas acima, os Diretores Não Estatutários promovidos durante um exercício foram considerados a partir do momento da sua promoção. Os Diretores Não Estatutários que foram desligados durante um exercício não foram considerados no exercício em que ocorreu seu desligamento.

#### (iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações.

O valor da remuneração da Diretoria Estatutária e Não Estatutária é calculado de acordo com pesquisas de práticas de mercado. O valor da remuneração dos administradores pode ser reajustado anualmente mediante negociação entre a Companhia e o administrador, com o objetivo de recompor a perda do valor monetário decorrente da inflação.

#### (iv) razões que justificam a composição da remuneração

As razões que justificam a composição da remuneração paga aos administradores da Companhia são incentivos para a melhoria de sua gestão e a retenção de executivos, visando ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo.

#### (v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, todos os 6 (seis) membros do Conselho de Administração da Companhia não são remunerados, tendo em vista que também são executivos ou acionistas da Companhia.

### **13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária**

#### **(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

O pró-labore mensal não está baseado em desempenho pessoal do administrador, mas sim em práticas de mercado. Apenas a remuneração variável referente a bônus é baseada em desempenho.

Os principais indicadores de desempenho da Companhia e dos administradores são: Receita Líquida, EBITDA, e metas específicas das diversas diretorias da Companhia, incluindo satisfação dos clientes (medida com uso da metodologia Net Promoter Score – NPS); número de novas academias abertas; captação de recursos financeiros.

O Conselho de Administração não é remunerado.

#### **(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

O bônus anual é proporcional ao desempenho do administrador e da Companhia. Para o cálculo destas bonificações são verificados anualmente o alcance das metas corporativas, das áreas de cada administrador e do desempenho individual do administrador.

#### **(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

A Companhia mantém uma política de remuneração variável baseada em metas pessoais e corporativas, que são determinadas anualmente pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração busca o atingimento do plano de negócios de curto, médio e longo prazo, alinhando os interesses da Companhia e de seus administradores, pois seus esforços para que a Companhia atinja bons resultados são devidamente recompensados, na proporção de tais resultados.

#### **(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

A Companhia é responsável pelo pagamento da totalidade da remuneração dos membros da Administração da Companhia. Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

#### **(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

**13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal****Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2017 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	3,25	0,00	9,25
Nº de membros remunerados	0,00	3,25	0,00	3,25
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	4.081.566,52	0,00	4.081.566,52
Benefícios direto e indireto	0,00	30.914,91	0,00	30.914,91
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas		O item "Outros" é a contribuição ao INSS de responsabilidade da Companhia.		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	708.825,00	0,00	708.825,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	141.765,00	0,00	141.765,00
Descrição de outras remunerações variáveis		O item "Outros" é a contribuição ao INSS de responsabilidade da Companhia.		
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>			A Companhia não possui Conselho Fiscal	
Total da remuneração	0,00	4.963.071,43	0,00	4.963.071,43

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,33	0,00	8,33
Nº de membros remunerados	0,00	2,33	0,00	2,33
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	2.804.000,00	0,00	2.804.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	21.665,16	0,00	21.665,16
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	560.800,00	0,00	560.800,00

Descrição de outras remunerações fixas		O item "Outros" é a contribuição ao INSS de responsabilidade da Companhia.		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	736.277,99	0,00	736.277,99
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	147.255,60	0,00	147.255,60
Descrição de outras remunerações variáveis		O item "Outros" é a contribuição ao INSS de responsabilidade da Companhia.		
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>		Número de diretores estatutários: 2 até agosto; 3 de setembro em diante. Valor total informado é a média ponderada do número de diretores por mês	A Companhia não possui Conselho Fiscal	
<b>Total da remuneração</b>	0,00	4.269.998,75	0,00	4.269.998,75

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,00	0,00	8,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	2,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	2.553.600,00	0,00	2.553.600,00
Benefícios direto e indireto	0,00	21.338,48	0,00	21.338,48
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	510.720,00	0,00	510.720,00
Descrição de outras remunerações fixas		O item "Outros" é a contribuição ao INSS de responsabilidade da Companhia.		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	545.700,00	0,00	545.700,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	109.140,00	0,00	109.140,00

Descrição de outras remunerações variáveis		O item "Outros" é a contribuição ao INSS de responsabilidade da Companhia.		
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>	O item "Outros" é a contribuição ao INSS de responsabilidade da Companhia		A Companhia não possui Conselho Fiscal	
<b>Total da remuneração</b>	0,00	3.740.498,48	0,00	3.740.498,48

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	4,00		4,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00		2,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	990.600,00		990.600,00
Benefícios direto e indireto	0,00	22.870,74		22.870,74
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	198.120,00		198.120,00
Descrição de outras remunerações fixas		O item "Outros" é a contribuição ao INSS de responsabilidade da Companhia.		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	337.500,00		337.500,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	67.500,00		67.500,00
Descrição de outras remunerações variáveis		O item "Outros" é a contribuição ao INSS de responsabilidade da Companhia.		
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00		0,00

<b>Observação</b>	A Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 não era a holding do grupo e por isso não possuía Conselho de Administração. Veja item 10.3.b para maiores detalhes.	Somente os cargos de Diretores Estatutários sem denominação específica da Companhia foram remunerados neste exercício social. Os diretores presidente e financeiro da Companhia tinham as mesmas posições na holding do grupo (Insigny Holdings S.A.), e eram remunerados somente pela posição na holding.		
Total da remuneração	0,00	1.616.590,74		1.616.590,74

### 13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

#### Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2017)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº total de membros</b>	6	3,25	N/A	9,25
<b>Nº de membros remunerados</b>	0	3,25	N/A	3,25
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	708.825,00	-	708.825,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	708.825,00	-	708.825,00
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-

#### Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº total de membros</b>	6	2,33	N/A	8,33
<b>Nº de membros remunerados</b>	0	2,33	N/A	2,33
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	736.277,99	-	736.277,99
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	736.277,99	-	736.277,99
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	736.277,99	-	736.277,99
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

#### Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2015

### 13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº total de membros</b>	6	2	N/A	8
<b>Nº de membros remunerados</b>	0	2	N/A	2
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	545.700,00	-	545.700,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	545.700,00	-	545.700,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	545.700,00	-	545.700,00
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

#### Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2014

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº total de membros</b>	6	2	N/A	8
<b>Nº de membros remunerados</b>	0	2	N/A	2
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	337.500,00	-	337.500,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	337.500,00	-	337.500,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	337.500,00	-	337.500,00
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-



### **13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

#### **(a) Termos e condições gerais**

Em 02 de março de 2018, a Companhia aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, Política de Incentivo de Longo Prazo ("Política") que estabeleceu diretrizes do plano de outorga de opção de compra de ações da Companhia, para que membros do Conselho de Administração, diretores, funcionários e prestadores de serviços da Companhia ("Pessoas Elegíveis"), verificadas determinadas condições, adquiram ou subscrevam ações ordinárias de emissão da Companhia.

Cada Opção dará direito ao respectivo Participante de adquirir ou subscrever 1 (uma) ação ordinária da Companhia, sujeito aos termos e condições estabelecidos na Política e às disposições dos Contratos de Opção.

A outorga das Opções será feita pelo Conselho de Administração da Companhia, observando as diretrizes fixadas na Política. O Conselho de Administração poderá estabelecer termos e condições diferenciados para cada Participante, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia, mesmo entre pessoas que se encontrem em situações similares ou idênticas. A aceitação das Opções e a assinatura do Contrato de Opção pelo Participante são facultativas.

#### **b) Principais objetivos do plano**

A Política tem como objetivos: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das Pessoas Elegíveis; e (c) incentivar a geração de resultados sustentáveis.

#### **(c) Forma como o plano contribui para esses objetivos**

Uma vez que a maior parte das opções se torna exercível no longo prazo, o objetivo da Política é que os Participantes permaneçam na Companhia até o momento de exercício. Uma vez exercida a opção, com o Participante tornando-se acionista, haverá uma união de interesses intrinsecamente relacionados à condição de acionista.

Além disso, a Política gera um potencial de ganho ao executivo baseado no desempenho das ações da Companhia no mercado. Portanto, torna a remuneração total competitiva para atração e retenção de talentos.

#### **(d) Como o plano se insere na política de remuneração do emissor**

A Política alinha os interesses dos Participantes ao desempenho das ações da Companhia no longo prazo.

#### **(e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo**

O exercício de opções de compra de ações por parte dos administradores, enquadrados como Participantes, é uma forma de incentivá-los a conduzir com êxito os negócios da Companhia, alinhando seus interesses aos dos acionistas da Companhia.

#### **(f) Número máximo de ações abrangidas**

O número máximo de ações abrangidas será determinado no plano de outorga de opção de compra de ações ("Opções").

#### **(g) Número máximo de opções a serem outorgadas**

### 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

O número máximo de opções abrangidas será determinado no plano de outorga de opção de compra de ações. A Assembleia Geral Extraordinária de 02 de março de 2018, que aprovou a Política, também autorizou o Conselho de Administração da Companhia a aumentar o capital social da Companhia até o montante de 865.162 ações.

#### (h) Condições de aquisição de ações

O *vesting* (aquisição do direito de exercício, sujeito às condições de exercício) das Opções detidas por cada Participante ocorrerá após o decurso dos prazos de carência fixados no contrato de opção de compra de ações ("Contrato de Opção"). Até a ocorrência do *vesting*, as Opções serão designadas "Opções Não Exercíveis" e, após sua ocorrência, "Opções Exercíveis".

As Opções Exercíveis (i.e. aquelas cujo prazo de carência já tenha expirado) somente poderão ser exercidas quando do atingimento de todas, e não menos que todas, as seguintes condições de exercício:

(i) ocorrência de um Evento de Liquidez, assim entendido como Evento de Liquidez – Controle e Evento de Liquidez Parcial, em conjunto;

(a) Evento de Liquidez – Controle: Ocorre na alienação de parte ou totalidade das Ações dos atuais controladores a um adquirente, ou qualquer operação ou ato societário cujo resultado seja a alienação de controle, mediante (a) venda privada de parte ou da totalidade das ações dos atuais controladores a um Adquirente, com efetivo recebimento do valor, ou de parte do valor, em moeda corrente nacional, ou (b) oferta primária ou secundária da totalidade das ações dos atuais controladores ou de participação representativa de controle em bolsa de valores.

(b) Evento de Liquidez Parcial: Ocorre na alienação pelos atuais controladores de parte das ações a um adquirente, ou qualquer operação ou ato societário cujo resultado seja a alienação das ações sem a ocorrência de alienação de controle, incluindo mediante (a) venda privada de parte das ações a um adquirente, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), com efetivo recebimento do valor, ou de parte do valor, em moeda corrente nacional, ou (b) oferta primária em qualquer valor ou oferta secundária de parte das ações (participação não representativa de controle) em valor igual ou superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) em bolsa de valores.

(ii) a celebração, pelo Participante, de compromisso irrevogável e irretratável, obrigando-se a alienar a totalidade das suas ações recebidas em decorrência do exercício das Opções ao respectivo adquirente ("Adquirente"), em caso de operações fora de bolsa de valores. A alienação de ações pelo Participante será feita nos mesmos termos e condições aplicáveis ao Evento de Liquidez correspondente, exceto se de outra forma previsto na Política; e

(iii) a outorga, pelo Participante, de uma procuração pública irrevogável e irretratável em favor dos atuais controladores ou do Adquirente, conforme o caso, conferindo-lhes poderes para alienar suas ações ao Adquirente, bem como celebrar o correspondente Contrato de Compra e Venda de Ações, assumindo obrigações nos termos da Política.

No caso de ocorrência de um Evento de Liquidez e cumprimento das Condições de Exercício, somente as Opções Exercíveis na referida data poderão ser exercidas. As Opções Não Exercíveis continuarão sujeitas ao cumprimento dos prazos de carência, e, assim, caso (i) o Participante permaneça na

### **13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

Companhia após o Evento de Liquidez no qual as Condições de Exercício foram atingidas; e (ii) cumpra os respectivos prazos de carência, as Opções Não Exercíveis se tornarão Opções Exercíveis nos termos da Política. Em referidas situações, o Participante poderá exercer tais Opções Exercíveis, observado os termos e condições da Política e do Contrato de Opção, exceto se de outra forma deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia.

#### **(i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

O preço de exercício de cada Opção será definido no âmbito do Contrato de Opção.

#### **(j) Critérios para fixação do prazo de exercício**

O Participante poderá exercer as Opções Exercíveis no prazo de até 1 (um) ano contado a partir do primeiro dia subsequente ao de término do último prazo de carência, exceto se de outra forma estiver previsto no Contrato de Opção do Participante. As Opções Exercíveis não exercidas dentro desse prazo restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou do pagamento de qualquer valor ou indenização, de qualquer natureza, ao Participante.

O Participante deverá manifestar o exercício das Opções à Companhia, por meio de notificação endereçada ao setor de recursos humanos da Companhia, protocolada em qualquer dia útil (da cidade de São Paulo) do mês de janeiro imediatamente seguinte ao término do prazo de carência, ou outro período, conforme seja definido pelo Conselho de Administração da Companhia, exceto se de outra forma estiver previsto no Contrato de Opção do Participante. As notificações de exercício protocoladas serão verificadas pela área de recursos humanos e, após, encaminhadas à diretoria, que conferirá sua exatidão e conformidade com as normas da Política e as disposições do Contrato de Opção do Participante. Estando preenchidos todos os requisitos aplicáveis, será deliberada a emissão ou a alienação da quantidade de ações respectiva, conforme o caso.

Evento de Liquidez em Decorrência de Oferta Pública. Caso as Condições de Exercício sejam cumpridas em virtude da realização de uma oferta pública primária ou secundária das ações da Companhia, as seguintes alternativas serão aplicáveis ao Participante:

- (i) participar da oferta pública secundária, alienando suas Ações Recebidas em conjunto com os Atuais Controladores, caso em que o Participante deverá assinar todo e qualquer documento necessário ou conveniente para a realização da oferta secundária de ações, bem como prestar as mesmas declarações e garantias dos Atuais Controladores, devendo, ainda, arcar com os Custos por Ação do Evento de Liquidez proporcionalmente ao número de Ações detidas por cada Participante no momento do Evento de Liquidez, exceto se de outra forma deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia; ou
- (ii) não alienar suas Ações Recebidas, ficando, no entanto, impedido de realizar a venda das Ações Recebidas durante o mesmo período que vier a ser contratado com os controladores da oferta pública primária ou secundária no Evento de Liquidez em Decorrência de Oferta Pública, exceto se de outra forma deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Evento de Liquidez Decorrente de Venda a um Adquirente. Caso as Condições de Exercício sejam cumpridas em virtude da realização da alienação de ações da Companhia a um Adquirente, as seguintes regras serão aplicáveis:

- (i) o Participante estará obrigado a alienar as Ações Recebidas ao Adquirente em conjunto com os Atuais Controladores. O Preço de Alienação por Ação – Participante será igual ao Preço de Alienação por Ação, subtraindo o Custo por Ação do Evento de Liquidez, multiplicado pelo total de Ações

### **13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

alienadas, exceto nos casos em que o Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, definir pela não aplicação do Custo por Ação do Evento de Liquidez; e

(ii) no caso de Opções Não Exercíveis no Evento de Liquidez, então o Participante será obrigado a alienar as Ações Recebidas ao acionista controlador da Companhia à época do exercício das Opções Exercíveis. O Preço de Alienação por Ação – Participante será igual ao Preço de Alienação por Ação, corrigido pelo IPCA desde a data do fechamento da operação que caracterizou o Evento de Liquidez e cumprimento das Condições de Exercício até a data do pagamento das Ações Recebidas pelo referido acionista controlador da Companhia, subtraindo o Custo por Ação do Evento de Liquidez, multiplicado pelo total de Ações alienadas, exceto nos casos em que o Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, definir pela não aplicação do Custo por Ação do Evento de Liquidez.

#### **(k) Forma de liquidação**

A forma e os prazos de pagamento do Preço de Alienação por Ação – Participante poderão ser em dinheiro ou em bens iguais aos aplicáveis aos Atuais Controladores; ou, alternativamente, em condições melhores do que as aplicáveis aos Atuais Controladores, a critério do Conselho de Administração.

Pagamento em Bens. Se o pagamento do Preço de Alienação por Ação – Participante for recebido pelos atuais controladores em bens, os atuais controladores definirão o valor a ser atribuído a referidos bens para fins de cálculo do valor do Preço de Alienação por Ação (“PAA”). Neste caso, os Participantes deverão receber o pagamento em bens na mesma proporção que o valor recebido pelos Atuais Controladores, podendo, a exclusivo critério do Conselho de Administração, receber em dinheiro o valor correspondente ao valor dos bens. Caso o pagamento seja feito em ações de companhia aberta e listada em bolsa de valores, o valor atribuído para cálculo do PAA será o valor médio das cotações de referidas ações dos últimos 60 (sessenta) pregões anteriores à data do Evento de Liquidez.

#### **(l) Restrições à transferência das ações**

As hipóteses de restrições à transferência das ações serão estabelecidas no plano de outorga de opção de compra de ações da Companhia.

#### **(m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

Nenhuma disposição da Política ou do Contrato de Opção conferirá a qualquer Participante direitos com respeito à permanência ou manutenção do seu vínculo com a Companhia e não interferirá, de qualquer modo, no direito da Companhia de interromper, a qualquer tempo, o seu mandato ou contrato com a Companhia.

Adicionalmente, a Política entrou em vigor mediante aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia e permanecerá vigente por prazo indeterminado, podendo, todavia, ser extinta, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, pela eventual reorganização societária da Companhia, pela dissolução e/ou liquidação da Companhia.

#### **(n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

Desligamento por Parte da Companhia: No caso de o Participante sofrer um Desligamento por parte da Companhia:

### **13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

- (i) as Opções Não Exercíveis restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou pagamento de qualquer valor ou indenização de qualquer natureza ao Participante;
- (ii) se as Opções Exercíveis permanecerem válidas, essas continuarão de posse do Participante e poderão ser exercidas quando e se as Condições de Exercício forem consumadas. Alternativamente, mediante comum acordo entre o Participante e o Conselho de Administração, a Companhia poderá imediatamente liquidar as Opções Exercíveis, mediante preço e forma de pagamento a ser estabelecida em documento específico para essa finalidade; e
- (iii) caso o desligamento seja realizado por um Adquirente, as Opções Não Exercíveis se tornarão automaticamente Opções Exercíveis.

Desligamento por Parte do Participante: Exceto se de outra forma estiver previsto no Contrato de Opção, em regra, no caso de Desligamento por parte do Participante (conforme definido a seguir), as Opções Não Exercíveis restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou pagamento de qualquer valor ou indenização de qualquer natureza pela Companhia ao Participante, sendo certo que as Opções Exercíveis permanecerão válidas e continuarão de posse do Participante e poderão ser exercidas quando e se as Condições de Exercício forem consumadas.

Desligamento por Justa Causa: Em caso de Desligamento por Justa Causa do Participante (conforme definido a seguir), todas as Opções Exercíveis e Opções Não Exercíveis restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou pagamento de qualquer valor ou indenização de qualquer natureza ao Participante.

Para fins do disposto acima,

- (i) Desligamento por Parte da Companhia: Significa qualquer ato ou fato de iniciativa da Companhia que ponha fim à relação jurídica do Participante com a Companhia, exceto Desligamento por Justa Causa. Esta definição abrange, entre outras, as hipóteses de substituição ou não reeleição do Participante como diretor da Companhia e a rescisão sem justa causa de contrato de trabalho ou de prestação de serviço.
- (ii) Desligamento por Parte do Participante: Significa qualquer ato ou fato de iniciativa do Participante que ponha fim à relação jurídica deste com a Companhia. Esta definição abrange, entre outras, as hipóteses de desligamento voluntário do Participante, pedido de demissão e/ou renúncia ao cargo.
- (iii) Desligamento por Justa Causa: Significa qualquer ato ou fato que ponha fim à relação jurídica do Participante com a Companhia segundo as hipóteses de demissão por justa causa previstas na Consolidação das Leis do Trabalho, conforme redação em vigor à época, no caso dos Participantes que sejam empregados da Companhia e no caso dos Participantes que sejam administradores estatutários não-empregados ou prestadores de serviços, as seguintes hipóteses: (a) desídia do Participante no exercício das atribuições decorrentes do seu mandato de administrador ou contrato de prestação de serviços; (b) condenação penal, ainda que sujeita a recurso, relacionada a crimes dolosos; (c) a prática, pelo Participante, de atos desonestos ou fraudulentos contra a Companhia ou contra suas controladas ou coligadas; (d) qualquer ato ou omissão decorrente de dolo ou culpa do Participante e que seja prejudicial aos negócios, imagem, ou situação financeira da Companhia, de seus acionistas, ou de quaisquer empresas controladas ou coligadas, desde que devidamente comprovado; (e) violação significativa do instrumento que regule o exercício do mandato de administrador estatutário ou contrato de prestação de serviços celebrado pelo Participante com a Companhia ou de eventuais aditivos a tal instrumento ou contrato; (f) descumprimento do Estatuto Social da Companhia, Código de Ética e demais disposições societárias aplicáveis ao Participante, como administrador ou prestador de serviços; e (g) descumprimento das obrigações previstas na Lei n° 6.404/76, consolidadas pela Lei n°

### **13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

10.303/2001, aplicável aos administradores de sociedades por ações, incluindo, mas não se limitando, aquelas previstas nos artigos 153 a 157 da Lei n° 6.404/76, obrigações essas que serão também aplicáveis por analogia aos prestadores de serviços.

Falecimento e Invalidez Permanente: No caso de falecimento ou invalidez permanente do Participante:

(i) as Opções Não Exercíveis restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou pagamento de qualquer valor ou indenização de qualquer natureza aos sucessores do Participante.

(ii) as Opções Exercíveis permanecerão válidas e continuarão de posse dos sucessores do Participante e poderão ser exercidas quando e se as Condições de Exercício forem consumadas. Alternativamente, a critério exclusivo do Conselho de Administração, a Companhia poderá imediatamente liquidar as Opções Exercíveis, mediante preço e forma de pagamento a ser estabelecida em documento específico para essa finalidade.

### **13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

Nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

### **13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária**

Não aplicável, tendo em vista que não havia qualquer opção em aberto detida pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária da Companhia ao final do último exercício social.



**13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

**13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a****13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções**

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

**13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão**

Sociedade	Exercício encerrado em 31/12/2016			Total
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	
<b>Companhia</b>	4.194.484	-	-	4.194.484

### **13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários**

Na data deste Formulário de Referência não há planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

**13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal****Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Nº de membros	2,33	2,00	4,00	6,00	6,00	0,00
Nº de membros remunerados	2,33	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	2.711.794,99	2.631.614,61	820.715,37	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	1.137.491,42	1.108.883,87	795.875,37	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	1.832.617,49	1.870.249,24	808.295,37	0,00	0,00	0,00

**Observação****Diretoria Estatutária****31/12/2016**

31/12/2016: Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses

**Conselho de Administração**

Edgard Corona, atual Diretor Presidente e acionista controlador da Companhia, possui obrigação contratual, constante no Acordo de Acionistas entre os acionistas controladores e a Pacific Mezz Bio Participações S.A., veículo de investimento controlado pelo Fundo Soberano de Cingapura (GIC), de não competição em determinadas situações pelo período de 2 anos após deixar de ser acionista controlador e executivo da Companhia. Pelo cumprimento desta obrigação, Edgard receberá valor equivalente a duas vezes sua compensação fixa anual auferida como executivo no exercício anterior da Companhia, pago mensalmente em 24 (vinte e quatro) parcelas iguais pela Companhia.

Os demais administradores não possuem cláusulas de remuneração ou indenização em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

**13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores**

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2016

Órgão	Porcentagem
Conselho de Administração	N/A
Diretoria Estatutária	63,51%
Conselho Fiscal	N/A

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015

Órgão	Porcentagem
Conselho de Administração	N/A
Diretoria Estatutária	70,35%
Conselho Fiscal	N/A

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014

Órgão	Porcentagem
Conselho de Administração	N/A
Diretoria Estatutária	49,23%
Conselho Fiscal	N/A

**13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam**

Não aplicável, uma vez que os membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, nos três últimos exercícios sociais, não prestaram serviços comissionados, de consultoria ou assessoria para a Companhia.



**13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor****Exercício Social 2016 – remuneração recebida em função do cargo na Companhia**

		<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
<b>Controladores e Indiretos</b>	<b>Diretos</b>	-	-	-
<b>Controladas emissor</b>	<b>do</b>	-	420.712,34	<b>420.712,34</b>
<b>Sociedades controle comum</b>	<b>sob</b>	-	-	-

**Exercício Social 2016 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas**

		<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
<b>Controladores e Indiretos</b>	<b>Diretos</b>	-	-	-
<b>Controladas emissor</b>	<b>do</b>	821.794,99	158.212,44	<b>980.007,43</b>
<b>Sociedades controle comum</b>	<b>sob</b>	-	872.217,25	<b>872.217,25</b>

**Exercício Social 2015 – remuneração recebida em função do cargo na Companhia**

		<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
<b>Controladores e Indiretos</b>	<b>Diretos</b>	-	-	-
<b>Controladas emissor</b>	<b>do</b>	-	-	-
<b>Sociedades controle comum</b>	<b>sob</b>	-	-	-

**Exercício Social 2015 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas**

		<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
<b>Controladores e Indiretos</b>	<b>Diretos</b>	-	-	-
<b>Controladas emissor</b>	<b>do</b>	796.086,61	-	<b>796.086,61</b>
<b>Sociedades controle comum</b>	<b>sob</b>	-	-	-

**Exercício Social 2014 – remuneração recebida em função do cargo na Companhia**

		<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
<b>Controladores e Indiretos</b>	<b>Diretos</b>	-	-	-

**13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor**

<b>Controladas do emissor</b>		-	-	-
<b>Sociedades sob controle comum</b>		-	-	-

**Exercício Social 2014 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas**

		<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
<b>Controladores e Indiretos</b>	<b>Diretos</b>	-	-	-
<b>Controladas do emissor</b>		-	-	-
<b>Sociedades sob controle comum</b>		-	-	-

### **13.16 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 13 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

## 14.1 - Descrição dos recursos humanos

### (a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Companhia detinha, em 31 de dezembro de 2016, um quadro de funcionários composto por 3.641 colaboradores, alocados em 10 estados (Alagoas, Ceara, Goiás, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Brasília, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo). O número de funcionários apresentado neste Formulário de Referência não considera os estagiários e menores aprendizes que trabalham na Companhia.

A evolução do quadro de número de colaboradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais está demonstrada na tabela abaixo. O aumento da equipe decorreu principalmente pela abertura de novas academias.

Localidade	2016	2015	2014
São Paulo	2.194	2.119	1.878
Alagoas	14	14	0
Ceara	131	118	90
Goiás	74	62	83
Pernambuco	53	52	41
Rio Grande do Sul	58	62	58
Rio Grande do Norte	15	13	15
Brasília	247	249	249
Minas Gerais	131	69	27
Rio de Janeiro	724	695	524
<b>Total – Brasil</b>	<b>3.641</b>	<b>3.453</b>	<b>2.965</b>
Peru	26	0	0
<b>Total Geral</b>	<b>3.667</b>	<b>3.453</b>	<b>2.965</b>

Dada a baixa representatividade dos colaboradores no Peru, os demais quadros são apresentados somente para a equipe no Brasil.

A distribuição por atividade está na tabela abaixo. A maioria dos colaboradores da Companhia são profissionais de educação física, dada a natureza do nosso negócio. A atividade “operacional” inclui outros cargos diretamente ligados ao funcionamento das academias, tais como recepcionistas, consultor de vendas, caixa e limpeza.

Atividade	2016	2015	2014
Diretoria/executivo	24	24	24
Gerente	278	237	200
Supervisor	94	97	60
Profissionais de Educação Física	1.991	1.769	1.484
Administrativo	193	163	169
Operacional	1.061	1.163	1.028
<b>TOTAL – Brasil</b>	<b>3.641</b>	<b>3.453</b>	<b>2.965</b>

**14.1 - Descrição dos recursos humanos****(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia detinha 876 empregados terceirizados no Brasil. Esse aumento ocorreu devido ao processo de expansão das unidades.

<b>Localidade</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Alagoas	4	4	0
Ceará	40	40	32
Distrito Federal	68	64	60
Goiânia	24	20	20
Minas Gerais	40	20	4
Pernambuco	16	16	8
Rio de Janeiro	184	173	133
Rio Grande do Norte	4	4	8
Rio Grande do Sul	20	20	20
São Paulo	476	451	383
<b>Total</b>	<b>876</b>	<b>812</b>	<b>668</b>

<b>Atividade</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Limpeza</b>	850	786	642
<b>Manobristas</b>	26	26	26
<b>Total</b>	<b>876</b>	<b>812</b>	<b>668</b>

**(c) índice de rotatividade**

O índice de rotatividade no Brasil, que considera a média de entradas e saídas de funcionários em relação ao total de funcionários da Companhia no fim do período, para os anos de 2016, 2015 e 2014 foi, respectivamente, de: 8,47%, 7,15% e 8,67%.

<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
8,47%	7,15%	8,67%

## **14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos**

O aumento no número de empregados e terceirizados ocorrido nos três últimos exercícios sociais se dá pela implementação do projeto de expansão da Companhia incluindo abertura de novas unidades em praças já atuantes, bem como abertura de novas academias em outros Estados.

### 14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

#### (a) política de salários e remuneração variável

A Companhia considera sua política de Recursos Humanos como parte integrante de sua estratégia empresarial, visando assegurar: remuneração em linha com o mercado; condições de atrair e reter os profissionais para a Companhia; definição de uma estrutura de cargos e salários adequada aos processos organizacionais e o fornecimento de uma base de conduta para que o colaborador conheça suas atribuições e responsabilidades.

A Companhia efetua reajustes salariais de acordo com a legislação trabalhista e a data-base de cada sindicato, respeitando as convenções/ acordos coletivos das categorias dos empregados.

#### (b) política de benefícios

Com relação aos benefícios, a Companhia oferece aos seus trabalhadores:

- Assistência médica para todos os colaboradores. A partir de 90 dias de empresa para os níveis gerenciais e diretoria e a partir de 12 meses para os demais colaboradores.  
O plano para o colaborador é 100% custeado pela Companhia. O colaborador custeia 100% do plano para dependentes (filhos ou cônjuge).  
Há a cobrança de 20% como coparticipação em consultas e exames simples.
- Celular com linha corporativa para os níveis hierárquicos de coordenador e acima, com valores de franquia variando de acordo com o modelo hierárquico;
- Vale refeição e Alimentação de acordo com as regras estabelecidas em convenções ou acordos coletivos.
- Vale transporte para todos os cargos, aplicável somente para utilização em transporte público;
- Estacionamento para Diretores;
- Seguro de vida para todos os colaboradores;
- Direito de utilização das academias.

#### (c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano:

As características do plano de outorga de opção de compra de ações da Companhia estão descritas no item 13.4 deste Formulário de Referência.

**14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos**

A Companhia mantém um bom relacionamento com os empregados e com os respectivos sindicatos de suas categorias, sem histórico de greve ou paralisações. É comum que em cada Estado ocorra a filiação em dois sindicatos, um que atende a classe administrativa e outro que atende aos profissionais de educação física.

Segue lista refletindo os principais sindicatos com os quais a Companhia se relaciona:

<b>Sindicato</b>	<b>Base Territorial</b>	<b>Categoria</b>
Sindicato dos Empregados de Clubes Esportivos e em Federações, Confederações e Academias Esportivas "SINDESORTE"	São Paulo	Administrativa
Sindicato dos Profissionais de Educação Física de São Paulo e Região "SINPEFESP"	São Paulo	Professores
Federação Interestadual dos Profissionais de Educação Física "FEPEFI"	Interior de São Paulo	Professores
Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais Recreativas de Assistência Social de Orientação e Formação Profissional no Estado do Ceará "SENALBA CE"	Ceará	Administrativa e Professores
Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais Recreativas de Assistência Social de Orientação e Formação Profissional no Estado de Pernambuco "SENALBA PE"	Pernambuco	Administrativa e Professores
Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais Recreativas de Assistência Social de Orientação e Formação Profissional no Estado de Alagoas "SENALBA AL"	Alagoas	Administrativa e Professores
Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais Recreativas de Assistência Social de Orientação e Formação Profissional no Estado do Rio Grande do Norte "SENALBA RN"	Rio Grande do Norte	Administrativa
Sindicato dos Profissionais de Educação Física do Rio Grande do Norte "SINPEF RN"	Rio Grande do Norte	Professores
Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais Recreativas de Assistência Social de Orientação e Formação	Goiás	Administrativa e Professores



**14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos**

Profissional no Estado de Goiás "SENALBA GO"		
Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais Recreativas de Assistência Social de Orientação e Formação Profissional no Estado do Ceará "SENALBA RS"	Rio Grande do Sul	Administrativa
Sindicato dos Profissionais de Educação Física do Estado do Rio Grande do Sul "SINPEF RS"	Rio Grande do Sul	Professores
Sindicato dos Trabalhadores em Entidades Culturais e Recreativas no Estado de Minas Gerais "SINDEC MG"	Minas Gerais	Administrativa
Sindicato dos Profissionais em Educação Física do Estado de Minas Gerais "SINPEF MG"	Minas Gerais	Professores
Sindicato dos Trabalhadores em Entidades Recreativas Assistenciais de Lazer e Desportos "SINDCLUBES DF"	Distrito Federal	Professores e Administrativa
Sindicato dos Empregados em Clubes Federações e Confederações Esportivas e Atletas Profissionais do Estado do Rio de Janeiro "SINDECLUBES RJ".	Rio de Janeiro	Professores e Administrativa

## **14.5 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 14 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
<b>Camila F. A. Corona</b>						
212.613.978-60	Brasileira	Sim	Sim	11/05/2018		
Não						
470.753	4,257100%	0	0,000000%	470.753	2,998000%	
<b>Diogo Ferraz de Andrade Corona</b>						
212.613.988-31	Brasileiro	Sim	Sim	11/05/2018		
Não						
470.753	4,257100%	0	0,000000%	470.753	2,998000%	
<b>Ana Carolina Ferraz de Andrade Corona</b>						
212.613.928-09	Brasileira	Sim	Sim	11/05/2018		
Não						
470.753	4,257100%	0	0,000000%	470.753	2,998000%	
<b>Novastar Investment Pte. Ltd.</b>						
30.210.809/0001-09		Sim	Não	11/05/2018		
Sim	Thiago Barbosa Sandim		Física	257.119.518-23		
0	0,000000%	333.333	7,178000%	333.333	2,123000%	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000%				

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
<b>Coronfit Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia</b>						
15.675.095/0001-10		Sim	Sim	11/05/2018		
Não						
1.658.698	15,000000%	0	0,000000%	1.658.698	10,564000%	
<b>Edgard Gomes Corona</b>						
000.846.408-12	Brasileiro	Sim	Sim	11/05/2018		
Não						
2.458.039	22,228700%	10.000	0,215000%	2.468.039	15,718000%	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000%				
<b>Pátria Economia Real – Fundo de Investimento em Participações</b>						
09.081.760/0001-45	Brasileiro	Sim	Sim	27/03/2018		
Não						
111.180	1,005400%	30.102	0,648000%	141.282	0,900000%	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000%				
<b>Pátria Brazilian Private Equity Fund III – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia</b>						
09.225.839/0001-00	Brasileiro	Sim	Sim	11/05/2018		
Não						
4.838.037	43,751500%	1.309.922	28,206000%	6.147.959	39,154000%	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000%				

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
<b>Detalhamento por classes de ações (Unidades)</b>						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
<b>Brasil Private Equity III – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia</b>						
11.327.001/0001-61	Brasileiro	Sim	Sim	11/05/2018		
Não						
111.180	1,005400%	30.102	0,648000%	141.282	0,900000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
<b>Pátria Fit – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia</b>						
11.512.679/0001-14	Brasileiro	Sim	Sim	11/05/2018		
Não						
468.599	4,237700%	126.877	2,732000%	595.476	3,792000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
<b>Pacific Mezz Investco S.À.R.L</b>						
19.687.267/0001-27	Brasileira	Sim	Não	11/05/2018		
Sim	Thiago Barbosa Sandim		Física	257.119.518-23		
0	0,000000%	1.502.744	32,358000%	1.502.744	9,570000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000%	1.301.044	28,015000%	1.301.044	8,285000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
<b>Detalhamento por classes de ações (Unidades)</b>						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
<b>TOTAL</b>	11.057.992	100,000000%	4.644.124	100,000000%	15.702.116	100,000000%

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Coronfit Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia				15.675.095/0001-10		
Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Coronfim Multimercado Crédito Privado - IE						
19.197.236/0001-98		Não	Sim	02/01/2015		
Não						
10.905.000	100,000000	0	0,000000	10.905.000	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
10.905.000	100,000000	0	0,000000	10.905.000	100,000000	

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Pátria Economia Real – Fundo de Investimento em Participações				09.081.760/0001-45		
Itaú Economia Real Fundo de Investimento Multimercado						
17.329.586/0001-35		Não	Sim	05/09/2016		
Não						
111.180	100,000000	30.102	100,000000	141.282	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
111.180	100,000000	30.102	100,000000	141.282	100,000000	



**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Brasil Private Equity III – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia				11.327.001/0001-61	
OUTROS					
111.180	100,000000	30.102	100,000000	141.282	100,000000
TOTAL					
111.180	100,000000	30.102	100,000000	141.282	100,000000

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Pátria Brazilian Private Equity Fund III – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia				09.225.839/0001-00	
OUTROS					
4.838.037	100,000000	1.309.922	100,000000	6.147.959	100,000000
TOTAL					
4.838.037	100,000000	1.309.922	100,000000	6.147.959	100,000000

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Pátria Fit – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia				11.512.679/0001-14	
<b>OUTROS</b>					
468.599	100,000000	126.877	100,000000	595.476	100,000000
<b>TOTAL</b>					
468.599	100,000000	126.877	100,000000	595.476	100,000000

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Coronfim Multimercado Crédito Privado - IE</b>				<b>19.197.236/0001-98</b>	
<b>Ana Carolina Ferraz de Andrade Corona</b>					
212.613.928-09		Não	Sim	02/01/2015	
Não					
201.753	12,160000	0	0,000000	201.753	12,160000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Camila F. A. Corona</b>					
212.613.978-60		Não	Sim	02/01/2015	
Não					
201.753	12,160000	0	0,000000	201.753	12,160000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Diogo Ferraz de Andrade Corona</b>					
212.613.988-31		Não	Sim	02/01/2015	
Não					
201.753	12,160000	0	0,000000	201.753	12,160000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Coronfim Multimercado Crédito Privado - IE				19.197.236/0001-98	
<b>Edgard Gomes Corona</b>					
000.846.408-12		Não	Sim	02/01/2015	
Não					
1.053.439	63,520000	0	0,000000	1.053.439	63,520000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
<b>OUTROS</b>					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
<b>TOTAL</b>					
1.658.698	100,000000	0	0,000000	1.658.698	100,000000

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Itaú Economia Real Fundo de Investimento Multimercado				17.329.586/0001-35	
OUTROS					
111.180	100,000000	30.102	100,000000	141.282	100,000000
TOTAL					
111.180	100,000000	30.102	100,000000	141.282	100,000000

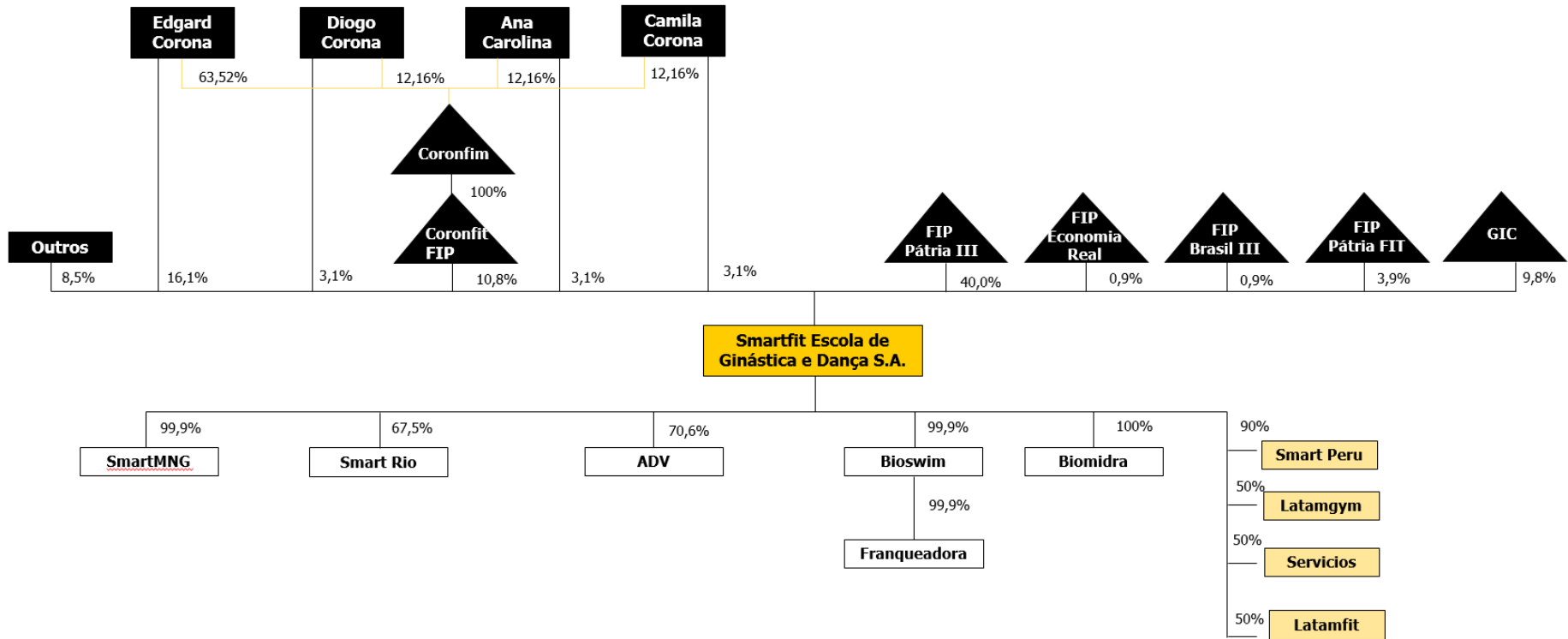
**15.3 - Distribuição de capital**

<b>Data da última assembleia / Data da última alteração</b>	11/05/2018
<b>Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)</b>	8
<b>Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)</b>	15
<b>Quantidade investidores institucionais (Unidades)</b>	0

**Ações em Circulação**

*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria*

<b>Quantidade ordinárias (Unidades)</b>	0	0,000000%
<b>Quantidade preferenciais (Unidades)</b>	0	0,000000%
<b>Total</b>	0	0,000000%





## 15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

A Companhia possui 5 (cinco) acordos de acionistas arquivados em sua sede, conforme descritos abaixo.

### (a) Partes

#### I – Acordo de Acionistas Controladores

São partes deste acordo de acionistas, no qual a Companhia é interveniente-anuente, a Coronfit Fundo de Investimento em Participações, Edgard Gomes Corona, Ana Carolina Ferraz de Andrade Corona, Camila Ferraz de Andrade Corona, Diogo Ferraz de Andrade Corona (em conjunto, “Família Corona”), além do Pátria – Brazilian Private Equity Fund III – Fundo de Investimento em Participações, Pátria Economia Real - Fundo de Investimento em Participações, Brasil Private Equity III- Fundo de Investimento em Participações e o Pátria Fit – Fundo de Investimento em Participações (em conjunto, “FIPs Pátria”).

#### II – Acordo de Acionistas Controladores e Invesfit

São partes deste acordo de acionistas, no qual a Companhia é interveniente-anuente, a Família Corona, os FIPs Pátria e a Invesfit Holding S.A. (“Invesfit”).

#### III – Acordo de Acionistas Controladores e Acionistas GIC

São partes deste acordo de acionistas, conforme aditado, no qual a Companhia é interveniente-anuente, a Família Corona, os FIPs Pátria, a Pacific Mezz Investco S.À.R.L. e a Novastar Investment Pte. Ltd., veículos de investimento do Fundo Soberano de Singapura (GIC) (“Acionistas GIC”).

#### IV - Acordo de Acionistas Controladores e Acionistas Minoritários 2016

São partes deste acordo de acionistas, no qual a Companhia é interveniente-anuente, a Família Corona, os FIPs Pátria, a Jaguari Comercial e Agrícola Ltda (“Jaguari”), o Marcos Biagi Americano (“Marcos”) e o Balmoral Fund (“Balmoral” e, em conjunto com Jaguari e Marcos, “Acionistas Minoritários 2016”).

#### V – Acordo de Acionistas Controladores e Acionistas O2

São partes deste acordo de acionistas, no qual a Companhia é interveniente-anuente, a Família Corona, os FIPs Pátria, a Inversiones Cegedé S.A. (“Inversiones Cegedé”), a Inversiones Marcela O2 Limitada (“Inversiones Marcela”), a Inversiones Elbe Limitada (“Inversiones Elbe”), a Runners Investment SPA (“Runners”), a Inversiones Crux Limitada (“Inversiones Crux”), a Asesorías Profesionales Ábaco Limitada (“Asesorías Ábaco”) e a Inversiones Juan Quince Trece SPA (“Inversiones Juan” e em conjunto com a Inversiones Cegedé, a Inversiones Marcela, a Inversiones Elbe, a Runners, a Inversiones Crux, a Asesorías Ábaco, os “Acionistas O2”).

### (b) Data de celebração

#### I – Acordo de Acionistas Controladores

O Acordo de Acionistas Controladores foi celebrado em 02 de janeiro de 2015 e aditado em 06 de setembro de 2016.

#### II – Acordo de Acionistas Controladores e Invesfit

O Acordo de Acionistas Controladores e Invesfit foi celebrado em 02 de janeiro de 2015 e aditado em 06 de setembro de 2016.

## **15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte**

### III – Acordo de Acionistas Controladores e Acionistas GIC

O Acordo de Acionistas Controladores e Acionistas GIC foi celebrado em 30 de outubro de 2014, e aditado em 02 de janeiro de 2015, em 07 de dezembro de 2015, em 05 de setembro de 2016 e em 11 de maio de 2018.

### IV - Acordo de Acionistas Controladores e Acionistas Minoritários 2016

O Acordo de Acionistas Controladores e Acionistas Minoritários 2016 foi celebrado em 05 de setembro de 2016.

### V – Acordo de Acionistas Controladores e Acionistas O2

O Acordo de Acionistas Controladores e Acionistas O2 foi celebrado em 27 de março de 2018.

## **(c) Prazo de vigência**

### I – Acordo de Acionistas Controladores

O Acordo de Acionistas Controladores tem prazo de vigência de 30 (trinta) anos, a partir da data de celebração, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos de 02 (dois) anos, no caso de não manifestação de qualquer das partes em, no máximo, 06 (seis) meses antes de seu término.

### II – Acordo de Acionistas Controladores e Invesfit

O Acordo de Acionistas tem prazo de vigência de 10 (dez) anos, contados da data de celebração.

### III – Acordo de Acionistas Controladores e Acionistas GIC

O Acordo de Acionistas tem prazo de vigência de 10 (dez) anos, contados de 30 de outubro de 2014.

### IV - Acordo de Acionistas Controladores e Acionistas Minoritários 2016

O Acordo de Acionistas tem prazo de vigência de 10 (dez) anos, contados de 30 de outubro de 2014.

### V – Acordo de Acionistas Controladores e Acionistas O2

O Acordo de Acionistas tem prazo de vigência de 10 (dez) anos, contados da data de celebração.

## **(d) Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle**

### I – Acordo de Acionistas Controladores

A Família Corona e os FIPs Pátria obrigam-se a sempre votar de maneira uniforme e em bloco, observando estritamente os procedimentos, termos e condições previstos no Acordo de Acionistas Controladores em relação a qualquer matéria que venha a ser submetida para aprovação em quaisquer Assembleias Gerais, Reuniões do Conselho de Administração e/ou da Diretoria da Companhia e/ou de suas Subsidiárias, conforme o caso, de acordo com as deliberações prévias tomadas na forma prevista no Acordo de Acionistas Controladores.

No caso em que alguma parte entre em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação judicial ou extrajudicial, sofra qualquer espécie de intervenção do poder público ou tenha sua dissolução deliberada, observadas as disposições da Lei nº 11.101 de 9 de fevereiro de 2005, todas as ações vinculadas detidas por tal parte permanecerão sujeitas a todas as cláusulas e condições do

## **15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte**

Acordo de Acionistas Controladores, ficando, entretanto, suspenso o exercício do seu direito de voto enquanto o evento que gerou essa suspensão perdurar.

### II – Acordo de Acionistas Controladores e Invesfit

As Ações Preferenciais Classe B não terão direito de voto nas Assembleias Gerais de Acionistas da Companhia e Reuniões do Conselho de Administração, observado, entretanto, que a Invesfit terá direito de veto com relação às seguintes matérias:

- (i) qualquer alteração do Estatuto Social da Companhia que modifique ou extinga o direitos e/ou vantagens dos titulares de Ações Preferenciais Classe B da Companhia;
- (ii) qualquer resgate de ações da Companhia (exceto conforme exigido pela legislação brasileira aplicável), exceto pela opção de venda, referida no Acordo de Acionistas Controladores e Invesfit;
- (iii) qualquer dissolução ou liquidação, cessar o estado de dissolução ou liquidação, ou iniciar qualquer processo de falência, insolvência ou similar, apresentar plano de recuperação judicial, ou de homologação de plano de recuperação extrajudicial, em relação à Companhia ou qualquer de suas Controladas;
- (iv) qualquer redução do capital da Companhia que resulte em distribuição desproporcional dos recursos aos Acionistas em relação à sua participação no capital social da Companhia;
- (v) criação de planos de opção de compra de ações para a administração ou para os empregados da Companhia que contemplem a emissão de Ações representando mais de 5% (cinco por cento) do total de Ações emitidas da Companhia;
- (vi) realização de qualquer transação com Parte Relacionada que represente uma obrigação para a Companhia cujo valor apurado em um período de 12 (doze) meses, em uma operação individual ou em uma série de operações relacionadas, seja superior ao equivalente a 1% (um por cento) do faturamento bruto da Companhia apurado no fim do Exercício Social imediatamente anterior;
- (vii) indicação dos auditores independentes da Companhia, caso não venham a ser escolhidos dentre: (i) PwC; (ii) E&Y; (iii) Deloitte ou (iv) KPMG; e
- (viii) competência ou quórum para aprovação de quaisquer das matérias listadas acima.

### III – Acordo de Acionistas Controladores e Acionistas GIC

As Ações Preferenciais Classes AC, AF, AI, C, F e I não terão direito de voto nas Assembleias Gerais de Acionistas da Companhia, observado, entretanto, que os Acionistas GIC terá direito de veto com relação (A) às matérias dos itens (i) a (vii) e (xiii) elencados abaixo à medida que detenham no mínimo 25% das Ações Preferenciais Classes AC, AF, AI, C, F e I (consideradas como um todo), proporcionalmente ajustadas em caso de grupamento ou desdobramentos, bem como (B) às matérias elencadas nos itens (viii) a (xii) abaixo, caso os Acionistas GIC detenham, no mínimo, 75% das referidas ações:

- (i) qualquer alteração do Estatuto Social da Companhia que modifique ou extinga ou afete de forma prejudicial o direitos e/ou vantagens dos titulares de Ações Preferenciais Classes AC, AF, AI, C, F e I e quaisquer outras ações que venham a ser detidas pelos Acionistas GIC;

## 15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

- (ii) qualquer resgate de ações da Companhia (exceto conforme exigido pela legislação brasileira aplicável), exceto o resgate das ações previstos no Estatuto Social;
- (iii) qualquer dissolução ou liquidação, cessação do estado de dissolução ou liquidação, ou ajuizamento de qualquer processo de falência, insolvência, recuperação judicial, ou procedimento similar, em relação à Companhia ou qualquer de suas Controladas;
- (iv) qualquer mudança ou redução do capital da Companhia que resulte em distribuição desproporcional dos recursos aos acionistas em relação à sua participação no capital social da Companhia (consideradas eventuais conversões);
- (v) criação de planos de opção de compra de ações ou planos de incentivos ou bônus de subscrição de ações para administradores ou para os empregados da Companhia que prevejam a emissão de Ações representando mais de 5% (cinco por cento) do capital social total da Companhia;
- (vi) realização de qualquer transação com Parte Relacionada que represente uma obrigação para a Companhia cujo valor apurado em um período de 12 (doze) meses, em uma operação individual ou em uma série de operações relacionadas, seja superior ao equivalente a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais);
- (vii) indicação dos auditores independentes da Companhia, caso não venham a ser escolhidos dentre: (i) PwC; (ii) E&Y; (iii) Deloitte ou (iv) KPMG;
- (viii) a criação ou emissão de ações preferenciais ou outros títulos ou valores mobiliários passíveis de conversão ou permuta por ações preferenciais que os Acionistas GIC não tenham direitos de subscrever no Direito de Primeira Oferta na Subscrição de Terceiros (conforme definido abaixo);
- (ix) qualquer emissão de ações ordinárias da Companhia que resulte na alienação de controle ou a conversão de ações ordinárias em ações preferenciais, exceto a conversão prevista no Acordo de Acionistas;
- (x) qualquer mudança no número (máximo ou mínimo) de membros do Conselho de Administração da Companhia;
- (xi) qualquer alterações relevantes no objeto social da Companhia;
- (xii) qualquer transação em que a Companhia, direta ou indiretamente, incluindo, mas não se limitando, por meio de suas Controladas, realize a venda de seus ativos em um montante superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) ("Transferência de Ativos"); e
- (viii) competência ou quórum para aprovação de quaisquer das matérias listadas acima.

### IV - Acordo de Acionistas Controladores e Acionistas Minoritários 2016

As Ações Preferenciais Classe E e as Ações Preferenciais Classe G não terão direito de voto nas Assembleias Gerais. Entretanto, as matérias elencadas nos itens (i) a (viii) abaixo para serem deliberadas pelos acionistas exigirão aprovação de todo Acionista Minoritário 2016 que detenha individualmente no mínimo 375.686 (trezentos setenta e cinco mil e seiscentas e oitenta e seis) Ações Preferenciais Classe E e Ações Preferenciais Classe G (consideradas como um todo), proporcionalmente

## **15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte**

ajustadas em caso de desdobramentos ou grupamentos das Ações Preferenciais Classe G subscritas pelos Acionistas Minoritários 2016:

- (i) qualquer alteração relevante no Estatuto Social da Companhia que modifique, extinga ou afete de forma prejudicial os direitos e/ou vantagens dos titulares de Ações Preferenciais Classe AE, Ações Preferenciais Classe AG, Ações Preferenciais Classe E, Ações Preferenciais Classe G e demais ações da Companhia que sejam detidas pelos Acionistas Minoritários 2016 e pelos FIPs Pátria;
- (ii) qualquer resgate de ações da Companhia (exceto conforme exigido pela legislação brasileira aplicável), exceto o resgate das ações previstos no Estatuto Social;
- (iii) qualquer dissolução ou liquidação, cessação do estado de dissolução ou liquidação, ou ajuizamento de qualquer processo de falência, insolvência, recuperação judicial ou procedimento similar em relação à Companhia ou qualquer de suas Controladas;
- (iv) qualquer mudança ou redução do capital social da Companhia que resulte em distribuição desproporcional dos recursos aos Acionistas em relação à sua participação no capital social da Companhia (inclusive em caso de conversão);
- (v) criação de planos de opção de compra de ações ou planos de incentivos ou bônus de subscrição de ações para administradores ou para os empregados da Companhia que prevejam a emissão de ações representando mais de 5% (cinco por cento) do capital social total da Companhia;
- (vi) realização de qualquer transação com qualquer Parte Relacionada que represente uma obrigação para a Companhia cujo valor apurado em um período de 12 (doze) meses, em uma operação individual ou em uma série de operações relacionadas, seja superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais);
- (vii) indicação dos auditores independentes da Companhia, caso não venham a ser escolhidos dentre: (i) PwC; (ii) E&Y; (iii) Deloitte ou (iv) KPMG;
- (viii) competência ou quórum para aprovação de quaisquer das matérias listadas acima.

### V – Acordo de Acionistas Controladores e Acionistas O2

As Ações Preferenciais Classe H e Classe AH não terão direito de voto nas Assembleias Gerais. Entretanto, as matérias elencadas nos itens (i) a (iv) abaixo para serem deliberadas pelos acionistas exigirão aprovação de todos os Acionistas O2:

- (a) alteração substancial do estatuto social da Companhia que modifica, extingue ou de outra forma atinge negativamente os direitos e/ou as vantagens das ações preferenciais classe AH e classe H;
- (ii) dissolução ou liquidação, além das transações expressamente permitidas no acordo de acionistas, cessação do estado de dissolução ou liquidação, ou ajuizamento de qualquer processo de falência, insolvência, recuperação judicial ou procedimento similar em relação à Companhia ou qualquer de suas Controladas;

## **15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte**

- (iii) realização de qualquer transação, além das transações expressamente permitidas no acordo de acionistas, com qualquer parte relacionada, individualmente ou em conjunto, que represente uma obrigação para a Companhia cujo valor seja acima de 1% (um por cento) da receita bruta da Companhia, conforme auferida no ano imediatamente anterior, calculado para um período de 12 meses; e
- (iv) indicação dos auditores independentes da Companhia, caso não venham a ser escolhidos dentre: (i) PwC; (ii) E&Y; (iii) Deloitte ou (iv) KPMG.

### **(e) Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais**

#### I – Acordo de Acionistas Controladores

Observadas as disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho de Administração da Companhia será composto por 6 (seis) membros, sendo 3 (três) indicados pelos FIPs Pátria e 3 (três) pela Família Corona.

Os FIPs Pátria e/ou a Família Carona poderá(ao) substituir, a qualquer tempo e sem justificativa, o(s) membro(s) do Conselho de Administração da Companhia que houver indicado, sendo que ambos estão obrigados a votar favoravelmente de forma a eleger o substituto indicado pela outra parte. O mesmo procedimento deverá ser observado quando da renovação do mandato dos membros do Conselho de Administração.

A Família Corona e os FIPs Pátria obrigam-se a destituir qualquer Conselheiro que tenham indicado que deixar de cumprir com as disposições legais, estatutárias ou do Acordo de Acionistas Controladores, dentro do prazo de 2 (dois) Dias úteis contados da verificação do evento ou da notificação escrita que lhe fará a outra parte para este fim.

A Família Corona e os FIPs Pátria terão, cada parte, o direito de indicar o Presidente do Conselho de Administração, uma vez em cada ano, alternadamente, devendo as partes votar nas Assembleias Gerais que forem deliberar a matéria favoravelmente à eleição do membro indicado pela parte com direito a indicar o Presidente do Conselho de Administração para o referido mandato.

Caso, por pedido de qualquer das partes, venha a ser instalado o Conselho Fiscal da Companhia, nos termos das disposições legais aplicáveis, o órgão será composto por 3 (três) membros e seus suplentes, os quais terão mandato até a Assembleia Geral Ordinária seguinte a sua eleição.

Observadas as regras legais e estatutárias aplicáveis, assim como as disposições contidas no Acordo de Acionistas Controladores, a Diretoria da Companhia será composta pelo número de membros estabelecido no seu Estatuto Social, sendo que as definições dos cargos e as respectivas atribuições dos membros da Diretoria serão estabelecidas pelo Conselho de Administração.

O Diretor Presidente da Companhia será o Sr. Edgard, sendo que, caso o cargo de Diretor Presidente deixe de ser exercido pelo mesmo, caberá exclusivamente à Família Carona indicar o seu substituto, que deverá ser sempre aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Os FIPs Pátria terão sempre o direito de indicar o Diretor Financeiro da Companhia, que deverá ser sempre aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

## **15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte**

Caberá ao Diretor Presidente, enquanto exercido pelo Sr. Edgard, indicar os demais diretores, sendo que todos os nomes indicados deverão ser aprovados pelo Conselho de Administração.

No caso de destituição de qualquer dos diretores (estatutários ou não) pelo Diretor Presidente, caberá ao Conselho de Administração da Companhia deliberar sobre a indicação do novo membro da Diretoria pelo Diretor Presidente. Caso o Conselho de Administração não aprove até duas indicações realizadas pelo Diretor Presidente, a indicação de um terceiro nome deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração.

No caso de destituição de qualquer dos diretores (estatutários ou não) pelos FIPs Pátria, caberá ao Conselho de Administração da Companhia deliberar sobre a indicação do novo membro da Diretoria pelo Diretor Presidente. Caso o Conselho de Administração não aprove até duas indicações realizadas pelo Diretor Presidente, a indicação de um terceiro nome deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração.

Caso o plano de negócios da Companhia não seja atingido, os FIPs Pátria e/ou a Família Corona poderá(ão) destituir o(s) Diretor(es), com exceção (i) do Diretor Presidente (enquanto o referido cargo estiver sendo exercido pelo Sr. Edgard) e (ii) do Diretor Financeiro que poderá ser destituído exclusivamente pelos FIPs Pátria.

### II – Acordo de Acionistas Controladores e Invesfit

A Invesfit não terá direito a indicar membros para o Conselho de Administração ou para a Diretoria da Companhia (exceto caso necessário para adaptação da governança da Companhia no caso de reorganização societária, conforme descrita no Acordo de Acionistas Controladores e Invesfit), e não terá direito a voto de desempate na eleição de quaisquer desses membros.

### III – Acordo de Acionistas Controladores e Acionistas GIC

Os Acionistas GIC não terão direito a indicar membros para o Conselho de Administração ou para a Diretoria da Companhia e não terá direito a voto na eleição de quaisquer desses membros. Entretanto, os Acionistas GIC terão direito de ter 1 (um) assento de observador em qualquer reunião do Conselho de Administração.

### IV - Acordo de Acionistas Controladores e Acionistas Minoritários 2016

Os Acionistas Minoritários 2016 não terão direito a indicar membros para o Conselho de Administração ou para a Diretoria da Companhia e não terão direito a voto na eleição de quaisquer desses membros.

### V – Acordo de Acionistas Controladores e Acionistas O2

Os Acionistas O2 não terão direito a indicar membros para o Conselho de Administração ou para a Diretoria da Companhia e não terão direito a voto na eleição de quaisquer desses membros.

## **(f) Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las**

### I – Acordo de Acionistas Controladores

Nenhuma das partes poderá alienar ou onerar, direta ou indiretamente, qualquer das ações vinculadas ou os direitos de preferência à subscrição de ações da Companhia que possuírem, direta ou indiretamente, em desacordo com o disposto no Acordo de Acionistas Controladores.

## 15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Eventuais transferências e alienações das ações da Família Corona poderão ser efetuadas para (i) empresas que o Sr. Edgard seja, direta ou indiretamente, o controlador na forma do artigo 116 da Lei 6.404/76 ou (ii) fundos de investimento cujas quotas sejam em sua maioria detidas pelo Sr. Edgard e que este tenha o poder de determinar todos os atos de gestão, investimento e desinvestimento (inclusive os direitos políticos das empresas em que os fundos invistam). Não obstante, eventuais transferências e alienações das ações vinculadas ou direitos de subscrição por qualquer parte para qualquer afiliada somente poderão ser efetuadas mediante autorização expressa da outra parte.

Nenhuma das Partes poderá alienar nenhuma de suas ações vinculadas ou direitos de subscrição, direta ou indiretamente, para qualquer concorrente da Companhia, sem autorização prévia da outra parte, salvo na hipótese de exercício do Direito de Adesão Obrigatória à Venda (*Drag Along*) pelo alienante.

Exceto no caso de operações envolvendo prestação de garantia de uma parte à outra, fica expressamente vedado às partes, em relação as ações vinculadas, instituir fideicomisso, contratar promessa ou compromisso de venda ou outorgar opção, instituir direito de preferência, alugar, emprestar ou constituir qualquer ônus, bem como firmar outros acordos de acionistas que conflitem com o Acordo de Acionistas Controladores. Fica igualmente vedado às partes oferecer qualquer de suas ações vinculadas a penhora, exceto se previamente autorizada por escrito pela outra parte.

A Família Corona e os FIPs Pátria ou seus sucessores ou cessionários autorizados não poderão alienar ou de qualquer outra forma transferir, direta ou indiretamente, a outros acionistas ou a terceiros as ações vinculadas ou direitos de subscrição que possuem, direta ou indiretamente, na Companhia, sem ofertá-las primeiro a outra parte, o qual terá o direito de preferência para adquiri-las, pelo mesmo preço e em igualdade de condições com terceiros. Não obstante, fica desde já autorizada, sem a necessária concessão prévia do direito de preferência, a alienação e/ou transferência de qualquer das ações vinculadas ou dos direitos de preferência à subscrição de ações da Companhia: (i) de titularidade da Ana Carolina e/ou da Camila e/ou do Diogo para o Edgard e/ou Coronfit; e (ii) entre os FIPs Pátria, quando abrangerem ações e/ou direitos de suas titularidades.

Caso uma das partes ("Parte Ofertante") tenha recebido uma proposta firme de terceiros para a aquisição de ações vinculadas ou direitos de subscrição e desejar vender, ceder, transferir, gratuita ou onerosamente, conferir ao capital de outra sociedade, transmitir ou, de qualquer forma, dispor ou alienar a totalidade ou parte de suas ações vinculadas ou direito de subscrição, a Parte Ofertante notificará, por escrito ("Aviso"), à outra Parte ("Parte Ofertada") informando as ações vinculadas que pretende alienar ("Ações Ofertadas") ou os direitos de subscrição que pretende ceder ("Direitos Ofertados"), o nome e qualificação do terceiro proponente ("Proponente"), o preço pretendido, moeda, local e forma de pagamento e todos os demais termos e condições da oferta. A Parte Ofertada terá, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento do Aviso se deseja exercer seu direito de preferência ("Direito de Preferência") para a aquisição das Ações Ofertadas e/ou dos Direitos Ofertados, pelo preço e nos mesmos termos e condições constantes do Aviso ("Notificação"). A Parte Ofertada somente poderá exercer seu Direito de Preferência sobre a totalidade das Ações Ofertadas ou Direitos Ofertados, conforme constante do Aviso. Uma vez exercido tempestivamente o Direito de Preferência, a Parte Ofertante ficará obrigada, em caráter irrevogável e irretratável, a transferir as Ações Ofertadas e/ou os Direitos Ofertados à Parte Ofertada, contra o pagamento do preço e de acordo com os termos e condições fixados no Aviso, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados do recebimento da Notificação. Caso a Parte Ofertada não tenha exercido seu Direito de Preferência, a Parte Ofertante



## 15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

estará livre para, no prazo de 60 (sessenta) dias seguintes, alienar a totalidade e não menos que a totalidade das Ações Ofertadas e/ou os Direitos Ofertados ao Proponente, desde que a alienação das Ações Ofertadas e/ou dos Direitos Ofertados seja realizada pelo mesmo preço e condições contidos no Aviso, ou sob condições e preços não mais favoráveis que aqueles oferecidos à Parte Ofertada, e desde que o adquirente adira aos termos do Acordo de Acionistas Controladores.

Sem prejuízo do Direito de Preferência, alternativamente, dentro do prazo previsto acima, qualquer das partes poderá exercer o direito de exigir que as suas ações vinculadas sejam alienadas em conjunto com a alienação das ações vinculadas da Parte Ofertante, na mesma proporção e nas mesmas condições e termos (inclusive preço) contidas na oferta do Proponente ("Direito de Venda Conjunta"). A compra das ações vinculadas detidas pelos FIPs Pátria e pela Família Corona pelo Proponente deverá efetivar-se dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data do recebimento, pela Parte Ofertante, da notificação de intenção de alienação ("Notificação de Intenção de Alienação") emitida pela Parte Ofertada. No caso de exercício do Direito de Venda Conjunta, a alienação das ações vinculadas só poderá ser realizada caso o Proponente adquira a totalidade das ações vinculadas (respeitadas as respectivas proporções em eventuais vendas parciais) objeto da alienação conjunta dos acionistas.

Caso qualquer Parte Ofertada receba de um terceiro uma proposta vinculante, irrevogável e irretroatável, para a aquisição da totalidade e não menos do que a totalidade de ações vinculadas, especificando na referida oferta o preço a ser pago por ação vinculada, bem como a forma, o prazo de pagamento e demais condições de referida aquisição ("Oferta de Terceiro"), desde que atendido certas condições do Acordo de Acionistas Controladores, deverá a Parte Ofertada, se disposta a aceitar a Oferta de Terceiro, notificar a outra parte, instruindo a notificação com a Oferta de Terceiro ("Notificação de Drag Along"), informando a outra parte de sua intenção de que também aliene as ações vinculadas de sua propriedade ao terceiro ofertante, de acordo com os mesmos termos, condições e prazo de pagamento contidos na Oferta de Terceiro ("Direito de Drag Along").

Uma vez recebida a Notificação de *Drag Along* por qualquer das partes, poderá a outra parte exercer o Direito de Preferência pelo mesmo preço, termos e condições constantes da Notificação de *Drag Along*, hipótese em que a Parte Ofertada ficará obrigada a alienar as ações vinculadas de sua propriedade a Parte que exercer o Direito de Preferência. Caso não seja exercido tempestivamente o Direito de Preferência pela outra parte (que não a Parte Ofertada), esta ficará obrigada, em caráter irrevogável e irretroatável, a vender e transferir as ações vinculadas de sua propriedade ao terceiro adquirente, de acordo com o mesmo preço e condições contidos na Oferta de Terceiro e, portanto, na Notificação de *Drag Along*, no mesmo ato em que a Parte Ofertada vier a transferir as ações vinculadas de sua propriedade ao referido terceiro adquirente, o que ocorrerá contra o recebimento do preço fixado para a alienação das ações vinculadas.

### II – Acordo de Acionistas Controladores e Invesfit

Nenhum acionista poderá, direta ou indiretamente, transferir, alienar, outorgar opção de venda, onerar, caucionar, constituir usufruto, ou de outra forma negociar qualquer de suas ações ou direitos de preferência para a subscrição de novas ações ou valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia. Não obstante, as partes poderão transferir livremente ações de sua titularidade a qualquer afiliada desde que a parte permaneça coobrigada solidariamente com a respectiva afiliada em relação

## **15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte**

às obrigações originalmente assumidas no Acordo de Acionista Controladores e Invesfit ("Transferência Permitida"). A transferência de ações preferenciais de titularidade da Invesfit à Família Corona ou FIPs Pátria somente será permitida com a anuência prévia, por escrito, da Família Corona ou FIPs Pátria, conforme quem não estiver recebendo tais ações.

Caso a Invesfit receba a uma oferta firme e de boa-fé e pretenda, direta ou indiretamente, transferir todas ou parte de suas ações ("Ações Ofertadas") a terceiros ("Oferta"), a Invesfit deverá notificar a Família Corona e dos FIPs Pátria ("Acionistas Ofertados") por escrito, especificando detalhadamente os termos e condições de venda, bem como o nome dos terceiros interessados em adquirir as Ações Ofertadas, bem como o nome da(s) Pessoa(s) Controladora(s) de tal potencial comprador ("Notificação de Oferta"). Os Acionistas Ofertados terão direito de preferência para adquirir todas as Ações Ofertadas pelo mesmo preço e com base nos mesmos termos e condições da Oferta ("Direito de Preferência"), de acordo com a sua participação no capital social da Companhia, sem considerar a participação da Invesfit. O Direito de Preferência somente será exercível caso a Família Corona e os FIPs Pátria decidam exercer seu respectivo Direito de Preferência, exceto se de outra forma acordado por escrito. O Direito de Preferência não será aplicável a Transferências Permitidas.

Caso a Família Corona ou os FIPs Pátria pretendam transferir, direta ou indiretamente, todas ou uma parte de suas ações a uma pessoa, deverão primeiro comunicar esse fato por escrito para a Invesfit, especificando em detalhes os termos e as condições de venda e o nome da pessoa interessada na aquisição dessas ações, bem como o nome da(s) Pessoa(s) Controladora(s) do potencial adquirente. A Invesfit terá direito, pelo mesmo preço e nos mesmos termos e condições dessa Oferta, de exigir que a Pessoa adquira a totalidade, e não menos que a totalidade, das Ações de sua titularidade ("Direito de Venda Conjunta"). Neste caso, em até 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação, a Invesfit deverá responder por escrito a Família Corona e aos FIPs Pátria manifestando-se a respeito do exercício de seu Direito de Venda Conjunta. Caso a Invesfit decida exercer seu Direito de Venda Conjunta, as suas respectiva Ações a serem Transferidas ("Ações Transferíveis") serão convertidas em Ações Ordinárias da Companhia em uma proporção de 1 para 1 (um para um). O Direito de Venda Conjunta não será aplicável a Transferências Permitidas.

A Invesfit apenas poderá onerar suas ações, direta ou indiretamente, mediante a anuência prévia e por escrito da Família Corona e os FIPs Pátria.

### III – Acordo de Acionistas Controladores e Acionistas GIC

Nenhum acionista poderá, direta ou indiretamente, transferir, alienar, outorgar opção de venda, onerar, caucionar, constituir usufruto, ou de outra forma negociar qualquer de suas ações ou direitos de preferência para a subscrição de novas ações ou valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia. Não obstante, as partes poderão transferir livremente ações de sua titularidade a qualquer afiliada desde que (i) apenas no caso dos Acionistas GIC, as ações transferidas continuem indiretamente detidas pelo GIC (Venture) Pte. Ltd; e (ii) a afiliada se torne parte do Acordo de Acionistas e o acionista que estiver transferindo as ações permaneça coobrigado solidariamente com a respectiva afiliada em relação às obrigações originalmente assumidas no Acordo de Acionistas ("Transferência Permitida"). O acionista que transferir as ações e o beneficiário serão tratados como uma única parte para todos os fins. A transferência de ações preferenciais de titularidade dos Acionistas GIC à Família Corona ou FIPs

## **15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte**

Pátria somente será permitida com a anuência prévia, por escrito, da Família Corona ou FIPs Pátria, conforme quem não estiver recebendo tais ações.

A Família Corona e os FIPs Pátria deverão enviar aos Acionistas GIC uma notificação por escrito sobre qualquer proposta para subscrição de novas ações a ser ofertada a terceiros (ou transferência de ações pela Família Corona e FIPs Pátria). Os Acionistas GIC terão o direito de, mas não serão obrigados a, subscrever todas (e não menos do que todas) as respectivas novas ações ofertadas pelo mesmo preço e condições que serão ofertados à terceiros. A Companhia não poderá emitir novas ações, salvo se a Família Corona e os FIPs Pátria tiverem primeiro ofertado as respectivas ações aos Acionistas GIC. O direito de primeira oferta não poderá ser transferido pelos Acionistas GIC sem a anuência prévia, por escrito, da Família Corona e dos FIPs Pátria (tal transferência somente poderá ser feita a qualquer afiliada dos Acionistas GIC).

Caso os Acionistas GIC recebam uma oferta firme e de boa-fé e pretenda, direta ou indiretamente, transferir todas ou parte de suas ações ("Ações Ofertadas") a terceiros ("Oferta"), deverão notificar a Família Corona e dos FIPs Pátria ("Acionistas Ofertados") por escrito, especificando detalhadamente os termos e condições de venda, bem como o nome dos terceiros interessados em adquirir as Ações Ofertadas, bem como o nome da(s) Pessoa(s) Controladora(s) de tal potencial comprador ("Notificação de Oferta"). Os Acionistas Ofertados terão direito de preferência para adquirir todas, e não menos que todas, as Ações Ofertadas pelo mesmo preço e com base nos mesmos termos e condições da Oferta ("Direito de Preferência"), de acordo com a sua participação no capital social da Companhia e somente será exercível se tanto a Família Corona e os FIPs Pátria decidam exercer seu respectivo direito de preferência. O Direito de Preferência não será aplicável a Transferências Permitidas.

Caso a Família Corona ou os FIPs Pátria pretendam transferir, direta ou indiretamente, todas ou uma parte de suas ações a uma pessoa, deverão primeiro comunicar esse fato por escrito para os Acionistas GIC, especificando em detalhes os termos e as condições de venda e o nome da pessoa interessada na aquisição dessas ações, bem como o nome da(s) Pessoa(s) Controladora(s) do potencial adquirente. Os Acionistas GIC terão direito, pelo mesmo preço e nos mesmos termos e condições dessa Oferta, de exigir que a Pessoa adquira a mesma porcentagem de suas ações que está sendo alienada pela Família Corona ou FIPs Pátria ("Direito de Venda Conjunta"). Caso a alienação resulte em troca de controle, os Acionistas GIC poderão exigir a venda da totalidade das suas ações, nas mesmas condições ofertadas.

Os Acionistas GIC apenas poderão criar quaisquer ônus sobre suas ações, direta ou indiretamente, mediante a anuência prévia, por escrito, da Família Corona e dos FIPs Pátria.

Adicionalmente, caso a Companhia não conclua uma oferta pública inicial de ações até o segundo aniversário da subscrição pelos Acionistas GIC, descrita no item 17.2 abaixo, ela poderá adquirir todas as ações preferenciais classe AI e preferenciais classe I pelo valor por ação da subscrição ocorrida em 2018, acrescido de um valor que corresponda a um retorno de 20% ao ano sobre o valor total da subscrição, menos juros sobre o capital próprio ou outras distribuições recebidas pelos Acionistas GIC em relação às ações preferenciais classe AI e às ações preferenciais classe I, desde a data da subscrição até a data do efetivo pagamento dos valores correspondentes ao preço de exercício da opção de compra pela Companhia aos Acionistas GIC.

IV - Acordo de Acionistas Controladores e Acionistas Minoritários 2016

## **15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte**

Nenhum acionista poderá, direta ou indiretamente, transferir, alienar, outorgar opção de venda, onerar, caucionar, constituir usufruto, ou de outra forma negociar qualquer de suas ações ou direitos de preferência para a subscrição de novas ações ou valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia. Não obstante, as partes poderão transferir livremente ações de sua titularidade a qualquer afiliada desde que a parte permaneça coobrigada solidariamente com a respectiva afiliada em relação às obrigações originalmente assumidas no Acordo de Acionista Invesfit ("Transferência Permitida"). A transferência de ações preferenciais de titularidade da Invesfit à Família Corona ou FIPs Pátria somente será permitida com a anuência prévia, por escrito, da Família Corona ou FIPs Pátria, conforme quem não estiver recebendo tais ações.

Caso os Acionistas Minoritários 2016 recebam a uma oferta firme e de boa-fé e pretenda, direta ou indiretamente, transferir todas ou parte de suas ações ("Ações Ofertadas") a terceiros ("Oferta"), Acionistas Minoritários 2016 deverão notificar a Família Corona e dos FIPs Pátria ("Acionistas Ofertados") por escrito, especificando detalhadamente os termos e condições de venda, bem como o nome dos terceiros interessados em adquirir as Ações Ofertadas, bem como o nome da(s) Pessoa(s) Controladora(s) de tal potencial comprador ("Notificação de Oferta"). Os Acionistas Ofertados terão direito de preferência para adquirir todas, e não menos que todas, as Ações Ofertadas pelo mesmo preço e com base nos mesmos termos e condições da Oferta ("Direito de Preferência"), de acordo com a sua participação no capital social da Companhia e somente será exercível se tanto a Família Corona e os FIPs Pátria decidam exercer seu respectivo direito de preferência. O Direito de Preferência somente será exercível caso a Família Corona e os FIPs Pátria decidam exercer seu respectivo Direito de Preferência, exceto se outra forma acordado por escrito. O Direito de Preferência não será aplicável a Transferências Permitidas.

Caso a Família Corona ou os FIPs Pátria pretendam transferir, direta ou indiretamente, todas ou uma parte de suas ações a uma pessoa, deverão primeiro comunicar esse fato por escrito para aos Acionistas Minoritários 2016, especificando em detalhes os termos e as condições de venda e o nome da pessoa interessada na aquisição dessas ações, bem como o nome da(s) Pessoa(s) Controladora(s) do potencial adquirente. Os Acionistas Minoritários 2016 terão o direito, pelo mesmo preço e nos mesmos termos e condições dessa Oferta, de exigir que a Pessoa adquira a mesma porcentagem a ser alienada pela Família Corona ou FIPs Pátria ("Direito de Venda Conjunta"). Caso a alienação resulte em troca de controle, os Acionistas Minoritários 2016 poderão exigir a venda da totalidade das suas ações, nas mesmas condições. Caso os Acionistas Minoritários 2016 decidam exercer seu Direito de Venda Conjunta, as suas respectivas Ações a serem Transferidas ("Ações Transferíveis") serão convertidas em Ações Ordinárias da Companhia em uma proporção de 1 para 1 (um para um), sujeito a certos ajustes previsto no Acordo de Acionistas Controladores e Acionistas Minoritários 2016. O Direito de Venda Conjunta não será aplicável a Transferências Permitidas.

Os Acionistas Minoritários 2016 apenas poderão criar quaisquer ônus sobre suas ações, direta ou indiretamente, mediante a anuência prévia, por escrito, da Família Corona e dos FIPs Pátria.

### V – Acordo de Acionistas Controladores e Acionistas O2

Se os Acionistas Controladores desejarem transferir, direta ou indiretamente, a totalidade ou parte de suas ações para um terceiro e essa transferência represente uma troca de controle, os Acionistas Controladores devem primeiramente notificar os Acionistas O2 por escrito, especificando em detalhes

## **15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte**

os termos e condições da venda, bem como o nome do terceiro interessado em adquirir tais ações e de seus controladores ("Notificação"). Cada um dos Acionistas O2 deverá ter o direito de pedir para que o terceiro adquira todas, e não menos que todas, as ações detidas pelo Acionista O2 pelo mesmo preço e sob os mesmos termos e condições ("Direito de Tag Along").

Cada Acionista O2 deverá informar por escrito os Acionistas Controladores de sua intenção de exercer o Direito de Tag Along em 30 dias contados do recebimento da Notificação. Caso os Acionistas Controladores não recebam esse comunicado tempestivamente, poderão considerar o silêncio como um waiver ao Direito de *Tag Along*.

Caso algum Acionista O2 opte por exercer o Direito de *Tag Along*, as ações que serão transferidas, deverão ser convertidas em ações ordinárias na razão de 1:1. Para isso, a Companhia, os Acionistas O2 e os Acionistas Controladores deverão tomar todos os atos necessários para a conversão (i.e. convocar Assembleia Geral de Acionistas para aprovar a conversão).

Ainda, caso os Acionistas Controladores recebam uma oferta irrevogável para aquisição de 100% das ações de emissão da Companhia e de sua titularidade por um potencial comprador, esse Acionista Controlador que deseja vender suas ações pode exigir que os Acionistas O2 também transfiram todas as ações de emissão da Companhia e de sua titularidade, em conformidade com os termos e condições oferecidas pelo potencial comprador aos Acionistas Controladores. ("Drag Along"). O exercício da venda Drag Along será irrevogável e irretratável.

### **(g) Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle**

#### I – Acordo de Acionistas Controladores

A orientação do voto da Companhia em relação a todas as matérias sujeitas a aprovação dos Sócios, do Conselho de Administração ou da Diretoria, quando aplicável, das Subsidiárias deverá ser aprovada pelas partes na forma estabelecida no Acordo de Acionistas Controladores como se fossem deliberações da própria Companhia e os representantes da Companhia somente poderão exercer seus direitos de voto nas Assembleias Gerais, ou Reuniões de Sócios ou da Diretoria das Subsidiárias após a aprovação prévia da matéria pelas Partes no âmbito da Companhia, de acordo com os termos e condições previstas no Acordo de Acionistas Controladores.

Todas e quaisquer matérias de competência do Conselho de Administração da Companhia somente poderão ser aprovadas com o voto favorável de ao menos 5 (cinco) dos membros do Conselho de Administração.

#### II – Acordo de Acionistas Controladores e Invesfit

Não aplicável, vide item "e" (II) acima.

#### III – Acordo de Acionistas Controladores e Acionistas GIC

Não aplicável, vide item "e" (III) acima.

#### IV - Acordo de Acionistas Controladores e Acionistas Minoritários 2016

Não aplicável, vide item "e" (IV) acima.

#### V – Acordo de Acionistas Controladores e Acionistas O2

**15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte**

Não aplicável, vide item "e" (V) acima.

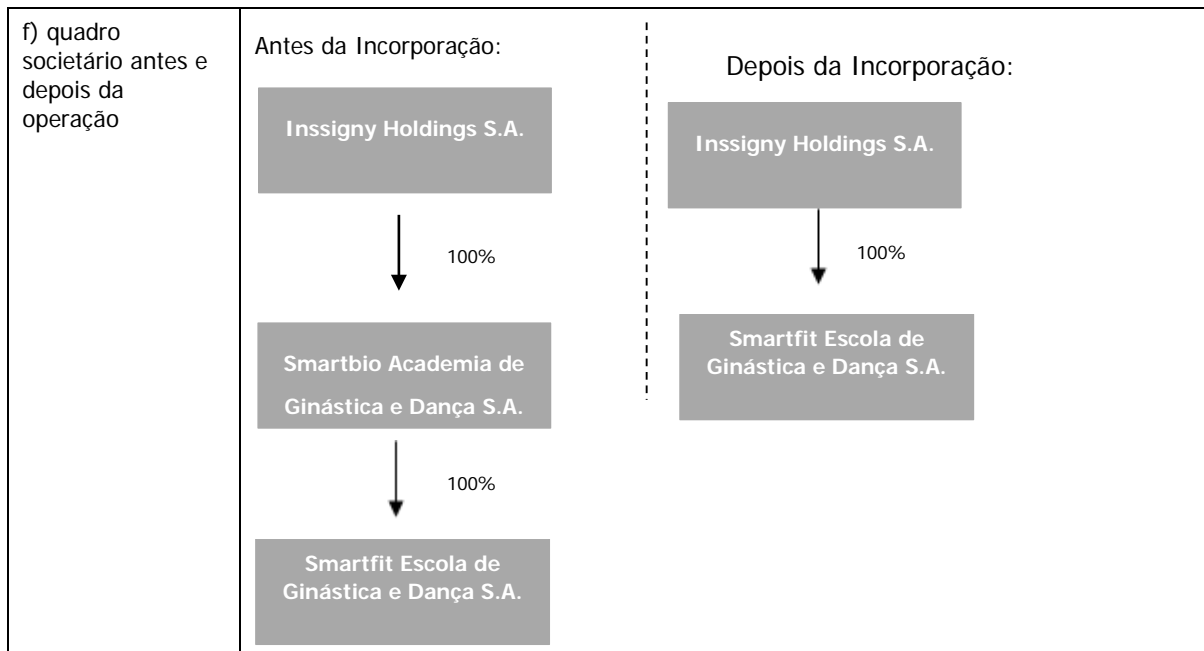
### **15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor**

Não foram realizadas alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais e no exercício corrente.

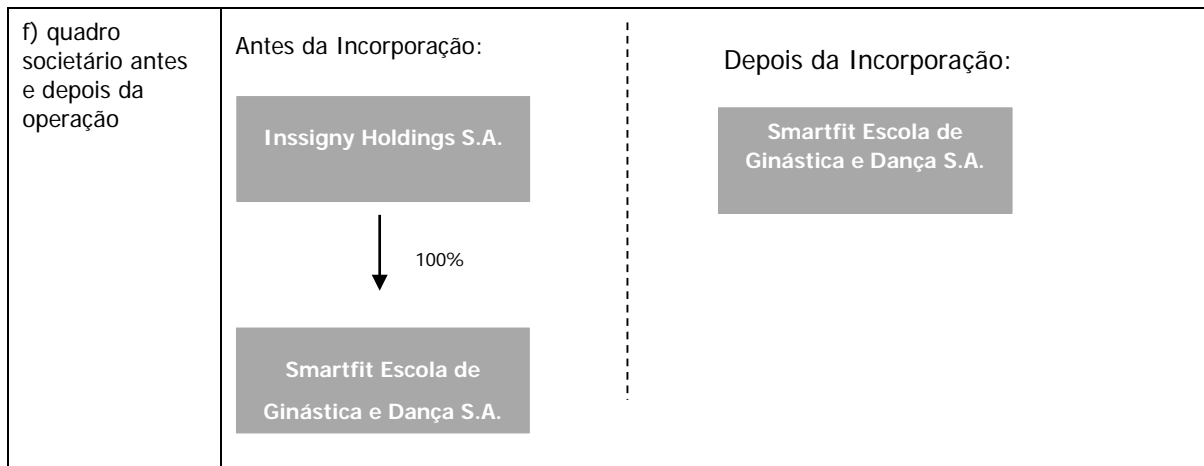
**15.7 - Principais operações societárias**

a) evento	Incorporação da Smartbio Academia de Ginástica e Dança S.A.
b) principais condições do negócio	<p>Foi aprovada a incorporação em Assembleia Geral Extraordinária no dia 02 de janeiro de 2015 e rerratificada em 24 de agosto de 2015, como parte da estratégia da Companhia para simplificar a estrutura societária das empresas nas quais as partes possuíam, direta ou indiretamente, participação societária, com o objetivo de consolidar as atividades operacionais do grupo e otimização de sua estrutura. A incorporação foi realizada com base no balanço patrimonial da incorporada levantado em 31 de dezembro de 2014, elaborado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, contendo todos os elementos necessários e suficientes à Incorporação.</p> <p>A Incorporação resultou na versão, ao patrimônio líquido da Companhia, do valor total de R\$ 93.236.546,15, conforme laudo de avaliação. Do total do valor vertido, R\$ 95.390,00 foi destinado ao capital social da Companhia, R\$ 90.909.916,31 foi destinado à reserva de capital da Companhia e o saldo remanescente, no valor de R\$ 2.231.239,84 ficou destinado ao Resultado Abrangente da Companhia.</p> <p>O capital social da Companhia passou de R\$ 78.294.927,00 representado por 78.294.927 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para 78.390.317,00 representado por 164.436.369 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal</p>
c) sociedades envolvidas	Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A. e Smartbio Academia de Ginástica e Dança S.A.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Com a Incorporação, a Smartfit deixou de ser subsidiária integral da Smartbio para ser subsidiária integral da Inssigny Holdings S.A.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.



**15.7 - Principais operações societárias**

a) evento	Incorporação da Inssigny Holdings S.A.
b) principais condições do negócio	<p>Foi aprovada a incorporação em Assembleia Geral Extraordinária no dia 02 de janeiro de 2015 e rerratificada em 24 de agosto de 2015, como parte da estratégia da Companhia para simplificar a estrutura societária das empresas nas quais as partes possuíam, direta ou indiretamente, participação societária, com o objetivo de consolidar as atividades operacionais do grupo e otimização de sua estrutura. A incorporação foi realizada com base no balanço patrimonial da incorporada levantado em 31 de dezembro de 2014, elaborado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, contendo todos os elementos necessários e suficientes à Incorporação.</p> <p>A Incorporação resultou na versão, ao patrimônio líquido da Companhia, do valor total de R\$ 41.946.580,21, conforme laudo de avaliação. Com versão do valor de R\$ 897.580,21 à reserva de capital da Companhia.</p> <p>O capital social da Companhia permaneceu inalterado.</p>
c) sociedades envolvidas	Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A. e Inssigny Holdings S.A.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Houve alteração nos acionistas da Smartfit, com a consequente extinção da Inssigny.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

**15.7 - Principais operações societárias**

a) evento	Aquisição de Quotas da Rio Quatro Academia Ltda. - ME
b) principais condições do negócio	<p>Foi celebrado Instrumento Particular de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças entre a Smartfit e os quotistas da Rio Quatro Academia Ltda. ("Rio Quatro") no dia 22 de maio de 2015. A Companhia adquiriu 1.691.858 quotas representativas de 100% do capital social da Rio Quatro, que correspondia a R\$ 1.691.858,00.</p> <p>A Smartfit pagou aos vendedores o valor de R\$ 2.350.000,00 contra a assinatura da Alteração Contratual de Transferência de Controle.</p>
c) sociedades envolvidas	Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A. e Rio Quatro Academia Ltda.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável, uma vez que não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Competência de deliberação a respeito da aquisição delegada ao Conselho de Administração pelo Estatuto Social da Companhia, aprovado por todos os seus acionistas.
f) quadro societário antes e depois da operação	Não aplicável, uma vez que não houve alteração no quadro acionário da Companhia.

a) evento	Alienação de Participação Societária na Smartber Academia de Ginástica Ltda.
b) principais condições do negócio	<p>A Smartfit celebrou contrato de compra e venda de quotas da Smartber, no dia 22 de fevereiro de 2017, no qual a Smartfit, na qualidade de única titular de 100% do capital social da Smartber, alienou a totalidade das quotas de que era proprietária à Estuko Yamada e Seiji Yamada.</p> <p>Os Compradores pagaram à Smartfit o valor de R\$3.850.016,00 pela alienação das quotas.</p>
c) sociedades envolvidas	Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A. e Smartber Academia de Ginástica Ltda.

**15.7 - Principais operações societárias**

d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável, uma vez que não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Competência de deliberação a respeito da aquisição delegada ao Conselho de Administração pelo Estatuto Social da Companhia, aprovado por todos os seus acionistas.
f) quadro societário antes e depois da operação	Não aplicável, uma vez que não houve alteração no quadro acionário da Companhia.

a) evento	Aquisição de participação societária na Escola de Dança e Ginástica Biotambo Ltda.
b) principais condições do negócio	A Smartfit, celebrou com os quotistas da Biotambo, em 03 de outubro de 2016, 01 de novembro de 2016, 29 de novembro de 2016, 01 de dezembro de 2016, 02 de janeiro de 2017, se tornando titular de 100,0% das quotas representativas do capital social da Biotambo.
c) sociedades envolvidas	Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A. e Escola de Dança e Ginástica Biotambo Ltda.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável, uma vez que não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Competência de deliberação a respeito da aquisição delegada ao Conselho de Administração pelo Estatuto Social da Companhia, aprovado por todos os seus acionistas.
f) quadro societário antes e depois da operação	Não aplicável, uma vez que não houve alteração no quadro acionário da Companhia.

a) evento	Aquisição de participação societária na Academia Espaço II Ltda.
b) principais condições do negócio	A ADV celebrou, em 14 de outubro de 2015, contrato de venda e compra de quotas por meio do qual se titular de 432.000 quotas da Academia Espaço II Ltda.
c) sociedades envolvidas	ADV Esporte e Saúde Ltda. e Academia Espaço II Ltda.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável, uma vez que não houve alteração no quadro acionário da Companhia.

**15.7 - Principais operações societárias**

e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Competência de deliberação a respeito da aquisição delegada ao Conselho de Administração pelo Estatuto Social da Companhia, aprovado por todos os seus acionistas.
f) quadro societário antes e depois da operação	Não aplicável, uma vez que não houve alteração no quadro acionário da Companhia.

a) evento	Aquisição de Participação Societária na M2 – Academia e Eventos Esportivos Ltda.
b) principais condições do negócio	A Smartfit celebrou contrato de compra e venda de quotas em 08 de setembro de 2016, por meio do qual adquiriu 50% das quotas da M2, pelo valor total de R\$ 1.976.000,00.
c) sociedades envolvidas	Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A. e M2 – Academia e Eventos Esportivos Ltda.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável, uma vez que não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Competência de deliberação a respeito da aquisição delegada ao Conselho de Administração pelo Estatuto Social da Companhia, aprovado por todos os seus acionistas.
f) quadro societário antes e depois da operação	Não aplicável, uma vez que não houve alteração no quadro acionário da Companhia.

a) evento	Aquisição de Participação Societária na Escola de Ginástica e Dança Biopateo Ltda.
b) principais condições do negócio	A Smartfit celebrou sucessivos Instrumentos Particulares de Compra e Venda de Participações Societárias e Contratos de Compra e Venda de Quotas por meio dos quais se tornou titular de 43,57% das quotas da Biopateo.
c) sociedades envolvidas	Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A., Escola de Ginástica e Dança Biopateo Ltda. e Escola de Dança e Ginástica Biotambo Ltda.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável, uma vez que não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Competência de deliberação a respeito da aquisição delegada ao Conselho de Administração pelo Estatuto Social da Companhia, aprovado por todos os seus acionistas.

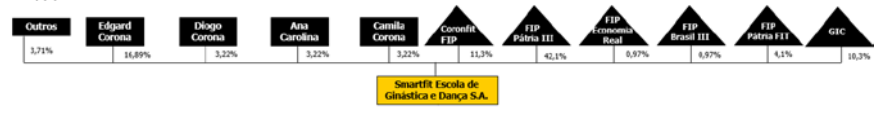
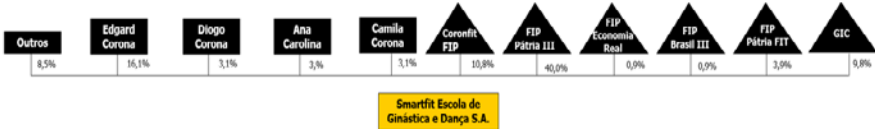
**15.7 - Principais operações societárias**

f) quadro societário antes e depois da operação	Não aplicável, uma vez que não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
a) evento	Aquisição de Participação Societária na Arnaut&Arnaut Ginástica e Condicionamento Físico Ltda.
b) principais condições do negócio	A Smartfit celebrou em 02 de janeiro de 2017 contrato de compra e venda de quotas por meio do qual se tornou titular de 8.893 quotas do capital social da Arnaut&Arnaut, com valor total de R\$8.893,00.
c) sociedades envolvidas	Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A. e Arnaut&Arnaut Ginástica e Condicionamento Físico Ltda.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável, uma vez que não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Competência de deliberação a respeito da aquisição delegada ao Conselho de Administração pelo Estatuto Social da Companhia, aprovado por todos os seus acionistas.
f) quadro societário antes e depois da operação	Não aplicável, uma vez que não houve alteração no quadro acionário da Companhia.

**15.7 - Principais operações societárias**

a) evento	Aquisição de Participação na Smartnit Academia de Ginástica Ltda.
b) principais condições do negócio	Por meio de Contrato de Compra e Venda de Quotas, celebrado em 29 de julho de 2016, a Smart Rio Academia de Ginástica S.A. tornou-se titular de 2.179.415 de quotas representativas do capital social da Smartnit Academia de Ginástica Ltda. e a Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A. tornou-se titular de 2.070.585 de quotas representativas do capital social da mesma sociedade, quotas essas anteriormente detidas pelo Sr. Sávio Marcolini Machado. Para tanto, as sociedades desembolsaram o valor total de R\$ 4.250.000,00.
c) sociedades envolvidas	Smartnit Academia de Ginástica Ltda.; Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A. e Smart Rio Academia de Ginástica S.A.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável, uma vez que não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Competência de deliberação a respeito da aquisição delegada ao Conselho de Administração pelo Estatuto Social da Companhia, aprovado por todos os seus acionistas.
f) quadro societário antes e depois da operação	Não aplicável, uma vez que não houve alteração no quadro acionário da Companhia.

**15.7 - Principais operações societárias**

a) evento	Aquisição de participação societária na Inversiones O Dos S.A.																																																				
b) principais condições do negócio	A Companhia celebrou em 27 de março de 2018, contrato de compra e venda de ações, por meio do qual se tornou titular da totalidade de ações de emissão da Inversiones O Dos S.A.																																																				
c) sociedades envolvidas	Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A. e Inversiones Cegedé S.A., Inversiones Marcela O2 Limitada, Inversiones Elbe Limitada, Runners Investment SPA, Inversiones Crux Limitada, Asesorías Profesionales Ábaco Limitada e Inversiones Juan Quince Trece SPA. (em conjunto, "Acionistas O2")																																																				
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Após a aquisição, os Acionista O2 passaram a integrar o quadro societário da Companhia, passando a deter ações preferenciais de classe H e de classe AH, criadas e emitidas no dia de celebração do contrato de compra e venda, conforme item "f" abaixo.																																																				
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Competência de deliberação a respeito da aquisição delegada ao Conselho de Administração pelo Estatuto Social da Companhia, aprovado por todos os seus acionistas. Ademais, o fechamento da operação foi aprovado em sede de Assembleia Geral Extraordinária, tendo todos os acionistas expressamente renunciado ao direito de preferência para subscrição das ações preferenciais classe AH e classe H.																																																				
f) quadro societário antes e depois da operação	<p>Antes:</p>  <table border="1"> <thead> <tr> <th>Acionista</th> <th>Porcentagem</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>Outros</td><td>3,21%</td></tr> <tr><td>Edgard Corona</td><td>16,89%</td></tr> <tr><td>Diogo Corona</td><td>3,22%</td></tr> <tr><td>Ana Carolina</td><td>3,22%</td></tr> <tr><td>Camila Corona</td><td>3,22%</td></tr> <tr><td>Coronfit FIP</td><td>11,2%</td></tr> <tr><td>FIP Pátria III</td><td>42,1%</td></tr> <tr><td>FIP Economia Real</td><td>0,97%</td></tr> <tr><td>FIP Brasil III</td><td>0,97%</td></tr> <tr><td>FIP Pátria FII</td><td>4,1%</td></tr> <tr><td>GIC</td><td>10,3%</td></tr> <tr><td><b>Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A.</b></td><td><b>10,3%</b></td></tr> </tbody> </table> <p>Depois:</p>  <table border="1"> <thead> <tr> <th>Acionista</th> <th>Porcentagem</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>Outros</td><td>8,5%</td></tr> <tr><td>Edgard Corona</td><td>16,1%</td></tr> <tr><td>Diogo Corona</td><td>3,1%</td></tr> <tr><td>Ana Carolina</td><td>3%</td></tr> <tr><td>Camila Corona</td><td>3,1%</td></tr> <tr><td>Coronfit FIP</td><td>10,8%</td></tr> <tr><td>FIP Pátria III</td><td>40,0%</td></tr> <tr><td>FIP Economia Real</td><td>0,9%</td></tr> <tr><td>FIP Brasil III</td><td>0,9%</td></tr> <tr><td>FIP Pátria FII</td><td>3,9%</td></tr> <tr><td>GIC</td><td>9,8%</td></tr> <tr><td><b>Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A.</b></td><td><b>40,0%</b></td></tr> </tbody> </table>	Acionista	Porcentagem	Outros	3,21%	Edgard Corona	16,89%	Diogo Corona	3,22%	Ana Carolina	3,22%	Camila Corona	3,22%	Coronfit FIP	11,2%	FIP Pátria III	42,1%	FIP Economia Real	0,97%	FIP Brasil III	0,97%	FIP Pátria FII	4,1%	GIC	10,3%	<b>Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A.</b>	<b>10,3%</b>	Acionista	Porcentagem	Outros	8,5%	Edgard Corona	16,1%	Diogo Corona	3,1%	Ana Carolina	3%	Camila Corona	3,1%	Coronfit FIP	10,8%	FIP Pátria III	40,0%	FIP Economia Real	0,9%	FIP Brasil III	0,9%	FIP Pátria FII	3,9%	GIC	9,8%	<b>Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A.</b>	<b>40,0%</b>
Acionista	Porcentagem																																																				
Outros	3,21%																																																				
Edgard Corona	16,89%																																																				
Diogo Corona	3,22%																																																				
Ana Carolina	3,22%																																																				
Camila Corona	3,22%																																																				
Coronfit FIP	11,2%																																																				
FIP Pátria III	42,1%																																																				
FIP Economia Real	0,97%																																																				
FIP Brasil III	0,97%																																																				
FIP Pátria FII	4,1%																																																				
GIC	10,3%																																																				
<b>Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A.</b>	<b>10,3%</b>																																																				
Acionista	Porcentagem																																																				
Outros	8,5%																																																				
Edgard Corona	16,1%																																																				
Diogo Corona	3,1%																																																				
Ana Carolina	3%																																																				
Camila Corona	3,1%																																																				
Coronfit FIP	10,8%																																																				
FIP Pátria III	40,0%																																																				
FIP Economia Real	0,9%																																																				
FIP Brasil III	0,9%																																																				
FIP Pátria FII	3,9%																																																				
GIC	9,8%																																																				
<b>Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A.</b>	<b>40,0%</b>																																																				

**15.8 - Outras informações relevantes**Acionistas por classe de ação preferencial:

Em complementação às informações prestadas nas seções 15.1/2 deste Formulário de Referência, a Companhia informa abaixo o número de ações detidas por seus controladores divididas por classes de ações preferenciais:

Classe de Ação/Acionista	Controladores	Edgar	Diogo	Ana Carolina	Camila	Coronfit	FIP Pátria III	FIP Economia Real	FIP Brasil IIII	FIP Pátria Fit	Minoritários	Total
Classe A	20.000	10.000	0	0	0	0	8.750	200	200	850	0	20.000
Classe AB	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	805	805
Classe AC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.311	1.311
Classe AE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.752	2.752
Classe AF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.402	1.402
Classe AG	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	104	104
Classe AH	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.369	1.369
Classe AI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	602	602
Classe AJ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Classe AK	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Classe B	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	445.184	445.184
Classe C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	724.715	724.715
Classe E	1.484.321	0	0	0	0	0	1.298.823	29.849	29.849	125.800	38.389	1.522.710
Classe F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	775.316	775.316
Classe G	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	57.847	57.847
Classe H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	757.276	757.276
Classe I	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	332.731	332.731
Classe J	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Classe K	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Ausência de controle nos FIPs Pátria:

Adicionalmente, ainda em complementação às informações prestadas nas seções 15.1/2 deste Formulário de Referência, a Companhia informa que a Pátria Investimentos Ltda. é gestora e exerce gestão discricionária do FIP – Brazilian Private Equity Fund II – Fundo de Investimento em Participações, uma vez que o fundo não possui um cotista que o controle, considerando para estes fins o mesmo critério que, se fosse companhia aberta, seria suficiente para considerar a participação como de acionista controlador, ou seja, não há cotista (i) que seja titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; e (ii) que use efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia, nos termos do artigo 116 da Lei nº 6.404/76.

A Pátria Investimentos Ltda. é gestora e exerce gestão discricionária do Brasil Private Equity III – Fundo de Investimento em Participações, uma vez que o fundo não possui um cotista que o controle, considerando para estes fins o mesmo critério que, se fosse companhia aberta, seria suficiente para considerar a participação como de acionista controlador, ou seja, não há cotista (i) que seja titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da



## 15.8 - Outras informações relevantes

assembleia geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; e (ii) que use efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia, nos termos do artigo 116 da Lei nº 6.404/76.

A Pátria Investimentos Ltda. é gestora e exerce gestão discricionária do Pátria Fit – Fundo de Investimento em Participações, uma vez que o fundo não possui um cotista que o controle, considerando para estes fins o mesmo critério que, se fosse companhia aberta, seria suficiente para considerar a participação como de acionista controlador, ou seja, não há cotista (i) que seja titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; e (ii) que use efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia, nos termos do artigo 116 da Lei nº 6.404/76.

O Itaú Unibanco S.A. é gestor e exerce gestão discricionária do Itaú Economia Real Fundo de Investimento Multimercado, uma vez que o fundo não possui um cotista que o controle, considerando para estes fins o mesmo critério que, se fosse companhia aberta, seria suficiente para considerar a participação como de acionista controlador, ou seja, não há cotista (i) que seja titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; e (ii) que use efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia, nos termos do artigo 116 da Lei nº 6.404/76.

### Inexistência de ações em circulação da Companhia:

Tendo em vista as informações prestadas no item 15.5 deste Formulário de Referência, a Companhia esclarece que não tem ações em circulação, visto que a totalidade de suas ações ordinárias é detida por acionistas integrantes do bloco de controle, e a totalidade de suas ações preferenciais é detida pelos referidos acionistas integrantes do bloco de controle, e por acionistas a estes vinculados pelos Acordos de Acionistas descritos no item 15.5. acima.

### Contrato de Opção de Compra:

A Companhia, no âmbito da aquisição da Inversiones O Dos S.A. (“O2”), conforme descrito no item 15.7 deste Formulário de Referência, celebrou em 27 de março de 2018, Contrato de Opção de Compra (“Contrato de Opção”), com a Inversiones Cegedé S.A., a Inversiones Marcela O2 Limitada, a Inversiones Elbe Limitada, a Runners Investment SPA, a Inversiones Crux Limitada, a Asesorías Profesionales Ábaco Limitada e a Inversiones Juan Quince Trece SPA (referidos em conjunto, como “Acionistas O2”). O Contrato de Opção de Compra estabelece três hipóteses para aquisição de ações pela Companhia, quais sejam:

(i) Primeira Opção de Compra: Caso a Companhia não realize oferta pública inicial de ações até 1º de março de 2023 e os Acionistas O2 tenham requerido a conversão das ações preferenciais de sua titularidade para ações ordinárias até 1º de setembro de 2022, a Companhia terá o direito de comprar todas, e não menos que todas, as ações de sua emissão e de titularidade dos Acionistas O2, em vez de realizar as medidas necessárias para convertê-las em ordinárias;

(ii) Segunda Opção de Compra: A Companhia terá o direito de adquirir, em uma ou mais vezes, por um período de 5 anos a partir da data de aquisição da O2, o montante de até 161 ações preferenciais Classe AH e 88.839 ações preferenciais Classe H de sua emissão e de titularidade dos Acionistas O2,

## 15.8 - Outras informações relevantes

caso a O2 descumpra alguma obrigação de indenização estabelecida no contrato de aquisição, sendo que o número de ações será limitado ao valor de indenização devido pela O2 nesses casos; e

(iii) Terceira Opção de Compra: A Companhia terá o direito de adquirir todas, e não menos que todas, 303 ações preferenciais Classe AH e 167.953 ações preferenciais Classe H de sua emissão e de titularidade dos Acionistas O2, assim como os direitos relacionados a elas, desde a data de celebração do Contrato de Opção até 31 de janeiro de 2019.

## 16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com seus administradores.

A Companhia não possui uma política formalizada quanto à realização de transações com partes relacionadas. Em linhas gerais, todos os termos e condições de contratos celebrados com partes relacionadas estão de acordo com os termos e condições normalmente praticados em contratação com bases de mercado, refletindo o cenário que seria verificado caso a contratação tivesse ocorrido com um terceiro, sem qualquer relação com a Companhia, seus sócios ou administradores.

A Companhia negocia individualmente os contratos celebrados com partes relacionadas, analisando seus termos e condições à luz dos termos e condições usualmente praticados pelo mercado, bem como diante das particularidades de cada operação, incluindo prazos, valores e atendimento de padrões de qualidade, dentre outros. O procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do Estatuto Social da Companhia, a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), bem como as instruções emitidas pela CVM.

A Lei Sociedades por Ações proíbe, ainda, conselheiros e diretores de (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

O Estatuto Social da Companhia fixa que é competência privativa do Conselho de Administração aprovar a celebração de qualquer contrato envolvendo, de um lado, a Companhia ou qualquer de suas subsidiárias, e, de outro, qualquer um de seus acionistas ou afiliadas. Ainda, é obrigação da Companhia disponibilizar aos seus acionistas o inteiro teor dos contratos celebrados com partes relacionadas. Por fim, tendo em vista o atendimento aos requisitos de listagem no Bovespa Mais – Nível 2, cada ação preferencial, independente da sua classe, confere ao seu titular o direito a um voto restrito nas deliberações das assembleias gerais de acionistas, cujas deliberações serão tomadas na forma da legislação aplicável, em algumas matérias específicas, dentre as quais a aprovação de contratos entre a Companhia e o Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em assembleia geral de acionistas.

A Lei das Sociedades por Ações determina, por sua vez, que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas Assembleias Gerais ou nas reuniões da Administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Edgard Gomes Corona	06/10/2015	36.000,00	R\$4.253.432,40	R\$36.000,00	10 anos	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Diretor Presidente e sócio da Companhia celebrando contrato com a C5 Empreendimentos Imobiliários Eireli da qual é sócio.						
<b>Objeto contrato</b>	Locação de unidades imobiliárias autônomas e de vagas autônomas comerciais.						
<b>Garantia e seguros</b>	Smart Fit mantém e paga seguro que garante o imóvel e suas benfeitorias contra riscos de incêndio e/ou explosão pelo valor necessário para a reconstrução do imóvel. A locação é garantida por fiança dada pela Smartfit.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Pagamento de 03 (três) alugueis vigentes à época da rescisão antecipada.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							
Adalberto Cleber Valadão e Adalberto Cleber Valadão Junior	01/12/2006	2.700.000,00	R\$ 5.571.438,92	R\$ 2.700.000,00	Até 31/07/2025	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Sócios da subsidiária da Companhia, ADV Esporte e Saúde Ltda.						
<b>Objeto contrato</b>	Trata-se de contrato de locação de imóvel comercial que se destina a multi-atividades esportivas (Academia de Ginástica) celebrado entre a ADV Esporte e Saúde Ltda. e a Soltec Engenharia Ltda., sendo que ambas as empresas possuem como sócios os Srs. Adalberto Cleber Valadão e Adalberto Cleber Valadão Junior.						
<b>Garantia e seguros</b>	Fiança dos sócios e obrigação da Locatária de pagar o seguro.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Multa equivalente a 20% incidente sobre o valor devido com base em 12 parcelas de aluguéis, bem como perda do direito de desconto.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							
Adalberto Cleber Valadão e Adalberto Cleber Valadão Junior	22/05/2011	2.053.332,96	R\$ 592.171,20	R\$ 2.053.332,96	84 meses	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Sócios da subsidiária da Companhia, a ADV Esporte e Saúde Ltda.						

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Objeto contrato</b>	Trata-se de contrato de locação de imóvel comercial que se destina a multi-atividades esportivas (Academia de Ginástica) celebrado entre a ADV Esporte e Saúde Ltda. e a Soltec Engenharia Ltda., sendo que ambas as empresas possuem como sócios os Srs. Adalberto Cleber Valadão e Adalberto Cleber Valadão Junior.						
<b>Garantia e seguros</b>	Fiança dos sócios e obrigação da Locatária de pagar o seguro.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Multa no valor de 3 aluguéis vigentes à época do evento, calculada proporcionalmente ao período descumprido do Contrato.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							
Edgard Gomes Corona	30/10/2014	0,00	0,00	0,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Diretor Presidente						
<b>Objeto contrato</b>	Trata-se de Acordo de Não Concorrência e Compensação no qual a Companhia se compromete a pagar ao Sr. Edgard o valor equivalente a duas vezes sua compensação fixa anual auferida como executivo na Companhia, caso (i) aliena a integralidade de sua participação acionária na Companhia; e (ii) deixe de ser executivo da Companhia.						
<b>Garantia e seguros</b>	N.A.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							
José Antonio da Rosa	20/06/2016	0,00	Não foi possível aferir	Não foi possível aferir	10 anos	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Acionista da subsidiária Smart Rio Academia de Ginástica S.A.						
<b>Objeto contrato</b>	Fixação de condições específicas do contrato de franquia empresarial da Smart Fit. Comercialização em ambiente com estilo e características padronizados, do "Mix de Serviços" Smart Fit, que representa o conceito de negócio de titularidade da Bioritmo Franqueadora.						
<b>Garantia e seguros</b>	Fiança pelo Sr. José Antonio da Rosa						

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

<b>Parte relacionada</b>	<b>Data transação</b>	<b>Montante envolvido (Reais)</b>	<b>Saldo existente</b>	<b>Montante (Reais)</b>	<b>Duração</b>	<b>Empréstimo ou outro tipo de dívida</b>	<b>Taxa de juros cobrados</b>
<b>Rescisão ou extinção</b>	A rescisão antecipada dá ensejo ao pagamento de uma multa correspondente à média mensal dos “royalties” devidos durante a vigência da franquia, multiplicado pela metade do número de meses faltantes para integral cumprimento do prazo contratual, sem prejuízo de eventual indenização suplementar, na forma do parágrafo único do artigo 416 do Código Civil.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							

**16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**

**Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social:**

**a. Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

A Companhia não adota uma política específica para as transações com partes relacionadas, no entanto, a celebração de contratos envolvendo partes relacionadas é submetida para aprovação do Conselho de Administração da Companhia, cujos membros são indicados pelos controladores, quando são expostas as razões da formalização de determinado negócio, com exposição das questões mencionadas na alínea seguinte.

Vale observar que a Lei das Sociedades por Ações, por exemplo, proíbe expressamente os acionistas e administradores da Companhia de votarem em Assembleias Gerais ou intervirem em qualquer operação em que exista conflito entre os seus interesses e os da Companhia. Entende-se por negócios celebrados em conflito de interesses aqueles não celebrados em condições normais de mercado, havendo benefício à parte relaciona e possibilidade de causar danos ou prejuízo à Companhia. A deliberação tomada em decorrência de voto de parte que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável; o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para a Companhia as vantagens que tiver auferido.

**b. Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado**

Quando da realização de transações com partes relacionadas, a Companhia, por meio de seu Conselho de Administração, leva em consideração as condições gerais praticadas pelo mercado à época da celebração do respectivo contrato, , negociações da mesma natureza anteriormente realizadas, quando existentes, e se a relação de troca estabelecida é de interesse da Companhia.

Ademais, as transações com partes relacionadas são formalizadas por meio de instrumento escrito, com a devida indicação do objeto da transação, valores envolvidos no negócio, prazos e taxas cobradas, se aplicáveis, bem como dos demais direitos e responsabilidades das partes envolvidas.

#### **16.4 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 16 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.



**17.1 - Informações sobre o capital social**

<b>Data da autorização ou aprovação</b>	<b>Valor do capital (Reais)</b>	<b>Prazo de integralização</b>	<b>Quantidade de ações ordinárias (Unidades)</b>	<b>Quantidade de ações preferenciais (Unidades)</b>	<b>Quantidade total de ações (Unidades)</b>
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Emitido</b>				
11/05/2018	279.601.829,26	Totalmente integralizado	11.057.992	4.644.124	15.702.116
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Subscrito</b>				
11/05/2018	279.601.829,26	Totalmente integralizado	11.057.992	4.644.124	15.702.116
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>				
11/05/2018	279.601.829,26		11.057.992	4.644.124	15.702.116
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Autorizado</b>				
02/03/2018	0,00		971.127	39.387	1.010.514

**17.2 - Aumentos do capital social**

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
07/12/2015	Assembleia Geral	07/12/2015	95.000.077,43	Subscrição particular	0	443.498	443.498	80,00000000	214,21	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		Baseado na perspectiva de rentabilidade da Companhia.								
<b>Forma de integralização</b>		Em moeda corrente, até 90 dias a contar da data de emissão								
22/12/2015	Assembleia Geral	22/12/2015	55.000.044,83	Subscrição particular	0	256.762	256.762	26,00000000	214,21	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		Baseado na perspectiva de rentabilidade da Companhia.								
<b>Forma de integralização</b>		Em moeda corrente, até 29 de janeiro de 2016.								
05/09/2016	Assembleia Geral	05/09/2016	187.647.486,87	Subscrição particular	0	1.398.663	1.398.663	76,00000000	137,41	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		Baseado na perspectiva de rentabilidade da Companhia.								
<b>Forma de integralização</b>		Em moeda corrente nacional, dentro de 30 (trinta) dias da presente data, por transferência eletrônica de fundos imediatamente disponíveis para a conta bancária da Companhia e em moeda corrente nacional, até 1º de dezembro de 2016, ajustado pela Taxa COI a partir da presente data (inclusive) até a respectiva data de pagamento (exclusive).								
27/03/2018	Assembleia Geral	27/03/2018	106.210.300,00	Subscrição particular	0	758.645	758.645	21,00000000	140,00	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		Baseado na perspectiva de rentabilidade da Companhia.								
<b>Forma de integralização</b>		À vista, mediante a capitalização de crédito detida pelos subscritores contra a Companhia. Sendo R\$70,00 por ação preferencial classe AH/ classe H destinado para o capital social e o restante à conta de reserva de capital da Companhia. Dessa forma, apenas metade do valor total do capital social foi destinada a seu efetivo aumento.								
11/05/2018	Assembleia Geral	11/05/2018	100.000.000,00	Subscrição particular	0	333.333	333.333	0,12000000	300,00	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		Fixado nos termos do artigo 170, §1º, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.								
<b>Forma de integralização</b>		R\$100.000.000,00, sendo R\$333.333,00 destinados ao capital social e R\$99.666.667,00 à conta de reserva de capital pela Novastar Investment PTE Ltd., o qual deverá ser à vista, em até 30 dias contados da data da Assembleia.								

**17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações**

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
<b>Grupamento</b>						
02/01/2015	241.836.492	0	241.836.492	12.250.007	0	12.250.007
<b>Desdobramento</b>						
05/09/2016	11.057.992	1.892.275	12.950.267	11.057.992	2.153.483	13.211.475

**17.4 - Informações sobre reduções do capital social**

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
23/12/2015	23/12/2015	23.032.204,00	0	0	0	9,00000000	1,78
<b>Forma de restituição</b>	Pagamento aos acionistas Coronfit Fundo de Investimento em Participações, Edgard Gomes Corona, Ana Carolina Corona Spinola, Camila Ferraz de Andrade Corona, Diogo Ferraz de Andrade Corona, Pátria -Brazilian Private Equity Fund III -Fundo de Investimento em Participações, Pátria Economia Real -Fundo de Investimento em Participações, Brasil Private Equity III -Fundo de Investimento em Participações, Pátria Fit -Fundo de Investimento em Participações, Pacific Mezz Bio Participações S.A. (GIC), Invesfit Holdings S.A., Jaguari Comercial e Agrícola Ltda., Marcos Biagi Americano e Balmoral Fund do valor proporcional à sua participação no capital social da Companhia (i) em dinheiro, aos acionistas com ações integralizadas, ou (ii) por meio de compensação entre o valor de ações pendente de integralização e o valor correspondente à redução de capital a acionistas com ações pendentes de integralização. O pagamento seria realizado pela Companhia em até 5 dias úteis a contar do arquivamento da ata da AGE na JUCESP.						
<b>Razão para redução</b>	A aprovação foi condicionada à aprovação da redução de capital pela Assembleia Geral de Debenturistas da Companhia e ao decurso do prazo legal de 60 dias a partir da publicação da ata.						
05/09/2016	09/12/2016	33.610.464,00	0	0	0	12,00000000	2,30
<b>Forma de restituição</b>	Pagamento aos acionistas Coronfit Fundo de Investimento em Participações, Edgard Gomes Corona, Ana Carolina Corona Spínola, Camila Ferraz de Andrade Corona, Diogo Ferraz de Andrade Corona, Pátria - Brazilian Private Equity Fund Ili - Fundo de Investimento em Participações, Pátria Economia Real - Fundo de Investimento em Participações, Brasil Private Equity III - Fundo de Investimento em Participações, Pátria Fit - Fundo de Investimento em Participações, Pacific Mezz Bio Participações S.A. (GIC), Invesfit Holdings S.A., Jaguari Comercial e Agrícola Ltda., Balmoral Fund e Marcos Biagi Americano do valor proporcional à sua participação no capital social da Companhia (i) em dinheiro, aos acionistas com ações integralizadas; (ii) por meio de compensação entre o valor de pendências dos acionistas com a Companhia e o valor correspondente à redução de capital; ou (iii) por meio de compensação entre o valor de ações pendente de integralização e o valor correspondente à redução de capital a acionistas com ações pendentes de integralização no prazo de 90 dias contados do arquivamento da ata na JUCESP, não estando o valor sujeito à atualização monetária.						
<b>Razão para redução</b>	A aprovação foi condicionada à aprovação da redução de capital pela Assembleia Geral de Debenturistas da Companhia e ao decurso do prazo legal de 60 dias a partir da publicação da ata.						
01/09/2017	01/09/2017	21.600.000,00	0	0	0	9,00000000	1,48
<b>Forma de restituição</b>	Será realizado o pagamento aos acionistas da Companhia, do valor proporcional à sua participação no capital social da Companhia (i) em dinheiro, aos acionistas com ações integralizadas; (ii) por meio de compensação entre o valor de pendências dos acionistas com a Companhia e o valor correspondente it redução de capital; ou (iii) por meio de compensação entre o valor de ações pendente de integralização e o valor correspondente a redução de capital a acionistas com ações pendentes de integralização. O montante da restituição será pago pela Companhia em até 120 (cento e vinte) dias a contar do arquivamento da ata desta Assembleia Geral Extraordinária na Junta Comercial do Estado de São Paulo -JUCESP e não estará sujeito a correção monetária.						
<b>Razão para redução</b>	A aprovação foi condicionada à aprovação da redução de capital pela Assembleia Geral de Debenturistas da Companhia e ao decurso do prazo legal de 60 dias a partir da publicação da ata.						

## 17.5 - Outras informações relevantes

### Número de ações preferenciais por classe

Em complementação à informação prestada na seção 17.1 acima, a Companhia informa abaixo o número de suas ações preferenciais divididas por classes:

Classe de Ações Preferenciais	Número de Ações
Classe A	20.000
Classe AB	805
Classe AC	1.311
Classe AE	2.752
Classe AF	1.402
Classe AG	104
Classe AH	1.369
Classe AI	602
Classe AJ	0
Classe AK	0
Classe B	445.184
Classe C	724.715
Classe E	1.522.710
Classe F	775.316
Classe G	57.847
Classe H	757.276
Classe I	332.731
Classe J	0
Classe K	0

## 18.1 - Direitos das ações

<b>Espécie de ações ou CDA</b>	<b>Ordinária</b>
<b>Tag along</b>	100,000000
<b>Direito a dividendos</b>	Os Acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
<b>Direito a voto</b>	Pleno
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Sim
<b>Descrição das características do reembolso de capital</b>	Há direito de reembolso em duas situações: (i) retirada da Companhia; e (ii) quando aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar a oferta pública referida no estatuto social; e (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em mercado administrado pela B3 nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à B3 operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Resgatável</b>	Não
<b>Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate</b>	
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Competência privativa da Assembleia Geral da Companhia para deliberação que altera os dispositivos do Estatuto Social, nos termos do artigo 8º do Estatuto Social.
<b>Outras características relevantes</b>	Entendemos que todas as características relevantes referentes nossas ações ordinárias foram descritas.
<b>Espécie de ações ou CDA</b>	<b>Preferencial</b>
<b>Tag along</b>	100,000000
<b>Direito a dividendos</b>	Os Acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, têm direito ao recebimento de (i) dividendos prioritários equivalentes (i.a) (I) 25% do lucro líquido apurado com base nas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais de 2015 a 2018, ou (II) ao montante total de dividendos determinado pelos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras relativas aos referidos exercícios, se superar o valor mencionado em (I), limitado em até 99% do lucro líquido apurado em tais demonstrações financeiras e (i.b) 25% do lucro líquido apurado nas demonstrações financeiras relativas a cada um dos exercícios sociais subsequentes ao de 2018; e (ii) dividendos correspondentes ao saldo remanescente do lucro líquido, após a distribuição de dividendos prioritários.
<b>Direito a voto</b>	Restrito
<b>Descrição de voto restrito</b>	Cada ação preferencial, independente da sua classe, confere ao seu titular o direito a um voto restrito nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas, cujas deliberações serão tomadas na forma da legislação aplicável, exclusivamente nas seguintes matérias: (a) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (b) aprovação de contratos entre a Companhia e o Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembleia Geral de Acionistas; (c) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (d) escolha de instituição ou empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Companhia, conforme Art. 29 do Estatuto Social; e (e) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das

## 18.1 - Direitos das ações

<b>Conversibilidade</b>	Sim
<b>Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social</b>	As ações preferenciais classe AB serão conversíveis em ações ordinárias da Companhia, em uma proporção de 1 para 1 (um para um), caso ocorra uma das seguintes hipóteses: (i) solicitação pela Companhia, a qualquer tempo, após 10 de julho de 2019; (ii) aprovação de uma Oferta Pública Qualificada, caso em que a conversão será efetivada na assembleia geral extraordinária da Companhia realizada para aprovar uma Oferta Pública Qualificada; (iii) quando transferidas, por qualquer meio, a um dos seguintes acionistas: (a) Coronfit Fundo de Investimento em Participações, (b) Edgard Gomes Corona, (c) Ana Carolina Corona Spinola, (d) Camila Ferraz de Andrade Corona, (e) Diogo Ferraz de Andrade Corona, (f) Pátria – Brazilian Private Equity Fund III – Fundo de Investimento em Participações, (g) Pátria Economia Real – Fundo de Investimento em Participações, (h) Brasil Private Equity III – Fundo de Investimento em Participações ou (i) Pátria Fit – Fundo de Investimento em Participações.
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Sim
<b>Descrição das características do reembolso de capital</b>	A totalidade das ações preferenciais classe AB conferem aos seus respectivos titulares, de acordo com o artigo 17, II, da Lei das Sociedades por Ações, o direito de prioridade de reembolso de capital sem prêmio em caso de liquidação ou dissolução da Companhia.
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Resgatável</b>	Sim
<b>Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate</b>	A partir de 10 de julho de 2019, as ações preferenciais classe AB serão resgatáveis pela Companhia, mediante solicitação de seus titulares, desde que atendidos os seguintes requisitos, cumulativamente: (i) a solicitação para resgate ocorra até o dia 10 de agosto de 2019; e (ii) não tenha ocorrido uma Oferta Pública Qualificada. O resgate deverá ser realizado pelo preço de R\$96,415239 (noventa e seis reais, quarenta e um centavos e cinco mil, duzentos e trinta e nove décimos de milésimos de centavos) por ação, ajustado pela variação do índice IPCA a partir de 10 de julho de 2014 até a data do efetivo resgate, subtraídos os valores pagos ou declarados a título de dividendos, juros sobre capital próprio ou redução de capital.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Competência privativa da Assembleia Geral da Companhia para deliberação que altera os dispositivos do Estatuto Social, nos termos do artigo 8º do Estatuto Social.
<b>Outras características relevantes</b>	Devido à impossibilidade sistêmica, informamos que as informações acima referem-se às ações preferenciais de emissão da Companhia da Classe AB.
<b>Espécie de ações ou CDA</b>	<b>Preferencial</b>
<b>Tag along</b>	100,000000
<b>Direito a dividendos</b>	Os Acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, têm direito ao recebimento de (i) dividendos prioritários equivalentes (i.a) (I) 25% do lucro líquido apurado com base nas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais de 2015 a 2018, ou (II) ao montante total de dividendos determinado pelos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras relativas aos referidos exercícios, se superar o valor mencionado em (I), limitado em até 99% do lucro líquido apurado em tais demonstrações financeiras e (i.b) 25% do lucro líquido apurado nas demonstrações financeiras relativas a cada um dos exercícios sociais subsequentes ao de 2018; e (ii) dividendos correspondentes ao saldo remanescente do lucro líquido, após a distribuição de dividendos prioritários.
<b>Direito a voto</b>	Restrito

## 18.1 - Direitos das ações

<b>Descrição de voto restrito</b>	Cada ação preferencial, independente da sua classe, confere ao seu titular o direito a um voto restrito nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas, cujas deliberações serão tomadas na forma da legislação aplicável, exclusivamente nas seguintes matérias: (a) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (b) aprovação de contratos entre a Companhia e o Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembleia Geral de Acionistas; (c) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (d) escolha de instituição ou empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Companhia, conforme Art. 29 do Estatuto Social; e (e) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas nesse item.
<b>Conversibilidade</b>	Sim
<b>Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social</b>	As ações preferenciais classe AE serão conversíveis em ações ordinárias da Companhia, em uma proporção de 1 para 1 (um para um), caso ocorra uma das hipóteses previstas no Estatuto Social da Companhia.
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Sim
<b>Descrição das características do reembolso de capital</b>	A totalidade das ações preferenciais classe AE conferem aos seus respectivos titulares, de acordo com o artigo 17, II, da Lei das Sociedades por Ações, o direito de prioridade de reembolso de capital sem prêmio em caso de liquidação ou dissolução da Companhia.
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Resgatável</b>	Sim
<b>Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate</b>	As ações preferenciais classe AE serão resgatáveis pela Companhia, desde que atendidos os seguintes requisitos, cumulativamente: (i) não tenha ocorrido uma Oferta Pública Qualificada até 02 de setembro de 2020; (ii) os titulares das ações preferenciais AE tenham requerido, até 02 de setembro de 2020, o desdobramento de suas ações, de forma que a participação dos titulares das ações preferenciais classe AE, no capital social total da Companhia aumente em 33% (trinta e três por cento) em relação às suas participações originais; e (iii) a Companhia tenha manifestado aos titulares das ações preferenciais classe AE, sua intenção de resgatar a totalidade das ações preferenciais classe AE. O resgate das ações deverá ser realizado pelo preço de R\$137,412725 por ação, ajustado pela variação do índice IPCA a partir de 05 de setembro de 2016 até a data do efetivo resgate, subtraídos os valores pagos ou declarados a título de dividendos, juros sobre capital próprio ou redução de capital.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Competência privativa da Assembleia Geral da Companhia para deliberação que altera os dispositivos do Estatuto Social, nos termos do artigo 8º do Estatuto Social.
<b>Outras características relevantes</b>	Devido à impossibilidade sistêmica, informamos que as informações acima referem-se às ações preferenciais de emissão da Companhia da Classe AE.
<b>Espécie de ações ou CDA</b>	<b>Preferencial</b>
<b>Tag along</b>	100,000000
<b>Direito a dividendos</b>	Os Acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, têm direito ao recebimento de (i) dividendos prioritários equivalentes (i.a) (I) 25% do lucro líquido apurado com base nas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais de 2015 a 2018, ou (II) ao montante total de dividendos determinado pelos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras relativas aos referidos exercícios, se superar o valor mencionado em (I), limitado em até 99% do lucro líquido apurado em tais demonstrações financeiras e (i.b) 25% do lucro líquido apurado nas demonstrações financeiras relativas a cada um dos exercícios sociais subsequentes ao de 2018; e (ii) dividendos correspondentes ao saldo remanescente do lucro líquido, após a distribuição de dividendos prioritários.
<b>Direito a voto</b>	Restrito



## 18.1 - Direitos das ações

<b>Descrição de voto restrito</b>	Cada ação preferencial, independente da sua classe, confere ao seu titular o direito a um voto restrito nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas, cujas deliberações serão tomadas na forma da legislação aplicável, exclusivamente nas seguintes matérias: (a) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (b) aprovação de contratos entre a Companhia e o Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembleia Geral de Acionistas; (c) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (d) escolha de instituição ou empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Companhia, conforme Art. 29 do Estatuto Social; e (e) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas nesse item.
<b>Conversibilidade</b>	Sim
<b>Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social</b>	As ações preferenciais classe AF serão conversíveis em ações ordinárias da Companhia, em uma proporção de 1 para 1 (um para um), caso ocorra uma das hipóteses previstas no Estatuto Social da Companhia. Adicionalmente, caso não seja realizado o resgate das ações preferenciais classe AF, conforme descrito abaixo, após decorrido o prazo previsto para o resgate, as ações preferenciais classe AF serão conversíveis em ações preferenciais classe AC, por solicitação dos acionistas titulares das referidas ações.
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Sim
<b>Descrição das características do reembolso de capital</b>	A totalidade das ações preferenciais classe AF conferem aos seus respectivos titulares, de acordo com o artigo 17, II, da Lei das Sociedades por Ações, o direito de prioridade de reembolso de capital sem prêmio em caso de liquidação ou dissolução da Companhia.
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Resgatável</b>	Sim
<b>Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate</b>	As ações preferenciais classe AF serão resgatáveis pela Companhia, desde que atendidos os seguintes requisitos, cumulativamente: (i) não tenha ocorrido uma Oferta Pública Qualificada até 02 de setembro de 2020; (ii) os titulares das ações preferenciais AF tenham requerido, até 02 de setembro de 2020, o desdobramento de suas ações, de forma que a participação dos titulares das ações preferenciais classe AF, no capital social total da Companhia aumente em 33% (trinta e três por cento) em relação às suas participações originais; e (iii) a Companhia tenha manifestado aos titulares das ações preferenciais classe AF, sua intenção de resgatar a totalidade das ações preferenciais classe AF. O resgate deverá ser realizado pelo preço de R\$131,965527 por ação, ajustado pela variação do índice IPCA a partir de 05 de setembro de 2016 até a data do efetivo resgate, subtraídos os valores pagos ou declarados a título de dividendos, juros sobre capital próprio ou redução de capital.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Competência privativa da Assembleia Geral da Companhia para deliberação que altera os dispositivos do Estatuto Social, nos termos do artigo 8º do Estatuto Social.
<b>Outras características relevantes</b>	Devido à impossibilidade sistêmica, informamos que as informações acima referem-se às ações preferenciais de emissão da Companhia da Classe AF.
<b>Espécie de ações ou CDA</b>	<b>Preferencial</b>
<b>Tag along</b>	100,000000
<b>Direito a dividendos</b>	Os Acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, têm direito ao recebimento de (i) dividendos prioritários equivalentes (i.a) (I) 25% do lucro líquido apurado com base nas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais de 2015 a 2018, ou (II) ao montante total de dividendos determinado pelos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras relativas aos referidos exercícios, se superar o valor mencionado em (I), limitado em até 99% do lucro líquido apurado em tais demonstrações financeiras e (i.b) 25% do lucro líquido apurado nas demonstrações financeiras relativas a cada um dos exercícios sociais subsequentes ao de 2018; e (ii) dividendos correspondentes ao saldo remanescente do lucro líquido, após a distribuição de dividendos prioritários

## 18.1 - Direitos das ações

<b>Direito a voto</b>	Restrito
<b>Descrição de voto restrito</b>	Cada ação preferencial, independente da sua classe, confere ao seu titular o direito a um voto restrito nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas, cujas deliberações serão tomadas na forma da legislação aplicável, exclusivamente nas seguintes matérias: (a) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (b) aprovação de contratos entre a Companhia e o Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembleia Geral de Acionistas; (c) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (d) escolha de instituição ou empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Companhia, conforme Art. 29 do Estatuto Social; e (e) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas nesse item.
<b>Conversibilidade</b>	Sim
<b>Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social</b>	As ações preferenciais classe AG serão conversíveis em ações ordinárias da Companhia, em uma proporção de 1 para 1 (um para um), caso ocorra uma das hipóteses previstas no Estatuto Social da Companhia, tais como: (i) solicitação pela Companhia, a qualquer tempo, após 02 de setembro de 2020; (ii) automaticamente, em caso de aprovação de uma operação resultante de melhores esforços de uma subscrição, distribuição, colocação ou outro tipo de contrato entre a Companhia e uma ou mais instituições financeiras para uma oferta pública inicial estruturada como uma oferta pública de valores mobiliários da Companhia (ou de qualquer pessoa jurídica sucessora da Companhia) que seja realizada com um mínimo de ações em circulação equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do capital social da Companhia e, como resultado, os valores mobiliários da Companhia sejam listados, entre outras
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Sim
<b>Descrição das características do reembolso de capital</b>	A totalidade das ações preferenciais classe AG conferem aos seus respectivos titulares, de acordo com o artigo 17, II, da Lei das Sociedades por Ações, o direito de prioridade de reembolso de capital sem prêmio em caso de liquidação ou dissolução da Companhia.
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Resgatável</b>	Sim
<b>Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate</b>	As ações preferenciais classe AG serão resgatáveis pela Companhia, desde que atendidos os seguintes requisitos, cumulativamente: (i) não tenha ocorrido uma Oferta Pública Qualificada até 02 de setembro de 2020; (ii) os titulares das ações preferenciais AG tenham requerido, até 02 de setembro de 2020, o desdobramento de suas ações, de forma que a participação dos titulares das ações preferenciais classe AG, no capital social total da Companhia aumente em 33% (trinta e três por cento) em relação às suas participações originais; e (iii) a Companhia tenha manifestado aos titulares das ações preferenciais classe AG, sua intenção de resgatar a totalidade das ações preferenciais classe AG. O resgate deverá ser realizado pelo preço de R\$131,965527 por ação, ajustado pela variação do índice IPCA a partir de 05 de setembro de 2016 até a data do efetivo resgate, subtraídos os valores pagos ou declarados a título de dividendos, juros sobre capital próprio ou redução de capital.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Competência privativa da Assembleia Geral da Companhia para deliberação que altera os dispositivos do Estatuto Social, nos termos do artigo 8º do Estatuto Social.
<b>Outras características relevantes</b>	Devido à impossibilidade sistêmica, informamos que as informações acima referem-se às ações preferenciais de emissão da Companhia da Classe AG.
<b>Espécie de ações ou CDA</b>	<b>Preferencial</b>
<b>Tag along</b>	100,000000

## 18.1 - Direitos das ações

<b>Direito a dividendos</b>	Os Acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, têm direito ao recebimento de (i) dividendos prioritários equivalentes (i.a) (I) 25% do lucro líquido apurado com base nas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais de 2015 a 2018, ou (II) ao montante total de dividendos determinado pelos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras relativas aos referidos exercícios, se superar o valor mencionado em (I), limitado em até 99% do lucro líquido apurado em tais demonstrações financeiras e (i.b) 25% do lucro líquido apurado nas demonstrações financeiras relativas a cada um dos exercícios sociais subsequentes ao de 2018; e (ii) dividendos correspondentes ao saldo remanescente do lucro líquido, após a distribuição de dividendos prioritários.
<b>Direito a voto</b>	Sem Direito
<b>Convertibilidade</b>	Sim
<b>Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social</b>	As ações preferenciais classe AH serão conversíveis em ações ordinárias da Companhia, em uma proporção de 1 para 1 (um para um), caso ocorra uma das hipóteses previstas no Estatuto Social da Companhia.
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Sim
<b>Descrição das características do reembolso de capital</b>	A totalidade das ações preferenciais classe AH conferem aos seus respectivos titulares, de acordo com o artigo 17, II, da Lei das Sociedades por Ações, o direito de prioridade de reembolso de capital sem prêmio em caso de liquidação ou dissolução da Companhia.
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Resgatável</b>	Não
<b>Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate</b>	
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Competência privativa da Assembleia Geral da Companhia para deliberação que altera os dispositivos do Estatuto Social, nos termos do artigo 8º do Estatuto Social.
<b>Outras características relevantes</b>	Devido à impossibilidade sistêmica, informamos que as informações acima referem-se às ações preferenciais de emissão da Companhia da Classe AH.
<b>Espécie de ações ou CDA</b>	<b>Preferencial</b>
<b>Tag along</b>	100,000000
<b>Direito a dividendos</b>	Os Acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, têm direito ao recebimento de (i) dividendos prioritários equivalentes (i.a) (I) 25% do lucro líquido apurado com base nas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais de 2015 a 2018, ou (II) ao montante total de dividendos determinado pelos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras relativas aos referidos exercícios, se superar o valor mencionado em (I), limitado em até 99% do lucro líquido apurado em tais demonstrações financeiras e (i.b) 25% do lucro líquido apurado nas demonstrações financeiras relativas a cada um dos exercícios sociais subsequentes ao de 2018; e (ii) dividendos correspondentes ao saldo remanescente do lucro líquido, após a distribuição de dividendos prioritários.
<b>Direito a voto</b>	Restrito

## 18.1 - Direitos das ações

<b>Descrição de voto restrito</b>	Cada ação preferencial, independente da sua classe, confere ao seu titular o direito a um voto restrito nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas, cujas deliberações serão tomadas na forma da legislação aplicável, exclusivamente nas seguintes matérias: (a) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (b) aprovação de contratos entre a Companhia e o Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembleia Geral de Acionistas; (c) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (d) escolha de instituição ou empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Companhia, conforme Art. 29 do Estatuto Social; e (e) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas nesse item.
<b>Conversibilidade</b>	Sim
<b>Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social</b>	As ações preferenciais classe AC serão conversíveis em ações ordinárias da Companhia, em uma proporção de 1 para 1 (um para um), caso ocorra uma das hipóteses previstas no Estatuto Social da Companhia.
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Sim
<b>Descrição das características do reembolso de capital</b>	A totalidade das ações preferenciais classe AC conferem aos seus respectivos titulares, de acordo com o artigo 17, II, da Lei das Sociedades por Ações, o direito de prioridade de reembolso de capital sem prêmio em caso de liquidação ou dissolução da Companhia.
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Resgatável</b>	Sim
<b>Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate</b>	As ações preferenciais classe AC serão resgatáveis pela Companhia, desde que atendidos os seguintes requisitos, cumulativamente: (i) não tenha ocorrido uma Oferta Pública Qualificada até 02 de setembro de 2020; (ii) os titulares das ações preferenciais AC tenham requerido, até 02 de setembro de 2020, o desdobramento de suas ações, de forma que a participação dos titulares das ações preferenciais classe AC, no capital social total da Companhia aumente em 33% (trinta e três por cento) em relação às suas participações originais; e (iii) a Companhia tenha manifestado aos titulares das ações preferenciais classe AC, sua intenção de resgatar a totalidade das ações preferenciais classe AC. O resgate das ações deverá ser realizado pelo preço de R\$96,415239 por ação, ajustado pela variação do índice IPCA a partir de 30 de setembro de 2014 até a data do efetivo resgate, subtraídos os valores pagos ou declarados a título de dividendos, juros sobre capital próprio ou redução de capital.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Competência privativa da Assembleia Geral da Companhia para deliberação que altera os dispositivos do Estatuto Social, nos termos do artigo 8º do Estatuto Social.
<b>Outras características relevantes</b>	Devido à impossibilidade sistêmica, informamos que as informações acima referem-se às ações preferenciais de emissão da Companhia da Classe AC.
<b>Espécie de ações ou CDA</b>	<b>Preferencial</b>
<b>Tag along</b>	100,000000
<b>Direito a dividendos</b>	A totalidade das ações AI confere aos seus titulares o direito a o recebimento de dividendos prioritários e fixos.
<b>Direito a voto</b>	Sem Direito
<b>Conversibilidade</b>	Sim
<b>Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social</b>	Cada ação preferencial classe AI será conversível, na hipótese de um evento de liquidez, na mesma classe de ações emitidas o vendidas nesse evento de liquidez, tendo, sem exceção, os mesmos direitos, restrições e condições das referidas ações emitidas ou vendidas.
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Sim

## 18.1 - Direitos das ações

<b>Descrição das características do reembolso de capital</b>	A totalidade das ações preferenciais classe AI conferem aos seus respectivos titulares, de acordo com o artigo 17, II, da Lei das Sociedades por Ações, o direito de prioridade de reembolso de capital sem prêmio em caso de liquidação ou dissolução da Companhia.
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Resgatável</b>	Sim
<b>Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate</b>	As ações preferenciais classe AI serão resgatáveis pela Companhia, desde que atendidos os seguintes requisitos, cumulativamente: (i) não tenha ocorrido uma Oferta Pública Qualificada até 02 de setembro de 2020; (ii) os titulares das ações preferenciais AI tenham requerido, até 02 de setembro de 2020, o desdobramento de suas ações, de forma que a participação dos titulares das ações preferenciais classe AI, no capital social total da Companhia aumente em 33% (trinta e três por cento) em relação às suas participações originais; e (iii) a Companhia tenha manifestado aos titulares das ações preferenciais classe AI, sua intenção de resgatar a totalidade das ações preferenciais classe AI.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Competência privativa da Assembleia Geral da Companhia para deliberação que altera os dispositivos do Estatuto Social, nos termos do artigo 8º do Estatuto Social.
<b>Outras características relevantes</b>	Devido à impossibilidade sistêmica, informamos que as informações acima referem-se às ações preferenciais de emissão da Companhia da Classe AI.
<b>Espécie de ações ou CDA</b>	<b>Preferencial</b>
<b>Tag along</b>	100,000000
<b>Direito a dividendos</b>	A totalidade das ações AJ confere aos seus titulares o direito a o recebimento de dividendos prioritários e fixos.
<b>Direito a voto</b>	Sem Direito
<b>Conversibilidade</b>	Sim
<b>Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social</b>	As ações preferenciais da classe AJ serão conversíveis em ações ordinárias da Companhia em uma proporção de 1 para 1, caso ocorra uma das seguintes hipóteses: (i) solicitação pela Companhia, a qualquer tempo, desde que a conversão não afete os direitos de seus titulares, conforme previsto no Estatuto Social ou no acordo de acionistas dos titulares de ações preferenciais classe AJ e classe J; (ii) automaticamente, em caso de uma oferta pública qualificada, caso em que a conversão será efetivada na assembleia geral que aprovar a oferta pública qualificada; (iii) a critério dos titulares das ações preferenciais classe AJ e classe J no caso de uma transação pela qual tenham o direito de vender todas as ações preferenciais classe AJ e ações preferenciais classe J; ou (iv) quando transferidas, por qualquer meio, aos atuais acionistas controladores da Companhia.
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Sim
<b>Descrição das características do reembolso de capital</b>	A totalidade das ações preferenciais classe AJ conferem aos seus respectivos titulares, de acordo com o artigo 17, II, da Lei das Sociedades por Ações, o direito de prioridade de reembolso de capital sem prêmio em caso de liquidação ou dissolução da Companhia.
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Resgatável</b>	Sim
<b>Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate</b>	As ações preferenciais classe AJ serão resgatáveis caso o GM exerça sua opção de venda de sua participação na Companhia, prevista no acordo de acionistas descrito no item 15.8 deste Formulário de Referência, hipótese na qual a Companhia poderá recomprar ou resgatar as ações. O preço para a opção de venda será avaliado com base em um múltiplo de 8 vezes o EBITDA da Companhia nas quatro demonstrações contábeis trimestrais imediatamente anteriores ao aviso de opção de venda menos a dívida líquida da Companhia na última demonstração financeira trimestral da Companhia.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Competência privativa da Assembleia Geral da Companhia para deliberação que altera os dispositivos do Estatuto Social, nos termos do artigo 8º do Estatuto Social.

## 18.1 - Direitos das ações

<b>Outras características relevantes</b>	Devido à impossibilidade sistêmica, informamos que as informações acima referem-se às ações preferenciais de emissão da Companhia da Classe AJ. As ações preferenciais classe AJ foram criadas, mas ainda não foram emitidas.
<b>Espécie de ações ou CDA</b>	<b>Preferencial</b>
<b>Tag along</b>	100,000000
<b>Direito a dividendos</b>	A totalidade das ações AK confere aos seus titulares o direito a o recebimento de dividendos prioritários e fixos.
<b>Direito a voto</b>	Sem Direito
<b>Conversibilidade</b>	Sim
<b>Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social</b>	As ações preferenciais classe AK serão conversíveis em ações preferenciais classe AH em uma proporção de 1 para 1, caso ocorra uma das seguintes hipóteses: (i) solicitação pela Companhia até 31 de dezembro de 2023, desde que a conversão não afete os direitos de seus titulares, conforme previsto no Estatuto Social; (ii) automaticamente, em caso de uma oferta pública qualificada; (iii) no caso de uma transação pela qual os titulares das ações preferenciais classe AK e ações preferenciais classe K sejam obrigados a vender as suas ações preferenciais cvlasse AK e ações preferenciais classe K; (iv) a critério dos titulares das ações preferenciais classe AK e das ações preferenciais classe K, no caso de uma transação pela qual os titulares das ações preferenciais classe AK e classe K tenham o direito de vender todas as suas ações; ou (v) quando transferidas, por qualquer meio, a um dos acionistas controladores.
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Sim
<b>Descrição das características do reembolso de capital</b>	A totalidade das ações preferenciais classe AK conferem aos seus respectivos titulares, de acordo com o artigo 17, II, da Lei das Sociedades por Ações, o direito de prioridade de reembolso de capital sem prêmio em caso de liquidação ou dissolução da Companhia.
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Resgatável</b>	Não
<b>Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate</b>	
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Competência privativa da Assembleia Geral da Companhia para deliberação que altera os dispositivos do Estatuto Social, nos termos do artigo 8º do Estatuto Social.
<b>Outras características relevantes</b>	Devido à impossibilidade sistêmica, informamos que as informações acima referem-se às ações preferenciais de emissão da Companhia da Classe AK. As ações preferenciais Classe AK foram criadas, mas ainda não foram emitidas.
<b>Espécie de ações ou CDA</b>	<b>Preferencial</b>
<b>Classe de ação preferencial</b>	Preferencial Classe A
<b>Tag along</b>	100,000000
<b>Direito a dividendos</b>	Os Acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, têm direito ao recebimento de (i) dividendos prioritários equivalentes (i.a) (I) 25% do lucro líquido apurado com base nas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais de 2015 a 2018, ou (II) ao montante total de dividendos determinado pelos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras relativas aos referidos exercícios, se superar o valor mencionado em (I), limitado em até 99% do lucro líquido apurado em tais demonstrações financeiras e (i.b) 25% do lucro líquido apurado nas demonstrações financeiras relativas a cada um dos exercícios sociais subsequentes ao de 2018; e (ii) dividendos correspondentes ao saldo remanescente do lucro líquido, após a distribuição de dividendos prioritários.
<b>Direito a voto</b>	Restrito

**18.1 - Direitos das ações**

<b>Descrição de voto restrito</b>	Cada ação preferencial, independente da sua classe, confere ao seu titular o direito a um voto restrito nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas, cujas deliberações serão tomadas na forma da legislação aplicável, exclusivamente nas seguintes matérias: (a) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (b) aprovação de contratos entre a Companhia e o Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembleia Geral de Acionistas; (c) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (d) escolha de instituição ou empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Companhia, conforme Art. 29 do Estatuto Social; e (e) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas nesse item.
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Sim
<b>Descrição das características do reembolso de capital</b>	A totalidade das ações preferenciais classe A conferem aos seus respectivos titulares, de acordo com o artigo 17, II, da Lei das Sociedades por Ações, o direito de prioridade de reembolso de capital sem prêmio em caso de liquidação ou dissolução da Companhia.
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Resgatável</b>	Não
<b>Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate</b>	
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Competência privativa da Assembleia Geral da Companhia para deliberação que altera os dispositivos do Estatuto Social, nos termos do artigo 8º do Estatuto Social.
<b>Outras características relevantes</b>	Entendemos que todas as características relevantes referentes a nossas ações preferenciais classe A foram descritas.
<b>Espécie de ações ou CDA</b>	<b>Preferencial</b>
<b>Classe de ação preferencial</b>	Preferencial Classe B
<b>Tag along</b>	100,000000
<b>Direito a dividendos</b>	Os Acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
<b>Direito a voto</b>	Restrito
<b>Descrição de voto restrito</b>	Cada ação preferencial, independente da sua classe, confere ao seu titular o direito a um voto restrito nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas, cujas deliberações serão tomadas na forma da legislação aplicável, exclusivamente nas seguintes matérias: (a) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (b) aprovação de contratos entre a Companhia e o Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembleia Geral de Acionistas; (c) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (d) escolha de instituição ou empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Companhia, conforme Art. 29 do Estatuto Social; e (e) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas nesse item.
<b>Conversibilidade</b>	Sim

## 18.1 - Direitos das ações

<b>Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social</b>	As ações preferenciais classe B serão conversíveis em ações ordinárias da Companhia, em uma proporção de 1 para 1 (um para um), caso ocorra uma das seguintes hipóteses: (i) solicitação pela Companhia, a qualquer tempo, após 10 de julho de 2019; (ii) aprovação de uma Oferta Pública Qualificada, caso em que a conversão será efetivada na assembleia geral extraordinária da Companhia realizada para aprovar uma Oferta Pública Qualificada; (iii) quando transferidas, por qualquer meio, a um dos seguintes acionistas: (a) Coronfit Fundo de Investimento em Participações, (b) Edgard Gomes Corona, (c) Ana Carolina Corona Spinola, (d) Camila Ferraz de Andrade Corona, (e) Diogo Ferraz de Andrade Corona, (f) Pátria – Brazilian Private Equity Fund III – Fundo de Investimento em Participações, (g) Pátria Economia Real – Fundo de Investimento em Participações, (h) Brasil Private Equity III – Fundo de Investimento em Participações ou (i) Pátria Fit – Fundo de Investimento em Participações.
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Sim
<b>Descrição das características do reembolso de capital</b>	A totalidade das ações preferenciais classe B conferem aos seus respectivos titulares, de acordo com o artigo 17, II, da Lei das Sociedades por Ações, o direito de prioridade de reembolso de capital sem prêmio em caso de liquidação ou dissolução da Companhia.
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Resgatável</b>	Sim
<b>Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate</b>	A partir de 10 de julho de 2019, as ações preferenciais classe B serão resgatáveis pela Companhia, mediante solicitação de seus titulares, desde que atendidos os seguintes requisitos, cumulativamente: (i) a solicitação para resgate ocorra até o dia 10 de agosto de 2019; e (ii) não tenha ocorrido uma Oferta Pública Qualificada. O resgate deverá ser realizado pelo preço de R\$96,415239 por ação, ajustado pela variação do índice IPCA a partir de 10 de julho de 2014 até a data do efetivo resgate, subtraídos os valores pagos ou declarados a título de dividendos, juros sobre capital próprio ou redução de capital.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Competência privativa da Assembleia Geral da Companhia para deliberação que altera os dispositivos do Estatuto Social, nos termos do artigo 8º do Estatuto Social.
<b>Outras características relevantes</b>	Entendemos que todas as características relevantes referentes a nossas ações preferenciais classe B foram descritas.
<b>Espécie de ações ou CDA</b>	<b>Preferencial</b>
<b>Classe de ação preferencial</b>	Preferencial Classe C
<b>Tag along</b>	100,000000
<b>Direito a dividendos</b>	Os Acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
<b>Direito a voto</b>	Restrito
<b>Descrição de voto restrito</b>	Cada ação preferencial, independente da sua classe, confere ao seu titular o direito a um voto restrito nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas, cujas deliberações serão tomadas na forma da legislação aplicável, exclusivamente nas seguintes matérias: (a) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (b) aprovação de contratos entre a Companhia e o Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembleia Geral de Acionistas; (c) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (d) escolha de instituição ou empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Companhia, conforme Art. 29 do Estatuto Social; e (e) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas nesse item.
<b>Conversibilidade</b>	Sim
<b>Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social</b>	As ações preferenciais classe C serão conversíveis em ações ordinárias da Companhia, em uma proporção de 1 para 1 (um para um), caso ocorra uma das hipóteses previstas no Estatuto Social da Companhia.



## 18.1 - Direitos das ações

<b>Direito a reembolso de capital</b>	Sim
<b>Descrição das características do reembolso de capital</b>	A totalidade das ações preferenciais classe C conferem aos seus respectivos titulares, de acordo com o artigo 17, II, da Lei das Sociedades por Ações, o direito de prioridade de reembolso de capital sem prêmio em caso de liquidação ou dissolução da Companhia.
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Resgatável</b>	Sim
<b>Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate</b>	As ações preferenciais classe C serão resgatáveis pela Companhia, desde que atendidos os seguintes requisitos, cumulativamente: (i) não tenha ocorrido uma Oferta Pública Qualificada até 02 de setembro de 2020; (ii) os titulares das ações preferenciais C tenham requerido, até 02 de setembro de 2020, o desdobramento de suas ações, de forma que a participação dos titulares das ações preferenciais classe C, no capital social total da Companhia aumente em 33% (trinta e três por cento) em relação às suas participações originais; e (iii) a Companhia tenha manifestado aos titulares das ações preferenciais classe C, sua intenção de resgatar a totalidade das ações preferenciais classe C. O resgate das ações deverá ser realizado pelo preço de R\$96,415239 por ação, ajustado pela variação do índice IPCA a partir de 30 de setembro de 2014 até a data do efetivo resgate, subtraídos os valores pagos ou declarados a título de dividendos, juros sobre capital próprio ou redução de capital.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Competência privativa da Assembleia Geral da Companhia para deliberação que altera os dispositivos do Estatuto Social, nos termos do artigo 8º do Estatuto Social.
<b>Outras características relevantes</b>	Entendemos que todas as características relevantes referentes a nossas ações preferenciais classe C foram descritas.
<b>Espécie de ações ou CDA</b>	<b>Preferencial</b>
<b>Classe de ação preferencial</b>	Preferencial Classe E
<b>Tag along</b>	100,000000
<b>Direito a dividendos</b>	Os Acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
<b>Direito a voto</b>	Restrito
<b>Descrição de voto restrito</b>	Cada ação preferencial, independente da sua classe, confere ao seu titular o direito a um voto restrito nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas, cujas deliberações serão tomadas na forma da legislação aplicável, exclusivamente nas seguintes matérias: (a) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (b) aprovação de contratos entre a Companhia e o Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembleia Geral de Acionistas; (c) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (d) escolha de instituição ou empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Companhia, conforme Art. 29 do Estatuto Social; e (e) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas nesse item.
<b>Conversibilidade</b>	Sim
<b>Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social</b>	As ações preferenciais classe E serão conversíveis em ações ordinárias da Companhia, em uma proporção de 1 para 1 (um para um), caso ocorra uma das hipóteses previstas no Estatuto Social da Companhia.
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Sim
<b>Descrição das características do reembolso de capital</b>	A totalidade das ações preferenciais classe E conferem aos seus respectivos titulares, de acordo com o artigo 17, II, da Lei das Sociedades por Ações, o direito de prioridade de reembolso de capital sem prêmio em caso de liquidação ou dissolução da Companhia.
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Resgatável</b>	Sim

## 18.1 - Direitos das ações

<b>Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate</b>	As ações preferenciais classe E serão resgatáveis pela Companhia, desde que atendidos os seguintes requisitos, cumulativamente: (i) não tenha ocorrido uma Oferta Pública Qualificada até 02 de setembro de 2020; (ii) os titulares das ações preferenciais E tenham requerido, até 02 de setembro de 2020, o desdobramento de suas ações, de forma que a participação dos titulares das ações preferenciais classe E, no capital social total da Companhia aumente em 33% (trinta e três por cento) em relação às suas participações originais; e (iii) a Companhia tenha manifestado aos titulares das ações preferenciais classe E, sua intenção de resgatar a totalidade das ações preferenciais classe E. O resgate das ações deverá ser realizado pelo preço de R\$137,412725 por ação, ajustado pela variação do índice IPCA a partir de 05 de setembro de 2016 até a data do efetivo resgate, subtraídos os valores pagos ou declarados a título de dividendos, juros sobre capital próprio ou redução de capital.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Competência privativa da Assembleia Geral da Companhia para deliberação que altera os dispositivos do Estatuto Social, nos termos do artigo 8º do Estatuto Social.
<b>Outras características relevantes</b>	Entendemos que todas as características relevantes referentes a nossas ações preferenciais classe E foram descritas.
<b>Espécie de ações ou CDA</b>	<b>Preferencial</b>
<b>Classe de ação preferencial</b>	Preferencial Classe F
<b>Tag along</b>	100,000000
<b>Direito a dividendos</b>	Os Acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
<b>Direito a voto</b>	Restrito
<b>Descrição de voto restrito</b>	Cada ação preferencial, independente da sua classe, confere ao seu titular o direito a um voto restrito nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas, cujas deliberações serão tomadas na forma da legislação aplicável, exclusivamente nas seguintes matérias: (a) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (b) aprovação de contratos entre a Companhia e o Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembleia Geral de Acionistas; (c) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (d) escolha de instituição ou empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Companhia, conforme Art. 29 do Estatuto Social; e (e) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas nesse item.
<b>Conversibilidade</b>	Sim
<b>Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social</b>	As ações preferenciais classe F serão conversíveis em ações ordinárias da Companhia, em uma proporção de 1 para 1 (um para um), caso ocorra uma das hipóteses previstas no Estatuto Social da Companhia. Adicionalmente, caso não seja realizado o resgate, conforme descrito abaixo, as ações preferenciais classe F serão conversíveis em ações preferenciais classe C, por solicitação dos acionistas titulares das referidas ações.
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Sim
<b>Descrição das características do reembolso de capital</b>	A totalidade das ações preferenciais classe F conferem aos seus respectivos titulares, de acordo com o artigo 17, II, da Lei das Sociedades por Ações, o direito de prioridade de reembolso de capital sem prêmio em caso de liquidação ou dissolução da Companhia.
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Resgatável</b>	Sim

## 18.1 - Direitos das ações

<b>Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate</b>	As ações preferenciais classe F serão resgatáveis pela Companhia, desde que atendidos os seguintes requisitos, cumulativamente: (i) não tenha ocorrido uma Oferta Pública Qualificada até 02 de setembro de 2020; (ii) os titulares das ações preferenciais F tenham requerido, até 02 de setembro de 2020, o desdobramento de suas ações, de forma que a participação dos titulares das ações preferenciais classe F, no capital social total da Companhia aumente em 33% (trinta e três por cento) em relação às suas participações originais; e (iii) a Companhia tenha manifestado aos titulares das ações preferenciais classe F, sua intenção de resgatar a totalidade das ações preferenciais classe F. O resgate deverá ser realizado pelo preço de R\$131,965527 por ação, ajustado pela variação do índice IPCA a partir de 05 de setembro de 2016 até a data do efetivo resgate, subtraídos os valores pagos ou declarados a título de dividendos, juros sobre capital próprio ou redução de capital.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Competência privativa da Assembleia Geral da Companhia para deliberação que altera os dispositivos do Estatuto Social, nos termos do artigo 8º do Estatuto Social.
<b>Outras características relevantes</b>	Entendemos que todas as características relevantes referentes a nossas ações preferenciais classe F foram descritas.
<b>Espécie de ações ou CDA</b>	<b>Preferencial</b>
<b>Classe de ação preferencial</b>	Preferencial Classe G
<b>Tag along</b>	100,000000
<b>Direito a dividendos</b>	Os Acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
<b>Direito a voto</b>	Restrito
<b>Descrição de voto restrito</b>	Cada ação preferencial, independente da sua classe, confere ao seu titular o direito a um voto restrito nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas, cujas deliberações serão tomadas na forma da legislação aplicável, exclusivamente nas seguintes matérias: (a) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (b) aprovação de contratos entre a Companhia e o Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembleia Geral de Acionistas; (c) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (d) escolha de instituição ou empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Companhia, conforme Art. 29 do Estatuto Social; e (e) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas nesse item.
<b>Conversibilidade</b>	Sim
<b>Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social</b>	As ações preferenciais classe G serão conversíveis em ações ordinárias da Companhia, em uma proporção de 1 para 1 (um para um), caso ocorra uma das hipóteses previstas no Estatuto Social da Companhia, tais como: (i) solicitação pela Companhia, a qualquer tempo, após 02 de setembro de 2020; (ii) automaticamente, em caso de aprovação de uma operação resultante de melhores esforços de uma subscrição, distribuição, colocação ou outro tipo de contrato entre a Companhia e uma ou mais instituições financeiras para uma oferta pública inicial estruturada como uma oferta pública de valores mobiliários da Companhia (ou de qualquer pessoa jurídica sucessora da Companhia) que seja realizada com um mínimo de ações em circulação equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do capital social da Companhia e, como resultado, os valores mobiliários da Companhia sejam listados, entre outras.
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Sim
<b>Descrição das características do reembolso de capital</b>	As ações preferenciais classe G conferem aos seus respectivos titulares, de acordo com o artigo 17, II, da Lei das Sociedades por Ações, o direito de prioridade de reembolso de capital sem prêmio em caso de liquidação ou dissolução da Companhia.
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Resgatável</b>	Sim

## 18.1 - Direitos das ações

<b>Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate</b>	As ações preferenciais classe G serão resgatáveis pela Companhia, desde que atendidos os seguintes requisitos, cumulativamente: (i) não tenha ocorrido uma Oferta Pública Qualificada até 02 de setembro de 2020; (ii) os titulares das ações preferenciais G tenham requerido, até 02 de setembro de 2020, o desdobramento de suas ações, de forma que a participação dos titulares das ações preferenciais classe G, no capital social total da Companhia aumente em 33% (trinta e três por cento) em relação às suas participações originais; e (iii) a Companhia tenha manifestado aos titulares das ações preferenciais classe G, sua intenção de resgatar a totalidade das ações preferenciais classe G. O resgate deverá ser realizado pelo preço de R\$131,965527 por ação, ajustado pela variação do índice IPCA a partir de 05 de setembro de 2016 até a data do efetivo resgate, subtraídos os valores pagos ou declarados a título de dividendos, juros sobre capital próprio ou redução de capital.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Competência privativa da Assembleia Geral da Companhia para deliberação que altera os dispositivos do Estatuto Social, nos termos do artigo 8º do Estatuto Social.
<b>Outras características relevantes</b>	Entendemos que todas as características relevantes referentes a nossas ações preferenciais classe G foram descritas.
<b>Espécie de ações ou CDA</b>	<b>Preferencial</b>
<b>Classe de ação preferencial</b>	Preferencial Classe H
<b>Tag along</b>	100,000000
<b>Direito a dividendos</b>	Os Acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, têm direito ao recebimento de (i) dividendos prioritários equivalentes (i.a) (I) 25% do lucro líquido apurado com base nas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais de 2015 a 2018, ou (II) ao montante total de dividendos determinado pelos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras relativas aos referidos exercícios, se superar o valor mencionado em (I), limitado em até 99% do lucro líquido apurado em tais demonstrações financeiras e (i.b) 25% do lucro líquido apurado nas demonstrações financeiras relativas a cada um dos exercícios sociais subsequentes ao de 2018; e (ii) dividendos correspondentes ao saldo remanescente do lucro líquido, após a distribuição de dividendos prioritários.
<b>Direito a voto</b>	Sem Direito
<b>Conversibilidade</b>	Sim
<b>Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social</b>	As ações preferenciais classe H serão conversíveis em ações ordinárias da Companhia, em uma proporção de 1 para 1 (um para um), caso ocorra uma das hipóteses previstas no Estatuto Social da Companhia.
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Sim
<b>Descrição das características do reembolso de capital</b>	A totalidade das ações preferenciais classe H conferem aos seus respectivos titulares, de acordo com o artigo 17, II, da Lei das Sociedades por Ações, o direito de prioridade de reembolso de capital sem prêmio em caso de liquidação ou dissolução da Companhia.
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Resgatável</b>	Não
<b>Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate</b>	
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Competência privativa da Assembleia Geral da Companhia para deliberação que altera os dispositivos do Estatuto Social, nos termos do artigo 8º do Estatuto Social.
<b>Outras características relevantes</b>	Entendemos que todas as características relevantes referentes a nossas ações preferenciais classe H foram descritas.
<b>Espécie de ações ou CDA</b>	<b>Preferencial</b>
<b>Classe de ação preferencial</b>	Preferencial Classe I

**18.1 - Direitos das ações**

<b>Tag along</b>	100,000000
<b>Direito a dividendos</b>	Não possuem.
<b>Direito a voto</b>	Sem Direito
<b>Conversibilidade</b>	Sim
<b>Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social</b>	Cada ação preferencial classe I será conversível na hipótese de um Evento de Liquidez, na mesma classe de ações emitidas ou vendidas no Evento de Liquidez e terá, sem exceção os mesmos direitos, restrições e condições das referidas ações emitidas ou vendidas. Evento de Liquidez, nesse caso, é entendido como (i) uma oferta pública inicial qualificada; (ii) "primary equity round" (qualquer operação feita por meio de colocação privada que resulte na emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis ou valores mobiliários da Companhia e na qual: (a) os acionistas da Companhia recebam direitos de preferência; e (b) o valor do investimento seja superior a R\$150.000.000,00, (iii) a fusão, incorporação ou incorporação de ações da Companhia, nos termos dos artigos 227, 228 e 252 da Lei das Sociedades por Ações, por ou em outra companhia listada no Novo Mercado da B4, NYSE ou NASDAQ da Companhia por ou em outra companhia listada em bolsa renome, ou (iv) a venda de controle.
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Sim
<b>Descrição das características do reembolso de capital</b>	A totalidade das ações preferenciais classe I conferem aos seus respectivos titulares, de acordo com o artigo 17, II, da Lei das Sociedades por Ações, o direito de prioridade de reembolso de capital sem prêmio em caso de liquidação ou dissolução da Companhia.
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Resgatável</b>	Sim
<b>Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate</b>	As ações preferenciais classe AI serão resgatáveis pela Companhia, desde que atendidos os seguintes requisitos, cumulativamente: (i) não tenha ocorrido uma Oferta Pública Qualificada até 02 de setembro de 2020; (ii) os titulares das ações preferenciais AI tenham requerido, até 02 de setembro de 2020, o desdobramento de suas ações, de forma que a participação dos titulares das ações preferenciais classe AI, no capital social total da Companhia aumente em 33% (trinta e três por cento) em relação às suas participações originais; e (iii) a Companhia tenha manifestado aos titulares das ações preferenciais classe AI, sua intenção de resgatar a totalidade das ações preferenciais classe AI.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Competência privativa da Assembleia Geral da Companhia para deliberação que altera os dispositivos do Estatuto Social, nos termos do artigo 8º do Estatuto Social.
<b>Espécie de ações ou CDA</b>	<b>Preferencial</b>
<b>Classe de ação preferencial</b>	Preferencial Classe J
<b>Tag along</b>	100,000000
<b>Direito a dividendos</b>	Não possuem.
<b>Direito a voto</b>	Sem Direito
<b>Conversibilidade</b>	Sim
<b>Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social</b>	As ações preferenciais da classe J serão conversíveis em ações ordinárias da Companhia em uma proporção de 1 para 1, caso ocorra uma das seguintes hipóteses: (i) solicitação pela Companhia, a qualquer tempo, desde que a conversão não afete os direitos de seus titulares, conforme previsto no Estatuto Social ou no acordo de acionistas dos titulares de ações preferenciais classe AJ e classe J; (ii) automaticamente, em caso de uma oferta pública qualificada, caso em que a conversão será efetivada na assembleia geral que aprovar a oferta pública qualificada; (iii) a critério dos titulares das ações preferenciais classe AJ e classe J no caso de uma transação pela qual tenham o direito de vender todas as ações preferenciais classe AJ e ações preferenciais classe J; ou (iv) quando transferidas, por qualquer meio, aos atuais acionistas controladores da Companhia.
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Sim

## 18.1 - Direitos das ações

<b>Descrição das características do reembolso de capital</b>	A totalidade das ações preferenciais classe J conferem aos seus respectivos titulares, de acordo com o artigo 17, II, da Lei das Sociedades por Ações, o direito de prioridade de reembolso de capital sem prêmio em caso de liquidação ou dissolução da Companhia.
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Resgatável</b>	Sim
<b>Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate</b>	As ações preferenciais classe J serão resgatáveis caso o GM exerça sua opção de venda de sua participação na Companhia, prevista no acordo de acionistas descrito no item 15.8 deste Formulário de Referência, hipótese na qual a Companhia poderá recomprar ou resgatar as ações. O preço para a opção de venda será avaliado com base em um múltiplo de 8 vezes o EBITDA da Companhia nas quatro demonstrações contábeis trimestrais imediatamente anteriores ao aviso de opção de venda menos a dívida líquida da Companhia na última demonstração financeira trimestral da Companhia.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Competência privativa da Assembleia Geral da Companhia para deliberação que altera os dispositivos do Estatuto Social, nos termos do artigo 8º do Estatuto Social.
<b>Outras características relevantes</b>	As ações preferenciais classe J foram criadas, mas ainda não foram emitidas.
<hr/>	
<b>Espécie de ações ou CDA</b>	<b>Preferencial</b>
<b>Classe de ação preferencial</b>	Preferencial Classe K
<b>Tag along</b>	100,000000
<b>Direito a dividendos</b>	A totalidade das ações K confere aos seus titulares o direito a o recebimento de dividendos prioritários e fixos
<b>Direito a voto</b>	Sem Direito
<b>Conversibilidade</b>	Sim
<b>Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social</b>	As ações preferenciais classe K serão conversíveis em ações preferenciais classe AH em uma proporção de 1 para 1, caso ocorra uma das seguintes hipóteses: (i) solicitação pela Companhia até 31 de dezembro de 2023, desde que a conversão não afete os direitos de seus titulares, conforme previsto no Estatuto Social; (ii) automaticamente, em caso de uma oferta pública qualificada; (iii) no caso de uma transação pela qual os titulares das ações preferenciais classe AK e ações preferenciais classe K sejam obrigados a vender as suas ações preferenciais cvlasse AK e ações preferenciais classe K; (iv) a critério dos titulares das ações preferenciais classe AK e das ações preferenciais classe K, no caso de uma transação pela qual os titulares das ações preferenciais classe AK e classe K tenham o direito de vender todas as suas ações; ou (v) quando transferidas, por qualquer meio, a um dos acionistas controladores.
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Sim
<b>Descrição das características do reembolso de capital</b>	A totalidade das ações preferenciais classe K conferem aos seus respectivos titulares, de acordo com o artigo 17, II, da Lei das Sociedades por Ações, o direito de prioridade de reembolso de capital sem prêmio em caso de liquidação ou dissolução da Companhia.
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Resgatável</b>	Não
<b>Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate</b>	
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Competência privativa da Assembleia Geral da Companhia para deliberação que altera os dispositivos do Estatuto Social, nos termos do artigo 8º do Estatuto Social.
<b>Outras características relevantes</b>	As ações preferenciais classe K foram criadas, mas ainda não foram emitidas.
<hr/>	

## **18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública**

A Companhia não possui regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos.

De acordo com o artigo 25 do nosso Estatuto Social, a alienação de controle da Companhia tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia ("OPA"), observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do BOVESPA MAIS – NÍVEL 2, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

Para fins dessa disposição do Estatuto Social, são entendidos como:

- a) "Acionista Controlador", o acionista ou Grupo de Acionistas que exerça o Poder de Controle da Companhia;
- b) "Acionista Controlador Alienante", o Acionista Controlador quando este promove a Alienação do Controle da Companhia;
- c) "Ações de Controle", o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia;
- d) "Ações em Circulação", todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria;
- e) "Adquirente", aquele para quem o Acionista Controlador Alienante transfere as Ações de Controle em uma Alienação de Controle da Companhia;
- f) "Alienação de Controle da Companhia", a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle;
- g) "Contrato de Participação no BOVESPA MAIS – NÍVEL 2", o contrato celebrado entre, de um lado, a B3 e, de outro, a Companhia e o Acionista Controlador, contendo disposições relativas à listagem da Companhia no BOVESPA MAIS – NÍVEL 2;
- h) "Grupo de Acionistas", o grupo de pessoas: (a) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou (b) entre os quais haja relação de Controle; ou (c) sob controle comum;
- i) "Poder de Controle", o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao Grupo de Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas 3 (três) últimas assembleias gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante;
- j) "Regulamento de Sanções", o Regulamento de Aplicação de Sanções Pecuniárias do BOVESPA MAIS – NÍVEL 2, inclusive suas posteriores modificações, que disciplina a aplicação de sanções nos casos de descumprimento total ou parcial das obrigações decorrentes do Regulamento BOVESPA MAIS – NÍVEL 2; e

## **18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública**

k) "Valor Econômico", o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM.

A OPA também deverá ser efetivada (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação do Controle da Companhia; ou (ii) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à B3 o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar OPA acima; e (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em mercado administrado pela B3 nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à B3 operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

Enquanto estiver em vigor o Contrato BOVESPA MAIS – NÍVEL 2, a Companhia não registrará (i) qualquer transferência de ações para o Adquirente ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores previsto no Regulamento do BOVESPA MAIS – NÍVEL 2; ou (ii) qualquer acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle sem que os seus signatários tenham subscreto o Termo de Anuência dos Controladores previsto no Regulamento do BOVESPA MAIS – NÍVEL 2.

Na OPA, a ser feita pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado no laudo de avaliação elaborado, conforme abaixo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

O laudo de avaliação referido no parágrafo acima deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus Administradores e/ou do(s) Acionista(s) Controlador(es), além de satisfazer os requisitos do § 1º do Artigo 8º da Lei das Sociedades Por Ações, e conter a responsabilidade prevista no Parágrafo 6º desse mesmo Artigo.

A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da assembleia geral, a partir da apresentação, pelo conselho de administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, e cabendo a cada ação, independentemente de espécie ou classe, o direito a um voto, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela assembleia, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de



## **18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública**

acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

Caso seja deliberada a saída da Companhia do BOVESPA MAIS – NÍVEL 2 para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ser negociados fora do BOVESPA MAIS – NÍVEL 2, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no BOVESPA MAIS – NÍVEL 2 no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado conforme descrito acima, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

O Acionista Controlador estará dispensado de proceder à oferta pública de aquisição de ações referida no caput deste Artigo se a Companhia sair do BOVESPA MAIS – NÍVEL 2 em razão da celebração do contrato de participação da Companhia em um dos segmentos especiais da B3 denominado BOVESPA MAIS, Nível 2 de Governança Corporativa ou Novo Mercado ou se a companhia resultante de reorganização societária obtiver autorização para negociação de valores mobiliários no BOVESPA MAIS, Nível 2 de Governança Corporativa ou no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação.

A saída da Companhia do BOVESPA MAIS – NÍVEL 2 em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do BOVESPA MAIS – NÍVEL 2 está condicionada à efetivação de OPA, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação, conforme descrito acima, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

### **18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto**

Não existem exceções e/ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no nosso Estatuto Social.

#### **18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, visto que a Companhia não possui valores negociados nos três últimos exercícios sociais.

**18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**

<b>Valor mobiliário</b>	<b>Bônus de Subscrição</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	Bônus de Subscrição para subscrever ações preferenciais
<b>Data de emissão</b>	02/03/2018
<b>Quantidade (Unidades)</b>	1
<b>Valor nominal global (Reais)</b>	0,01
<b>Saldo devedor em aberto</b>	0,00
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Convertibilidade</b>	Sim
<b>Condição da convertibilidade e efeitos sobre o capital-social</b>	O titular do bônus poderá exercer o Bônus de Subscrição dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da Reunião do Conselho de Administração da Companhia que aprovar a emissão das novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para entrega aos beneficiários previstos no plano descrito no item 13.4 deste Formulário de Referência.
<b>Possibilidade resgate</b>	Não
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Não aplicável.
<b>Outras características relevantes</b>	As novas ações deverão ser integralizadas pelo titular mediante pagamento do preço de subscrição em moeda corrente nacional e com recursos imediatamente disponíveis na data de exercício correspondente para a conta corrente a ser informada oportunamente pela Companhia. O Bônus de Subscrição deverá ser considerado automaticamente extinto, deixando de conferir direito de qualquer natureza aos titulares, os quais deverão entregar imediatamente o bônus de subscrição à Companhia, em qualquer uma das seguintes hipóteses: (i) após o exercício da opção de compra de ações pelos beneficiários, desde que o prazo de 30 (trinta) dias previsto acima tenha expirado; (ii) caso o Titular deixe de ser acionista da Companhia, exceto por extinção do Titular, caso em que o Bônus de Subscrição não deverá ser considerado extinto e os sucessores do Titular, na proporção de suas respectivas participações no Titular, passarão automaticamente a deter os mesmos direitos do Titular previstos neste Bônus de Subscrição; e (iii) caso não se verifiquem as condições para exercício da opção, no âmbito do plano descrito no item 13.4 deste Formulário de Referência.

---

<b>Valor mobiliário</b>	<b>Bônus de Subscrição</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	Bônus de Subscrição para subscrever ações preferenciais
<b>Data de emissão</b>	02/03/2018
<b>Quantidade (Unidades)</b>	1
<b>Valor nominal global (Reais)</b>	0,01
<b>Saldo devedor em aberto</b>	0,00
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Convertibilidade</b>	Sim

**18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**

**Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social** O titular do bônus poderá exercer o Bônus de Subscrição dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da Reunião do Conselho de Administração da Companhia que aprovar a emissão das novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para entrega aos beneficiários previstos no plano descrito no item 13.4 deste Formulário de Referência.

**Possibilidade resgate** Não

**Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários** Não aplicável

**Outras características relevantes** As novas ações deverão ser integralizadas pelo titular mediante pagamento do preço de subscrição em moeda corrente nacional e com recursos imediatamente disponíveis na data de exercício correspondente para a conta corrente a ser informada oportunamente pela Companhia.

O Bônus de Subscrição deverá ser considerado automaticamente extinto, deixando de conferir direito de qualquer natureza aos titulares, os quais deverão entregar imediatamente o bônus de subscrição à Companhia, em qualquer uma das seguintes hipóteses: (i) após o exercício da opção de compra de ações pelos beneficiários, desde que o prazo de 30 (trinta) dias previsto acima tenha expirado; (ii) caso o Titular deixe de ser acionista da Companhia; e (iii) caso não se verifiquem as condições para exercício da opção, no âmbito do plano descrito no item 13.4 deste Formulário de Referência.

---

<b>Valor mobiliário</b>	<b>Bônus de Subscrição</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	Bônus de Subscrição para subscrever ações preferenciais
<b>Data de emissão</b>	02/03/2018
<b>Quantidade (Unidades)</b>	3
<b>Valor nominal global (Reais)</b>	0,01
<b>Saldo devedor em aberto</b>	0,00
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Conversibilidade</b>	Sim

**Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social** Os titulares do bônus poderão exercer o respectivo Bônus de Subscrição dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da Reunião do Conselho de Administração da Companhia que aprovar a emissão das novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para entrega aos beneficiários previstos no plano descrito no item 13.4 deste Formulário de Referência.

**Possibilidade resgate** Não

**Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários** Não aplicável.

**Outras características relevantes** As novas ações deverão ser integralizadas pelo titular mediante pagamento do preço de subscrição em moeda corrente nacional e com recursos imediatamente disponíveis na data de exercício correspondente para a conta corrente a ser informada oportunamente pela Companhia.

O Bônus de Subscrição deverá ser considerado automaticamente extinto, deixando de conferir direito de qualquer natureza aos titulares, os quais deverão entregar imediatamente o bônus de subscrição à Companhia, em qualquer uma das seguintes hipóteses: (i) após o exercício da opção de compra de ações pelos beneficiários, desde que o prazo de 30 (trinta) dias previsto acima tenha expirado; (ii) caso o Titular deixe de ser acionista da Companhia; e (iii) caso não se verifiquem as condições para exercício da opção, no âmbito do plano descrito no item 13.4 deste Formulário de Referência.

**18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**

<b>Valor mobiliário</b>	<b>Bônus de Subscrição</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	Bônus de Subscrição para subscrever ações preferenciais
<b>Data de emissão</b>	02/03/2018
<b>Quantidade (Unidades)</b>	1
<b>Valor nominal global (Reais)</b>	0,01
<b>Saldo devedor em aberto</b>	0,00
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Conversibilidade</b>	Sim
<b>Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social</b>	Os titulares do bônus poderão exercer o respectivo Bônus de Subscrição dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da Reunião do Conselho de Administração da Companhia que aprovar a emissão das novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para entrega aos beneficiários previstos no plano descrito no item 13.4 deste Formulário de Referência.
<b>Possibilidade resgate</b>	Não
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Não aplicável
<b>Outras características relevantes</b>	As novas ações deverão ser integralizadas pelo titular mediante pagamento do preço de subscrição em moeda corrente nacional e com recursos imediatamente disponíveis na data de exercício correspondente para a conta corrente a ser informada oportunamente pela Companhia. O Bônus de Subscrição deverá ser considerado automaticamente extinto, deixando de conferir direito de qualquer natureza aos titulares, os quais deverão entregar imediatamente o bônus de subscrição à Companhia, em qualquer uma das seguintes hipóteses: (i) após o exercício da opção de compra de ações pelos beneficiários, desde que o prazo de 30 (trinta) dias previsto acima tenha expirado; (ii) caso o Titular deixe de ser acionista da Companhia, exceto por extinção do Titular, caso em que este Bônus de Subscrição não deverá ser considerado extinto e os sucessores do Titular, na proporção de suas respectivas participações no Titular, passarão automaticamente a deter os mesmos direitos do Titular previstos neste Bônus de Subscrição; e (iii) caso não se verifiquem as condições para exercício da opção, no âmbito do plano descrito no item 13.4 deste Formulário de Referência.
-----	
<b>Valor mobiliário</b>	<b>Debêntures</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	3ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações da Companhia
<b>Quantidade (Unidades)</b>	54.000
<b>Valor nominal global (Reais)</b>	540.000.000,00
<b>Saldo devedor em aberto</b>	540.000.000,00
<b>Restrição a circulação</b>	Sim
<b>Descrição da restrição</b>	As debêntures somente poderão ser negociadas depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto no artigo 13 e 15 da Instrução CVM 476, e entre investidores qualificados, assim definidos no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado o disposto nos incisos I e II do artigo 4º da Instrução CVM 476.
<b>Conversibilidade</b>	Não

**18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**

<b>Possibilidade resgate</b>	Sim
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	A partir do 366º (trecentésimo sexagésimo sexto) dia contado desde a Data de Emissão, ou seja, a partir de 16 de dezembro de 2018, inclusive, a Emissora reserva-se o direito de, a seu exclusivo critério, de forma unilateral, promover o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Primeira Série; partir do 609º (seiscentésimo nono) dia contado desde a Data de Emissão, ou seja, a partir de 16 de agosto de 2019, inclusive, Emissora reserva-se o direito de, a seu exclusivo critério, de forma unilateral, promover o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Segunda Série. O Resgate Antecipado Total Facultativo deverá ocorrer mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração da respectiva série, calculada pro rata temporis desde a Data de Integralização, inclusive, ou a data de pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, acrescido de prêmio de resgate correspondente a (i) 0,40% ao ano, no caso do Resgate da Primeira Série; e de (ii) 0,50% ao ano, no caso do Resgate da Segunda Série, conforme procedimento adotado pela B3.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Não aplicável.
<b>Outras características relevantes</b>	Amortização: Sem prejuízo dos pagamentos em razão das hipóteses de Vencimento Antecipado ou de Resgate, o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será pago integralmente na data de vencimento das Debêntures da Primeira Série e o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado trimestralmente, a partir do 36º (trigésimo sexto) mês a contar da Data de Emissão, até a data de vencimento das Debêntures da Segunda Série.

<b>Valor mobiliário</b>	<b>Bônus de Subscrição</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	Bônus de Subscrição para subscrever ações ordinárias e preferenciais
<b>Data de emissão</b>	02/03/2018
<b>Quantidade (Unidades)</b>	1
<b>Valor nominal global (Reais)</b>	0,01
<b>Saldo devedor em aberto</b>	0,00
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Conversibilidade</b>	Sim
<b>Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social</b>	O Bônus de Subscrição poderá ser exercido 60 dias após o exercício de opções de compra de ações, bem como da emissão de novas ações da Companhia para entrega aos beneficiários previstos no plano descrito no item 13.4 deste Formulário de Referência.
<b>Possibilidade resgate</b>	Não
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Não aplicável.
<b>Outras características relevantes</b>	As novas ações deverão ser integralizadas pelo titular mediante pagamento do preço de subscrição em moeda corrente nacional e com recursos imediatamente disponíveis na data de exercício correspondente para a conta corrente a ser informada oportunamente pela Companhia.

<b>Valor mobiliário</b>	<b>Bônus de Subscrição</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	Bônus de Subscrição para subscrever ações ordinárias

**18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**

<b>Data de emissão</b>	02/03/2018
<b>Quantidade (Unidades)</b>	3
<b>Valor nominal global (Reais)</b>	0,01
<b>Saldo devedor em aberto</b>	0,00
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Conversibilidade</b>	Sim
<b>Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social</b>	Os titulares do respectivo bônus poderão exercer o Bônus de Subscrição dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da Reunião do Conselho de Administração da Companhia que aprovar a emissão das novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para entrega aos beneficiários previstos no plano descrito no item 13.4 deste Formulário de Referência.
<b>Possibilidade resgate</b>	Não
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Não aplicável
<b>Outras características relevantes</b>	As novas ações deverão ser integralizadas pelo titular mediante pagamento do preço de subscrição em moeda corrente nacional e com recursos imediatamente disponíveis na data de exercício correspondente para a conta corrente a ser informada oportunamente pela Companhia. O Bônus de Subscrição deverá ser considerado automaticamente extinto, deixando de conferir direito de qualquer natureza aos titulares, os quais deverão entregar imediatamente O Bônus de Subscrição à Companhia, em qualquer uma das seguintes hipóteses: (i) após o exercício da opção de compra de ações pelos beneficiários do plano de opção de ações, desde que o prazo de 30 (trinta) dias previsto acima tenha expirado; (ii) caso os titulares deixem de ser acionistas da Companhia; e (iii) caso não se verificarem as condições para exercício da opção, no âmbito do plano descrito no item 13.4 deste Formulário de Referência.

---

<b>Valor mobiliário</b>	<b>Debêntures</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações da Companhia
<b>Data de emissão</b>	26/02/2014
<b>Data de vencimento</b>	26/02/2019
<b>Quantidade (Unidades)</b>	150
<b>Valor nominal global (Reais)</b>	150.000.000,00
<b>Saldo devedor em aberto</b>	75.231.113,96
<b>Restrição a circulação</b>	Sim
<b>Descrição da restrição</b>	As debêntures somente poderão ser negociadas depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto no artigo 13 e 15 da Instrução CVM 476, e entre investidores qualificados, assim definidos no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado o disposto nos incisos I e II do artigo 4º da Instrução CVM 476.
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim



**18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**

**Hipótese e cálculo do valor de resgate** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar a qualquer momento, a partir da Data de Emissão, oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures em circulação, endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos os Debenturistas, igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por ele detidas. A título de resgate antecipado, a Companhia deverá pagar aos Debenturistas o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido (i) da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão ou do último Período de Capitalização, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, e demais encargos devidos e não pagos até a referida data; e (ii) de um prêmio indicado pela Companhia no Edital da Oferta de Resgate Antecipado.

**Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários** Não aplicável

**Outras características relevantes** Amortização: Sem prejuízo dos pagamentos em razão da ocorrência de qualquer das hipóteses de Vencimento Antecipado, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 3 parcelas, sendo a 1ª (primeira) parcela devida em 26 de fevereiro de 2017 e a última na Data de Vencimento, em 26 de fevereiro de 2019.  
Destinação de Recursos: Os recursos obtidos com a integralização das Debêntures serão destinados à: (i) quitação de empréstimos tomados pela Emissora junto ao Banco Itaú BBA S.A. e (ii) ao reforço do capital de giro da Emissora.

<b>Valor mobiliário</b>	<b>Debêntures</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações da Companhia
<b>Data de emissão</b>	11/11/2016
<b>Data de vencimento</b>	11/11/2020
<b>Quantidade (Unidades)</b>	180.000
<b>Valor nominal global (Reais)</b>	180.000.000,00
<b>Saldo devedor em aberto</b>	179.687.807,90
<b>Restrição a circulação</b>	Sim
<b>Descrição da restrição</b>	As debêntures somente poderão ser negociadas depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto no artigo 13 e 15 da Instrução CVM 476, e entre investidores qualificados, assim definidos no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado o disposto nos incisos I e II do artigo 4º da Instrução CVM 476.
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	A Companhia poderá realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas, para aceitar ou não o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo ("Oferta de Resgate Antecipado"). Não obstante a Oferta de Resgate Antecipado ser sempre endereçada à totalidade das Debêntures, o resgate antecipado poderá ser parcial na hipótese de existirem Debenturistas que não concordem com a Oferta de Resgate Antecipado. Nesse caso, serão resgatadas somente as Debêntures daqueles Debenturistas que decidirem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado. As Debêntures não estarão sujeitas a oferta de resgate antecipado parcial ou a amortização extraordinária.

**18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**

<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Não aplicável.
<b>Outras características relevantes</b>	<p>Amortização: Sem prejuízo dos pagamentos em razão das hipóteses de Vencimento Antecipado ou da Oferta de Resgate Antecipado, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em parcelas trimestrais e iguais, sendo a 1ª (primeira) parcela devida no 18º (décimo oitavo) mês contados da Data de Emissão, em 11 de maio de 2018 e a última na Data de Vencimento, em 11 de novembro de 2020.</p> <p>Destinação de Recursos: Os recursos obtidos com a integralização das Debêntures serão integralmente destinados (i) ao pré-pagamento da 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia no montante de R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais); (ii) à quitação de empréstimos e financiamentos tomados junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. em montante total mínimo de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); (iii) à quitação de empréstimos e financiamentos tomados junto ao Banco Votorantim S.A. em montante total mínimo de R\$17.500.000,00 (dezesete milhões e quinhentos mil reais); e (iv) ao reforço do capital de giro da Companhia.</p>
<hr/>	
<b>Valor mobiliário</b>	<b>Bônus de Subscrição</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	Bônus de Subscrição para subscrever ações ordinárias
<b>Data de emissão</b>	02/03/2018
<b>Quantidade (Unidades)</b>	1
<b>Valor nominal global (Reais)</b>	0,01
<b>Saldo devedor em aberto</b>	0,00
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Conversibilidade</b>	Sim
<b>Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social</b>	O titular do bônus poderá exercer o Bônus de Subscrição dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da Reunião do Conselho de Administração da Companhia que aprovar a emissão das novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para entrega aos beneficiários previstos no plano descrito no item 13.4 deste Formulário de Referência.
<b>Possibilidade resgate</b>	Não
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Não aplicável.
<b>Outras características relevantes</b>	<p>As novas ações deverão ser integralizadas pelo titular mediante pagamento do preço de subscrição em moeda corrente nacional e com recursos imediatamente disponíveis na data de exercício correspondente para a conta corrente a ser informada oportunamente pela Companhia.</p> <p>O Bônus de Subscrição deverá ser considerado automaticamente extinto, deixando de conferir direito de qualquer natureza aos titulares, os quais deverão entregar imediatamente o bônus de subscrição à Companhia, em qualquer uma das seguintes hipóteses: (i) após o exercício da opção de compra de ações pelos beneficiários, desde que o prazo de 30 (trinta) dias previsto acima tenha expirado; (ii) caso o Titular deixe de ser acionista da Companhia, exceto por extinção do Titular, caso em que o Bônus de Subscrição não deverá ser considerado extinto e os sucessores do Titular, na proporção de suas respectivas participações no Titular, passarão automaticamente a deter os mesmos direitos do Titular previstos neste Bônus de Subscrição; e (iii) caso não se verifiquem as condições para exercício da opção, no âmbito do plano descrito no item 13.4 deste Formulário de Referência.</p>
<hr/>	
<b>Valor mobiliário</b>	<b>Bônus de Subscrição</b>

**18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**

<b>Identificação do valor mobiliário</b>	Bônus de Subscrição para subscrever ações preferenciais
<b>Data de emissão</b>	02/03/2018
<b>Quantidade (Unidades)</b>	1
<b>Valor nominal global (Reais)</b>	0,01
<b>Saldo devedor em aberto</b>	0,00
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Conversibilidade</b>	Sim
<b>Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social</b>	O titular do bônus poderá exercer o Bônus de Subscrição dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da Reunião do Conselho de Administração da Companhia que aprovar a emissão das novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para entrega aos beneficiários previstos no plano descrito no item 13.4 deste Formulário de Referência.
<b>Possibilidade resgate</b>	Não
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Não aplicável.
<b>Outras características relevantes</b>	As novas ações deverão ser integralizadas pelo titular mediante pagamento do preço de subscrição em moeda corrente nacional e com recursos imediatamente disponíveis na data de exercício correspondente para a conta corrente a ser informada oportunamente pela Companhia. O Bônus de Subscrição deverá ser considerado automaticamente extinto, deixando de conferir direito de qualquer natureza aos titulares, os quais deverão entregar imediatamente o bônus de subscrição à Companhia, em qualquer uma das seguintes hipóteses: (i) após o exercício da opção de compra de ações pelos beneficiários, desde que o prazo de 30 (trinta) dias previsto acima tenha expirado; (ii) caso o Titular deixe de ser acionista da Companhia, exceto por extinção do Titular, caso em que o Bônus de Subscrição não deverá ser considerado extinto e os sucessores do Titular, na proporção de suas respectivas participações no Titular, passarão automaticamente a deter os mesmos direitos do Titular previstos neste Bônus de Subscrição; e (iii) caso não se verifiquem as condições para exercício da opção, no âmbito do plano descrito no item 13.4 deste Formulário de Referência.

**18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui os seguintes valores mobiliários admitidos à negociação na B3, conforme descritos na seção 18.5 acima:

- 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações da Companhia;
- 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações da Companhia;
- 1ª Emissão de Notas Promissórias;
- 3ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações da Companhia; e
- Ações ordinárias e preferenciais no Segmento Bovespa Mias Nível 2.

### **18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação no exterior.

## **18.8 - Títulos emitidos no exterior**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui valores mobiliários emitidos no exterior.

**18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor**Segunda Emissão de Debêntures:

A assembleia geral extraordinária da Companhia, em 18 de outubro de 2016, autorizou a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie com garantia real e adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. O valor total de tal emissão foi de R\$ 180.000.000,00 e foram emitidas 180.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00.

Primeira Emissão de Notas Promissórias

A assembleia geral extraordinária da Companhia, em 8 de agosto de 2017, autorizou a primeira emissão de notas comerciais da Companhia, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. O valor total de tal emissão foi de R\$ 150.000.000,00 e foram emitidas 30 notas comerciais com valor nominal unitário de R\$ 5.000.000,00. A totalidade das Notas Promissórias de emissão da Companhia foi resgatada em 31 de janeiro de 2018, através de resgate antecipado facultativo previsto nas respectivas cédulas.

Terceira Emissão de Debêntures

A assembleia geral extraordinária da Companhia, em 16 de outubro de 2017, conforme alterada pelas assembleias gerais extraordinárias de 21 de novembro de 2017 e 15 de dezembro de 2017, autorizou a terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. O valor total de tal emissão foi de R\$ 540.000.000,00 e foram emitidas 54.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00.

**18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios****(a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

Os recursos obtidos por meio da Oferta Pública de Distribuição da 2ª Emissão de Debêntures foram destinados (i) ao pré-pagamento da 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia no montante de R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais); (ii) à quitação de empréstimos e financiamentos tomados junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. em montante total mínimo de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); (iii) à quitação de empréstimos e financiamentos tomados junto ao Banco Votorantim S.A. em montante total mínimo de R\$17.500.000,00 (dezessete milhões e quinhentos mil reais); e (iv) ao reforço do capital de giro da Companhia.

Os recursos obtidos por meio da Oferta Pública de Distribuição da 1ª Emissão de Notas Comerciais foram destinados para o reforço do capital de giro da Companhia.

Os recursos obtidos por meio da Oferta Pública de Distribuição da 3ª Emissão de Debêntures foram destinados para o reforço do capital de giro da Companhia.

**(b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Não houve qualquer desvio relevante entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos documentos da oferta.

**(c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Não aplicável uma vez que não houve qualquer desvio.



### **18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros**

Não aplicável, dado que a Companhia não realizou ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros desde a data de sua constituição.

## 18.12 - Outras informações relevantes

Em AGE de acionistas da controlada Smart Rio, realizada em 30 de janeiro de 2014, foi aprovada a 1ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, em série única, no valor de R\$50 milhões as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM nº 476/09, com a intermediação do Banco Votorantim S.A., tendo como público-alvo investidores qualificados.

As características e condições da emissão das debêntures são:

Descrição	1ª emissão
Emissora	Smart Rio Academia de Ginástica S.A.
Título	Debênture em regime de garantia firme de colocação nos termos da Instrução CVM nº 476/09
Valor de emissão	R\$50.000,00
Destinação dos recursos	Reforço do capital de giro da Smart Rio e abertura de novas unidades do segmento Smart Fit
Espécie	Quirografária
Séries	Série única
Garantias	Fidejussória (fiança através da Smart Rio e Companhia) e real (recebíveis de cartões de crédito)
Regime de colocação	Garantia firme no volume total de até R\$50.000
Valor nominal unitário	R\$10.000,00
Data de emissão	1º de fevereiro de 2014
Prazo	5 anos a contar da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de fevereiro de 2019
Forma de amortização	A partir do 12º mês contado da data de emissão, inclusive, em parcelas mensais e consecutivas, sendo devida a primeira parcela no dia 1º de março de 2015
Remuneração	100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia (taxa DI "over" extragrupo), apurada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, acrescida de um "spread" de 2,20% ao ano
Pagamento da remuneração	Mensalmente, no 1º dia útil de cada mês, com início em 1º de março de 2014

Em 1º de fevereiro de 2014, foi confirmado o depósito de 5.000 debêntures da 1ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$50 milhões, não conversíveis em ações, em série única, emitidas pela Companhia, com o código CETIP SMRR11. A Companhia ressalta que não existe cláusula de repactuação referente à emissão acima descrita.

Por fim, a Companhia aprovou, em 16 de outubro de 2017, a sua 3ª emissão de debêntures, simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública, com esforços restritos. As debêntures serão emitidas em 15 de dezembro de 2017, sendo que a 1ª série vencerá em 2 anos e a 2ª série em 4 anos.

## **19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não aprovou planos de recompra de ações de sua emissão nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

## **19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Até a data deste Formulário de Referência, não tínhamos valores mobiliários em tesouraria.

### **19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 19 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

## 20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

**Data aprovação**

21/11/2017

**Cargo e/ou função**

Acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal ou de qualquer outro órgão técnico ou consultivo da Companhia

**Principais características e locais de consulta**

Os eventuais acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal ou de qualquer outro órgão técnico ou consultivo da Companhia devem informá-la para que possa divulgar à CVM e à B3, o número e tipo de valores mobiliários de sua emissão, de suas subsidiárias e companhias controladas que sejam companhias abertas, incluindo derivativos, que são detidos por eles ou por pessoas próximas ligadas a eles, bem como quaisquer mutações nas suas respectivas posições. As informações relativas às movimentações de tais valores mobiliários, como, por exemplo, quantia, preço e data de compra, devem ser fornecidas à CVM e à B3 dentro do prazo de dez dias a contar do final do mês em que tais movimentações ocorrerem. Esta obrigação estende-se aos valores mobiliários e respectivos derivativos de que sejam titulares, direta ou indiretamente, o cônjuge, o (a) companheiro (a) e os dependentes incluídos na declaração anual de imposto de renda dos Acionistas Controladores. Caso não tenha havido mutações nas posições mensais, a Companhia encaminhará tal informação à CVM e à B3.

A Companhia, seus acionistas controladores (diretos e indiretos), seus administradores, os empregados e executivos com acesso a informação relevante e os integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia, e quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição nas sociedades controladoras, nas sociedades controladas e nas sociedades coligadas, tenha conhecimento de informação relativa a ato ou fato relevante sobre a Companhia, e que tenham firmado o Termo de Adesão à Política (“Termo de Adesão”), não poderão negociar valores mobiliários da Companhia no período de 15 dias anterior à divulgação ou publicação, quando for o caso, das: (i) informações trimestrais da Companhia (ITR); (ii) Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP.

O Conselho de Administração da Companhia não poderá deliberar a aquisição ou a alienação de ações de própria emissão enquanto não for tornada pública, através da publicação de Ato ou Fato Relevante a informação relativa à: (i) celebração de qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário da Companhia; ou (ii) outorga de opção ou mandato para o fim de transferência do controle acionário da Companhia; ou (iii) existência de intenção de se promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária. Os ex-administradores que se afastarem da Companhia antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão não poderão negociar valores mobiliários da Companhia: (i) pelo prazo de seis meses após o seu afastamento; ou (ii) até a divulgação, pela Companhia, do Ato ou Fato Relevante ao mercado.

A política pode ser consultada: na Central de Downloads disponível no site de Relações com Investidores da Companhia: [www.smartfit.com.br/ri](http://www.smartfit.com.br/ri) e no site da CVM: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

**Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização** Não poderão negociar valores mobiliários da Companhia no período de 15 dias anterior à divulgação ou publicação, quando for o caso, das: (i) informações trimestrais da Companhia (ITR); e (ii) Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP.

---

## **20.2 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações relevantes com relação a este item 20.

## 21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A Companhia possui uma Política de Divulgação e Uso de Informações Relevantes e de Negociação de Valores Mobiliários de sua Emissão, que disciplina a divulgação de informações relevantes e a manutenção de sigilo acerca destas informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público, bem como a utilização de tais informações em negociações com valores mobiliários de sua emissão ("Política de Divulgação e Negociação").

A divulgação e comunicação à CVM e às Entidades do Mercado de Ato ou Fato Relevante, pelos canais institucionais de comunicação, assim como a adoção dos demais procedimentos aqui previstos, é obrigação do Diretor de Relações com Investidores ("Diretor Responsável"). O acionista controlador, diretores, membros do conselho de administração e do conselho fiscal, quando instalado, bem como qualquer empregado da Companhia que venha a ter acesso a informações sobre Ato ou Fato Relevante, que tenham firmado o termo, serão responsáveis por comunicar ao Diretor Responsável todo e qualquer Ato ou Fato Relevante de que tenham conhecimento e que saibam não ter ainda chegado ao conhecimento do Diretor Responsável, assim como deverão verificar se o Diretor Responsável tomou as providências prescritas neste documento em relação à divulgação da respectiva informação.

O Ato ou Fato Relevante deverá ser divulgado (i) por meio da página na rede mundial de computadores de um portal de notícias (<http://www.portalneo1.net/>), (ii) da página do sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM (Sistema Empresas.Net), e (iii) por meio da disponibilização da respectiva informação, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM e às Entidades do Mercado, na página da rede mundial de computadores da Companhia ([www.smartfit.com.br/ri](http://www.smartfit.com.br/ri)). Na hipótese de veiculação de Ato ou Fato Relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, deverá o Diretor Responsável divulgar simultaneamente a respectiva informação ao mercado, na forma estabelecida neste documento.

Caso as pessoas mencionadas neste item verifiquem a omissão do Diretor Responsável no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, e não tenha sido deliberada a manutenção do sigilo sobre o Ato ou Fato Relevante, tais pessoas deverão comunicar imediatamente o Ato ou Fato Relevante diretamente à CVM para se eximirem de responsabilidade imposta pela regulamentação aplicável em caso de sua não divulgação. Sempre que a CVM ou as Entidades do Mercado exigirem do Diretor Responsável esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de Ato ou Fato Relevante, ou caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados, deverá o Diretor Responsável inquirir as pessoas com acesso a Atos ou Fatos Relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

Os administradores e empregados da Companhia inquiridos na forma deste item deverão responder à solicitação do Diretor Responsável imediatamente. Caso não tenham condições de se encontrarem pessoalmente ou falarem por telefone com o Diretor Responsável ainda no mesmo dia em que este tiver tido conhecimento da respectiva exigência da CVM ou das Entidades do Mercado, os administradores e empregados em questão deverão enviar correio eletrônico com as informações pertinentes para o endereço [ri@smartfit.com.br](mailto:ri@smartfit.com.br). A divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá ser feita, como regra, simultaneamente à CVM e às Entidades de Mercado, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Entidades do Mercado. Quando os



## **21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações**

valores mobiliários de emissão da Companhia estiverem sendo negociados simultaneamente em Entidades do Mercado brasileiras e estrangeiras, a divulgação deverá ser feita, como regra, antes do início ou após o encerramento dos negócios em todos os países, prevalecendo, no caso de incompatibilidade, o horário de funcionamento do mercado brasileiro. Caso excepcionalmente seja imperativo que a divulgação de Ato ou Fato Relevante ocorra durante o horário de negociação, o Diretor Responsável poderá, ao comunicar o Ato ou Fato Relevante, solicitar, sempre simultaneamente às Entidades do Mercado brasileiras e estrangeiras, a suspensão da negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados, pelo tempo necessário à adequada disseminação da respectiva informação. O Diretor Responsável deverá comprovar perante as Entidades do Mercado brasileiras que a suspensão de negociação solicitada também se efetivou nas Entidades do Mercado estrangeiras.

## **21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**

A política supracitada estabelece que cabe ao Diretor de Relação com Investidores a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante, a fim de assegurar aos investidores a disponibilidade, em tempo hábil, de forma eficiente e razoável, das informações necessárias para as suas decisões de investimento, assegurando a melhor simetria possível na disseminação das informações, evitando-se, desta forma, o uso indevido de informações privilegiadas no mercado de valores mobiliários pelas pessoas que a elas tenham acesso, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores em geral, do mercado e da própria Companhia.

A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante foi elaborada com o propósito de estabelecer elevados padrões de conduta e transparência, de observância obrigatória pelos (i) acionistas controladores; (ii) administradores; (iii) conselheiros fiscais; (iv) integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia; (v) empregados e executivos com acesso a informações relevantes e, ainda; (vi) por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, nas sociedades controladoras, nas sociedades controladas e nas sociedades coligadas, tenha conhecimento de informação relativa a ato ou fato relevante sobre a Companhia, a fim de adequar a política interna da Companhia ao princípio da transparência e às boas práticas de conduta no uso, divulgação de informações relevantes e negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia.

As pessoas citadas acima devem firmar o respectivo Termo de Adesão, o qual deverá permanecer arquivado na sede social enquanto essas pessoas mantiverem vínculo com a Companhia e, ainda, por cinco anos, no mínimo, após o seu desligamento. Constitui "ato ou fato relevante", nos termos do artigo 155, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 2º da Instrução CVM 358, (a) qualquer decisão de Acionista(s) Controlador(es), deliberação da Assembleia Geral ou dos órgãos de administração da Companhia; ou (b) qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos seus negócios que possa influir de modo ponderável: (i) na cotação dos valores mobiliários; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os valores mobiliários; ou (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular dos valores mobiliários. O Diretor de Relações com Investidores é responsável (i) pela comunicação à CVM, às entidades do mercado, e (ii) pela divulgação ao mercado de ato ou fato relevante relativo à Companhia. Os Acionistas Controladores, os administradores, os Conselheiros Fiscais, os empregados e executivos com acesso à informação relevante e, ainda, os membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia devem comunicar imediatamente qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores. A divulgação de ato ou fato relevante deverá ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios na B3 e, se for o caso, nas outras bolsas de valores, além da B3, e entidades do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam ou venham a ser admitidos à negociação, no País ou no exterior.

Caso haja incompatibilidade de horários, prevalecerá o horário de funcionamento do mercado brasileiro. O Diretor de Relações com Investidores deverá: (i) comunicar e divulgar o ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia imediatamente após a sua ocorrência; (ii) divulgar concomitantemente a todo o mercado o ato ou fato relevante a ser veiculado por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior; e (iii) avaliar a necessidade de solicitar, sempre simultaneamente, à B3 e, se for o caso, às outras

## **21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**

bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam ou venham a ser admitidos à negociação, no País ou no exterior, pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante, caso seja imperativo que a divulgação de ato ou fato relevante ocorra durante o horário de negociação.

Os administradores, os conselheiros fiscais e os membros de órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia deverão informar a titularidade de valores mobiliários de emissão da Companhia, seja em nome próprio, seja em nome de pessoas a estes vinculadas, bem como as alterações nessas posições. Essa comunicação deverá ser efetuada: (i) imediatamente após a investidura no cargo, conforme o caso; e (ii) no prazo máximo de dez dias após o término do mês em que se verificar alteração das posições detidas, indicando o saldo da posição no período. Os acionistas controladores, diretos ou indiretos, os acionistas que elegerem membro do Conselho de Administração da Companhia e os acionistas que elegerem membro do conselho fiscal da Companhia deverão comunicar, assim como divulgar informação sobre aquisição ou alienação de participação que corresponda, direta ou indiretamente, a 5% ou mais de espécie ou classe de ações representativas do capital social da Companhia, compreendendo também quaisquer direitos sobre referidas ações.

O Acionista Controlador, diretores, membros do conselho de administração e do conselho fiscal, quando instalado, além dos demais empregados e agentes da Companhia, deverão preservar o sigilo das informações pertinentes a atos ou fatos relevantes às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupem, sempre respeitando os procedimentos abaixo listados, até sua efetiva divulgação ao mercado, assim como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, responsabilizando-se solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

O Acionista Controlador, diretores, membros do conselho de administração e do conselho fiscal, quando instalado, além dos demais empregados e agentes da Companhia deverão observar e zelar pela observância dos seguintes procedimentos, sem prejuízo da adoção de outras medidas que se mostrem apropriadas diante de cada situação concreta: (i) divulgar a informação confidencial estritamente àquelas pessoas que dela imprescindivelmente precisem tomar conhecimento; (ii) não discutir a informação confidencial na presença de terceiros que dela não tenham conhecimento, ainda que se possa esperar que referido terceiro não possa intuir o significado da conversa; (iii) não discutir a informação confidencial em conferências telefônicas nas quais não se possa ter certeza de quem efetivamente são as pessoas que podem dela participar; (iv) manter documentos de qualquer espécie referentes à informação confidencial, inclusive anotações pessoais manuscritas, em cofre, armário ou arquivo fechado, ao qual tenha acesso apenas pessoas autorizadas a conhecer a informação; (v) gerar documentos e arquivos eletrônicos referentes à informação confidencial sempre com proteção de sistemas de senha; (vi) circular internamente os documentos que contenham informação confidencial em envelopes lacrados, os quais deverão ser sempre entregues diretamente à pessoa do destinatário; (vii) não enviar documentos com informação confidencial por fac-símile, a não ser quando haja certeza de que apenas pessoa autorizada a tomar conhecimento da informação terá acesso ao aparelho receptor; e (viii) sem prejuízo da responsabilidade daquele que estiver transmitindo a informação confidencial, exigir de terceiro externo à Companhia que precise ter acesso à informação a assinatura de um termo de confidencialidade, no qual deve ser especificada a natureza da informação e constar a declaração de que o terceiro reconhece o seu caráter confidencial,

**21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**

comprometendo-se a não divulgá-la a qualquer outra pessoa e a não negociar com valores mobiliários de emissão da Companhia antes da divulgação da informação ao mercado.

### **21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações**

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia é o Sr. Afonso Sugiyama, Diretor de Relações com Investidores.

## **21.4 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 21 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.